



VANDERLY SCARABELI

**Disputas por territórios e por modelos de desenvolvimento: estudo das
práticas agroecológicas do Assentamento 14 de Agosto no Município de
Campo Verde – MT**

São Paulo 2019

VANDERLY SCARABELI

Disputas por territórios e por modelos de desenvolvimento: estudo das práticas agroecológicas do Assentamento 14 de Agosto no Município de Campo Verde – MT

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (Territorial), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “Campesinato, Capitalismo e Tecnologias”. Orientador: Dr. Bernardo Mançano Fernandes.

São Paulo 2019

S285 Scarabeli, Vanderly.
Disputas por territórios e por modelos de desenvolvimento :
estudo das práticas agroecológicas do Assentamento 14 de Agosto
no Município de Campo Verde – MT / Vanderly Scarabeli. – São
Paulo, 2019.
247 f. : il. ; 30 cm.
Orientador: Bernardo Mançano Fernandes.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual
Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Instituto de Políticas Públicas e
Relações Internacionais (IPPRI), Programa de Pós-graduação em
Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL),
São Paulo, 2019.

1. Geografia rural. 2. Desenvolvimento rural – Brasil. 3. Posse da
terra – Mato Grosso. 4. Agronegócio – Aspectos ambientais – Brasil. 5.
Assentamentos rurais. 6. Assentamento 14 de Agosto (Campo Verde,
MT). I. Título.

CDD 301.35098172

VANDERLY SCARABELI

Disputas por territórios e por modelos de desenvolvimento: estudo das práticas agroecológicas do Assentamento 14 de Agosto no Município de Campo Verde – MT

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de mestre Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “Campe sinato, Capitalismo e Tecnologias”.

Orientador: Dr. Bernardo Mançano Fernandes.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP)

Prof. Dr. Estevan Leopoldo de Freitas Coca (Professor Adjunto - Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG)

Profa. Dra. Giseli Dalla Nora (Universidade Federal do Mato Grosso - UFMT)

São Paulo, 20 de dezembro de 2019.



Reunião da Coordenação Nacional do MST realizada na Escola Nacional Florestan Fernandes- ENFF em Guararema - SP, de 22 a 26 de janeiro de 2019.

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, por seus 35 anos de existência lutando pela democratização da terra, pela produção de alimentos saudáveis, por soberania popular e por justiça social.

A todos e todas que sofrem perseguição política por parte da classe dominante, em especial aos 13 sem terras e ao Presidente Luís Inácio Lula da Silva que injustamente estão encarcerados por defender a soberania e a democracia política e econômica nesse país.

AGRADECIMENTOS

Agradecer significa reconhecer e expressar gratidão. Nesse sentido é com respeito, carinho e gratidão que agradeço:

Ao Centro de Ciência, Tecnologia e Inovação para Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional da UNESP – INTERSSAN e a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE de Mato Grosso pelo apoio financeiro concedido.

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST pelo apoio e estímulo a busca do conhecimento e por ser exemplo de luta e resistência na perspectiva da emancipação humana

A meu orientador Prof. Dr.^o Bernardo Mançano Fernandes, defensor de um campo livre do latifúndio e do uso de agrotóxicos, agradeço a orientação, por apontar os caminhos para a construção desse trabalho e pelo companheirismo.

Aos professores e professoras do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe – TerritoriAL, por acreditarem que a construção do conhecimento também contribui para a conquista e resistência de territórios livres e dignos de se viver.

Aos camponeses e camponesas do Assentamento 14 de Agosto, pela recepção, atenção e boa prosa que permitiu a realização desse trabalho, mas também pelo o reencontro com as famílias que há 23 anos ousaram e acreditaram que somente a organização pode romper com as diversas cercas que impedem os seres humanos de serem felizes.

A minha companheira Eloísa Cerino que ao longo do tempo sempre me estimulou a superar os desafios da busca pelo conhecimento, inclusive, incentivando-me a realizar esse curso, e por ter dedicado tempo e carinho para me ajudar a dar qualidade a esse trabalho.

A minha filha Valentina por ser fonte de inspiração para superar os desafios desse sistema injusto, machista e desigual.

Aos companheiros e companheiras que me apoiaram e acompanharam a pesquisa de campo: Antônio Careca, Itelvina Masioli, Idalice Nunes (Fia) e José Vieira (Zezão). Obrigado por me acolher e me ajudar a relembrar as histórias das lutas mais marcantes desses últimos 23 anos.

A irmã Irma, Pedrinho Sem Terra e Padre Martim (in memorian) organizadores da primeira marcha de sem terras nesse estado. Obrigado pela contribuição no resgate da história da luta pela terra no Mato Grosso.

Aos meus pais Jardes Scarabeli (in memorian) e Adelaide Pereira Scarabeli, exemplos de luta e resistência, por sonharem comigo e me apoiarem quando aos 18 anos de idade resolvi me juntar ao MST na luta por terra e emancipação humana.

A Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional-FASE, pelo incentivo histórico as práticas de produção agroecológicas, particularmente no Estado Mato Grosso e pelo apoio a essa pesquisa.

Ao Centro de Ciência e Tecnologia para Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional da UNESP – INTERSSAN pela concessão da bolsa que possibilitou a realização dessa pesquisa.

Por fim e tão importante quão, agradeço a todos os lutadores e lutadoras do povo, que mesmo numa conjuntura adversa, seguem cultivando a esperança e regando sonhos, pois sabem que o que a vida nos exige é coragem.



Marielle Franco, socióloga, ativista negra, vereadora da cidade do Rio de Janeiro pelo PSOL e defensora dos direitos humanos. Assassinada em 14 de março de 2018 com treze tiros que também vitimaram o motorista Anderson Pedro Gomes. (PSOL, 2018).

Para nós mulheres, luta é cotidiano, nós sentimos todos os dias os seus reflexos quando levamos nossos filhos para a escola e não tem aula, quando temos que trabalhar e não tem vagas nas creches, sentimos quando somos desrespeitadas nos transportes, desvalorizadas no trabalho, desvalorizadas nas ruas, violentadas em casa, e entre os becos e vielas das favelas sobreviver é a nossa maior resistência. Agora chegou a nossa vez, vamos ocupar o nosso lugar na cidade e na política ter o que nos é de direito, nossa voz muitas vezes silenciada, terá de ser ouvida, agora é para fazer valer. Sou força porque todas nós somos, sigo porque seguiremos todas juntas, eu sou porque nós somos (Marielle Franco, 2018).

RESUMO

As disputas por territórios e por modelos de desenvolvimento compõem uma conflitualidade no campo brasileiro. Permeadas por interesses de classes sociais antagônicas, imprimem uma dinâmica de avanços e recuos, tensionadas pelas contradições num movimento permanente que territorializa e desterritorializa concepções e práticas de produção, de relação com o meio ambiente e com as relações humanas. O que chamamos de disputas por territórios e por modelos de desenvolvimento refere-se tanto à luta pela terra e pela reforma agrária no enfrentamento com o latifundiário e com o agronegócio quanto às políticas públicas, planos e projetos de desenvolvimento da agricultura camponesa, com destaque para a Agroecologia, Segurança Alimentar e Soberania Alimentar. Esta conflitualidade tem como conceito central o território, categoria de análise geográfica fundamental para compreender os espaços da luta de classes, onde se disputam os recursos naturais e valores humanos guiados por projetos societários antagônicos. Nosso objetivo nesse trabalho foi aprofundar o conhecimento sobre essas disputas e modelos de desenvolvimento e analisar os impactos socioterritoriais das ações de diversas instituições, na perspectiva de conservar ou alterar os territórios em disputa, nesse caso, o campo mato-grossense. Elegemos como estudo de caso as práticas agroecológicas do Assentamento 14 de Agosto, situado no Município de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, por ser uma das primeiras conquistas no contexto de expansão nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, nesse estado. Nossa intenção foi a de compreender como é possível produzir alimentos para o mercado interno na perspectiva da segurança e da soberania alimentar, diante de um modelo que produz predominantemente monocultura para exportação, no estado que é o maior expoente do agronegócio nacional. Neste estudo, utilizamos o conceito de conflitualidade para aprofundar as análises das disputas territoriais a partir de dois modelos de desenvolvimento da agricultura: agronegócio e agroecologia.

PALAVRAS-CHAVE: Soberania Alimentar. Segurança Alimentar. Disputas Territoriais. Agronegócio. Campesinato. Agroecologia.

ABSTRACT

The disputes over territories and development models make up a conflict in the Brazilian field. Permeated by the interests of antagonistic social classes, they create a dynamic of advances and retreats, tensioned by the contradictions in a permanent movement that territorializes and deterritorializes conceptions and practices of production, in relation to the environment and human relations. What we call disputes over territories and development models refers to both the struggle for land and agrarian reform in confronting landowners and agribusiness as well as public policies, plans and projects for the development of peasant agriculture, with emphasis on Agroecology, Food Security and Food Sovereignty. This conflict has as its central concept the territory, a category of fundamental geographic analysis to understand the spaces of the class struggle, where natural resources and human values are contested guided by antagonistic societal projects. Our objective in this work was to deepen the knowledge about these disputes and development models and to analyze the socio-territorial impacts of the actions of several institutions, with the perspective of conserving or altering the disputed territories, in this case, the Mato Grosso field. We chose as a case study the agroecological practices of the 14 de Agosto Settlement, located in the Municipality of Campo Verde, State of Mato Grosso, for being one of the first achievements in the context of national expansion of the Movement of Landless Rural Workers - MST, in that state. Our intention was to understand how it is possible to produce food for the domestic market from the perspective of food security and sovereignty, in the face of a model that produces predominantly monoculture for export, in the state that is the greatest exponent of national agribusiness. In this study, we used the concept of conflict to deepen the analysis of territorial disputes based on two models of agricultural development: agribusiness and agroecology.

KEYWORDS: Food Sovereignty. Food Security. Territorial Disputes. Agribusiness. Peasantry. Agroecology.

RESUMEN

Las disputas sobre territorios y modelos de desarrollo constituyen un conflicto en el campo brasileño. Permeados por los intereses de las clases sociales antagónicas, crean una dinámica de avances y retiros, tensados por las contradicciones en un movimiento permanente que territorializa y desterritorializa las concepciones y prácticas de producción, en relación con el medio ambiente y las relaciones humanas. Lo que llamamos disputas sobre territorios y modelos de desarrollo se refiere tanto a la lucha por la tierra y la reforma agraria para enfrentar a los terratenientes y los agronegocios como a las políticas públicas, planes y proyectos para el desarrollo de la agricultura campesina, con énfasis en Agroecología, Seguridad Alimentaria y Soberanía Alimentaria. Este conflicto tiene como concepto central el territorio, una categoría de análisis geográfico fundamental para comprender los espacios de la lucha de clases, donde los recursos naturales y los valores humanos se disputan guiados por proyectos sociales antagónicos. Nuestro objetivo en este trabajo fue profundizar el conocimiento sobre estas disputas y modelos de desarrollo y analizar los impactos socio-territoriales de las acciones de varias instituciones, con la perspectiva de conservar o alterar los territorios en disputa, en este caso, el campo de Mato Grosso. Elegimos como caso de estudio las prácticas agroecológicas del asentamiento 14 de Agosto, ubicado en el Municipio de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, por ser uno de los primeros logros en el contexto de la expansión nacional del Movimiento de Trabajadores Rurales sin Tierra: MST, en ese estado. Nuestra intención era entender cómo es posible producir alimentos para el mercado interno desde la perspectiva de la seguridad y soberanía alimentaria, frente a un modelo que produce predominantemente monocultivo para la exportación, en el estado que es el mayor exponente de la agroindustria nacional. En este estudio, utilizamos el concepto de conflicto para profundizar el análisis de disputas territoriales basado en dos modelos de desarrollo agrícola: agronegocios y agroecología.

PALABRAS CLAVE: Soberanía alimentaria. Seguridad Alimentaria. Disputas territoriales. Agronegocios. Campesinado. Agroecología.

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 -	Divisão territorial.....	39
Mapa 02 -	Biomás de Mato Grosso.....	40
Mapa 03 -	Regiões Hidrográficas de Mato Grosso.....	41
Mapa 04 -	Parque Indígena do Xingu.....	58
Mapa 05 -	As cinco Mesorregiões de Mato Grosso.....	73
Mapa 06 -	Estrutura fundiária em Mato Grosso – 2013.....	92
Mapa 07 -	Localização do Assentamento 14 de Agosto.....	186
Mapa 08 -	Estrutura dos lotes do Assentamento 14 de Agosto.....	187
Mapa 09 -	Coordenadas Geográficas do Assentamento 14 de Agosto.....	188

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 -	Composição familiar do Assentamento 14 de Agosto.....	198
Gráfico 02 -	Práticas de produção.....	200
Gráfico 03 -	Disposição em aprender técnicas de produção agroecológicas.	204
Gráfico 04 -	Variedades de produção vegetal do Assentamento 14 de Agosto.....	205
Gráfico 05 -	Produção animal.....	211
Gráfico 06 -	Meios de produção	217
Gráfico 07 -	Finalidade da produção	226

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 -	Deputado Federal Mário Juruna com o cocar na cabeça em reunião na câmara dos deputados.....	57
Figura 02 -	Avião apreendido pelos índios Kaiabi em ato de protesto.....	60
Figura 03 -	Irmã Irma Deemarchi.....	62
Figura 04 -	Pedrinho Sem Terra.....	63
Figura 05 -	Chegada da marcha na capital mato-grossense.....	64
Figura 06 -	Primeira ocupação do MST no Estado do Mato Grosso.....	72
Figura 07 -	Fardos de algodão pesados e armazenados.....	97
Figura 08 -	Transnacional Holandesa Bunge, também instalada em Campo Verde.....	98
Figura 09 -	Loja Agropecuária representante de diversas empresas no município.....	98
Figura 10 -	Empresa de máquinas agrícolas estadunidense John Deere.....	99
Figura 11 -	Empresa estadunidense e canadense Massey Ferguson.....	99
Figura 12 -	Croqui de localização dos assentamentos e comunidades rurais no Município de Campo verde – MT.....	101
Figura 13 -	Hortaliças produzidas no Assentamento 14 de Agosto e comercializadas na feira municipal.....	103
Figura 14 -	Placa na entrada do Assentamento 14 de Agosto.....	185
Figura 15 -	Marcos e um dos filhos junto a um pé de Cipó-imbé utilizado na produção de insumos.....	196
Figura 16 -	Insumos ecológicos produzidos pela família de Marcos.....	197
Figura 17 -	Mangueira no Sítio Água Boa de Denis Almeida.....	201
Figura 18 -	Horta estufa da família de Rodrigo Santos, Lote Bom Futuro.....	206
Figura 19 -	Lavoura de milho da família de Roberto Farias, Lote Santo Antônio.....	207
Figura 20 -	Cultivo de seringa da família de Fernandes.....	208
Figura 21 -	Cultivo de banana irrigada da família de Anízio Silva.....	209

Figura 22 -	Produção de urucum na propriedade da Sra. Marta Alves.....	210
Figura 23 -	Cultivo de Pokan da família de Maria Silva, lote Santa Maria.....	211
Figura 24 -	Produção de suínos da família de Amanda Ramos, Lote Santo Antônio.....	212
Figura 25 -	Produção de galinha caipira da família França.....	213
Figura 26 -	Gado leiteiro produzido pela família de Júnior Rocha.....	214
Figura 27 -	Criação de gado de corte da família de Francisco Alves.....	215
Figura 28 -	Trator da Associação.....	218
Figura 29 -	Trator particular da família de Marcos.....	219
Figura 30 -	Derivados do leite produzidos pela família de Rosa da Cruz, Lote Paloma.....	220
Figura 31 -	Agroindústria de derivados da cana da família Silva e Nunes.....	221
Figura 32 -	Rapadurinhas produzidas na agroindústria de derivados da cana da família Silva e Nunes.....	222
Figura 33 -	Agroindústria de derivados da mandioca da família de Dona Ijailda.....	223
Figura 34 -	Produtos da Agroindústria de derivados da mandioca da família de Dona Ijailda.....	224
Figura 35 -	Salão comunitário Baiano.....	228
Figura 36 -	Campo de Futebol Society.....	229
Figura 37 -	Igreja Católica São João.....	230
Figura 38 -	Posto de Saúde 14 de Agosto.....	231
Figura 39 -	Habitação da Sra. Marta, moradora do assentamento há 22 anos.....	232
Figura 40 -	Habitação da família de Lucas Souza, morador do assentamento há 22 anos.....	233

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 -	Estrutura fundiária da região de atuação da Prelazia em São Felix do Araguaia.....	45
Tabela 02 -	Assentamentos conquistados pelo MST/MT.....	86
Tabela 03 -	Mato Grosso – Evolução da Estrutura Fundiária – 2011-2013.....	90
Tabela 04 -	Estrutura Fundiária de Mato Grosso - 2017.....	93
Tabela 05 -	Assentamentos rurais existentes no Município de Campo Verde	100
Tabela 06 -	Variedades da produção familiar no Município de Campo Verde.....	102
Tabela 07 -	Disputas de projetos de desenvolvimento.....	227

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAG	Associação Brasileira do Agronegócio
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BASA	Banco da Amazônia
BIONATUR	Rede de Sementes Agroecológicas
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base do Brasil
CEDRS	Conselho Estadual de Desenvolvimento Sustentável Rural de Mato Grosso
CEDRS-MT	Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural sustentável do Estado do Mato Grosso
CETAP	Centro de Tecnologias Alternativas e Populares
CIMA	Centro Irradiador do Manejo da Agrobiodiversidade
CIMI	Conselho Missionário Indigenista
CNA	Confederação Nacional da Agricultura
CODEARA	Cooperativa Mista do Araguaia
CODEMAT	Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso
CONFAEAB	Associações dos Engenheiros Agrônomos do Brasil
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONTAG	Confederação dos Trabalhadores na Agricultura
CPAs	Cooperativas de Produção Agropecuária
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DATALUTA	Banco de dados da luta pela terra
EBAA	Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa
ECOFORTE	Programa de Ampliação e Fortalecimento das Redes de Agroecologia e Produção Orgânica
ELAA	Escola Latino Americana de Agroecologia
EMA	Equipe de Meio Ambiente
EMPAER	Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural
FAO	Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

FEAB	Federação de Agronomia do Brasil
FETAGRI	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso
FETRAF	Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMEA	Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária
INCRA	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
INTERMAT	Instituto de Terras do Mato Grosso
IPEA	Instituto de Pesquisa de Economia Aplicada
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ITERRA	Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MAPA	Ministério da Agricultura
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MOPS	Movimento Popular de Saúde
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAM	Programa Mundial Alimentar
PBF	Programa Bolsa Família
PCA	Paradigma do Capitalismo Agrário
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Brasileiro
PIX	Parque Indígena do Xingu
PLANAPO	Plano Nacional de Agroecologia e da Produção Orgânica
PNAE	Programa Nacional de Alimentos para a Merenda Escolar
PNAPO	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PQA	Paradigma da Questão Agrária

PROCERA	Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PTA	Projeto Tecnologias Alternativas
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SCA	Sistema Cooperativista dos Assentados
SINTEP	Sindicato Estadual dos Trabalhadores em Educação
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar
SNI	Serviço Nacional de Informação
SNPI	Serviço Nacional de Proteção ao Índio
SPCMA	Setor Nacional de Produção, Cooperação e Meio Ambiente
SRB	Sociedade Rural Brasileira
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUDAM	Superintendência de desenvolvimento da Amazônia
SUDECO	Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
SUPRA	Superintendência da Política Agrária
SUS	Sistema Único de Saúde
UDR	União Democrata Ruralista
UFMT	Universidade Federal do Mato Grosso
UFP	Universidade Federal do Paraná
UNEMAT	Universidade Estadual do Mato Grosso
VC	Via Campesina

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	22
2	A LUTA PELA TERRA NO ESTADO DO MATO GROSSO.....	38
2.1	Mato Grosso: origem e dimensão territorial.....	38
2.2	A luta pela terra predecessora ao MST – 1970 a 1994	42
2.2.1	A resistência sem-terra antecessora ao MST em Mato Grosso.....	45
2.2.2	A resistência negra em Mato Grosso: os quilombos	50
2.2.3	A resistência Indígena em Mato Grosso	55
2.2.4	A Luta dos Sem Terras em Mato Grosso.....	61
2.3	A formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de Mato Grosso 1995 - 2018.....	67
2.4	Disputas por territórios, desigualdade e a evolução da estrutura fundiária mato-grossense.....	88
2.5	História e contexto de surgimento do Assentamento 14 de Agosto.....	94
3	DISPUTAS DE TERRITÓRIOS POR MODELOS DE DESENVOLVIMENTO.....	107
3.1	Desenvolvimento: definição de conceitos.....	109
3.2	Os modelos de desenvolvimento em disputa: Agronegócio e Agricultura Camponesa.....	114
3.3	A função do estado frente à disputa por modelos de desenvolvimento.....	135
4	POLÍTICAS DE SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR NO MATO GROSSO.....	140
4.1	Desconstruções dos conceitos de Soberania Alimentar, Segurança Alimentar e Agroecologia.....	140
4.2	O debate da agroecologia no MST: origem e desafios.....	156
4.3	Legislações sobre Soberania Alimentar e Segurança Alimentar.....	173
4.4	Função do Conselho Estadual de Agricultura na perspectiva da Segurança Alimentar e Soberania Alimentar.....	176

4.5	Limites e possibilidades para construção de políticas públicas de soberania alimentar: a função da Via Campesina.....	179
5	A CONTRIBUIÇÃO DO ASSENTAMENTO 14 DE AGOSTO PARA A SOBERANIA ALIMENTAR.....	185
5.1	Assentamento 14 de Agosto: lugar de vida e produção.....	190
5.2	Composição familiar do Assentamento 14 de Agosto.....	198
5.3	Práticas de produção do Assentamento 14 de Agosto	199
5.4	Finalidades da produção do Assentamento 14 de Agosto	225
5.5	Moradias e infraestruturas sociais do Assentamento 14 de Agosto.....	228
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	234
	REFERÊNCIAS.....	239
	APÊNDICE A - Roteiro de entrevista semiestruturada com moradores e moradoras do Assentamento 14 de Agosto - Parte I.....	244
	APÊNDICE B - Roteiro de entrevista semiestruturada com moradores e moradoras do Assentamento 14 de Agosto - Parte II.....	245

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho teve por objetivo geral, analisar o estudo da experiência agroecológica do Assentamento 14 de Agosto no Município de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no contexto da disputa por territórios e por modelos de desenvolvimento, investigando os impactos socioterritoriais das ações de diversas instituições, na perspectiva de conservar ou alterar os territórios em disputa, nesse caso, o campo mato-grossense.

Essa disputa acontece em todas as dimensões da vida humana, pois cada projeto atua no intuito de se legitimar perante a opinião pública para justificar a sua função social. Nesse sentido, elegemos como recorte analítico para esse estudo, as experiências do Assentamento 14 de Agosto, localizado no Município de Campo Verde- MT, fruto da luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST.

De um lado está o agronegócio que se caracteriza pela produção de monocultura em grande escala predominante para exportação, com uso intensivo da mecanização e de agrotóxicos e produz em grandes propriedades com trabalho assalariado, ou seja, o modelo de desenvolvimento do capitalismo. Do outro lado situa-se a agricultura familiar camponesa, modelo de desenvolvimento agropecuário que se caracteriza pela produção em pequenas e médias propriedades, com trabalho familiar, raramente contrata trabalho externo, produz muitas variedades de alimentos com a finalidade do autoconsumo e o excedente é comercializado no mercado local, portanto é entendido como modelo de desenvolvimento não capitalista ou da agricultura familiar camponesa.

A temática dessa pesquisa está diretamente vinculada ao contexto social em que estou inserido. Sou filho de camponeses sem terra que em 1983 migraram do Espírito Santo para o estado de Rondônia, em busca de realizar o sonho de ter um “pedaço” de terra para morar e produzir. Em um pau-de-arara junto a outras duas famílias, percorremos por oito dias em estradas de chão empoeiradas, atraídos pela possibilidade de conseguir terra fácil. Minha família e as demais foram trabalhar como meeiras acreditando que agora o sonho estava mais perto de ser realizado, pois, além da propaganda do regime militar que induzia a essa possibilidade, havia uma enorme propaganda de que nesse estado era muito fácil conquistar terra.

Meu pai era muito doente por ser hipertenso, mesmo assim, trabalhava todos os dias na roça e minha mãe, além de fazer todos os trabalhos domésticos, também o ajudava no preparo do solo e nas colheitas das lavouras. Eu e meus irmãos começamos a trabalhar aos oito anos de idade, tanto diretamente na roça como na preparação de ração para criação de pequenos animais como porcos e galinhas.

Aos finais de semana, as atividades de lazer eram ir ao culto dominical da igreja Católica, frequentar a catequese e jogar futebol. Nesse período as Comunidades Eclesiais de Base - CEBS eram muito fortes no estado de Rondônia, em especial na Diocese de Ji-Paraná ao qual fazíamos parte, que tinha na época Dom Antônio Possamai como bispo. Meu Pai era agente da Comissão Pastoral da Terra – CPT e um dos coordenadores dessa comunidade, e eu, desde os 12 anos, participava da equipe de liturgia, da Pastoral da Juventude e do núcleo de base do Partido dos Trabalhadores. As CEBS foram responsáveis pela criação de várias organizações, inclusive do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, além de ser responsável pelo meu ingresso na militância.

Em 1992 participei da primeira ocupação de terras organizada pelo MST/RO no latifúndio Changrilá, localizado no Município de Jaru. Lembro-me que viajamos durante a noite num caminhão toco de puxar madeira e ocupamos a fazenda na madrugada do dia 14 de agosto. Consequentemente após esta ocupação me inseri na militância deste movimento, assumindo tarefas do setor de Frente de Massas.

A partir da ocupação, o interesse imediato de ter terra se amplia na perspectiva da luta pela reforma agrária e por transformação social. Logo após a ocupação, precisamente no mês de outubro do mesmo ano, participei da IV Turma do Curso Básico Nacional de Formação de Militantes, com duração de 60 dias, que aconteceu no Centro de Formação Contestado, Município de Caçador – SC. Em 1994, por definição da Direção Nacional do MST, eu e mais quatro companheiros dos estados de Rondônia e Rio Grande do Sul, fomos convidados a compor uma equipe que teria a tarefa de se mudar para Mato Grosso e organizar o MST nesse estado. Desde então, continuo vinculado a esse movimento e a luta nas mais diversas atividades.

Por falta de oportunidade e acesso consegui concluir o Ensino Fundamental apenas aos 27 anos e Ensino Médio aos 30, através da Educação de Jovens e Adultos – EJA. Em 2011, aos 36 anos ingressei no Ensino Superior, no Curso de

Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Meu trabalho de conclusão de curso foi uma pesquisa monográfica intitulada *A formação social brasileira e o agronegócio em Mato Grosso*. O interesse em estudar esta temática advém da minha inserção como trabalhador rural e da minha atuação como militante do MST. Esse trabalho teve como principal objetivo a aproximação das análises críticas que evidenciam as contradições e as mediações no processo de formação social no Brasil, que determinaram a constituição do latifúndio e do agronegócio no país, e particularmente em Mato Grosso, e a simbiose entre eles. Pressupõe-se que a análise da constituição do latifúndio e o desenvolvimento do agronegócio implica a necessidade de apreender as suas imbricações com o trabalho, com o meio ambiente e com o Estado.

Em 2016 tive a oportunidade de ingressar no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe – TerritoriAL, período marcado pelos desafios da apropriação do conhecimento e pensamento geográfico, do domínio das técnicas da cartografia e da tecnologia da informação. Meu interesse em realizar este curso se deu por vários motivos, entre eles destaco a natureza do programa que é voltado para a formação de pessoas oriundas dos territórios camponeses, visando o desenvolvimento territorial das comunidades e possibilitando que seus pesquisadores partam da sua própria realidade e contexto para produzir conhecimento, além da linha de pesquisa “Campesinato, Capitalismo e Tecnologias”, que visa acompanhar o processo de formação e transformação do campesinato no sistema capitalista, por meio do estudo interdisciplinar das novas tecnologias, das políticas econômicas, do trabalho e emprego, bem como das metodologias e projetos destinados a esses setores, que além de estudar esses processos e debater as teorias dos territórios, suas significações e tipologias, contribui na análise das teorias da questão agrária e do capitalismo agrário, entre outros.

A escolha do Assentamento 14 Agosto como objeto de pesquisa se deu pelo fato de ser um dos primeiros assentamentos conquistados pelo MST no Estado de Mato Grosso e estar localizado em uma região cercada pelo monocultivo e campeã na produção com uso de agrotóxicos. Portanto esse é um espaço de intensa disputa de projetos antagônicos para o campo, onde de um lado, em sua maioria, tem-se a

produção de alimentos saudáveis, em variedades e com base familiar e do outro a grande produção do agronegócio.

O termo agronegócio tem sua origem em meados da década de 1950 nos Estados Unidos da América denominado de *agribusiness*, no Brasil, o agronegócio emerge no contexto da ofensiva neoliberal, com mais força no governo Fernando Henrique Cardoso identificado com as demandas do desenvolvimento capitalista no campo, e que se manteve nos governos posteriores com expansão e hegemonia. O agronegócio é a expressão do desenvolvimento do capitalismo no campo na manutenção do modelo agroexportador, com produção de monocultura, superexploração da força de trabalho, baixíssima geração de postos de trabalho, uso intensivo de agrotóxicos e expropriação intensa dos recursos naturais.

A agricultura familiar expressa outro projeto de desenvolvimento para o campo com produção de alimentos para a segurança e soberania alimentar, especialmente para o autoconsumo e o consumo local, gera mais postos de trabalho, tem como base o trabalho familiar e eventualmente contrata trabalho externo ao ambiente doméstico. Historicamente foi excluída das ações estatais, sendo que os maiores avanços se deram nos governos do Partido dos Trabalhadores, que além de estabelecer em lei a definição de agricultura familiar, instituiu programas de estímulo à permanência dos agricultores familiares no campo como o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e Programa Nacional de Alimentos para a Merenda Escolar - PNAE, além da aprovação da legislação que estimula a adoção da agroecologia como matriz tecnológica na Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER e a criação do programa de eletrificação rural de forma gratuita, denominado *Luz para Todos*.

A origem da propriedade da terra no Mato Grosso tem muitas similaridades com o restante do Brasil, ou seja, se originou da grilagem de terras públicas, da expropriação de terras indígenas e quilombolas, na falsificação de documentos, no uso de “laranjas” para burlar a lei do limite máximo de propriedade e concessão, uso da extensa faixa de fronteira, entre outros.

As conquistas de assentamentos nesse estado são resultado de um longo processo de lutas e resistência, de apoio e solidariedade popular, que expressa à possibilidade de reprodução do modo de vida camponês. Mato Grosso é um dos estados que tem como função a expansão da fronteira agrícola capitalista e a

produção de commodities para exportação, enquanto a agricultura familiar é residual e produz 10% do que é consumido no estado, 90% vem do Sul e do Sudeste do país, onde a estrutura fundiária é menos concentrada. É nesse contexto que os assentamentos resistem à ofensiva do agronegócio que se materializa na precarização das condições de escoamento da produção, no envenenamento das fontes de água e das lavouras adoecendo as famílias e desestimulando-as a ficarem no campo.

Os objetivos específicos almejados nessa pesquisa foram: a) entender a história da luta pela terra no Estado do Mato Grosso; b) pesquisar o processo de formação do MST no Mato Grosso a partir da sua espacialização e territorialização; c) identificar o significado teórico-prático dos conceitos de segurança e de soberania alimentar e qual deles indica a superação da insegurança alimentar; d) analisar as disputas territoriais e por modelos de desenvolvimento entre o agro extrativismo para produção de commodities e a relação com a soberania alimentar a partir da agroecologia; e) analisar a contribuição do Assentamento 14 de Agosto para a soberania alimentar no Município de Campo Verde e região, com destaque para a produção agroecológica; f) entender a agroecologia no contexto da disputa por territórios.

O processo metodológico foi organizado em seis etapas, sendo quatro já concluídas. A primeira foi o levantamento, leitura e análise de bibliografias como livros, artigos, jornais, revistas, boletins, leis, entre outros, que tratam dos temas principais que perpassam essa pesquisa, além de entrevistas com pessoas que participaram das primeiras ações de luta pela terra no Estado do Mato Grosso. Ainda nesse primeiro momento foi feita a produção parcial dos três primeiros capítulos da dissertação.

A segunda etapa foi à apresentação do projeto de pesquisa para o Assentamento 14 de Agosto, em assembleia realizada em junho de 2017 que teve a participação de 21 famílias. Na mesma ocasião foi aplicado o primeiro questionário que buscou identificar as práticas de produção sem o uso de agrotóxicos, com uso de agrotóxicos, com e sem uso de agrotóxicos, além das variedades de produção em cada lote. O termo agroecologia não foi inserido nesse primeiro questionário devido à pouca familiaridade das famílias com esse vocábulo.

A terceira etapa foi à realização da pesquisa de campo diretamente nos lotes das famílias assentadas, tanto daquelas que participaram da assembleia quanto das que por algum motivo não puderam ir. Por entender que a agroecologia é mais do que técnicas e insumos de produção de base ecológica, o segundo questionário aplicado com questões semiestruturadas buscou identificar: a) práticas agroecológicas; b) variedades de produção; c) disposição dos assentados em apreender ou aprimorar saberes e técnicas sobre agroecologia; d) técnicas e insumos utilizados na produção; e) finalidades da produção tendo em vista a soberania e a segurança alimentar; f) meios de produção e os seus proprietários no sentido de identificar a autonomia camponesa; e g) realização do trabalho familiar em cada lote no sentido de constatar a evasão no assentamento e ao mesmo tempo o pertencimento da família ao meio rural, em especial a juventude.

Na quarta etapa foi feita a sistematização dos dados coletados e a construção dos gráficos demonstrativos, buscando relacioná-los a realidade e ao significado da luta pela terra e pela reforma agrária na produção de alimentos e na disputa de projetos para o campo, além do término da escrita da dissertação. Nessa etapa, buscou-se fazer uma relação entre os dados coletados e os conceitos abordados ao longo da dissertação, especialmente os conceitos de Agroecologia, Soberania Alimentar e Segurança Alimentar, bem como sobre a importância da produção familiar na busca por autonomia frente às relações capitalistas de produção e resistência frente ao modelo hegemônico de agricultura, na perspectiva de outro projeto para o campo, alicerçado na democratização da terra e dos demais meios de produção e da produção de alimentos saudáveis.

É importante ressaltar que tanto nos nomes dos lotes quanto na transcrição e análise das fontes orais, decidimos por utilizar nomes fictícios, a fim de não ocorrer à identificação total deles, além disso, entendemos que esse método dá aos pesquisados, maior liberdade para falar de suas experiências.

A quinta etapa se constituirá na devolutiva da pesquisa e seus resultados as famílias assentadas, na perspectiva de socializar o conhecimento produzido por elas, agora sistematizado, e ao mesmo tempo apontar os desafios e as possibilidades encontradas durante a pesquisa, tanto em relação às práticas de produção como em relação aos aspectos organizativos necessários para superar os obstáculos para produção e a comercialização nesse assentamento.

A sexta etapa se dará nas ações externas ao assentamento, onde junto à coordenação serão planejadas e executadas ações de caráter reivindicatório aos órgãos públicos municipais e estaduais, no sentido de sanar as deficiências constatadas na pesquisa que impedem uma maior e melhor produção e comercialização de alimentos saudáveis por parte das famílias do assentamento e da região. Além disso, objetiva-se fazer a divulgação dessa pesquisa por meio dos diversos veículos de informação, no sentido de fortalecer a batalha de ideias na perspectiva da disputa de projetos na sociedade.

Esta dissertação está organizada em quatro capítulos. O primeiro faz um resgate histórico da luta pela terra no Estado de Mato Grosso, identificando a natureza, a metodologia e os limites principais dessas lutas. Busca contextualizar e atualizar a formação do MST nesse estado, analisando as razões internas e externas ao movimento para o sucesso de sua formação e desenvolvimento. Aborda a disputa por territórios, desigualdade e a evolução da estrutura fundiária mato-grossense, além de apresentar a história do Assentamento 14 de Agosto, tendo em vista que esse assentamento se situa no contexto das primeiras conquistas de território pelo MST nesse estado e é o objeto principal dessa pesquisa.

Para a construção desse capítulo tivemos como base as contribuições de Ianni (2009), Picoli (2005), Moreno (2007), Casaldáliga (1971), Gennari (2011), Barros (1989), Siqueira (1990), Fernandes (2000), Scarabeli (2014), Delgado (2012), Cavalcante (2008), Coca, Santos e Rocha (2014), além de pesquisas em periódicos como os Jornais Brasil de Fato e Porantim, Dataluta, Plano Socioeconômico e Ambiental da Agricultura Familiar de Campo Verde, Censo Agropecuário 2017, documentos internos do MST e diálogos com dirigentes à frente da luta pela terra nesse estado. A análise desenvolvida nesse capítulo teve como fundamento a luta de classes no campo, a concentração fundiária, os conflitos agrários, a pistolagem, o comportamento da imprensa e do estado em relação ao surgimento do MST no Mato Grosso e a participação e solidariedade de diversos setores religiosos, partidários, estudantis e sindicais.

No segundo capítulo analisamos, a partir da luta de classes, a disputa por modelos de desenvolvimento tendo como centralidade teórica o modelo capitalista e suas relações com as relações não capitalistas de produção, com destaque para a produção camponesa. Busca-se ainda compreender a função do estado frente à

disputa por modelos de desenvolvimento, na perspectiva de entender como os interesses de cada classe social são ou não atendidos no tocante as medidas de apoio à criação da infraestrutura, do crédito e da defesa da propriedade fundiária. Para fundamentar essa análise, utilizamos como referência Fernandes (2008; 2009; 2014), Marx e Engels (1999), Katz (2016), Gomes (2006), Fernandes e Welch (2008), Leite e Medeiros (2012), Delgado (2012), Bartra (2011), Costa e Carvalho (2012), Oliveira (2001), Mendonça (2012), Girardi (2016), além do Programa Agrário do MST (2014).

Fernandes (2009) analisa criticamente os diversos territórios como espaço de disputa e de conflitualidade, e como resultado das contradições das classes sociais que disputam projetos divergentes e antagônicos, dessa forma se contrapondo ao território supostamente neutro, o território de governança. Para analisar os modelos de desenvolvimento em disputa, partimos da compreensão macro sobre os modos de produção e as tentativas de superação da sociedade capitalista, na perspectiva da sociedade socialista.

Existem duas concepções fundamentais que interpretam o desenvolvimento capitalista na agricultura. Essas concepções estão filiadas a determinado paradigma que para Fernandes (2014), tem como função analisar melhor os pensamentos, as políticas e os territórios que são produzidos pelas ações de diferentes instituições no desenvolvimento da agricultura. Nessa perspectiva, o desenvolvimento do capitalismo no campo é analisado com base em dois paradigmas: o Paradigma da Questão Agrária - PQA e o Paradigma do Capitalismo Agrário - PCA. O PQA compreende o campo como território em disputa e em constante conflito, enquanto o PCA entende os problemas no campo como conjunturais e que podem ser resolvidos pela integração da pequena e média propriedade a agroindústria ou através das relações de mercado, a exemplo dos programas Crédito Fundiário e Banco da Terra.

Nessa perspectiva de análise, Delgado (2012) afirma que o agronegócio é uma associação entre as diversas frações do capital, entre eles, o capital financeiro, agroindustrial e os latifundiários. De acordo com o autor, essa associação do capital tem na renda da terra e nos altos subsídios estatais suas fontes de lucro. Corroborando com uma análise crítica sobre o capitalismo no campo, Leite e Medeiros (2012) analisam que o agronegócio tem duas tendências fundamentais:

dominar áreas de terras cada vez mais extensas no país e ampliar a participação do capital internacional no campo através da transnacionalização da agricultura.

O Programa Agrário do MST (2014) desenvolve uma análise de natureza coletiva, onde aponta que a partir da década de 1980 o capitalismo transita para uma nova fase de desenvolvimento. Essa fase tem como expressão e particularidade o controle do capital financeiro sobre a agricultura, que além de ser oligopolizado pelas transnacionais é formado por uma aliança entre os setores da classe dominante que tem entre seus objetivos controlar o mercado internacional das principais commodities agropecuárias.

Por outro lado, tem-se a agricultura familiar ou camponesa que defende outro projeto de desenvolvimento para o campo e está em constante disputa com o agronegócio. Para compreender esse sujeito e o seu projeto, buscamos dialogar com diversos autores que ao longo do tempo tem priorizado a pesquisa no sentido de revelar as práticas, a cultura e as relações do trabalho dos camponeses, como Bartra (2011), que admite a dificuldade em definir o conceito de camponês dada a sua complexidade. Para o autor, o camponês ao contrário do fazendeiro e do proletário, se apresenta primeiro como evidência social, como sujeito dos movimentos reivindicatórios, como projeto e utopia, como socialização no campo, como hábitos e tradições, como imaginário social e como sensação de saudade idealizada.

Para Costa e Carvalho (2012), camponeses pode ser entendido como o conjunto de famílias que vivem em determinado território, que produzem em relações não capitalistas de trabalho e a produção tem como finalidade a reprodução do seu modo de vida e o excedente é trocado por outra mercadoria no mercado local ou regional. Nesse mesmo sentido, Fernandes e Welch (2008), analisam os camponeses como produtores agrícolas de base familiar, que ao produzirem alimentos, produzem também o modo de vida camponês que envolve as dimensões da cultura, da relação com a natureza, das relações de trabalho, dos valores e resistência, entre outros.

Tratando-se da função do Estado frente a essa disputa por modelos de desenvolvimento, Mendonça (2012) com base na tradição marxista, analisa o Estado como instrumento de dominação de classes historicamente construídas e como resultado dos conflitos em torno dos interesses antagônicos das classes sociais.

Nesse sentido, a emergência do Estado é produto das relações sociais que tem como objetivo principal garantir a continuidade da produção e da reprodução da sua existência social. Mendonça inspirada em Gramsci (2001) desenvolve a análise a partir do Estado ocidental e o caracteriza de forma ampliada, tendo na sociedade civil uma das suas particularidades e mediação. Já para o MST (2014), o Estado é um instrumento de dominação e se manifesta no campo garantindo a grande propriedade latifundiária, seja de forma direta com emprego do aparato jurídico e repressivo, seja de forma indireta deixando impunes as atrocidades cometidas contra os camponeses.

Girardi (2016), ao analisar a disputa por modelos de desenvolvimento no campo constata que essa disputa gera um processo de conflitualidade que pode ser superado através do atendimento das demandas dos trabalhadores ou através da violência privada ou estatal que tem por objetivo conter a luta dos trabalhadores. De acordo com o autor, o Estado segue a segunda opção ao ter duplo comportamento frente aos atos de violência cometida contra os camponeses.

No capítulo três discutimos os conceitos de Soberania Alimentar, Segurança Alimentar e Agroecologia, no sentido de compreender suas dimensões históricas e de classes, e apontar qual é a opção de projeto de desenvolvimento para o campo que melhor corresponde em termos práticos à soberania alimentar. Buscou-se também, apropriar-se das legislações nacional e estadual referente à segurança e Soberania Alimentar e a Agroecologia, bem como analisar a função do Conselho Estadual de Agricultura, no sentido de compreender as ações realizadas no combate à insegurança alimentar da população mato-grossense, e a partir dessa análise, identificar os limites e possibilidades para a construção de políticas públicas que potencializam a agroecologia e soberania alimentar nesse território.

Para isso nos embasamos nos autores Vieira (2009), Chonchol (2005), Stedile e Carvalho (2012), Altieri (2010; 2012), Fernandes (2008), Rosset (2006), Guzman (2006), Correia (2007), Martins (2012), Facco e Gomez (2016), Araújo (2016), Zanotto (2017), além de documentos da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO (2014), MST (2010; 2014), Via Campesina (2010), Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária - IMEA (2016), programas e leis como a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN, Sistema Nacional de Segurança Alimentar - SISAN, Conselho Nacional de

Segurança Alimentar – CONSEA, Plano Nacional de Agroecologia e da Produção Orgânica – PLANAPO, Programa Nacional de Sementes e Mudas para a Agricultura Familiar – PNSMAF, Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável - CEDRS-MT, entre outros.

Analizamos nesse capítulo as políticas de segurança e de soberania alimentar no Estado do Mato Grosso e a relação com a magnitude das principais linhas de produção do agronegócio, objetivando entender a desigualdade social que tem entre as consequências a insegurança alimentar e a vulnerabilidade social. Vieira (2009), ao analisar a desigualdade social e a pobreza nesse estado, constatou que as políticas previdenciárias e sociais são fundamentais para amenizar o sofrimento desses trabalhadores, ao permitir o acesso a alimentos e gerar empregos nos municípios do interior.

Para analisar a questão alimentar buscamos em Chonchol (2005), as reflexões acerca da temática. De acordo com o autor, o debate em torno da problemática alimentar teve início na terceira década do século XX e girou em torno de duas concepções: os especialistas em alimentação humana defendiam e chamavam atenção para a oferta de alimentos, enquanto os economistas orientavam a redução da produção agrícola, preocupados com a queda dos lucros via a crise de superprodução. O paradoxo é que enquanto aumentava o número de pessoas passando fome no mundo o mercado não era capaz de absorver a superprodução. Diante dessa circunstância e no contexto do final da segunda guerra mundial, representantes de 44 países criaram a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO, que tem entre suas missões combater a fome e a pobreza e criar as condições para segurança alimentar.

Desenvolvendo uma análise crítica a respeito da função da FAO, especialmente sobre o conceito de segurança alimentar, compreende-se com base em Chonchol (2005), Stedile e Carvalho (2012) e Via Campesina (2010), que ele é limitado devido ao fato de não resolver o problema alimentar em suas causas principais que é a oligopolização crescente dos produtos alimentícios e a mercantilização da alimentação.

Nesse sentido, para Altieri (2010) e MST (2010), a saída para acabar com a problemática alimentar está vinculada a soberania alimentar, não somente como conceito que contrapõe a segurança alimentar, mas com base nas ações que podem

ser desenvolvidas a partir desse paradigma. Como a produção levando em consideração a realidade de cada povo, onde seja aproveitado e respeitado o conhecimento local, que se produza para atender as necessidades humanas em harmonia com a natureza e com novas relações humanas e de convivência social.

Na perspectiva da soberania alimentar Fernandes (2008), analisa que o debate e a afirmação da soberania alimentar como solução para erradicar a questão alimentar no mundo, é resultado da luta de classes no campo. O autor defende que um novo modelo de desenvolvimento que atenda às necessidades alimentares e ambientais passa necessariamente pela implementação da soberania alimentar. Fernandes se particulariza em relação às demais formulações, ao conceber a soberania alimentar como território.

A partir da soberania alimentar, o modo de vida e de desenvolvimento camponês ganha impulso para fazer a disputa de projetos para o campo, no sentido de que só é possível a construção da soberania alimentar produzindo com autonomia, valorizando o saber camponês e as suas relações sociais de produção e com o meio ambiente. Para Altieri (2012), a agroecologia é uma ciência ela vai além do uso de práticas alternativas e das ações em torno dos agrossistemas com pouca dependência de agroquímicos e de fontes externas de energia. Nessa perspectiva, a agroecologia oferece para a sociedade um jeito de fazer agricultura ambientalmente adequada, altamente produtiva, com equilíbrio social e economicamente viável.

Já para Rosset (2006), a agroecologia perpassa a produção agropecuária e agrega as dimensões socioeconômicas, ambientais, e de relações humanas imbricadas no jeito de produzir no campo. Nesse mesmo sentido, Guzmán (2006) defende a agroecologia como estratégia de transformação social. De acordo com o autor, ela se coloca como projeto político, socioeconômico e ambiental de desenvolvimento, na medida em que a centralidade das suas ações é uma resposta à lógica destrutiva da fase neoliberal do capital e da economia globalizada. Guzmán considera imprescindível a participação dos sujeitos interessados, pois, a metodologia participativa na ação agroecológica busca criar dinâmicas a partir dos interesses dos trabalhadores e trabalhadoras, com a função de analisar e explicar as relações existentes entre os fenômenos a partir da intervenção dos sujeitos envolvidos.

Em relação ao debate da agroecologia no MST e sua opção por essa forma de fazer agricultura, buscamos em Correia (2007) e Martins (2012), a análise necessária para compreender a transição desse Movimento para a agroecologia. Correia analisa que houve diversas contribuições externas ao MST para que ele pudesse transitar para a agroecologia. Entre elas se destacam: a criação do Centro de Tecnologias Alternativas e Populares - CETAP, a conquista do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária - PROCERA, a reorganização da matriz tecnológica em Cuba, a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE e a Via Campesina Internacional. Internamente entre os acontecimentos que foram importantes para a transição agroecológica do MST, está a participação na ocupação realizada pelas mulheres da Via Campesina no viveiro da Empresa Aracruz Celulose em 2006, o lançamento da carta *Nossos compromissos com a terra e com a vida* que aconteceu no IV Congresso Nacional do MST em 2001 e a criação da Rede de Sementes Agroecológicas - BIONATUR.

Sobre a importância da agroecologia para a construção de outro modelo de desenvolvimento e para o MST, Martins (2012) afirma que a decisão do Movimento em optar pela agroecologia, demarca uma ruptura com o modelo hegemônico de desenvolvimento para o campo e os seus rebatimentos nos assentamentos de reforma agrária, pois, para o MST a agroecologia é mais do que técnicas úteis aplicadas à agricultura e compõe uma estratégia socialista para o campo.

Na segunda parte desse capítulo, analisamos as legislações sobre segurança e soberania alimentar, buscando primeiramente entender o fenômeno da fome no Brasil através da análise de Stedile e Carvalho (2012), que afirmam que houve importantes avanços no combate a fome no país, tanto em relação à legislação como em relação à criação de programas. De acordo com os autores, foi nos governos do Partido dos Trabalhadores (2003/2015) que o Brasil saiu do mapa mundial da fome, graças a um conjunto de medidas como o Programa Fome Zero, Programa Bolsa Família, Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, geração de empregos, valorização do salário mínimo, entre outros.

Acrescenta-se a esse conjunto de medidas a recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA em 2006, a institucionalização da política de Segurança Alimentar e Nutricional - SAN, a promulgação da Lei Orgânica

de Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN também em 2006 e a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar- SISAN. A LOSAN trata da soberania alimentar concebida como necessária para favorecer a soberania política, econômica e cultural dos povos. É o direito dos povos de decidirem sobre seus próprios sistemas alimentares, pautados por alimentos saudáveis produzidos de forma sustentável e com respeito à agrobiodiversidade e ao ser humano. Outro avanço na legislação na perspectiva da segurança e da soberania alimentar foi à aprovação da emenda constitucional nº 64 de 2010 que inclui o direito à alimentação como direito social.

Ainda sobre as políticas e conquistas dos movimentos sociais para a segurança e soberania alimentar tem-se o Plano Nacional de Agroecologia e da Produção Orgânica - PLANAPO, estabelecido no Decreto Nº 7.794, lançado no dia 20 de agosto de 2012, que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO. Porém, é necessário destacar que o conjunto de avanços obtidos durante os governos do Partido dos Trabalhadores para viabilizar a segurança alimentar e algumas medidas na perspectiva da segurança e da soberania alimentar, passaram a ser precarizadas a partir do golpe contra a presidenta Dilma Rousseff em 2016.

Todas essas medidas na direção da segurança e da soberania alimentar, são resultados de avanços democráticos no período recente da história do Brasil e das lutas dos movimentos sociais, particularmente, os movimentos em torno da Via Campesina. Nessa perspectiva, a Via Campesina desenvolve diversas formas de lutas que vai desde a organização de eventos paralelos até as conferências de organismos internacionais, que discutem e formulam políticas de combate à fome, além da realização de ocupações de cultivos de transgênicos e monocultivos.

Após analisarmos as medidas do governo federal, buscamos compreender a legislação mato-grossense em torno desse tema e a função do Conselho Estadual de Desenvolvimento Sustentável Rural de Mato Grosso - CEDRS/MT, na perspectiva da segurança e da soberania alimentar. O conselho foi instituído pelo decreto Nº 2.061 de 27 de dezembro de 2013 e é constituído por vinte e três membros representando a sociedade civil e o governo do Estado. A função principal do conselho é propor, supervisionar e avaliar políticas com base na *Política Estadual de*

Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar - Lei Nº 10.516 de 02 de fevereiro de 2017.

Ao fim do terceiro capítulo, analisamos as possibilidades e limites para a construção de políticas públicas para a soberania alimentar que está situada no contexto da disputa de projetos para o campo. Fernandes (2008), afirma que entre os limites para a construção de políticas de soberania alimentar no Brasil está à conveniência tanto do agronegócio quanto do governo com o conceito de segurança alimentar, pois, para garanti-la não é necessário fazer mudanças no modelo hegemônico de produção no campo.

Corroborando com esse entendimento, Araújo (2016) analisa que o debate em torno da soberania alimentar e da segurança alimentar se coloca na contraposição em relação à ofensiva da agricultura de base industrial em todo o mundo, que vem provocando desequilíbrio e destruição dos ecossistemas e o aprofundamento da desigualdade social. Em relação às possibilidades para a construção da soberania alimentar, o autor afirma que para desenvolver políticas nessa perspectiva, se faz necessário um ambiente político com governos democráticos não cooptados pelas empresas nacionais e transnacionais que tem como objetivo a mercantilização dos alimentos.

Na contraposição da mercantilização dos alimentos e na defesa do direito à alimentação, analisaremos o conceito de soberania alimentar, que de acordo com Coca (2018), foi utilizado pelo governo mexicano na década de 1980 e tornou-se bandeira de luta das organizações camponesas da América Central. Segundo o autor, a adoção do conceito de soberania alimentar pela Via Campesina fez com ele fosse conhecido em escala internacional. Zanotto (2017) destaca a contribuição da Via Campesina, devido ao seu pioneirismo na organização, na articulação, dos camponeses a nível internacional. Tem entre seus temas principais a reforma agrária, a biodiversidade, os recursos genéticos, soberania alimentar, direitos humanos, agricultura camponesa, entre outros, além de influenciar a criação de políticas públicas de produção saudável e de combate à fome.

No quarto capítulo apresentaremos a análise do estudo de caso das práticas agroecológicas do Assentamento 14 de Agosto, que teve como foco as práticas agroecológicas existentes correlacionadas com as relações de trabalho na unidade de produção familiar, com as relações de mercado, com os programas estatais e

destinação da produção na perspectiva da soberania alimentar, tanto para o autoconsumo como para a comercialização no município e região. Para essa análise nos embasamos em Fernandes (2008), Chayanov (2014), Bartra (2011), Guzman (2006), Rosset (2006), Martins (2012), *Guia Alimentar para a População Brasileira do Ministério da Saúde* (2014), além dos dados coletados nas visitas as propriedades, entrevistas e fotografias.

Essa pesquisa nos mostra que o Assentamento 14 de Agosto está inserido no contexto das disputas territoriais por modelos de desenvolvimento, permeada por interesses de classes sociais antagônicas e com grandes dificuldades socioeconômicas que imprimem uma dinâmica de avanços e recuos, tensionados pelas contradições num movimento permanente que territorializa e desterritorializa concepções e práticas de produção, de relação com o meio ambiente e com as relações humanas. Nesse sentido, os resultados dessa pesquisa têm contribuído para o apontamento acerca dos limites e potencialidades para ampliar a produção agroecológica nesse assentamento. Portanto, objetiva-se que esse trabalho contribua, mesmo que de forma parcial, para a superação dos entraves logísticos, de assistência técnica, de legislação e de crédito que dificultam uma maior e melhor produção de alimentos saudáveis na perspectiva da soberania alimentar.

2. A LUTA PELA TERRA NO ESTADO DO MATO GROSSO

Neste capítulo analisamos a luta pela terra predecessora ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, no período de 1970 a 1994, marcado pela ditadura militar e a Nova República. Nesse período havia um intenso fluxo migratório para as regiões Norte e Centro-Oeste, devido à expansão da fronteira agrícola, porém ao chegarem nessas regiões, às famílias que não encontravam terra e trabalho remunerado tinham dois caminhos a seguir: voltar ao local de origem ou fazer a luta pela terra. Este contexto de crise criou as condições políticas para o surgimento e consolidação de várias organizações populares do campo e da cidade, entre elas o MST.

Analisamos também a luta pela terra dos povos indígenas, quilombolas e posseiros, bem como as causas e a natureza da luta desses sujeitos, na perspectiva de entender as disputas por modelos de desenvolvimento da ditadura nessas regiões, com subsídio estatal e logística necessária para expandir o latifúndio e as relações capitalistas de produção. A estratégia utilizada pelo regime militar para a expansão da fronteira agrícola foi a colonização estatal e a privada, acompanhadas da violência estatal e paraestatal para conter os conflitos causados devido a grilagem das terras indígenas, da expropriação dos posseiros e da invasão das terras dos remanescentes de quilombos.

Para analisar esse período, nos embasaremos nas contribuições de Fernandes (2000), Casaldáliga (1971), Scarabeli (2014), Picoli (2005), Moreno (2007), Oliveira (2001), Ianni (2009), além de documentos internos do MST e diálogos com dirigentes à frente da construção do movimento nesse estado.

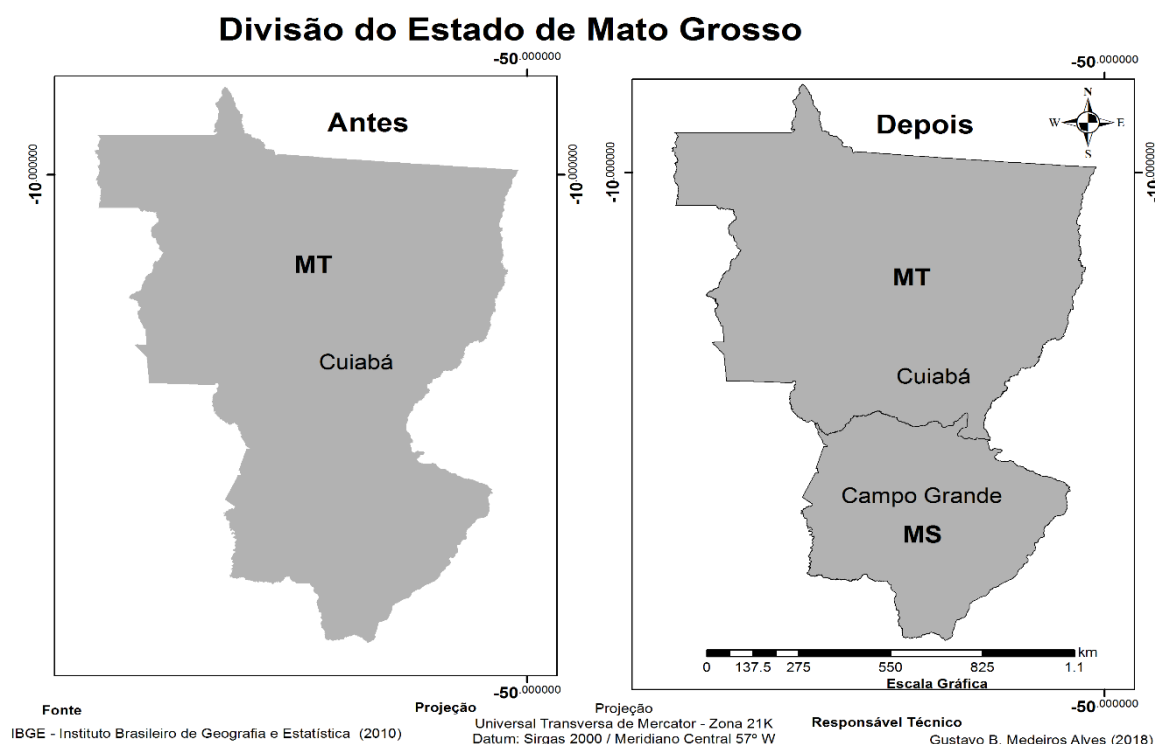
2.1 Mato Grosso: origem e dimensão territorial

Antes de analisarmos a luta pela terra no Estado de Mato Grosso a partir da década de 1970, é necessário abordarmos alguns aspectos considerados importantes no sentido de compreendermos esse vasto território que se tornou espaço de expansão da fronteira agrícola capitalista a partir da segunda metade do século XX até os dias atuais. A origem do Estado de Mato Grosso teve início no século XVIII, quando os colonizadores portugueses enviaram para essas terras bandeirantes com a finalidade de capturar indígenas e escravizá-los, seja no cultivo

da monocultura da cana-de-açúcar ou na edificação das cidades brasileiras. Porém, ao chegar nessas terras através das vias fluviais dos Rios Tietê, Paraguai, Guaporé e Cuiabá, os bandeirantes, além de encontrar indígenas, também encontraram variedades significativas de minérios especialmente o ouro. Com a descoberta desses minerais, se fixaram as margens do Rio Coxipó, onde se originou a capital do estado: Cuiabá. Em seguida a Coroa Portuguesa se estabeleceu nessa região com a finalidade de controlar a extração do ouro e ao mesmo tempo expandir as fronteiras do império que na época era disputado com a Espanha.

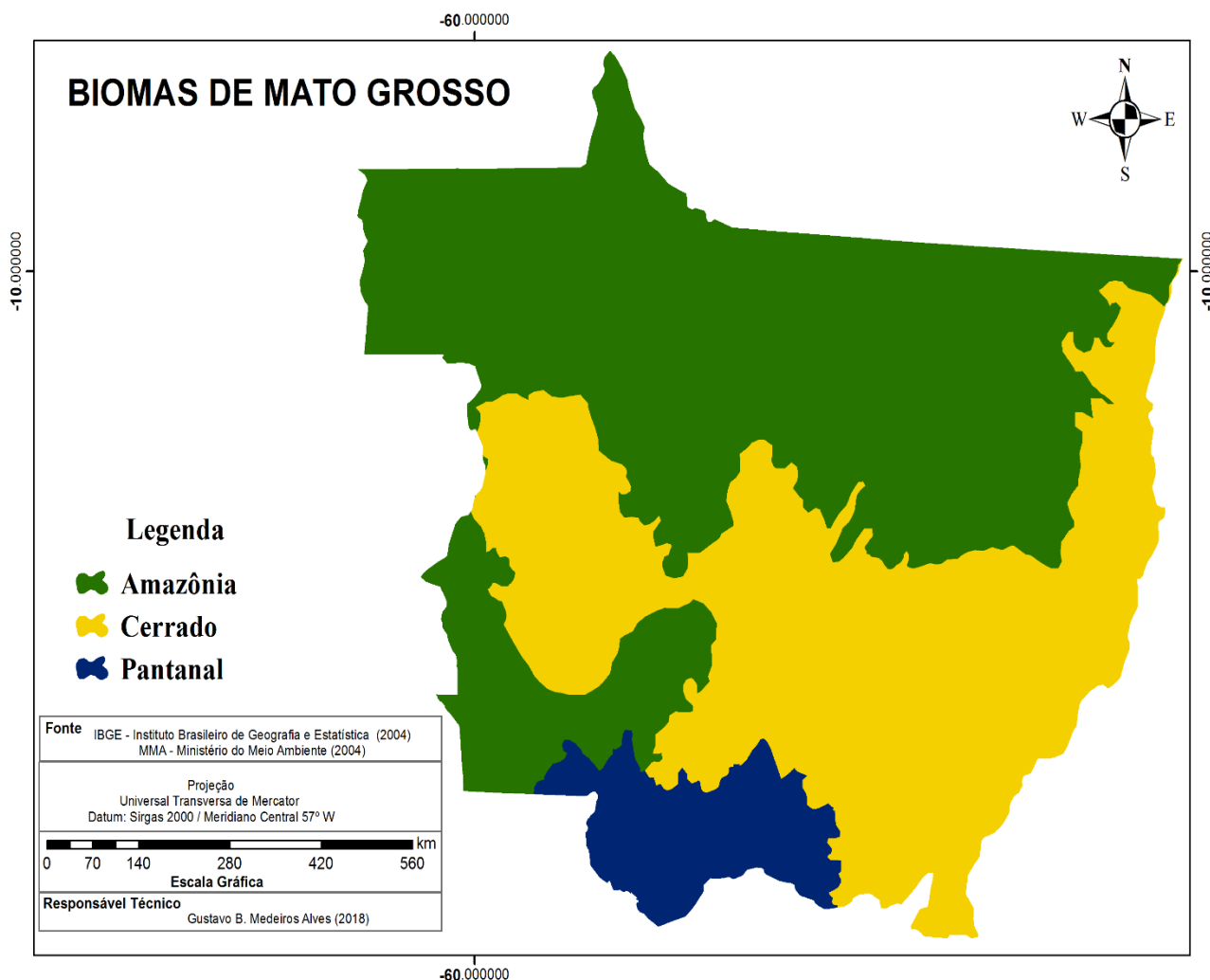
O império português além de consolidar o domínio sobre o vasto território ampliou as fronteiras lusitanas, sendo o Mato Grosso, o “mirante” necessário para o alcance dos seus objetivos, pois, mesmo que a Amazônia tenha sido uma “descoberta” espanhola, foi uma conquista portuguesa. Já no século XX, o estado de Mato Grosso foi desmembrado por duas vezes: a primeira ocorreu em 1943 dando origem ao Estado do Guaporé, o atual Estado de Rondônia; a segunda ocorreu no contexto da ditadura militar em 11 de outubro de 1977 com a criação do atual Estado do Mato Grosso do Sul. Antes dessa divisão Mato Grosso tinha um território de 1.231. 549 km².

Mapa 01: Divisão territorial



O Estado de Mato Grosso mesmo após a divisão é o terceiro maior estado brasileiro em dimensão territorial. A vegetação é composta por três biomas: Pantanal que ocupa em torno de 7,2% do território; Cerrado com 38,29% e Amazônico com 54,51 %, como se pode observar no mapa abaixo.

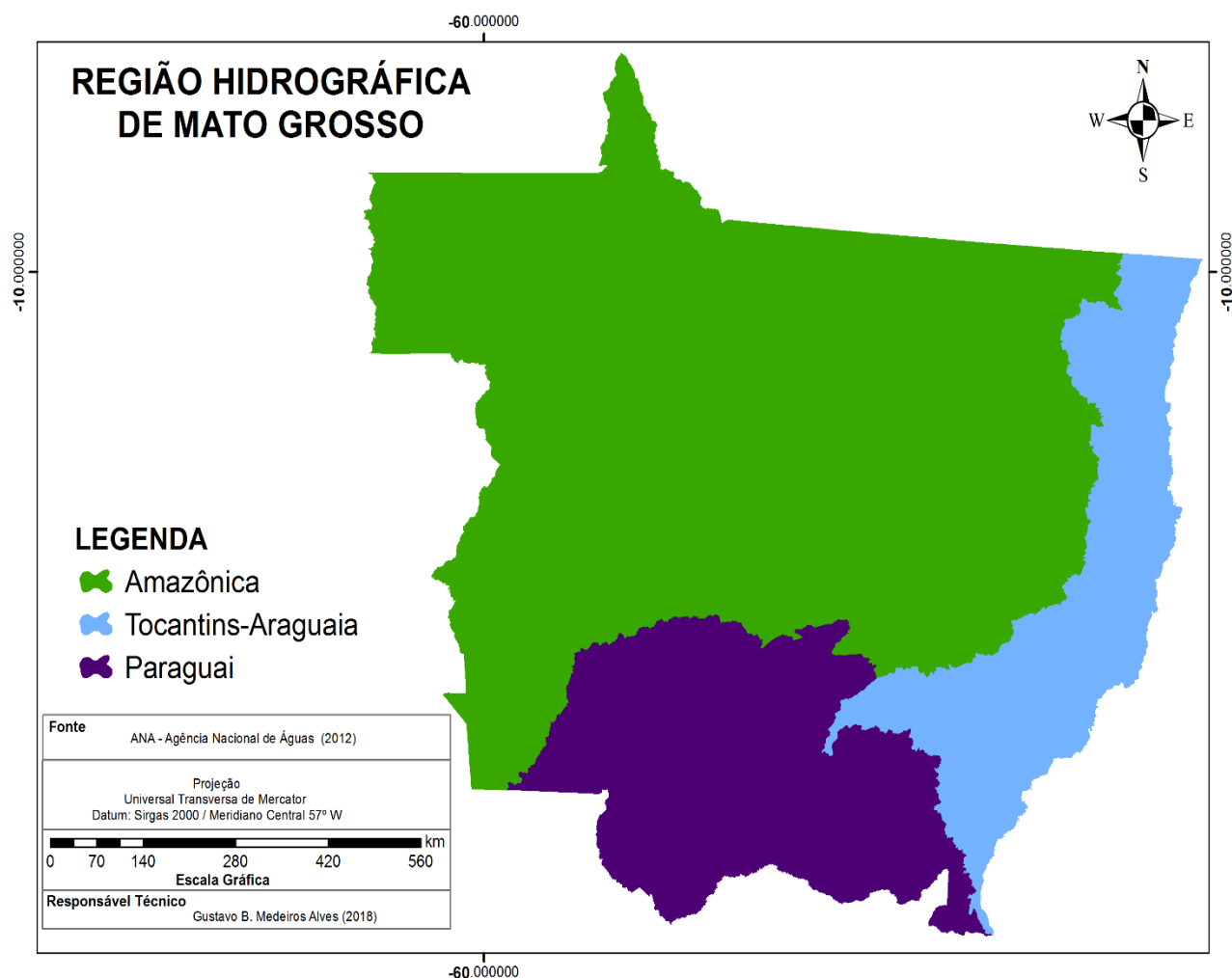
Mapa 02: Biomas de Mato Grosso



De acordo com o último levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, realizado em 2010, Mato Grosso tem 903.357,908 km² de extensão. É o terceiro maior estado do país, ficando atrás somente do Amazonas e do Pará. A área urbana desse estado é de 519,7 km², o que coloca o estado em 11º lugar no ranking de estados com maior mancha urbana. Possui 3.035.122 habitantes, o que representa 1,59% da população brasileira, onde 81,9% da população vivem na zona urbana e 18,1% da zona rural.

Além de seu vasto território, Mato Grosso é um dos lugares com maior volume de água doce no mundo. Considerado a caixa-d'água do Brasil por conta dos seus inúmeros rios, aquíferos e nascentes. O planalto dos Parecis, que ocupa toda porção centro-norte do território, é o principal divisor de águas do estado. Ele reparte as águas das três bacias hidrográficas mais importantes do Brasil: Bacia Amazônica, Bacia Platina e Bacia do Tocantins, como mostra o mapa abaixo.

Mapa 03: Regiões Hidrográficas de Mato Grosso



Os rios de Mato Grosso estão divididos nessas três grandes bacias hidrográficas que integram o sistema nacional, no entanto, devido à enorme riqueza hídrica do estado, muitos rios possuem características específicas e ligações tão estreitas com os locais que atravessam que representam, por si só, uma unidade geográfica, recebendo o nome de sub-bacias. As principais sub-bacias do estado

são: Sub-bacia do Guaporé, Sub-bacia do Aripuanã, Sub-bacia do Juruena-Arinos, Sub-bacia do Teles Pires e Sub-Bacia do Xingu.

2.2 A luta pela terra predecessora ao MST – 1970 a 1994

Analizamos, nesta parte, as lutas pela terra que antecederam a chegada do MST e as causas que as motivaram. O recorte temporal é de 1970 a 1994, período marcado pela ditadura militar e pela abertura democrática com eleições diretas e reorganização popular. Para analisar com mais profundidade os acontecimentos do período, se faz necessário contextualizar esse momento a partir dos interesses políticos e os seus desdobramentos, particularmente no campo.

De acordo com Ianni (2009), os governos militares adotaram diretrizes econômicas que podem ser consideradas da mesma natureza durante todo o período do regime militar. Nesse sentido, o autor destaca os objetivos da ditadura em relação à economia e ao campo:

incentivar a exportação de produtos agrícolas, minerais manufaturados; criar condições e estímulos novos à entrada de capital e tecnologia estrangeiros; estabelecer novos objetivos e criar novos meios na política de ocupação e dinamização da economia da Amazônia; retomar o estudo sobre a reforma agrária; propor o plano de integração nacional (IANNI, 2009, p.215).

A estratégia do governo militar em relação à expansão capitalista da fronteira agrícola, tanto para o Centro-Oeste como para a Amazônia, foi garantida pelo Estado que cumpriu funções fundamentais como os incentivos fiscais para instalação das empresas, bem como desconto nos impostos para os empresários que adquirissem terras nessa região, além da repressão as lutas dos posseiros e dos povos indígenas e quilombolas.

Para viabilizar os objetivos dessa expansão capitalista, foram criadas instituições com a finalidade de induzir o desenvolvimento como a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO (1967); Superintendência de desenvolvimento da Amazônia - SUDAM (1966); Banco da Amazônia - BASA (1966) e Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA (1970).

A criação dessas instituições estava no contexto da expansão capitalista orientada a partir da concepção nacionalista de “integrar para não entregar”. Foi com

base nessa concepção que o processo de ocupação da última fronteira agrícola nacional, tornou-se mais visível a partir da década de 1970. Além da chegada de milhares de deserdados da terra e pequenos proprietários empobrecidos vindos do Nordeste, Sul e Sudeste do país, esse período foi marcado pelas grandes obras que viabilizou a integração nacional, a exemplo da construção da BR 163 (1971), também conhecida como Rodovia Cuiabá – Santarém; BR 364 (1960-1980), conhecida como Rodovia Cuiabá - Porto Velho e BR 158 integrando o Sul e o Centro-oeste ao Norte do país.

Ao analisar os interesses em disputa do governo militar no Mato Grosso, Picoli (2005), afirma que o interesse central do regime era o de viabilizar a expansão capitalista, especialmente no campo, e não o de atender a massa pauperizada que veio de diversas regiões do país.

O projeto de colonização da última fronteira brasileira, elaborada pela ditadura militar, não teve como objetivo assistir o caboclo da região, os problemas da seca do Nordeste, os problemas sociais do sul do país, muito menos beneficiar a grande maioria da população brasileira marginalizada e despossuída. Este projeto foi elaborado para beneficiar principalmente as grandes empresas nacionais e internacionais. Nasceu com a finalidade de colocar os produtos da Amazônia no mercado mundial e, por intermédio dos militares, internacionalizar a região com a expansão de grandes conglomerados capitalistas (PICOLI, 2005, p. 52).

Ainda nesse período, o Estado de Mato Grosso criou instituições vinculadas à questão agrária estadual. Moreno (2007) nos informa sobre essas instituições, bem como sobre as suas finalidades.

A crescente demanda por terras em Mato Grosso colocava como imperiosa a necessidade de se conhecer a sua situação fundiária e a quantidade de terras devolutas disponíveis, para oferecer segurança aos investidores que respondiam ao chamamento da política federal. (MORENO, 2007, p.138).

De acordo com a autora, foram criados dois principais órgãos de terras na década de 1970. O primeiro foi a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso - CODEMAT, que teve como função promover o desenvolvimento estadual através da racionalização administrativa e introduzir um sistema econômico planejado. Segundo Moreno, em 30 de abril de 1971, o poder dessa companhia foi ampliado por meio do decreto 1.138/71 que lhe atribuiu competência para gerenciar

e executar o programa oficial de colonização no estado. Para exemplificar o poder dessa instituição no tocante a questão da terra, pode-se citar a ação do governo do estado de transferir em 1972 para a CODEMAT, dois milhões de hectares de terra no Município de Aripuanã com três finalidades: a) Fundar colônias agrícolas; b) Alienar companhias para fins exclusivos de colonização e c) Incorporar essas terras a projetos agropecuários ou industriais aprovados pela SUDAM e financiados pelos programas de incentivos fiscais.

A segunda instituição estadual criada para cuidar da estrutura fundiária foi o Instituto de Terras do Mato Grosso - INTERMAT, regulamentado em 1977 que só passou a funcionar um ano depois e cumpria a função de revisar e atualizar as leis fundiárias estaduais para a retomada do processo de legalização das terras. Também foi incorporada ao INTERMAT a atribuição de responder pela política fundiária do estado que se restringiu a discriminação, alienação e arrecadação de terras devolutas. A autora analisa que todas as áreas incorporadas ao patrimônio fundiário do estado foram regularizadas via três processos: licitação pública, legitimação de posses, permutas ou projetos de assentamentos e colonização, oficial ou particular.

Moreno analisa os resultados dessa ampla regularização fundiária realizada pelo INTERMAT da seguinte maneira:

[...] o INTERMAT arrecadou entre 1978 e 1990 cerca de 6.456.110, 9681 hectares, tendo sido licitados/regularizados 5.522.748,4982 hectares, no mesmo período. Calcula-se que, do total de terras arrecadadas, apenas 9,26% foram destinadas a regularização de pequenas e médias propriedades, com tamanhos abaixo de 1.000 hectares (MATO GROSSO- INTERMAT 1990 apud MORENO, 2007, p.148).

De acordo com a autora, as terras arrecadadas pelo INTERMAT tiveram duas principais destinações: foram expropriadas dos posseiros/ povos originários e regularizadas para os grandes proprietários e/ou foram arrecadadas dos grandes proprietários e mediante acordos políticos ou financeiros e devolvidas para quem tinha realizado a grilagem. O que se pode garantir é que as terras foram destinadas (90,74%) para a constituição do latifúndio no Mato Grosso.

2.2.1 A Resistência sem-terra antecessora ao MST em Mato Grosso

Dom Pedro Casaldáliga, outro grande estudioso da questão agrária mato-grossense e lutador das causas dos povos do campo, morador de São Felix do Araguaia, Região Norte de Mato grosso desde 1968, em razão da sua sagração episcopal em 1971, envia uma mensagem através da carta pastoral intitulada *Uma igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*, datada de 10 de outubro do mesmo ano, analisando o processo migratório, o perfil dos antigos moradores bem como das novas famílias que chegam a essa região e denuncia a constituição do latifúndio através da expropriação os povos originários e dos posseiros patrocinados pelo estado militar e as suas instituições para integrar Mato Grosso ao capitalismo nacional e internacional.

Analisando a população que habitava o norte mato-grossense, Casaldáliga destaca o seguinte perfil populacional: povos originários, menor parte da população formada pela etnia Xavante - caçadores, bravos, fortes e receosos; Carajás - pescadores, comunicativos, de fácil amizade, artesões do barro e das penas dos pássaros; Tapirapé – mansos, sensíveis e lavradores, de fácil convivência comunitária e de delicada hospitalidade, além dos sertanejos migrantes vindos dos estados do Maranhão, Ceará, Piauí e Pará, que compõe a maioria da população. O autor se refere a eles como

desbravadores da região, “posseiros”. Povo simples e duro, retirante como por destino numa forçada e desorientada migração anterior, com a rede de dormir nas costas, os muitos filhos, algum cavalo magro, e os quatro “trens” de cozinha carregados numa sacola. (CASADÁLIGA, 1971, p. 4).

Compõe o perfil do povo dessa região, especialmente o sertanejo, a religiosidade, a hospitalidade e a coragem frente à natureza e aos poderes do latifúndio. De acordo com Casaldáliga, o restante da população era formada por fazendeiros, gerentes e trabalhadores que se ocupam da administração dos latifúndios na região, quase sempre sulistas. Além desses tem-se ainda os funcionários públicos, incluindo os da FUNAI, comerciantes, pilotos, prostitutas, boiadeiros, policiais entre outros. Casaldáliga destaca o preconceito existente nas relações pessoais cotidianas “Os sulistas falam em essa gente, esse povo, aqui nunca viram, não sabem nem...são índios mesmos” (CASALDÁLIGA, 1971, p. 5).

Além de analisar a composição da população, o autor analisa a estrutura fundiária da região de atuação da prelazia a partir das empresas latifundiárias abaixo.

Tabela 01: Estrutura fundiária da região de atuação da Prelazia em São Felix do Araguaia.

Nº	LATIFUNDIO	HECTARES
01	Agropecuária Suia-Missu	695.843.000
02	Companhia de Desenvolvimento do Araguaia	196.497,19
03	Agropasa	48.165.000
04	Urupianga	50.468.000
05	Porto Velho	49.994,32
	Total	1.039.763,51

Fonte: (CASALDÁLIGA, 1971, p. 5). Adaptação do autor.

A tabela acima revela que cinco empresas patrocinadas pelo estado, concentravam mais de um milhão de hectares de terras. De acordo com Casaldáliga, os projetos que deram origem a esses empreendimentos agropecuários e de colonização foram aprovados a partir do início da década de 1970, porém, antes desse período tinham sido aprovados 66 projetos da mesma natureza. “Esses empreendimentos latifundiários surgiram graças aos incentivos dados pelo governo, através da SUDAM. É a aprovação oficial e financiada de grande latifúndio, com todas as consequências que dele advém” (CASALDÁLIGA, 1971, p. 9). Entre os incentivos concedidos para aquisições via a SUDAM se destacavam dedução de 50% do imposto de renda de pessoa jurídica residentes no país e isenção total ou redução de 50% do imposto de renda devido por dez anos para os empreendimentos instalados ou que viriam a se instalar até 31 de dezembro de 1974.

Enquanto o governo da ditadura militar garantia todas as condições para a constituição do latifúndio em Mato Grosso, muitos trabalhadores (posseiros) que desde o início do século ocupavam essa região juntamente com os povos indígenas passaram a ser expulsos das suas terras “pois na hora menos pensada aparece assim o “tubarão”, donos das terras, que quer fazer valer o seu título de propriedade” (CASALDÁLIGA, 1971, p. 10). De acordo com o autor, após a instalação dos empreendimentos agropecuários garantidos pela SUDAM, uma série de dificuldades (intranquilidade e insegurança), surgiu para os camponeses que “amansaram essas

terras” e permanecessem nelas. A partir desse contexto se instala e aprofunda-se a luta pela terra e para manter-se nela.

Frente à ofensiva do estado e das empresas que estavam despejando os camponeses, houve diversas formas de lutas pela manutenção da posse e/ou para a conquista da terra.

Mas, diante da espoliação prometida e pretendida, o povo se uniu e juntamente com o padre vigário da paróquia, Pe. Francisco Dentel decidiram lutar para salvaguardar o que era seu. Foi feito relatório em 12/04/67 ao senhor presidente da república Mal. Artur da Costa e Silva, sobre a situação e dando sugestões concretas de solução (CF. DOCUMENTAÇÃO II 1 apud CASALDÁLIGA, 1971, p.12).

Após o envio desse relatório e muitas viagens e gastos, o então Presidente da República Marechal Artur da Costa enviou um documento para o Ministério da Agricultura pedindo solução. Mesmo assim, segundo Casaldáliga, vários empecilhos foram colocados para o atendimento dessa pauta, inclusive, padres e líderes dos posseiros foram denunciados aos policiais do exército e do Serviço Nacional de Informação - SNI pelos donos dos latifúndios representados pela Cooperativa Mista do Araguaia – CODEARA, sob acusação de subversão. O autor informa ainda que somente após três anos de espera, uma migalha de 5.000 hectares foi destinada a mais de 100 famílias.

A partir da análise de Casaldáliga identificamos as seguintes ações das grandes empresas contra os posseiros: uso de pistoleiros e de policiais para amedrontar e prender os trabalhadores com o objetivo de expulsá-los da terra ou de comprá-la a preços baixíssimos e ao mesmo tempo impedir a resistência; e cercamentos das lavouras com o impedimento da colheita como forma de desestimulá-los a permanecerem na terra, como nos mostra o autor: “suas terras de lavoura foram cortadas pela “picada” demarcatória dos limites da fazenda ficando várias roças, indispensáveis a sua sobrevivência, dentro desses limites” (CASALDÁLIGA, 1971, p. 13).

A luta desses trabalhadores foi desenvolvida com forte participação da prelazia e diversas formas de resistência, entre elas, as denúncias e as negociações com o governo do período, que geralmente não obtinha grandes avanços já que o que estava em disputa era a expansão da fronteira capitalista versos as relações de trabalho e com a natureza, não mercantis.

Em relação aos povos indígenas, houve um processo de deportação para suas áreas de origem a exemplo da tribo Xavante e, segundo Casaldáliga, houve uma “aculturação agressiva” dos povos indígenas com participação direta da Fundação Nacional do Índio - FUNAI. O autor relata a concepção do então Presidente da FUNAI General Bandeira de Melo sobre o tratamento que deveria ser dado aos povos indígenas: “o parque Nacional do Xingu não pode impedir o progresso do país” (CF. VISÃO- 25/04/71. p. 22 apud CASALDÁLIGA, 1971, p. 18). O General Bandeira de Melo via na floresta a possibilidade de transformá-la em mercadorias e nos índios um potencial de força de trabalho livre a ser explorado. O processo de aculturação dos povos indígenas se expressou na época no alcoolismo, no contágio de doenças como a tuberculose, na prostituição e na criação da guarda indígena que construiu dentro das tribos todo o conceito de autoridade, entre outros.

A participação da prelazia na defesa dos direitos elementares dos posseiros, dos povos indígenas e dos peões, muitas vezes submetidos ao trabalho análogo a escravidão, provocou a reação dos latifundiários e fez com que ela reorganizasse a atuação nessa região. Nesse sentido, de acordo com Casaldáliga, em 1970 os trabalhos da prelazia foram interrompidos, pois

era preciso refletir, reformular a pastoral toda. Sentíamos o impasse da situação religiosa e pastoral do nosso povo. Faltava tudo: em saúde, em ensino, em comunicações, em administração e em justiça. Faltava no povo a consciência dos próprios direitos humanos e coragem e a possibilidade de os reclamar. (CASALDÁLIGA, 1971, p. 25/26).

A partir dessa reflexão a prelazia desenvolveu diversas ações na área educacional como a construção de uma escola no Município de São Felix do Araguaia, “Ginásio Estadual do Araguaia,” com recursos vindos da Espanha, onde funcionavam as três primeiras séries e mais tarde um curso de Madureza Ginásial Noturno, garantindo o Ensino Primário para toda a região. Outra frente de atuação foi no âmbito da saúde com a criação e financiamento, através da Prelazia, de um ambulatório no Município de Santa Terezinha.

Além da atuação no âmbito da educação e da saúde a prelazia passou a desenvolver junto às comunidades um método organizativo denominado “Campanha Missionária,” que contava com uma equipe formada por padre, irmãos e leigos que permaneciam na comunidade/casa do povo por três meses. Nesse período, de

acordo com Casaldáliga, essa equipe compartilhava conhecimentos e estudava a realidade do povo. Também eram desenvolvidas atividades como:

[...] aulas de alfabetização ou círculos de cultura; aulas para complementação de adultos e crianças. Acompanham-se os trabalhos das professoras locais. Dá-se assistência de enfermagem e promove uma ação permanente por todos os meios e por toda ocasião de higiene e saúde. Faz-se uma ação intensa de conscientização. E se tem palestras por grupos, sobre os temas vitais do povo do lugar. [...] com o povo enfrentando-se os problemas e os riscos- às vezes graves – dos direitos dos posseiros frente ao latifúndio (cf. Documentação, nº II, 3. A, B). E tenta-se assentar a vida dos patrimônios numa organização popular básica, humana. Criam-se os “Conselhos de Vizinhança” - autoridade popular de uma equipe livremente eleita (que em Pontinópolis, junto com o povo, elaborou a “lei do posseiro”). (CASALDÁLIGA, 1971, p. 26/27).

Todas essas ações aprofundaram o conflito entre os latifundiários e a prelazia. “É um conflito declarado da prelazia com os latifundiários e dos núcleos políticos e de controle econômico da região que fazia de nós todos “subversivos” e “comunistas”. E “estrangeiros”! (CASALDÁLIGA, 1971, p. 27). O autor achou desnecessário responder os dois primeiros adjetivos por considerá-los excessivamente gratuitos e gastos. Quanto à denominação de “estrangeiros” respondeu:

Estrangeiros somos, certamente o bispo e os padres. Talvez, porém, bastante mais dedicados ao bem do Brasil do que nossos acusadores. [...] Além de que não há homem estrangeiro na terra dos homens, e a igreja no mundo é em todo lugar nossa pátria” (CASALDÁLIGA, 1971, p. 27).

A expropriação dos recursos naturais e do trabalho em razão da expansão capitalista e a luta e resistência dos camponeses e indígenas apoiados pela prelazia de São Feliz do Araguaia, produziu uma concepção de igreja:

Nós - bispos, padres, irmãs e leigos engajados - estamos aqui entre o Araguaia e o Xingu, neste mundo real e concreto, marginalizado e acusador, que acabo de apresentar sumariamente. E somos aqui a igreja “visível” e reconhecida. Ou possibilitamos a encarnação salvadora de Cristo neste meio, ao qual fomos enviados, ou negamos nossa fé, nos envergonhamos do evangelho e traímos os direitos e a esperança agônica de um povo de gente e também povo de Deus: os sertanejos, os posseiros, os peões. Este pedaço brasileiro da Amazônia. (CASADÁLIGA, 1971, p. 28).

Em relação às mudanças necessárias para o campo, Casaldáliga afirma:

sentimos, por consciência, que também nós devemos cooperar para desmistificação da propriedade privada. E que devemos urgir - com tantos outros homens sensibilizados - uma reforma agrária justa, radical, sociologicamente inspirada e realizada tecnicamente, sem demoras exasperantes, sem intoleráveis camuflagens (CASALDÁLIGA, 1971, p.29).

A carta pastoral analisa ainda a função do estado e do regime militar frente à expansão da fronteira agrícola capitalista, da origem do latifúndio no Mato Grosso, bem como a luta e a resistência dos camponeses e indígenas contra a expropriação de suas terras e de seu trabalho. A carta também propõe o fim da propriedade privada e a realização da reforma agrária como condição para a paz no campo. Obviamente que essa carta historiciza a participação decisiva da prelazia de São Felix do Araguaia e particularmente do bispo Dom Pedro Casaldáliga, um espanhol da Catalunha que se tornou, ainda muito cedo, um lutador das causas dos povos do campo.

2.2.2 A resistência negra em Mato Grosso: os quilombos

A formação do Estado do Mato Grosso, do seu povo e a origem da riqueza nele produzida, estão vinculadas diretamente ao trabalho escravo, particularmente do povo negro. A colonização portuguesa que chegou ao litoral em 1500 apossou-se desse estado duzentos anos depois, porém, usando os mesmos métodos e objetivos:

A busca de matérias primas e de metais preciosos em terras distantes visa garantir ao rei novos domínios e recursos suficientes para fortalecer seu poder bélico, assegurar o controle dos mercados recém-conquistados e possibilitar a acumulação de riqueza ainda maior (GENNARI, 2011, p. 13).

A busca por esses bens da natureza, particularmente o ouro, teve início em Mato Grosso no ano 1719 e junto dela estava o trabalho escravo. “Os negros eram trazidos, inicialmente, pelas monções fluviais e depois através do caminho terrestre que ligava Cuiabá a Goiás, aberto em 1736.” (BARROS, 1989, p.1). Posteriormente os escravos eram transportados via Grão-Pará, através da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. De acordo com Barros nas primeiras décadas do século XX o povo negro representava 85% da população do estado.

A população negra, não só em Mato Grosso, mas em todo o Brasil teve significativa influência na composição racial do país, e a questão que se colocava no período da escravidão, era de como as elites conseguiam manter por séculos, apesar das fugas, o controle sobre a população negra. De acordo com Gennari (2011, p. 66), entre os mecanismos de controle da massa escrava se destacavam: a) Não portar armas de qualquer natureza, se portasse faca a penalidade era de 100 açoites diários durante dez dias; b) Não circular pelas vias ou fora delas sem autorização dos seus donos; c) Cumprir os horários pré-estabelecidos para andar pelas ruas; d) Se soubessem da existência de quilombos deveriam delatar para as autoridades, caso contrário sofriam penalidades.

Porém esses mecanismos de controle não impediam que muitos escravos fugissem e se organizassem em quilombos. Diante da necessidade de o sistema manter o controle sobre “essas mercadorias valiosas,” foram constituídos vários mecanismos de repressão mais acentuados e criado um grupo conhecido como “homens do mato” para recapturar os fugitivos, além da destruição total dos quilombos encontrados. Para compor esse grupo era necessário conhecer a área onde iria atuar e as artimanhas utilizadas pelos escravos. Essa atividade era recompensada por dia trabalhado e em forma de dinheiro

A submissão dos escravos se dava também através de diversos métodos de tortura, como amarrar o escravo no tronco imobilizando os pés, mãos e o pescoço. Em caso de fuga aplicação de 100 açoites nos pelourinhos da cidade ou na presença dos demais colegas e quando o corpo do escravo já estava em carne viva, era “tratado” com banho de vinagre, água salgada ou pimenta e jogado numa cela, caso sobrevivesse passaria o resto da vida com uma argola de ferro e chocalho no pescoço. As atrocidades com os escravos não eram somente essas, para extrair confissões, segundo Gennari (2011, p. 25) utilizava-se os chamados “anjinhos” que eram dois anéis de ferro que comprimiam os dedos da vítima, provocando dores horríveis. Acrescenta-se a esses métodos a folha de flandres sobre o rosto do escravo, castração, destruição dos dentes a marteladas, amputação dos seios, vazamento dos olhos, marcas no rosto em ferro quente, queimaduras feitas pelas fagulhas das caldeiras quando os cativos eram acorrentados com o corpo nu o mais próximo possível das chamas, entre outros.

Diante de tamanha injustiça os escravos desenvolveram várias formas de resistência, entre elas: resistência ao trabalho, pois “resistir a escravidão via de regra, é sinônimo de resistir ao trabalho. O cativo precisa ser mau trabalhador para não ser um bom escravo” (GENNARI, 2011, p. 30). O banzo, definido como uma profunda saudade, neste caso do ex-continente, também é entendido como resistência, pois expressa rejeição em relação a condição a qual está submetido, suicídios, abortos e assassinatos dos filhos para que não se tornassem escravos, fuga individual, violência individual contra os feitores e os senhores, práticas religiosas nas senzalas, pois nelas, os rituais, a dança exercitando a ginga dotam o corpo de elevada mobilidade como afirma o autor:

os negros criam e adaptam seus golpes a necessidade de enfrentar o corpo a corpo com os capitães do mato, encarregados de capturá-los vivos para que possam ser publicamente supliciados ou reconduzidos ao trabalho forçado (GENNARI, 2011, p. 31).

Gennari chama atenção ainda sobre as incertezas quanto à origem e ao sentido da capoeira, mas admite que pesquisas recentes indicam a relação entre danças, tradições marciais e lúdicas vindas da África e formas de autodefesa praticadas pelos escravos na Colônia Espanhola e no Brasil.

Não há dúvida que todas essas formas de resistências contribuíram para a conquista parcial da liberdade dos escravos no Brasil, porém, igualmente podemos afirmar que os quilombos foram as formas mais avançadas de luta pela liberdade, pois eles sintetizavam, além da resistência, outra perspectiva de organização social. Do ponto de vista conceitual, a literatura crítica atribui ao quilombo vários significados, mas todos admitem que se trata da maior expressão da luta por liberdade do período. De acordo com Gennari, os quilombos eram territórios de resistência e ao mesmo tempo desenvolviam ações ofensivas contra os engenhos e fazendas da região. Para ele, a palavra quilombo é a incorporação na língua portuguesa de um termo africano que significa esconderijo. “No Brasil, se torna sinônimo de núcleo de escravos fugidos que procuram abrigo em locais de difícil acesso para neles construir padrões africanos de organização social” (GENNARI, 2011, p. 32).

Para analisarmos a luta quilombola no Estado de Mato Grosso a partir do período de 1970 – 1994 se faz necessário buscar a história da escravidão e as suas

mais variadas formas de resistência no Período Colonial. A formação dos quilombos no Mato Grosso está vinculada a descoberta do ouro por garimpeiros itinerantes em 1731 em torno do Rio Guaporé, Região Sudoeste do estado, bem como a chegada dos primeiros escravos nessa região em 1752, ano da fundação da primeira capital mato-grossense denominada Vila Bela da Santíssima Trindade. Além do ouro, os cativos trabalhavam no cultivo da agricultura, na pecuária e na construção das obras públicas. O governo português ao deslocar escravos para essa região e fundar a primeira capital do estado, se apoderou das terras sobre controle do Império espanhol que estava delimitada pelo Tratado de Tordesilhas. Nesse sentido, os escravos cumpriram três funções principais: fazer a extração do ouro, a construção da capital e a expansão do Império português em terras de domínio espanhol.

Igualmente as demais regiões do país, em Mato Grosso os escravos também resistiram à escravidão através das mais diversas formas de lutas, especialmente através da organização dos quilombos. De acordo com Barros (1989), “o primeiro quilombo de Mato Grosso que se teve notícia foi o de Quariterê, também referido por alguns cronistas por Quilombo das Campanhas do Rio Galera” (BARROS, 1989, p.2). Quariterê ficava localizado as margens do Rio Quarité ou Piolho, afluente da margem direita do Rio Guaporé. De acordo com Gennari (2011), a população do Quariterê era composta por 79 negros e cerca de 30 índios, governada por uma rainha conhecida como Tereza de Benguela. A forma de organização desse quilombo se dava através de um tipo de parlamento e a disciplina era rígida, especialmente para aqueles que colocassem em risco a segurança da comunidade, a exemplo dos desertores que ao serem capturados sofriam penalidades como enforcamento, fraturas nas pernas, ou eram enterrados vivos.

O Quilombo Quariterê foi abatido por uma poderosa bandeira pela primeira vez em 1770 e os seus membros foram aprisionados. Eles foram levados para Vila Bela da Santíssima Trindade onde sofreram humilhantes e cruéis castigos em praça pública e foram marcados com ferro quente com a letra F como mandava o alvará régio. De acordo com Barros (1989), a rainha Tereza de Benguela frente à destruição do quilombo enlouqueceu. Presa e conduzida a então capital do estado, num gesto de extrema indignação, revolta e resistência cometeu suicídio.

De acordo com o autor, o quilombo foi reconstruído pelos quilombolas que conseguiram se embrenhar na mata e se reagruparem novamente, constituindo o

Quilombo do Piolho, nome dado em homenagem ao companheiro de Tereza abatido pelos bandeirantes em 1770. Em 1795, o Quilombo do Piolho foi abatido e 54 pessoas aprisionadas, desta vez, segundo Barros, os quilombolas não foram submetidos a castigos cruéis, pois o Governador João Albuquerque mandou-os batizar, e por considerar os índios e os seus filhos livres e os negros embora escravos, estivessem muito velhos, encaminhou-lhes através de canoas com sementes e mantimentos para que junto com o povo Cabixi fundassem a aldeia Carlota.

Segundo Gennari (2011), a bibliografia disponível a respeito da resistência negra em Mato Grosso é escassa e as fontes mais consistentes informam que no Período Colonial houve três quilombos: Quariterê, Sepotuba e Rio Manso. Todos esses quilombos foram importantes na luta pela liberdade dos cativos, porém, é necessário destacar que o Quilombo Quariterê e depois Piolho, se destacou em relação aos demais por três principais razões, além de ser o maior do estado na época: pela capacidade de resistência, pois enfrentou por duas vezes os bandeirantes; pela larga escala de produção (milho, feijão, mandioca, amendoim, batata, fumo, algodão, banana, ananás e a criação de galinhas) que garantia a auto sustentação do quilombo, enquanto que nesse período a fome estava se generalizando na capitania, particularmente nas cidades de maior povoamento; e a capacidade de liderança de Tereza de Benguela. Essas três características, ressaltados a demografia e a geografia, além do contexto da época, fizeram de Quariterê o “Palmares” Mato-Grossense.

A luta heroica do povo negro pela liberdade é secular. Mesmo com conquistas significativas como a liberdade formal em 1888 a luta continuou, pois, a concentração da propriedade seja pública ou privada não foi alterada ao ponto de democratizar a terra. Mudaram-se as relações de produção, porém, sem mudar o domínio de classe. Nesse sentido, a luta dos quilombolas mato-grossenses continua até os dias atuais para defender os seus territórios ou para garantir o direito de tê-los reconhecido pelo estado conforme determina a constituinte de 1988, aprovada no centenário da abolição, que assegurou a propriedade e reconheceu as áreas por eles ocupadas como patrimônio cultural do país.

Em relação aos quilombos no Estado de Mato Grosso, Gennari (2011) analisando Seilert (2006) em pesquisa que aborda o perfil socioeconômico, fundiário

e ambiental dos quilombolas de Mato Grosso, afirma que na primeira década do século XXI, foram encontradas e registradas 60 comunidades quilombolas com cerca de 2.500 famílias distribuídas em 08 municípios, sendo eles: Acorizal, Barra do Bugres, Cáceres, Chapada dos Guimarães, Cuiabá, Nossa Senhora do Livramento, Poconé e Vila Bela da Santíssima Trindade.

Entre os problemas vivenciados atualmente pelos quilombos está o cerceamento de ir e vir; esvaziamento das comunidades provocado pelo êxodo rural; ausência de políticas públicas no âmbito da educação, saúde, eletrificação; falta de reconhecimento territorial, entre outros. Contudo, mesmo diante de tantos enfrentamentos e dificuldades eles resistem, ou nas palavras de Gennari (2011) “vitoriosos ou derrotados, grandes ou pequenos, famosos ou desconhecidos, os quilombos são o testemunho vivo de quem aceita correr o risco de desafiar uma ordem aparentemente invencível” (GENNARI, 2011. p. 77).

2.2.3 A resistência Indígena em Mato Grosso

Para compreendermos os acontecimentos da história de luta e resistência dos povos indígenas em Mato Grosso, é preciso ainda que de maneira rápida, buscar na formação social brasileira o caráter da colonização portuguesa e seu contexto. Analisamos que a colonização portuguesa no território que viria ser o Brasil está situada no contexto da primeira fase de desenvolvimento do modo produção capitalista. Estamos falando da fase do capitalismo mercantil, que devido à expansão marítima e a “ocupação” do além-mar foram criadas as condições para a acumulação de riquezas para o desenvolvimento do sistema capitalista na Europa.

Nessa perspectiva, tanto os bens da natureza como os seres humanos eram transformados progressivamente em mercadorias. Nesse período, a resistência ao processo de colonização se caracteriza por duas lutas fundamentais dos povos indígenas: a luta liderada pela nação indígena Tupinambá contra os colonizadores portugueses ocorrida entre 1555 e 1556, também conhecida por Confederação dos Tamoios, nome dado pelo envolvimento de outros povos indígenas; a outra se trata da resistência ao Tratado de Madri (1750), assinado entre os monarcas de Portugal e Espanha que estabeleceu, que para acabar com o conflito entre os dois reinados na América, os sete povos Guaraní da sete missões teriam que mudar para onde

hoje é a Argentina. As potências coloniais foram derrotadas diversas vezes, porém, com o assassinato do seu maior líder, Sepé Tiaraju, os Guaranis foram derrotados.

Após dois séculos da colonização da costa brasileira, os bandeirantes chegam pela primeira vez em território onde seria Mato Grosso, em busca de índios a serem capturados e consequentemente vendidos na condição de escravos para trabalhar na monocultura da cana-de-açúcar. De acordo com Siqueira (2002) “a colônia portuguesa interessava que, na colônia, fossem produzidas, em grande quantidade, produtos tropicais para serem vendidos, pela metrópole, ao mercado europeu” (SIQUEIRA, 2002, p. 10). Portanto, foi nessa perspectiva que as terras mato-grossenses foram alcançadas e posteriormente consideradas importantes pela coroa devido à descoberta de ouro.

Foi na busca dos índios Coxiponé que a bandeira de Antônio Pires de Campos, em 1718, atingiu o rio Coxipó. No encalço dessa bandeira, veio outra, comandada por Pascoal Moreira Cabral (1719) a qual, acidentalmente encontrou ouro nas barrancas do citado rio” (SIQUEIRA, 2002, p.11).

Ao analisarmos as lutas dos povos indígenas pelos seus territórios e tudo que ele significa para a sua cultura, percebe-se que elas estão vinculadas diretamente ao enfretamento contra ao projeto de desenvolvimento do capitalismo que transforma ou tenta transformar tudo em mercadoria. Ou seja, a luta dos povos indígenas está situada no contexto da disputa de projetos entre o avanço das relações capitalistas versus as relações não capitalistas. Nesse sentido, essas lutas perpassam os cinco séculos de existência do Brasil, sendo os povos indígenas de Mato Grosso os seus continuadores. Nesse estado, a luta contra esse modelo de sociedade tem início no século XVIII e segue nos dias atuais.

Os indígenas do Estado de Mato Grosso se destacaram na luta indígena a partir de meados de 1974 no contexto da ditadura militar. De acordo com o jornal Porantim, publicado pelo Conselho Indigenista Missionário – CIMI, “o processo de luta dos povos indígenas do Brasil, a partir da década de 70, teve como protagonistas importantes os índios Xavante, do Mato Grosso” (JORNAL PORANTIM, 2018, p. 1). O informativo atribui o reascenso da luta indígena por direitos no Brasil às assembleias indígenas realizadas a partir de 1974. O levante indígena no período teve como objetivo resistir e denunciar a crescente violência e possibilidade real de dizimação cometida contra os diversos povos.

Os povos indígenas no Mato Grosso usaram diversas táticas de lutas, desde o enfrentamento armado para defender suas terras como informa o depoimento de um índio xavante no mesmo jornal: “Então eles viam o pessoal nosso reunidos em armas. Nós mesmos limpamos, engraxamos rifles e vigiamos a noite inteira até amanhecer. Com o medo que eles têm, voltaram atrás” (JORNAL PORANTIM, 2018, p.02). A outra tática utilizada foi à luta eleitoral com a eleição do primeiro deputado federal indígena eleito no Brasil pelo Partido Democrático Brasileiro – PDT, que atuou no período de 1983 – 1987, Mário Juruna que era natural de Barra do Garças/MT e cacique da Aldeia Xavante Namucará.

Figura 01: Dep. Federal Mário Juruna com o cocar na cabeça em reunião na Assembléia Legislativa de Mato Grosso.



Fonte: Museu multimídia dedicado à luta pela democracia no Brasil. Disponível em <http://memorialdademocracia.com.br/>. Acesso em 01/08/2018

A luta indígena no Mato Grosso obteve vitórias importantes a exemplo da conquista do Parque Indígena do Xingu, criado em 14 de abril de 1961 pelo então governo democrático de Jânio Quadros. A criação do parque aconteceu em função da resistência dos povos indígenas ao avanço do latifúndio criador de gado e a “Marcha Para Oeste” criado pelo presidente Getúlio Vargas na primeira metade dos

A elaboração do projeto do parque foi feita pelo antropólogo Darcy Ribeiro, então funcionário do Serviço Nacional de Proteção ao Índio - SNPI. O parque Indígena do Xingu, assim denominado a partir da criação da Fundação Nacional do Índio - FUNAI em 1967 tem um território de 2.642.003 hectares, equivalente ao Estado de Alagoas, onde vive 5.500 indígenas formados pelos povos Aweti, Kalapalo, Kamaiurá, Kuikuro, Matt, Mehinako, Nahukuá, Naruvotu, Trumai, Wauja e Yawalapiti.

O parque tem uma diversidade de recursos naturais com 08 rios, biomas do Cerrado e da Floresta Amazônica e seu território incide sobre 10 municípios da Amazônia mato-grossense.

De acordo com o almanaque “Socioambiental Parque Indígena do Xingu 50 anos”, o Parque Indígena do Xingu - PIX sofreu diversos ataques de pescadores e caçadores no início da década de 1980. Já na última década do século XX, segundo a mesma fonte, a invasão foi realizada pelos agropecuaristas através das queimadas para o plantio de pastagem e por madeireiros que se aproximavam dos limites físicos do parque, além da poluição das fontes de águas usadas para o consumo dos povos indígenas.

Para penetrar no sul da Amazônia Mato-Grossense foi criada a expedição “Roncador Xingu”, que dela fizeram parte os irmãos Vilas Boas e Marechal Candido Rondon. Analisa-se também, que essa expedição tinha entre suas tarefas, a interligação dessa região ao restante do país e a localização para transferência da capital federal do Rio de Janeiro para o planalto central, aliás, esse período é marcado pela segunda guerra mundial e os possíveis mísseis lançados do mar facilmente atingiriam a capital.

Diante do avanço de outras perspectivas de relações socioambientais em direção ao parque e as consequências advindas delas, os indígenas reagiram apreendendo um avião e exigindo respeito a sua cultura e ao seu território como mostra a fotografia abaixo.

Figura 02: Avião apreendido pelos índios Kaiabi em ato de protesto.



Fonte: Museu multimídia dedicado à luta pela democracia no Brasil. Disponível em <http://memorialdademocracia.com.br/>. Acesso em 01/08/2018

Durante a ditadura militar os indígenas foram tratados como verdadeiros empecilhos para o desenvolvimento, enquanto seus apoiadores eram vistos como opositores ao regime e combatidos como tal. Na luta pela abertura democrática ao longo das décadas de 1970/80, os povos indígenas conquistaram reconhecimento social e conquistas expressivas na constituinte de 1988, a exemplo dos artigos 231 e 232 que reconhecem o modo de vida indígena e determina a união como responsável para demarcar as suas terras, bem como garantindo a esses povos os direitos básicos de cidadania.

Os povos indígenas continuam resistindo a ofensiva capitalista que avança sobre seus territórios, na perspectiva de impor as relações mercantis de produção. Uma das expressões dessa resistência é a retomada do crescimento demográfico da população indígena constatada no censo de 2010, onde foi confirmado o crescimento populacional de 11,4% passando de 753 mil para 817 mil pessoas declaradas como indígenas. Em relação à população indígena no Estado de Mato Grosso, o mesmo censo informa que existem 42.538 índios classificando Mato Grosso na sexta posição de população indígena do país. Os povos indígenas nesse

estado estão divididos em 38 etnias que atinge 35 dos 141 municípios mato-grossenses.

Pode-se afirmar que o crescimento demográfico indígena é uma conquista fundamental desses povos, porém, os desafios contemporâneos para continuarem tendo o direito de existir são gigantescos, e entre eles se destacam: o envenenamento dos rios e nascentes; a perda da identidade cultural; assassinatos; queimadas; extração de madeiras e de produtos minerais; avanço da monocultura do agronegócio em torno das reservas; os arrendamentos das terras indígenas para o cultivo da soja, entre outros, além da restauração neoliberal a partir do golpe político de 2016 que fez alterações na constituinte de 1988, na perspectiva de subtrair direitos sociais e conquistas indígenas, a exemplo da obrigatoriedade da demarcação das suas terras.

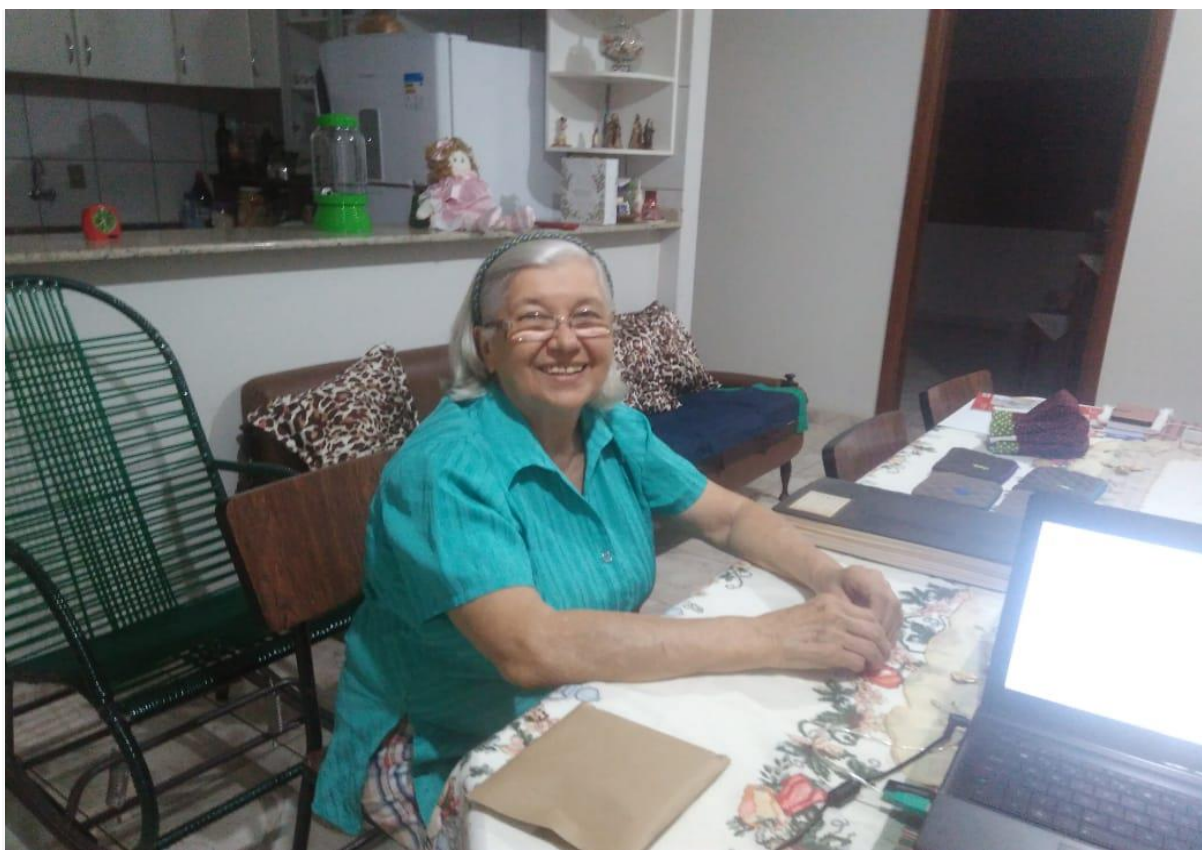
2.2. 4 A Luta dos Sem Terras em Mato Grosso

As lutas dos sem terras no Mato Grosso no período analisado (1970-1994), tem entre seus sujeitos a população local, e particularmente os imigrantes que ao chegarem nesse estado descobriram que a sua função era a de ser força de trabalho para o latifúndio no intuito de desbravar o Cerrado e a Floresta Amazônica, “amansando” a terra para a criação de gado e contribuindo para a ampliação das cidades no interior do estado, especialmente onde estava sendo construídas as rodovias federais. Por outro lado, o estado brasileiro e a expansão da fronteira agrícola capitalista que via no incentivo a criação do latifúndio e na imigração, a condição necessária para a ofensiva do capitalismo nesse estado. A relação entre esses sujeitos é mediada pelo conflito em torno da disputa de terra e por projetos de desenvolvimento antagônicos.

Para demonstrar os acontecimentos desse período vamos analisar a luta dos sem-terra ocorrida em meados da década de 1980, na Região Sudeste do estado. Analisaremos os aspectos organizativos, as formas de lutas, bem como as organizações envolvidas, seja exercendo solidariedade ou dando a direção dessa luta. Para analisarmos a luta ocorrida no período da reabertura democrática entrevistamos com questões semiestruturadas duas pessoas que participaram na organização dessa luta e que também desenvolveram ações de solidariedade para com os sem terras.

A primeira entrevistada¹ foi irmã Irma Deemarchi da Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas, vinculada a Diocese de Rondonópolis. Irmã Irma nasceu em Santa Catarina e a pedido do então Bispo Dom Osório Stoffel, foi enviada pela sua congregação em 1977 para trabalhar na equipe de coordenação das pastorais sociais no Estado do Mato Grosso, onde desenvolveu diversas ações, especialmente na Pastoral da Juventude - PJ, nas Comunidades Eclesiais de Base - CEBs e no incentivo a luta pela terra. Deemarchi participou da primeira marcha de sem terras de que se tem notícia em Mato Grosso, que aconteceu em 1986 após um ano de preparação feita através de estudo e reflexões organizadas pela CEBs via as pastorais sociais especialmente pela Comissão Pastoral da Terra - CPT, e percorreu 150 km em sete dias com a participação de 45 crianças. De acordo com Deemarchi, sua função era fazer a campanha do leite junto aos produtores e transportá-lo de Rondonópolis a Cuiabá, cerca de 220 km, a fim de garantir alimentação para as crianças.

Figura 03: Irmã Irma Deemarchi



Fonte: Scarabeli, 2018.

¹ Entrevista concedida a Vanderly Scarabeli em julho de 2018.

² Entrevista concedida a Vanderly Scarabeli em julho de 2018.

O segundo entrevistado foi Pedro Soares Neto, conhecido como ²Pedrinho Sem Terra, nome popular devido ao seu envolvimento na luta pela terra nessa região. Pedrinho é cearense e aos seis anos de idade mudou juntamente com seus familiares em 1958 para o Município de Jaciara. Pedrinho é camponês e tem profundo conhecimento dessa região, especialmente da constituição do latifúndio e da luta pela terra. Nesse município envolveu-se nas Comunidades Eclesiais de Base do Brasil - CEBs, na luta por um movimento sindical dos trabalhadores rurais combativo, onde desenvolveu lutas em defesa dos direitos dos trabalhadores do corte da cana, nas lutas em torno da elaboração da constituinte de 1988, além da participação direta nas lutas em defesa do Sistema Único de Saúde – SUS através do Movimento Popular de Saúde - MOPS, e das lutas em defesa da isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU e das passagens de ônibus gratuitas para aposentados.

Figura 04: Pedrinho Sem Terra



Fonte: Scarabeli, 2018.

²Entrevista concedida a Vanderly Scarabeli em julho de 2018.

De acordo com Pedrinho, a marcha saiu do Município de Jaciara com a participação de 100 pessoas, a maioria migrante, e durante o percurso houve solidariedade da igreja católica e de muitas pessoas que ao ver o sacrifício dos sem terras contribuíam com alimentos, sapatos, roupas, filtros solares, televisores, dinheiro, entre outros.

A preparação das famílias para lutar pela terra durou em torno de dezoito meses, sendo que no primeiro momento, segundo Pedrinho, foi organizado e preparado um grupo de dez pessoas de extrema confiança, afinal, “mesmo estando no período de abertura democrática as práticas autoritárias estavam em vigor” (PEDRINHO SEM TERRA, 2018) e o Governador de Mato Grosso, Júlio Campos, era do Partido Democrático Social - PDS que até hoje é um dos maiores latifundiários do estado.

Figura 05: Chegada da marcha na capital mato-grossense



Fonte: Arquivo pessoal da Irmã Irma Deemarchi, 1986.

Deemarchi analisa que a preparação do pessoal foi feita a partir da reflexão crítica do evangelho, nessa mesma perspectiva, Pedrinho nos conta que usavam

textos bíblicos que contavam a história da luta pela terra a exemplo de Moises e Abraão. “As reuniões eram feitas nas casas das pessoas e com pouca gente, somente quando atingimos o número maior de pessoas é que as reuniões se tornaram públicas” (PREDINHO SEM TERRA, 2018).

Em relação às formas de lutas, quando questionado sobre a origem da ideia de fazer a marcha, Pedrinho afirma que a preparação inicial das famílias era para ocupar um latifúndio na região, e que ao apresentar essa proposta para o Bispo Dom Osório, foi aconselhado a evitar a ocupação tendo em vista a possibilidade de mortes, e que depois de algum tempo ficaram sabendo que no latifúndio pretendido trabalhavam doze pistoleiros.

Tomada à decisão de fazer a marcha, o bispo viabilizou o acolhimento das famílias na Paróquia do Rosário São Benedito em Cuiabá, onde foram acolhidos pelo Padre José Ten Cate e a partir dessa paróquia faziam as negociações com o INCRA. De acordo com Pedrinho, Padre José Ten Cate preocupado com a segurança das lideranças, aquele grupo de dez pessoas, alojou-os em local seguro dentro da igreja.

Pedrinho nos conta ainda que a marcha estava organizada através de uma coordenação que tinha como membros aquelas dez pessoas que foram preparadas ao longo do ano de 1985 e que exerciam também a função de negociar junto ao INCRA, além de duas equipes sendo comunicação e alimentação. Para as pessoas idosas ou para aquelas que não aguentavam mais caminhar, havia transporte para levá-las até o acampamento.

Em relação às desistências, Pedrinho informa que durante a marcha houve a desistência de um grupo de seis pessoas que foram atraídas para comprar terras griladas em Pontes e Lacerda e que ao chegarem nesse município perceberam que estavam numa emboscada, pois após pagarem pela suposta terra, três foram assassinados e os demais foram torturados com ponta de cigarros e com canos de carabina quente. “Eu vi numa única pessoa 17 queimaduras provocadas pela ponta do cano de carabina, pareciam perfurações” (PREDINHO SEM TERRA, 2018).

De acordo com ele, os sem terras reagiram e organizaram uma emboscada que consistia em deixar as redes armadas sem ter pessoas dentro. Os pistoleiros ao

verem as redes fizeram vários disparos e ao cessarem os tiros, os sem terras revidaram de outro local, surpreendendo-os.

Após uma semana de marcha os sem terras, com algumas desistências e perdas, chegaram à capital em alojaram-se na Paróquia do Rosário e São Benedito. Estabeleceram negociações com o INCRA e finalmente conseguiram o assentamento de 72 famílias no Assentamento Novo México, Município de Colíder que fica a 631 km de Cuiabá.

De acordo com Pedrinho, a situação da infraestrutura, da saúde e da educação era precária e, mais uma vez o apoio, agora para produzir, veio da diocese de Rondonópolis, que deu as seguintes contribuições: cada família recebeu uma vaca, cinco galinhas, um casal de suínos e para cada cinco famílias foi doado um touro reprodutor. Segundo relatos dos entrevistados, a maioria das famílias, mesmo tendo recebido o apoio da diocese, não conseguiu permanecer na terra devido às condições muito difíceis para atendimento das necessidades básicas, bem como para comercialização da produção.

Questionados sobre as lutas desenvolvidas nesse período em comparação as lutas desenvolvidas pelo MST, Irmã Deemarchi respondeu:

Não tenho muito conhecimento das diferenças pelo fato de não ter participação diretamente nas lutas do MST, mas posso afirmar que ele é persistente, resistente, com luzes, movimento forte que luta pelas causas das pessoas que mais precisam (DEEMERCHI, 2018).

Pedrinho Sem Terra que recebeu o MST no Sindicato dos Trabalhadores Rurais - STR em 1995 faz um paralelo entre a luta que ele ajudou organizar e o MST e afirma que:

A luta do MST é grande, que faz mais luta e é maior a organização, na época nosso movimento era pequeno. O MST fecha BR, ocupam prédios públicos, secretarias, departamentos/setores, comunicação e tem preocupação para depois da conquista da terra (PEDRINHO SEM TERRA, 2018).

Nessa perspectiva, podemos acrescentar outras diferenças das lutas predecessoras ao MST no estado, como: autonomia política frente às igrejas, aos partidos políticos e aos sindicatos; princípios organizativos e três principais objetivos: terra, reforma agrária e transformação social; concepção e cuidado na formação de

militantes e quadros; formas diferenciadas de lutas; simbologia; organização nacional com articulação internacional, entre outras.

2.3 A formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de Mato Grosso 1995-2018

Para compreendermos a formação do MST no Estado de Mato Grosso, se faz necessário contextualizar a fase de desenvolvimento do capitalismo do período, bem como buscar na história do MST nacional as diversas fases da sua espacialização e territorialização e, a partir dessa perspectiva histórica situar a construção deste movimento neste estado.

Fernandes (2000) situa o nascimento do MST na perspectiva da luta e da resistência camponesa no Brasil e analisa as diversas fases de formação deste movimento no país, tendo no contexto histórico de cada fase a principal referência. O autor denomina como gestação do MST o período de construção dos princípios organizativos e as experiências de lutas realizadas nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, nos anos de 1979 até 1985. A segunda fase da formação analisada pelo autor é a sua territorialização no período de 1985 a 1990, que inclui sua ampliação para a região Nordeste, além dos estados de Goiás, Rondônia, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

Para ele, essa fase é marcada pela conquista da autonomia, pelo reconhecimento do movimento, pela elaboração das linhas políticas, e principalmente pela construção da estrutura organizativa. A terceira fase de formação acontece entre os anos de 1990 a 1999 e é denominada por Fernandes, como o processo de territorialização e de institucionalização. Neste período o MST se expande para os estados do Pará e do Mato Grosso, além do Distrito Federal. (FERNANDES, 2000).

De acordo com o autor, a ocupação de terras está na gênese do MST, sendo essa a principal forma de luta que tem permitido o acesso de milhares de famílias a conquista da terra. Para ele, é impossível conhecer a formação do movimento sem entender a ocupação da terra, tendo em vista que

o MST nasceu da ocupação da terra e a reproduz nos processos de espacialização e territorialização da luta pela terra. Em cada estado

onde iniciou a sua organização, o fato que registrou o seu princípio foi à ocupação (FERNANDES, 2000, p. 19).

A ocupação é uma realidade determinadora, é espaço/tempo que estabelece uma cisão entre latifúndio e assentamento e entre o passado e o futuro. Nesse sentido, para os Sem Terra a ocupação, como espaço de luta e resistência, representa a fronteira entre o sonho e a realidade, que é construída no enfrentamento cotidiano com os latifundiários e o Estado.

A formação do MST no Estado de Mato Grosso (1995 - 2018) tem sua origem no contexto de aprofundamento do neoliberalismo iniciado com o Governo Fernando Collor de Melo, e aprofundado com o Governo de Fernando Henrique Cardoso. Essa fase de desenvolvimento do capitalismo se caracterizou por um amplo programa de privatizações, desemprego em massa, massacres de Sem Terra como é o caso do Massacre de Corumbiara no Estado de Rondônia, ocorrido em agosto de 1995 com o assassinato de 09 trabalhadores e o Massacre em Eldorado dos Carajás, ocorrido em de abril de 19967, onde foram assassinados 19 trabalhadores Sem Terra.

Nesse período o contexto político estadual do Mato Grosso estava favorável à formação do MST, pois o arco de alianças em torno de Dante de Oliveira, na época governador do estado, envolvia os partidos de centro e de esquerda, criando assim um ambiente favorável para essa construção. Além disso, Dante estava vinculado ao PDT de Leonel Brizola e não tinha vínculos orgânicos com os latifundiários, ao contrário da oligarquia Campos que até então detinha a direção desse estado.

A política neoliberal implementada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso teve duas contradições que favoreceram a instalação do MST neste estado. Primeiro foi à forte crise econômica que atingiu diretamente os proprietários de terras, em especial, os proprietários com até cinco mil hectares, o que contribuiu para uma maior oferta de terras para assentamentos de reforma agrária, pois além da pressão exercida pelo MST através das ocupações massivas, o INCRA era o único comprador de terras nesse período.

A segunda contradição foi o desemprego massivo que potencializou as ocupações. Frente ao desemprego crescente, as famílias principalmente da zona urbana, viram no MST a possibilidade de retorno ao campo, desta vez na condição

de assentadas, onde de imediato resolveriam não só o problema do desemprego, mas também da moradia e da redução do custo de vida.

Outro aspecto externo ao movimento que contribuiu para sua formação foi à solidariedade de diversos setores organizados da sociedade Mato-Grossense como a Diocese da Igreja Católica de Rondonópolis que tinha a frente o saudoso Bispo Dom Osório Stofell, além de vários padres e das Irmãs Catequistas Franciscanas. Na região de Cáceres, o MST recebeu o apoio das CEBS e em Cuiabá dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, além de contar com o apoio decisivo da Paróquia São Benedito, através do Padre José Ten Cate que conhecia o movimento desde a sua participação no primeiro Congresso Nacional do MST que aconteceu em 1985.

Nessa construção do MST/MT também houve a solidariedade de pessoas vinculadas ao Partido dos Trabalhadores – PT, bem como dos professores e do Movimento Estudantil da Universidade Federal do Mato Grosso - UFMT e da Universidade Estadual do Mato Grosso - UNEMAT. É importante ressaltar ainda a imprescindível contribuição do Centro de Direitos Humanos Simão Bororo da Diocese de Rondonópolis, da Central Única dos Trabalhadores – CUT, Sindicato Estadual dos Trabalhadores em Educação - SINTEP, o Conselho Missionário Indigenista – CIMI, da Comissão Pastoral da Terra - CPT, além de diversas pessoas que de maneira individual, contribuíram decisivamente para que o MST conseguisse se fixar neste estado. (SCARABELI, 2014).

O MST organiza-se no Mato Grosso a partir da necessidade demandada pelos movimentos populares que percebiam que a luta pela terra era crescente, porém, feita por movimentos isolados. A concentração da terra nesse estado tem duas principais origens: a) expropriação de terras indígenas feita de maneira particular por empresas de colonização, bem como pela colonização oficial realizada pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA; b) prática da grilagem através de expulsão e assassinatos de pequenos posseiros. Para Fernandes uma das principais políticas de colonização realizadas pelo INCRA, foi à colonização dirigida que tinha como objetivo trazer para Mato Grosso e para a Região Amazônica, camponeses das regiões Nordeste, Sudeste e Sul do país, na perspectiva de conter a luta pela Reforma Agrária e evitar a organização dos camponeses nestas regiões.

De acordo com Fernandes (2000, p. 214), tais políticas de colonização não resolveram os problemas da falta de terra para os camponeses mato-grossenses e imigrantes, nesse sentido, uma parcela significativa das pessoas voltou para os seus estados de origem, como foi o caso das 252 famílias da Encruzilhada Natalino de Ronda Alta, Rio Grande do Sul, trazidas para Mato Grosso na segunda metade da década de 70. Essas medidas tinham entre seus objetivos a expansão da fronteira agrícola do capitalismo e o controle das lutas pela terra. Portanto a gestação do que viria a ser o MST no Mato Grosso tem como principal causa a crescente concentração de terra e a intensificação das lutas isoladas.

Em 1994, o MST nacional, levando em consideração a situação da luta de classes no Mato Grosso, decide organizar o movimento nesse estado. O primeiro semestre de 1995 foi o período de estudo sobre as organizações que faziam a luta pela terra, bem como do perfil socioeconômico dos Sem Terra desse estado. A primeira tarefa foi a de organizar os acampamentos existentes como resultado das lutas isoladas. Do ponto de vista organizativo foi feita uma reunião com todas as famílias acampadas e posteriormente eleita uma coordenação provisória dos acampamentos, além disso, também foi feito o planejamento das próximas ações e escolhida a grande região onde seria feita a primeira ocupação para construir o MST neste estado.

A região Sudeste foi escolhida para receber esta ação, por ser um lugar onde o capitalismo no campo estava mais avançado, principalmente por parte da família Maggi que cada vez mais ampliava o cultivo de soja nessa região. Como é próprio do desenvolvimento do capitalismo, à medida que ele se desenvolvia, gerava riqueza de um lado e pobreza do outro, abrindo espaço para o MST que se configurava como uma saída para os problemas do desemprego, moradia, falta de alimentação, entre outros, ou seja, a contradição deste modelo de desenvolvimento, apesar do seu poder, preparou um 'terreno fértil' para massificar a primeira ocupação organizada pelo MST neste estado.

O MST enfrentou muitas dificuldades para se instalar neste estado, devido à forma de organização personalizada das organizações isoladas, que além de estarem agrupadas de maneira individual em cada acampamento, ainda mantinham interesses eleitorais e financeiros, aliada a falta de clareza de projeto político para o campo mato-grossense. Fernandes exemplificando esta questão, afirma que o MST

com sua forma de organização descentralizada propõe a um grupo de cento e cinquenta famílias de um movimento isolado, que participassem conjuntamente de uma grande ocupação, porém a proposta foi infrutífera e acabou prejudicando o trabalho realizado nas comunidades.

A liderança desse grupo isolado argumentava que assentar cento e cinquenta famílias já era difícil, assentar mil famílias era impossível. De modo que tentaram desarticular os trabalhos que o MST já havia realizado. Contudo, pela consistência do trabalho de base, da mística construída, a intenção do grupo fracassou e o movimento continuou organizando as famílias para a sua primeira ocupação no estado (FERNANDES, 2000, p.217).

As lideranças desses acampamentos isolados sentiram-se ameaçados pela forma organizativa do MST que tinha nos núcleos de base seu principal espaço de participação, formação de novos militantes e tomada de decisões. Diante dessa ameaça os líderes dos acampamentos não permitiram que os membros de suas coordenações continuassem participando das reuniões e de outras atividades do movimento. Frente a esse boicote, a militância do MST decidiu organizá-lo a partir de uma ocupação na Região Sudeste do estado, onde fosse possível implementar a organicidade, os princípios organizativos e formação do movimento.

Mesmo enfrentando dificuldades no trabalho de base devido ao desgaste provocado pelas formas oportunistas de fazer a luta pela terra, após três meses de intensos trabalhos de base, encontros regionais e municipais de formação de lideranças Sem Terra, de planejamento e articulações políticas na Região Sudeste e em Cuiabá, o MST realiza sua primeira ocupação no estado do Mato Grosso no dia 14 de agosto de 1995, na Fazenda Aliança, Município de Pedra Preta, com aproximadamente 1.100 famílias.

Figura 06: Primeira ocupação do MST no Estado do Mato Grosso



Fonte: Arquivo do MST/MT, 1995.

O acampamento foi batizado pelo nome de Zumbi dos Palmares e representou a inauguração de uma nova forma de luta pela terra no estado. A bandeira do MST foi hasteada pela primeira vez num latifúndio em Mato Grosso. (SCARABELI, 2014).

Com este ato, o MST contradiz o argumento daqueles que defendiam não haver terras na região para fazer assentamentos. Além de cortar as cercas do latifúndio, o movimento quebrava o discurso político dos latifundiários, que sempre se organizaram para rechaçar as ocupações e a luta pela terra naquela região. O questionamento da realidade estava colocado. Daquele momento em diante, o MST procurou a negociação em busca de uma solução para o seu problema. No processo de ocupação, representantes de várias instituições compareceram para apoiar a luta. As famílias contaram com a presença de estudantes e professores da Universidade, de deputados do PT, de presidentes de sindicatos, agentes de

pastorais, bispo, padres e freiras da CPT e entidades de direitos humanos. (FERNANDES, 2000).

Abaixo mapa das Mesorregiões de Mato Grosso. Em verde a Região Sudeste onde o MST demarca seu primeiro espaço de territorialização no Mato Grosso.

Mapa 05: As cinco Mesorregiões de Mato Grosso



Pode-se afirmar que a primeira ocupação organizada pelo MST inaugurou uma nova fase na luta pela terra e pela reforma agrária, contribuindo com elementos novos como a ocupação massiva, o trabalho de organização e formação de base, a organicidade interna dos acampamentos onde não há espaço para o líder, e sim para as equipes, núcleos, setores e para as instâncias organizativas. A natureza de

um movimento nacional e com forte articulação nacional e internacional foi outro elemento novo que demarca essa nova fase da luta neste estado.

A primeira ocupação demarcou um momento decisivo para o MST, evidenciar todos os meios para evitar a violência, manter o acampamento e obter conquistas, eram as condições necessárias para que ele se territorializasse. Por isso, foi adotada uma nova tática de negociação com os governos. Fernandes faz uma análise sobre esse momento e sobre método usado nesse período.

A forma de organização e o conjunto dos apoios colocavam critérios para a negociação. Não era um grupo isolado de um movimento espontâneo. Era um movimento organizado e aquela ocupação marcava o início de seu processo de territorialização no estado. Por essas razões, aquela luta precisava triunfar. Do mesmo modo que o latifúndio estava em questão, a vida do Movimento também estava. (FERNANDES, 2000, p.217).

A ocupação da Fazenda Aliança, latifúndio de seis mil hectares, foi uma ação ousada, por duas razões: a primeira é que essa propriedade era do tesoureiro da Sociedade Rural Brasileira - SRB, uma organização de latifundiários similar a Confederação Nacional da Agricultura - CNA e União Democrata Ruralista – UDR. A segunda razão é que no dia 9 de agosto, cinco dias antes da ocupação, ocorreu o Massacre de Corumbiara – RO, onde foram assassinadas nove pessoas, entre elas uma criança. A avaliação era de que com a divulgação do massacre, as famílias ficariam amedrontadas e não iriam para a ocupação. O trabalho de base tinha se encerrado, porém, o método de trabalho de base orientava que as famílias deveriam deixar concentradas em uma casa de cada bairro ou comunidade as coisas que usariam durante o período do acampamento, então uma equipe de militantes percorreu todas as casas e viram que nenhuma família tinha ido buscar a sua pequena mudança, isso, além de provar que o trabalho de base foi bem feito, deu segurança para realizar a ocupação. (SCARABELI, 2014).

Durante o trabalho de base houve diversas ações de intimidação e desmobilização das famílias, muitos usaram o massacre de Corumbiara para intimidar os Sem Terra, como essas medidas não surtiram os efeitos esperados, o ataque veio após a realização da ocupação, através dos meios de comunicação, em especial as rádios, que era o meio mais fácil de atingir as famílias acampadas. A Rádio Club de Rondonópolis causou medo e terror, informando as famílias

acampadas que estavam sendo construídos caixões suficientes para enterrar todos que ocupavam a Fazenda Aliança. Vivia-se o contexto do massacre de Corumbiara, então a rádio tentou usar acontecimento para intimidar as famílias criando assim um terror psicológico com o intuito de desocupação da fazenda. (SCARABELI, 2014).

Não há dúvida de que a ocupação da Fazenda Aliança foi uma ação profissional, onde foram consideradas todas as possibilidades, e mesmo diante do terror produzido pela imprensa, os trabalhadores mantiveram a organicidade e a unidade interna, condição necessária para a resistência. Devido à possibilidade de reintegração de posse, o movimento foi apoiado por várias personalidades e pelos diversos setores políticos, religiosos e sindicais que desenvolveram um conjunto de atividades de solidariedade e de denúncia no Brasil e no exterior com objetivo de postergar ao máximo a reintegração de posse e ao mesmo evitar medidas violentas por parte do estado.

A partir dessa campanha de solidariedade e da repercussão nos diversos meios de comunicação, a juíza da Comarca de Pedra Preta, Dr.^a Sonia Borges, passou a receber fax, telegramas, telefonemas e visitas de personalidades nacionais e internacionais que a forçaram a visitar o acampamento, reunir-se várias vezes com as famílias, e evitar a concessão da reintegração de posse por vinte dias. Enquanto as reuniões aconteciam com a juíza, se realizava também audiências com o Governador Dante de Oliveira. As reivindicações principais dos coordenadores do movimento eram o não uso da violência num possível despejo e assentamento de todas das famílias acampadas. De acordo com Fernandes (2000, p. 217),

Depois de vinte dias de negociação, a juíza deu a liminar de reintegração de posse. Nesse tempo, em um acordo assinado pelo MST, pelo governo estadual e pelo Incra, ficou decidido que o acampamento seria transferido para uma área do Estado, de 60 ha, no Município de Rondonópolis. Antes, os termos do acordo foram apresentados às famílias que, em assembleia, os aprovaram.

Os pontos acordados com as famílias como condição para desocupação da fazenda foram: a) realizar vistorias na Fazenda Aliança e em outras áreas da região indicadas pelo MST. b) assentar todas as famílias na região em seis meses. c) fornecer alimentação para o acampamento através de cestas básicas para todas as famílias até a conquista do assentamento. d) fornecimento de lonas pelo governo do estado para instalação do novo acampamento, bem como a garantia de água

potável. e) remuneração dos professores que trabalhassem de forma interina nas escolas improvisadas dentro do acampamento. (FERNANDES, 2000).

As famílias Sem Terra garantiram o acordo desocupando a fazenda e indo para uma área da Empresa de Assistência e Extensão Rural – EMPAER, porém o governo do estado e o INCRA não garantiram sua parte no acordo. Para Fernandes, o não cumprimento do acordo por parte do governo provocou a reação dos trabalhadores Sem Terra.

Todavia, o Estado não cumpriu a sua parte. Passaram-se os seis meses e as vistorias não foram concluídas, não entregaram o número de rolos de lona que constava no acordo, a água que levaram para o acampamento não era apropriada para o consumo, causando problemas de saúde, principalmente nas crianças, e as cestas básicas não eram suficientes. Por todas essas razões, as famílias resolveram iniciar um processo de luta permanente. Bloquearam a rodovia, reivindicando ao governo que cumprisse com os acordos firmados e ocuparam a sede do Incra em Cuiabá. Muitos trabalhadores foram ameaçados de morte pelos latifundiários, que pressionavam o governo para não implantarem nenhum assentamento na região. (FERNANDES, 2000, p. 218).

Ao mesmo tempo em que esse conjunto de ações estava sendo desenvolvido na Região Sudeste, uma equipe de militantes, convidados e apoiados pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais – STR dos Municípios de Cáceres e Rio Branco e pelas Comunidades Eclesiais de Base destes municípios, se deslocaram para as regiões Sudoeste e Centro-Sul do estado e iniciaram as articulações com os setores organizados de sete municípios dessas regiões, onde ao final de 1995 fizeram a primeira reunião de base no Município de Curvelândia, há 60 quilômetros da cidade de Cáceres, com cerca de 260 Sem Terra. A expectativa e a necessidade de ter a terra fizeram com que algumas dessas pessoas percorressem até 65 quilômetros de bicicleta para participar da reunião que foi realizada na casa de um dos membros do STR de Cáceres.

No desenrolar dessa reunião, os militantes com objetivo de saberem sobre a existência de latifúndios naquela região, perguntaram para as pessoas ali presentes, se haviam grandes fazendas naquele entorno e a resposta foi imediata, informaram que ali próximo havia a Fazenda Prata de 12 mil hectares. O proprietário da referida fazenda morava em São Paulo e mantinha relações de trabalho análogo à escravidão. A reunião foi encerrada com muita animação e com o agendamento de

que as próximas reuniões se iniciariam no início de 1996. Conforme o combinado, as reuniões foram retomadas em fevereiro de 1996, com a participação de muita gente impulsionada pela necessidade e pelo trabalho de base já realizado pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e pela CEBs.

A reação dos latifundiários e seus apoiadores aconteceram na mesma proporção que na Região Sudeste. O proprietário da Fazenda Prata mobilizou a polícia militar que passou a fazer a segurança da fazenda, além disso, o Sindicato Rural do Município de Cáceres se reunia constantemente para planejar e executar ações de contenção ao surgimento do MST na região. O Major da PM na região foi na imprensa intimidar os Sem Terra informando que quem participasse da “invasão” organizada pelo MST seria preso. O executor da Unidade Avançada do INCRA, vinculado ao PMDB, noticiou através da imprensa que não era necessário participar da invasão, pois, iria assentar mil famílias nessa região. A oligarquia Lacerda (PMDB), fez reuniões em vários municípios para desmobilizar os Sem Terra. A contratação de pistoleiros para matar os militantes e intimidar os aliados foi constante.

Fernandes (2000, p. 19) descreve esse momento e o motivo da reação dos latifundiários “Com o crescimento da forma de organização do MST, constantemente, alguns militantes passaram a ser ameaçados de morte”. Pistoleiros foram contratados pelos latifundiários para fazer a “limpeza da área”. As organizações da região desenvolveram ações de solidariedade e de denúncia sobre essa situação e a imprensa teve que divulgar fazendo os latifundiários recuarem do seu plano de “limpeza” da área. A preparação da segunda ocupação teve a participação da primeira “safra” de militantes do Mato Grosso.

Apesar da ofensiva dos latifundiários, o trabalho de base estava consolidado. Após o término das reuniões de base foi realizado o último encontro regional na cidade de Cáceres para estudar a conjuntura, receber as palavras de incentivos dos apoiadores e avaliar o trabalho de base. Na avaliação do trabalho de base constatou-se que cerca de 2.350 famílias tinham participado das reuniões nos sete municípios e estavam dispostas a participarem da ocupação, que até então, nem elas nem os apoiadores sabiam a data, a hora e o latifúndio que seria ocupado.

Diante desse segredo, os latifundiários ficaram desesperados e como última tentativa para impedir a ocupação e mobilizaram em torno de cinquenta policiais

militares que durante três dias fizeram uma ofensiva do Distrito de Caramujo e na cidade de Rio Branco, de onde viriam o maior número de famílias para a ocupação, realizando abordagens e vistorias nos veículos que circulavam nesse percurso. Uma equipe de militantes que fazia uma vistoria nos latifúndios da região passou por um dos locais de abordagem, porém não foram parados, pois estavam em um veículo da Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural - EMPAER cedido pelo coordenador regional e defensor da reforma agrária.

A expectativa para realização da ocupação era grande, era o assunto principal na região, pois, se os latifundiários viam na ocupação uma ameaça a sua condição de dominação, os Sem Terra viam na mesma ocupação, a possibilidade de conquistar a terra, viver com dignidade e construir a sua liberdade. Era mês de abril de 1996 e o domingo de páscoa estava próximo, as lonas e outros utensílios para construir os barracos, além da alimentação estavam concentradas em diferentes casas de cada bairro ou comunidade para facilitar a agilidade do transporte. A ocupação aconteceu no dia 08 de abril, na Fazenda Santa Amélia, Município de Cáceres. Fernandes assim descreve a segunda ocupação do MST/MT:

No dia 8 de abril, mil quinhentas e três famílias ocuparam a fazenda Santa Amélia no município de Cáceres e criaram o acampamento Margarida Alves. A liminar de reintegração de posse saiu imediatamente, e mais uma vez o MST reivindicou a presença do governo estadual e do Poder Judiciário para discutir o destino das famílias. O vice-governador Marcio Lacerda estava no poder. Era um político populista, natural de Cáceres e prometera uma solução para as famílias. Pouco mais de uma semana depois da ocupação aconteceu o massacre de Eldorado dos Carajás no Estado do Pará. Todos esses fatos eram referências para que o Estado evitasse a repressão contra os sem-terra e formalizasse um processo de negociação para o assentamento das famílias. (FERNANDES, 2000, p. 219).

A ocupação da fazenda Santa Amélia foi a maior ocupação do MST no Mato Grosso em seus 22 dois anos de existência. Mesmo com a tentativa dos fazendeiros da região de impedir que os caminhões levassem as famílias, nos três primeiros dias chegaram 1.503, muitas eram famílias trabalhadoras da usina de açúcar e álcool COOPERB, situada no Município de Lambari D'Oeste. Durante vários dias, a usina não encontrou trabalhadores para o corte da cana, pois, todos foram para a ocupação, e ela teve dificuldade para manter seu funcionamento neste período.

A ocupação massiva, os apoios ao MST e o massacre de Eldorado dos Carajás criaram um contexto favorável à resistência. Frente à intransigência do poder judiciário em autorizar a reintegração de posse, a saída foi a construção do diálogo com o governo interino de Marcio Lacerda, então vice-governador de Dante de Oliveira. Fernandes descreve como que aconteceu esse momento de impasse:

Como a negociação não avançava na direção de uma possível solução, o Movimento solicitou ao vice-governador que convencesse o fazendeiro a ceder uma área de 10 ha, onde estava localizado o acampamento, para que as famílias permanecessem até que fossem assentadas. As organizações de apoio também participavam das reuniões, fortalecendo as relações entre trabalhadores sem-terra e as instituições competentes para resolver o problema. Assim, foram todos negociar com o fazendeiro: o vice-governador, seu secretariado, parlamentares e também o bispo da região. (FERNANDES, 2000, p.219).

A estratégia estava clara para o MST, além de poucos policiais para executar o despejo (neste período o estado contava com cerca de apenas 5.000 policiais), se o governador não autorizasse o envio da polícia, não haveria despejo e o proprietário corria o risco de ficar sem a propriedade. Fazia parte da estratégia manter a organização e a unidade do acampamento, pois, essa era uma condição necessária para ampliar a territorialização do movimento no estado e, o local escolhido previamente, era estratégico, estava localizado ao lado da BR 364, sentido Cuiabá X Porto Velho, a 28 km de Cáceres, facilitando o contato com a sociedade e os trancamentos da rodovia que aconteceram diversas vezes. Finalmente as famílias conseguiram um acordo que estabeleceu o assentamento delas em seis meses, o proprietário retirou o pedido de reintegração de posse, e após esse período elas desocupariam a área. Essa primeira conquista foi importante, pois permitiu a existência do acampamento sem desgastes e possibilitou a continuidade das negociações. Porém novamente o governo e o INCRA não cumpriram o acordo.

Frente ao não cumprimento do acordo, o MST ocupou a rodovia e os prédios do INCRA várias vezes, mas o descumprimento do acordo continuava. Como a forma de luta de ocupação da BR e do INCRA não alcançou os seus objetivos, o MST após discutir essa situação com as organizações aliadas, decidiu fazer outra forma de luta, uma grande marcha com as famílias organizadas nas três regiões, sentido a Cuiabá.

Fernandes enumera a importância deste ato e alguns de seus desdobramentos:

No dia 17 de julho de 1996, as famílias acampadas iniciaram as marchas rumo a capital do estado. Foram 950 pessoas do acampamento Margarida Alves e 450 pessoas do Zumbi dos Palmares, que caminharam 250 km cada grupo. O objetivo era de se encontrarem na entrada de Cuiabá para realizarem uma grande manifestação, exigindo que o governo do estado e o Incra cumprissem com os acordos firmados. As caminhadas foram fatos novos no estado e chamou a atenção da sociedade. A população da cidade pode acompanhar diariamente o drama e o sacrifício das famílias. A marcha que vinha de Rondonópolis sofreu um atentado. Uma caminhonete F-4000 atropelou e matou o trabalhador Geraldo Pereira Andrade. Por causa desse acontecimento, as duas caminhadas pararam e fecharam as rodovias até que fosse preso o motorista, o que aconteceu no mesmo dia. No dia 31 de julho, as duas marchas se encontraram na entrada da cidade de Cuiabá. Manifestaram para a sociedade os descasos do governo com relação a reforma agrária. O governo do estado alegava que a questão não era de sua competência. O Incra não viabilizava os assentamentos porque não tinha interesse em implantar assentamentos naquelas regiões. Propunha levar as famílias para as regiões Norte e Nordeste do estado. (FERNANDES, 2000, p. 220).

A marcha foi até então, a maior ação estadual de visibilidade e de sensibilização da opinião pública mato-grossense. Ao chegarem a Cuiabá, os marchantes estavam com o moral elevado devido ao dever cumprido e ao apoio conquistado durante os quatorze dias de caminhada. Agora era necessário aproveitar o contexto criado com essa luta e transformá-lo em conquistas de terras para as famílias, portanto elas definiram que só iriam embora da capital se fossem para os assentamentos definitivos, conforme o governo já havia prometido, e para alcançar este objetivo, ocuparam o INCRA.

A partir dessa determinação, as famílias começaram a colher os resultados das lutas. As áreas começaram a ser liberadas para que as famílias fossem morar de forma definitiva. Primeiramente foram assentadas as famílias da Região Sudeste, na Fazenda Santa Maria, Município de Juscimeira, e em homenagem ao companheiro assassinado durante a marcha, o assentamento foi batizado de Geraldo Pereira de Andrade. Conforme as áreas iam sendo liberadas o sorteio era feito no acampamento em Cuiabá e as famílias seguiam em comboio direto para as áreas.

A maioria das famílias das três regiões que estavam acampadas foi assentada, restando apenas um pequeno grupo do Acampamento Margarida Alves, que ao retornar para Cáceres, ocuparam a Unidade Avançada do INCRA neste município e em quarenta dias foram assentados. Em outubro de 1996, o MST comemorava o assentamento de todas as famílias acampadas, em 16 áreas conquistadas nas regiões Sudeste, Sudoeste e Centro-Sul de Mato Grosso. Nesse período os proprietários ofertaram vinte áreas para o INCRA, porém, a escolha das áreas era feita pelas famílias acampadas a partir de alguns critérios como: a área deveria ser na região de origem das famílias, ter boa fertilidade e abundância de água e ser próxima da cidade. Nesse sentido, muitas áreas ofertadas não foram aceitas pelas famílias por não estarem nos critérios estabelecidos pelo movimento.

Enquanto eram transferidas as famílias para os vários assentamentos conquistados, o MST ampliava sua territorialização na região Sudoeste, realizando a primeira concentração pela Reforma Agrária no dia 09 de outubro de 1996, as margens da Rodovia Estadual 358, Município de Nova Olímpia. Essa concentração foi organizada pelos militantes formados nas duas primeiras ocupações e teve a participação de 1.000 famílias.

A concentração era para acontecer em uma área doada pelo vice-prefeito de Tangará da Serra, porém, na véspera de acontecer à concentração, o proprietário da área, pressionado pelos latifundiários e pelo Partido da Frente Liberal - PFL recuou do combinado e não permitiu que a concentração acontecesse na área doada para essa finalidade. As famílias estavam a meses se preparando para essa ação com transporte e alimentação organizados, portanto a saída foi fazer à concentração as margens da rodovia e o terceiro acampamento organizado pelo MST recebeu o nome de Antônio Conselheiro.

Na tentativa de evitar acidentes, foram colocados ao longo da rodovia placas de sinalização e quebra-molas, porém, na noite do dia 16 de outubro do mesmo ano, uma carreta tanque desgovernada pelo fato de o motorista ter dormido ao volante, entrou no acampamento passando por cima de diversos barracos e matando cinco trabalhadores que estavam dormindo. Diante desse triste acontecimento as famílias fizeram diversas lutas e solicitaram ao governador uma área de terra mais segura para transferir o acampamento, tendo em vista que as famílias, devido a não realização da reforma agrária, foram obrigadas a ocuparem as margens da rodovia.

Após esse período de comoção, de negociações e lutas, o acampamento foi transferido para uma área de 20 há de propriedade de Olacyr de Moraes, que tinha interesse em negociar algumas de suas fazendas com o INCRA. A área indicada pelo MST foi a Fazenda Itapirapuã com 37 mil hectares, que foi vistoriada pelo INCRA que constatou sua improdutividade. As famílias foram transferidas para o local em forma de comodato e posteriormente, em 1998, assentadas. O Assentamento Antônio Conselheiro é considerado um dos assentamentos mais extensos do Brasil, pois abrange os municípios de Tangará da Serra, Nova Olímpia e Barra do Bugres, conta com 999 famílias assentadas e mais de 4.000 mil moradores, incluindo famílias assentadas, parentes e agregados.

A necessidade de ampliar a territorialização e consolidar o MST, além do aumento da procura por parte dos sem terras para participarem do movimento, impulsionou a realização de duas ações massivas de luta pela terra. Nesse sentido, no dia 17 de março 1997, no contexto da realização da “Marcha Nacional por Reforma Agrária, emprego e Justiça”, o MST do Mato Grosso faz duas ocupações simultâneas. Uma delas aconteceu na Fazenda Jupiá, Município de São Jose do Povo, Região Sudeste, com 800 famílias. A outra aconteceu na Fazenda Facão, Município de Cáceres, Região Centro Sul, com 700 famílias. Os acampamentos foram “batizados” de Acampamento Padre Josimo Tavares e Acampamento Rosely Nunes, respectivamente.

No início da formação do MST no Mato Grosso, os militantes faziam o trabalho de base tendo como referência as conquistas do MST em seus estados de origem, agora o movimento no Mato Grosso tinha suas próprias conquistas e podia falar da luta pela terra a partir de sua própria história. Isso facilitou o convencimento de outras famílias para que participassem das demais ocupações e formas de lutas organizadas neste estado.

A formação e territorialização do MST no Mato Grosso possibilitaram o fortalecimento das lutas e a primeira ação em conjunto com os estados que compõe a Região Centro-oeste do país, nesse caso, por uma definição e organização interna do movimento, o estado de Rondônia passou a compor esta região.

Em relação à realização da “Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça”, Fernandes analisa o significado desta ação até os dias atuais:

Em fevereiro de 1997, da região de Rondonópolis partiu uma das colunas da “Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça”, que reuniu os Estados de Rondônia, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Distrito Federal e em tomo. Foram trezentos integrantes dos quatro estados que caminharam até Brasília, promovendo um fato histórico da luta dos trabalhadores e registrando a consolidação do MST como o mais amplo movimento social do país. Também em Cuiabá, foi realizado um grande ato com mais de 1.200 sem-terra das três regiões do estado e reuniu mais de 4.000 trabalhadores de várias categorias. (FERNANDES, 2000, p. 222).

A marcha nacional foi uma resposta dos Sem Terra contra o aumento do desemprego, da falta de medidas para avançar na reforma agrária e pela impunidade do massacre de Eldorado dos Carajás. O governo neoliberal do presidente FHC, na tentativa de desqualificar a marcha, afirmou que os sem terras não chegariam ao seu destino final, mas a determinação desse povo e a solidariedade nacional e internacional fizeram com que a marcha chegasse a Brasília com 100 mil pessoas, no dia 17 de abril, aniversário de um ano de impunidade do massacre de Carajás. Para muitos analistas a marcha foi o maior ato político contra o neoliberalismo. A razão pela qual a marcha chegou à capital federal com 100 mil pessoas se atribui a forma de luta que sensibiliza a sociedade e o desgaste político do modelo neoliberal que provocara uma profunda crise econômica e social no Brasil (FERNANDES, 2000).

No Mato Grosso, a luta pela terra continuava territorializando o movimento, e após a conquista de diversos assentamentos, além de várias estruturas físicas como: secretaria estadual; secretarias regionais e meios de transportes (carro e moto), o MST percebe a necessidade de organizar essas conquistas, e de construir os demais setores do movimento, como os setores de educação, produção, saúde, formação, entre outros. Não bastava conquistar a terra, era necessário organizar a produção e conquistar outros direitos como os sociais, previdenciários e políticos conquistados na constituinte de 1988.

As tentativas de impedir a territorialização e consolidação do MST não vieram somente da imprensa. Nesse período o governo FHC criou o Programa Crédito Fundiário e realizou diversas inscrições pelos Correios com objetivo de enfraquecer a luta do movimento. O poder judiciário foi o setor do estado que mais combateu o MST e para isso utilizou ferramentas que iam desde a reintegração de posse, até

mandados de prisões contra os militantes. Outra frente de combate foi organizada pelos próprios latifundiários com a contratação de pistoleiros que se infiltravam nos acampamentos, como foi o caso do Acampamento Zumbi dos Palmares, onde as famílias descobriram um plano de assassinato contra um dos militantes, no final do ano de 1995. As famílias prenderam o pistoleiro e o entregou a polícia militar de Rondonópolis.

Outras formas de tentar combater o MST foram às tentativas de cooptação da militância, tanto por parte dos candidatos a eleição municipal, que ofereciam caminhonetes, tratores ou dinheiro, para as lideranças, como pelos latifundiários que ofereciam dinheiro para que os militantes indicassem algumas de suas áreas para desapropriação ou aquisição, áreas que geralmente eram de baixa fertilidade ou sem água.

A primeira fase de formação do MST no Mato Grosso 1995 - 2000 se caracterizou pela rápida territorialização, consolidação e conquistas nas regiões mais populosas e desenvolvidas do estado, através das ocupações massivas e pela ampla formação de base e de militantes. A marcha de 1996 foi decisiva para conquistar o apoio social necessário na perspectiva de obter conquistas econômicas e políticas para continuar a luta pela reforma agrária e afastar as investidas dos latifundiários através da pistolagem contra o movimento.

O poder judiciário, historicamente contrário à reforma agrária, mesmo emitindo as reintegrações de posses, foi inibido pela solidariedade dos diversos seguimentos da sociedade. As lutas massivas fizeram com que os governos negociassem com o movimento pelo fato de não terem estrutura e policiais suficientes para executar os mandados de reintegração. A reforma agrária era uma causa que tinha amplo apoio popular, configurando-se entre as principais preocupações do povo brasileiro. O MST era reconhecido como a quarta instituição de maior credibilidade no país, em contrapartida, os latifundiários eram sinônimos do atraso e da violência odiados por parcelas significativas da sociedade.

A partir da virada do século o MST e a luta pela terra e pela reforma agrária entram em nova fase no Brasil com rebatimento similar no Estado do Mato Grosso. A passagem do século XX para o século XXI, na metade do segundo mandato do então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, é caracterizada pelo aprofundamento do neoliberalismo e suas consequências que se expressaram no

aumento do número de desempregados chegando a 15 milhões de pessoas, aumento da violência e do custo de vida e perda crescente da soberania nacional, provocadas pela política econômica de abertura comercial e privatizações.

No campo brasileiro, de acordo com Delgado (2012), a ofensiva neoliberal se materializa através das seguintes medidas: “reestruturação da economia do agronegócio, com expressa estratégia de captura da renda da terra e de riqueza fundiária, segundo critérios estritos da completa “mercadorização” dos espaços territoriais” (DELGADO, 2012, p. 31), além da refuncionalização do estado brasileiro que na política externa, foi decisivo para a reprimarização da economia, rearticulação de um pacto de poder entre os setores da grande economia como a agroindústria capitalista, grande propriedade fundiária e o estado hegemônicos politicamente pelos grandes meios de comunicações, e com apoio da poderosa bancada ruralista. Esse conjunto de medidas, entre outras, colocou em marcha a segunda fase da modernização conservadora e passou a ser a expressão do desenvolvimento do capitalismo no campo que denominamos por agronegócio.

A ofensiva capitalista no campo avançou enormemente sobre as relações não capitalistas de produção. Avançou sobre as terras indígenas, quilombolas, nas áreas de preservação ambiental e sobre os camponeses através da produção e disseminação das sementes transgênicas, uso intensivo de agrotóxicos, monocultura e concentração da terra. Nessa perspectiva, a demarcação de terras indígenas, reconhecimento de comunidades quilombolas, fortalecimento dos assentamentos de reforma agrária e a criação de novos assentamentos são tratados pelo estado e os meios de comunicações como medidas desnecessárias e atrasadas que obstaculiza a expansão do agronegócio.

Em 2003, devido ao aprofundamento das expressões da questão social que tornava a vida da maioria da população insuportável, o governo Lula e seus aliados conseguiram convencer a maioria dos eleitores a votarem em outro projeto de desenvolvimento, o Neodesenvolvimentismo, elegendo Lula presidente da república. O Neodesenvolvimentismo foi possível graças a um pacto de classes entre os interesses imediatos dos trabalhadores e os interesses da burguesia, especialmente do agronegócio e, entre esses interesses estava a não realização da reforma agrária. Para ter uma ideia, o Segundo Plano Nacional de Reforma Agrária que previa inicialmente o assentamento de um milhão de famílias, teve sua meta

reduzida em 50% e mesmo assim, os números de famílias assentadas não alcançaram essa nova meta.

As famílias assentadas no período, em sua maioria, foram na Região Norte do país e a regularização de famílias em assentamentos antigos e inclusão de nomes na relação de beneficiários do INCRA sem ter sido assentadas continuaram sendo o método de manipulação para garantir as metas do governo. O Relatório DATALUTA Brasil, publicado em 2017, informa que ocorreram nos dois governos Lula, 3.794 ocupações de terra com a participação de 453. 474 famílias, confirmando assim a grande expectativa dos Sem Terras nesse período.

A partir de 2001 as ocupações e a realização de novos assentamentos foram diminuindo e chegamos ao último ano do governo da Presidenta Dilma Rousseff, de acordo com o DATALUTA, com 1.012 famílias assentadas e em 2017, no governo golpista de Michel Temer sem nenhuma família foi assentada.

Analizando a luta pela terra organizada pelo MST no Estado de Mato Grosso desde 1995 aos dias atuais, podemos demarcar dois períodos distintos: o primeiro vai de 1995 a 2000 e é caracterizado pela origem e expansão do movimento no Estado de Mato Grosso bem como de maiores conquista de terras. O segundo período de 2001 a 2018 é marcado pela expansão do MST na região Norte do Estado, pela forte ofensiva contra a luta pela terra e pela reforma agrária, hegemonia do agronegócio, muitos tempos de lutas para conquistar a terra, despejos com maior intensidade, entre outros. É importante ressaltar que nesse período Blairo Maggi assume o governo do estado (2003 – 2010), tendo nos seus sucessores a mesma política de privilégios para o agronegócio em detrimento dos direitos sociais e da reforma agrária, além da repressão como método de contenção da luta pela terra.

Abaixo tabela que evidencia as conquistas do MST esse estado.

Tabela 02: Assentamentos conquistados pelo MST/MT

Assentamento	Área/há	Nº Famílias	Município
Água da Serra	440,0	17	Rondonópolis
14 de Agosto	2,099	71	Campo Verde
Canudos	994,4	45	Pedra Preta
Carlos Marighela	5.582,6	166	Poxoréu
Chico Mendes	605,0	30	Rondonópolis
Dom Osório Stoffel	1.178,9	40	Rondonópolis

Dom Oscar Romero	726,0	27	Poxoréu
Geraldo Pereira Andrade	3.926,4	136	Juscimeira
Marcio Pereira	2.285,6	90	S. José Povo
Mártires dos Carajás	3.225,3	100	Poxoréu
Olga Benário	3.075,0	99	Rondonópolis
Oziel Pereira	1.154,7	45	Rondonópolis
04 de Outubro	952,0	42	Campo Verde
28 de Outubro	2.262,1	70	Campo verde
Paulo Freire	889,9	29	Campo Verde
Pe. Josimo Tavares	3.156,1	120	S. José Povo
Rose Beltran	1.332,1	50	Rondonópolis
Salete Strozack	1.049,0	30	São José do Povo
Zumbi dos Palmares	1.246,8	47	Dom Aquino
Egídio Brunetto	1.660,6481	72	Juscimeira/Jaciara
Dorcelina Folador	938,7	33	Várzea Grande
Maria Benvinda	6009.24	89	Rosário Oeste
Zé da Paes	2.600	72	Acorizal
Antônio Conselheiro	37.258,8	999	Tangará Serra Barra do Bugres Nova Olímpia
Oziel Pereira	1.524,0	60	Nova Olímpia
Pe. José Ten Cat	1.344,0	58	Santo Afonso
Maria Bem Vinda	120	24	Nortelândia
Antônio conselheiro I	10.944,1	120	Cáceres
Antônio Conselheiro II	1.210,0	33	Cáceres
Cecília Antunes	1.253,9	45	Salto do Céu
Che Guevara	1.279,6	48	Araputanga
Chico Mendes	1.887,0	73	São José dos Quatro Marcos
Florestan Fernandes	4.551,1	155	São José dos Quatro Marcos
Lourivaldo Abich	1.142,0	40	Pontes e Lacerda
Margarida Alves	3.902,5	145	Mirassol D'Oeste
Nova Conquista	16.067,4	195	Cáceres
Roseli Nunes	10.611,4	331	Mirassol D'Oeste
12 de Outubro	6.374,162	156	Cláudia
Zumbi dos Palmares	6.554,7425	154	Cláudia
Terra de Viver	1.217,3766	14	Cláudia

Keno	22.401,5479	500	Cláudia
Sonho de Anderson	2.497,4687	64	União do Sul
Olga Benário	1.486, 715	40	União do Sul
Renascer	949. 7159	22	União do Sul
▪ Total de assentamentos conquistados: 43 ▪ Total de hectares: 161.551,9 ▪ Total de famílias assentadas: 4.806			

Fonte: MST/MT. Org. Scarabeli, 2018.

2.4 Disputas por territórios, desigualdade e a evolução da estrutura fundiária mato-grossense

Mato Grosso vem desempenhando historicamente a função de ser o território para a expansão da fronteira agropecuária capitalista, desde a instalação da colonização portuguesa com a chegada dos bandeirantes na busca de índios para escravizar em 1718 e as sucessivas extrações de minérios, tendo na força de trabalho escrava, dos negros e dos índios, o meio necessário para realizar esse intento. Esse estado tem na sua origem, ainda na condição da capitania de São Paulo, a dependência econômica e política do centro do poder mundial na época Portugal e atualmente dos países centrais do capitalismo.

No transcorrer do século XX, particularmente na segunda metade, a expansão capitalista adquiriu maior velocidade devido às demandas de ordem política e econômica que caracterizaram esse período a exemplo da “Marcha para o Oeste” criado no contexto do Estado Novo pelo então presidente Getúlio Vargas, na perspectiva de ocupar os espaços “vazios” com incentivo a expansão do latifúndio e a criação de colônias agrícolas como medida necessária para atrair a força de trabalho que mais tarde seria usada no desbravamento das grandes fazendas.

Também caracteriza esse período o golpe militar e a criação das instituições de caráter financeiro para ampliar e consolidar o latifúndio nesse estado, bem como a infraestrutura necessária a exemplo das rodovias federais pelas quais se deslocava o capital e o trabalho necessário à sua reprodução e valorização. O conjunto de medidas realizadas nesse período foi decisivo para fazer com que Mato Grosso tenha hoje uma das estruturas fundiária mais concentrada do Brasil. Nesse sentido Cavalcante (2008) afirma que

Em 1975, o Programa de Desenvolvimento do Cerrado (Polocentro), também executado pela Sudeco, tinha como objetivo a “ocupação” agropecuária e florestal nas terras consideradas impróprias para a agricultura do cerrado. No Mato Grosso, foram atendidas as áreas dos atuais municípios de Campo Novo dos Parecis, Diamantino, Sapezal, Tangara da Serra, Água Boa, Canarana e Nova Xavantina. No cenário agrário, essas políticas de distribuição, legalização e venda de terras associadas resultaram num processo de concentração fundiária de difícil reversão. Três questões básicas podem explicar essa afirmativa: a precariedade da infraestrutura (principalmente estradas, escolas e postos de saúde), o não acompanhamento técnico, e a insuficiência ou a inexistências de crédito rural para a produção (CAVALCANTE, 2008, p. 94).

De acordo com Cavalcante a força de trabalho era garantida pelo processo migratório com milhares de pessoas vindas das regiões Sul, Sudeste e Nordeste do país, estimuladas pela propaganda do regime militar de facilidade ao acesso à terra. “Os migrantes exerceram o trabalho de desbravamento das terras, enfrentado muitos conflitos. O Estado e as empresas imobiliárias que prometiam o progresso imediato das famílias cumpriram apenas parte do que prometeram” (CAVALCANTE, 2008, p. 95). Nesse sentido, o autor afirma que a função do campesinato na fronteira mato-grossense foi a de entregar a terra desbravada para o latifúndio e de preparar novas terras que potencialmente seriam apropriadas pelo agronegócio.

Para o autor, o modelo de produção do agronegócio tem entre as consequências a concentração da propriedade da terra, particularmente os sojicultores que nos períodos de crise os proprietários acima de 10.000 hectares se apropriam das médias e pequenas propriedades.

Com base em dados da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso - FETAGRI, o autor analisa que existem no estado 300 grandes produtores de soja que possuem a partir de 10.000 hectares cada, seguidos por 5 mil médios proprietários que cultivam entre 500 a 2.000 hectares. Estima-se que devido à queda de preços para o período analisado, cerca de 500 médios proprietários perderam suas terras para os grandes proprietários elevando assim a concentração da terra.

A tendência à concentração da terra é resultado do próprio movimento do modelo do agronegócio, nesse sentido, Cavalcante apresenta a relação de grandes proprietários de terras no Mato Grosso, que em sua maioria são expoentes do agronegócio no Brasil e no mundo. Entre os grandes latifundiários e ocupantes de

cargos públicos se destacam Adilton Sachetti, na época prefeito de Rondonópolis e atualmente membro da bancada ruralista, possuía 70 mil hectares; Blairo Maggi na época governador do estado e atualmente senador e Ministro da Agricultura. Chegou a possuir 130 mil hectares de soja, sendo por isso o maior produtor individual de soja do mundo; Otaviano Pivetta, ex-prefeito de Lucas do Rio do Verde com 170 mil hectares e arrenda mais 40 mil dos pequenos e médios produtores, além dos irmãos Erai e Elizeu Maggi que tinham 240 mil ha e Nelson Vigolo que acumulava 120 mil há. Observem que 06 proprietários possuem 730 mil ha. O destaque é para a família Maggi que possuem 370 mil ha.

Tratando-se das mudanças na estrutura fundiária mato-grossense ocorrida nos últimos períodos, vejamos.

Tabela 03: Mato Grosso – Evolução da Estrutura Fundiária – 2011-2013

CLASSE DE ÁREA	Número de imóveis		Evolução do número de imóveis 2011=2012		Área dos imóveis (ha)		Evolução da área dos imóveis 2011=2012	
	2011	2012	Absoluta	Relativa (%)	2011	2012	Absoluta	Relativa (%)
Menos de 1	101	101	0	0,00	44,40	44,4	0,00	0,0
1 a menos de 2	346	349	3	0,87	506,26	510,05	3,79	0,7
2 a menos de 5	2.414	2.593	179	7,42	8.750,67	9.506,74	756,07	8,6
5 a menos de 10	4.169	4.385	216	5,18	30.286,94	31.813,91	1.526,97	5,0
10 a menos de 25	13.145	13.566	421	3,20	227.367,46	234.643,43	7.275,97	3,2
25 a menos de 50	23.561	24.016	455	1,93	832.701,01	849.196,81	16.495,80	2,0
50 a menos de 100	26.002	26.643	641	2,47	1.815.277,69	1.864.345,78	49.068,09	2,7
100 a menos de 200	45.094	46.077	983	2,18	10.634.212,67	10.857.091,56	222.878,89	2,1
200 a menos de 500								
500 a menos de 1000	12.408	12.348	-60	-0,48	8.822.525,66	8.780.610,24	-41.915,42	-0,5
1000 a menos de 2000	8.801	8.871	70	0,80	12.283.193,43	12.376.624,10	93.430,67	0,8
2000 a menos de 5000	7.993	8.022	29	0,36	23.664.817,37	23.721.415,78	56.598,41	0,2
5000 a menos de 10000	2.234	2.256	22	0,98	16.815.565,82	16.950.140,29	134.574,47	0,8
10000 a menos de 20000	274	291	17	6,20	3.780.865,22	3.972.512,51	191.647,29	5,1
20000 a menos de 50000	163	170	7	4,29	4.694.481,38	4.879.454,44	184.973,06	3,9
50000 a menos de 100000	31	30	-1	-3,23	2.052.052,99	1.978.065,99	-73.987,00	-3,6
100000 e mais	22	25	3	13,64	4.237.698,50	4.972.993,50	735.295,00	17,4

TOTAL MATO GROSSO	146.758	149.743	2.985	2,03	89.900.347	91.478.970	1.578.622,1	1,8
--------------------------	----------------	----------------	--------------	-------------	-------------------	-------------------	--------------------	------------

Fonte: Cadastro do INCRA / DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra, 2011. Adaptação do autor.

Para analisarmos os dados acima vamos classificá-los em três blocos assim divididos. A) bloco onde houve decréscimo no número de imóveis e na redução da área; B) bloco de imóveis onde houve estagnação ou crescimento de até 3% da evolução das áreas dos imóveis; C) bloco de imóveis com crescimento a partir de 3%, tanto em imóveis como em área.

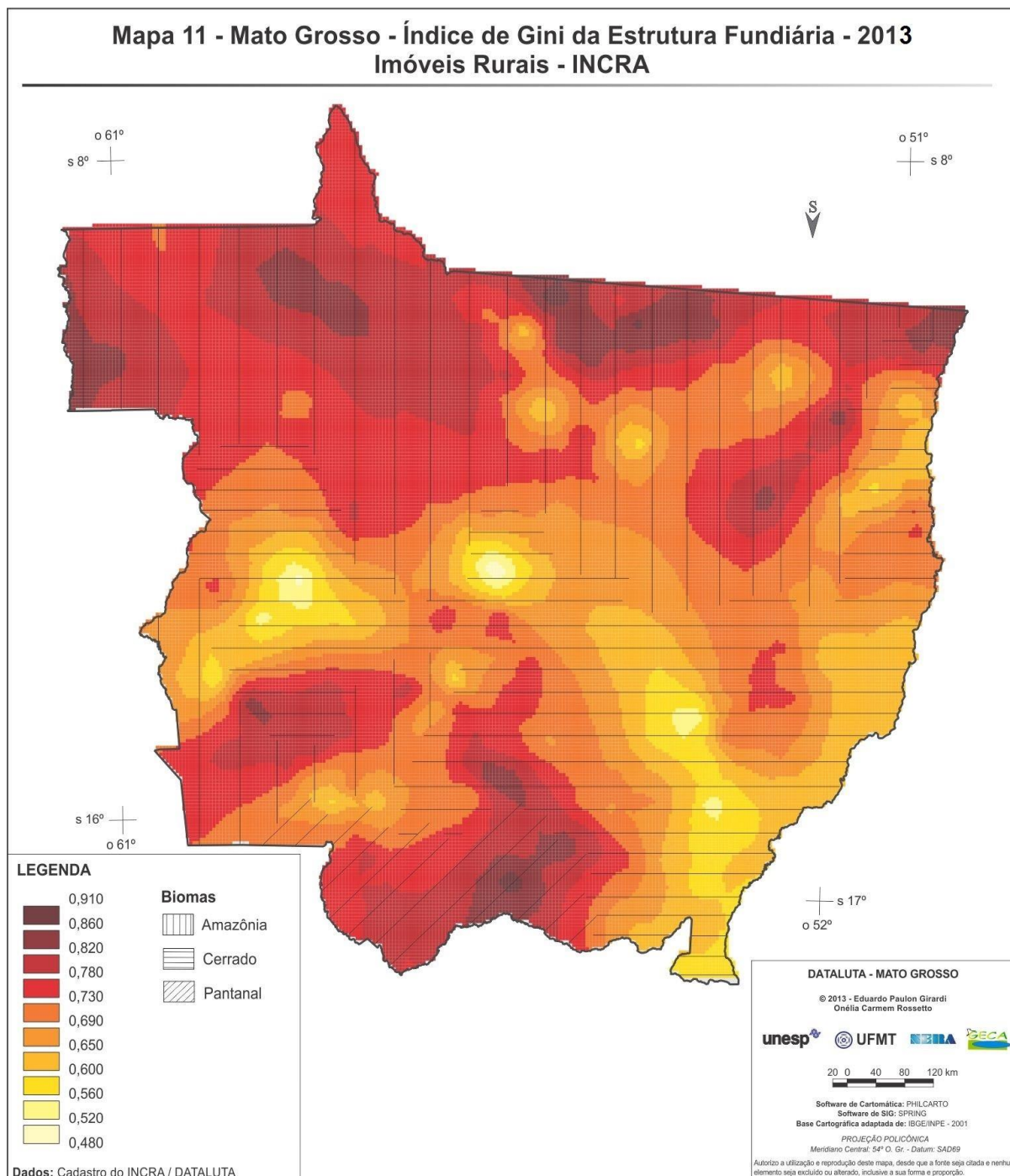
No bloco A, os imóveis que tiveram redução de áreas e de estabelecimentos foram os de 50.000 à de 100.000 hectares com decréscimo de 3,6 %, passando de 31 para 30 imóveis e reduzindo a área de 2.052.052,99 para 1.978.065,99. Em números absolutos, a área foi reduzida em 73.987.00 hectares. Não se sabe ao certo quais os motivos que provocaram essa redução, entre as hipóteses está o cancelamento de títulos fictícios de propriedade produzidos com a finalidade de conseguir empréstimos ou para fazer a grilagem de terras tão comum nesse estado que teve mais documentos de terras emitidos do que o tamanho do seu território. Outra faixa de imóveis que sofreram redução foram os de 500 a 1000 hectares (-5%), nesse caso a causa mais provável é a concorrência que leva a incorporação desse tamanho de área a imóveis maiores.

No bloco B, estão os imóveis que estagnaram ou que tiveram ligeiro crescimento de até 3%. São eles: os de menos de 1 ha (0%), 1 a menos de 2 ha (0,7%), 2 a menos de 5 ha (2,0%), 5 a menos de 10 ha (2,7%), 10 a menos de 25 ha (2,1%), 25 a menos de 50 ha (0,8%), 50 a menos de 100 ha (0,2%), 100 a menos de 200 ha (0,8%). A hipótese mais provável do que levou a esse ligeiro crescimento de imóveis e de áreas foi à regularização fundiária através do “Programa Terra Legal” instituído pelo Governo Federal em parceria com o governo do estado na época, Governador Blairo Maggi que criou o MT - Legal.

No bloco C estão os imóveis que tiveram crescimento superior a 3% nesse período, sendo eles: 2 a menos de 5 ha (8,6%), 5 a menos de 10 ha (5,0%), 10 a menos de 25 ha (3,2), 25 a menos de 50 ha (5,1), 50 a menos de 100 ha (3,9), 100.000 e mais ha (17,4). É necessário destacar que esse período

é caracterizado como momento de ofensiva do agronegócio no Mato Grosso e que os imóveis a partir de cem mil hectares passaram de 22 para 25 e de 4.237.698,50 para 4.972.993,50 ha, concentrando mais 735.295,00, mantendo esse estado no ranking entre as estruturas fundiárias mais concentradas do Brasil.

Mapa 06: Estrutura fundiária em Mato Grosso – 2013



Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra, 2011.

Tabela 04: Estrutura Fundiária de Mato Grosso - 2017

Grupos de área total	Estabelecimentos	Área/hectares
Menos de 1 há	2.627	879
De 1 a menos de 10 ha	15. 268	66. 638
De 10 a menos de 50 ha	39. 721	1.088. 522
De 50 a menos de 100 ha	23. 883	1. 595. 327
De 100 a menos de 500 ha	22. 394	4. 634. 585
De 500 a menos de 10.000	13. 609	27. 838. 532
De 10.000 e mais ha	868	19. 606. 336
Produtor sem área*	229	
Total	118. 599**	54.830. 819
*Trata-se da nova metodologia usada pelo IBGE e significa produtor empregado responsável pela produção e a sua administração.		
** Nos dados preliminares do IBGE Mato Grosso tem 118. 676 estabelecimentos, porém, ao somar os estabelecimentos foram encontrados 118. 599.		

Fonte: IBGE, Censo agropecuário 2017 - resultados preliminares. (Organização do autor).

Em julho de 2018 foram divulgados os resultados preliminares do Censo Agropecuário – 2017, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. De acordo com a edição do Jornal Brasil de Fato publicado no dia 26 de julho de 2018, esse censo traz menos dados devido à redução orçamentária, empobrecendo assim as informações relacionadas ao campo brasileiro. Mesmo com o limite financeiro, os dados do censo de 2017 revelam que houve concentração fundiária entre o censo de 2006 com o atual. (JBF, 2018).

De acordo com o jornal, o censo agropecuário identificou 4,1 milhões de propriedades rurais com até 50 hectares representando 81,3% dos estabelecimentos agropecuários, totalizando 44,8 milhões de hectares o que equivale a 12,8 % das áreas produtivas do país. Enquanto no censo de 2006 as áreas com até 50 hectares representavam 78,4% dos estabelecimentos e ocupavam uma área correspondente a 13,3% da área rural produtiva. O que se percebe é que o censo de 2017 demonstra uma representação maior desses estabelecimentos, porém, com uma redução da área ocupada em 0,5% o que indica um processo de continuidade da “minifundização” da estrutura fundiária para os pequenos proprietários. Já as propriedades com até 10 hectares representam a metade dos estabelecimentos e

ocupam 2,2 % da área produtiva, enquanto em 2006 ocupavam 2,7% desse território. (JBF, 2018).

Por outro lado, de acordo com jornal, 2,4 mil fazendas com mais de 10.000 hectares correspondem apenas 0,04 % das propriedades rurais do Brasil e ocupam 51,8 milhões de hectares que representa 14,8% da área produtiva do país. Entre os estados que mais tem áreas acima de 10.000 hectares estão: em terceiro lugar o Estado do Pará com 188 estabelecimentos, em segundo, Mato Grosso do Sul com 341 estabelecimentos a partir de 10.000 hectares e em primeiro lugar no ranking do censo agropecuário de 2017 está Mato Grosso com 868 estabelecimentos acima de 10.000 hectares, totalizando 19. 606. 336 milhões de hectares.

A concentração da terra em Mato Grosso é tão expressiva que nessa faixa de estabelecimentos o estado supera os demais estados citados em 239 estabelecimentos. Está entre as origens dessa concentração a grilagem de terras, a distribuição de terras pelos órgãos estaduais, o forte incentivo das instituições financeiras para a criação e consolidação do latifúndio e o avanço do agronegócio que concentra as pequenas e médias propriedades por não conseguirem concorrer com os grandes proprietários. Entre as consequências da concentração da terra está a gritante desigualdade social, a utilização da força de trabalho escrava, a expropriação dos quilombos e das terras indígenas, o crescente conflito na luta pela terra que tem provocado massacre a exemplo do assassinato de nove camponeses no Município de Colniza em 2017, uso intensivo de agrotóxicos, e um território relativamente despovoado com 3,3 pessoas a cada 100 hectares ou a média de 30 hectares por habitante mato-grossense.

2.5 História e contexto de surgimento do Assentamento 14 de Agosto

O Assentamento 14 de Agosto foi instituído em 09 de julho de 1997 e tem como nome oficial Projeto de Assentamento Terra Forte. Esse assentamento está entre os primeiros conquistados no contexto de expansão nacional do MST e na sua criação no Estado de Mato Grosso. Tem como origem a primeira ocupação realizada no dia 14 de agosto de 1995, com 1.100 famílias no latifúndio denominado Fazenda Aliança no Município de Pedra Preta. O nome 14 de Agosto é o reconhecimento do Movimento a data da primeira ocupação que deu origem ao MST nesse estado.

Os assentamentos de reforma agrária são resultados da pressão popular, especialmente das ocupações dos latifúndios pelas famílias camponesas Sem Terra de Norte a Sul do Brasil. A ocupação da terra é a tática de luta dos camponeses e camponesas, que ao lutarem pelo acesso à terra, confronta-se com o desenvolvimento do capitalismo no campo, criando obstáculos, ainda que de forma parcial, para a imposição das relações capitalistas de trabalho e ao mesmo tempo resistindo à expropriação dos recursos naturais.

Se para o desenvolvimento do capitalismo no campo as ocupações significam obstáculo, para os Sem Terra, a ocupação significa um marco fundamental em suas vidas, pois, ao participar desse tipo de ação, esses trabalhadores rompem com a sua trajetória de submissão ao latifúndio e com a crença no destino e na sorte. A ocupação e consequentemente a organização do acampamento passa a ser um espaço de construção de outra perspectiva de mundo, já que a ocupação e as lutas subsequentes tornam-se uma grande escola de formação.

Os assentamentos tornam-se territórios de produção e reprodução do modo de vida camponês, nesse sentido, eles têm múltiplos significados. De acordo com Coca, Santos e Rocha (2014), os assentamentos são a expressão da reforma agrária, não como uma ação estrutural, mas como medida de contenção da questão agrária. Corroborando com Feliciano (2006), eles analisam que os assentamentos são conquistas das lutas dos camponeses e sustentam-se em três pilares fundamentais: a ocupação, o acampamento e o assentamento.

Os autores afirmam que os assentamentos são triunfos dos camponeses através da luta pela terra. São triunfos por expressarem duas dimensões: o espaço para a sua criação e a recriação e a vitória sobre o latifúndio, que sem elevar a sua condição de classe ou fração de classe, lutam na terra e não por terra. Nesse sentido, a conquista dos assentamentos tem rebatimentos estimuladores para aqueles que ainda não conquistaram a terra, ou seja, tem efeitos na autoestima e no aspecto imaterial que indica que a luta é o meio pelo qual realizará seus sonhos. Por isso a lentidão para conquistar assentamentos, pois, se houver conquistas massivas não haverá quem controle os camponeses, todos os latifúndios seriam ocupados.

Os assentamentos também significam a resistência camponesa ao êxodo rural, a migração e a expropriação do trabalho pelo assalariamento, pois

“representam a resistência do campesinato perante tal processo, demonstram que o campesinato não se realiza enquanto classe social no território capitalista, mas busca alternativas para garantir sua reprodução material” (COCA et al, 2014, p. 160). Apesar da importante resistência do campesinato a ofensiva do capital, milhares de camponeses, na perspectiva de se recriarem, foram estimulados a migrarem para regiões de colonização da fronteira agrícola, especialmente, durante a ditadura militar e a implantação da Revolução Verde, para cumprir as funções do capital, entre elas, a de amansar a terra e servir de força de trabalho para o latifúndio.

Ao analisar o assentamento como território de recriação do campesinato os autores destacam a relação do camponês com a terra e com o trabalho. Para eles, os camponeses não querem a terra somente para fins econômicos, ocupam a terra, pois precisam dela para viver e nessa relação, a terra cumpre a função predominante de valor de uso. Para eles, os camponeses são entendidos como classe e se diferenciam dos trabalhadores da fábrica, pois vivem processos e relações diferentes com o capital. Assim analisam:

Os horizontes de um diferem dos do outro e possuir um projeto político que espere que o campesinato passe a pensar como operário é uma postura reacionária. Sendo assim, os camponeses são apresentados no seu caráter político, em que ao invés de aceitarem passivamente a expansão das relações capitalistas no campo reivindicam seus territórios e a manutenção do seu modo de vida e produção. (COCA, et al, 2014, p. 155).

Os camponeses são em certa medida obstáculo para o desenvolvimento do capitalismo, pois, mesmo sendo sujeitos inseridos nesse sistema, não reproduzem suas relações, ou seja, na relação de trabalho camponês não predomina o assalariamento. Os camponeses se diferem também do capitalismo na sua relação com o seu território e os recursos naturais, tendo em vista que essa relação é pautada predominantemente por interesses de uso e não de mercantilização.

O Agronegócio nesse estado se destaca como maior produtor de bovinos, soja, milho e algodão, estando, portanto, em primeiro lugar na produção e no uso de agrotóxicos que ultrapassa a média de 50 litros por habitantes ao ano. Campo Verde é o 7º município no ranking do agronegócio no estado e se destaca com a maior produção de soja, algodão e milho. De acordo com a Secretaria Municipal de

Agricultura e Meio Ambiente, os rendimentos por cultivo em 2017 foram de R\$ 671,61 milhões, R\$ 666,55 milhões e R\$ 255,59 milhões respectivamente. Tratando dos anos anteriores, só na safra de 2012/13 no cultivo do algodão ocupou 66 mil hectares colocando Campo Verde como a capital nacional do algodão, soja 180 mil há e milho safrinha 110 mil há.

Figura 07: Fardos de algodão pesados e armazenados



Fonte: Scarabeli, 2018.

Campo Verde está entre os três maiores produtores de algodão do Brasil. No município estão instaladas filiais das duas maiores empresas agropecuárias do mundo, Monsanto e Bunge, além da transnacional francesa Louis Greyfus Company e outras empresas que mantêm representações através de escritórios ou de lojas na cidade.

Figura 08: Transnacional Holandesa Bunge, também instalada em Campo Verde



Fonte: Scarabeli, 2018.

Figura 09: Loja Agropecuária representante de diversas empresas no município



Fonte: Scarabeli, 2018.

As transnacionais de máquinas e de implementos agrícolas também tem atuação no Município de Campo Verde através das suas concessionárias.

Figura 10: Empresa de máquinas agrícolas estadunidense John Deere



Fonte: Scarabeli, 2018.

Figura 11: Empresa estadunidense e canadense Massey Ferguson



Fonte: Scarabeli, 2018.

Outras transnacionais do mesmo ramo também atuam no município, a exemplo da Case (EUA), e a New Holland (EUA).

Em relação à demografia de Campo Verde, em 2010 configurava o predomínio urbano com 81% da população residindo da cidade (31.440 pessoas), enquanto a população rural era de 19% (7.374 pessoas).

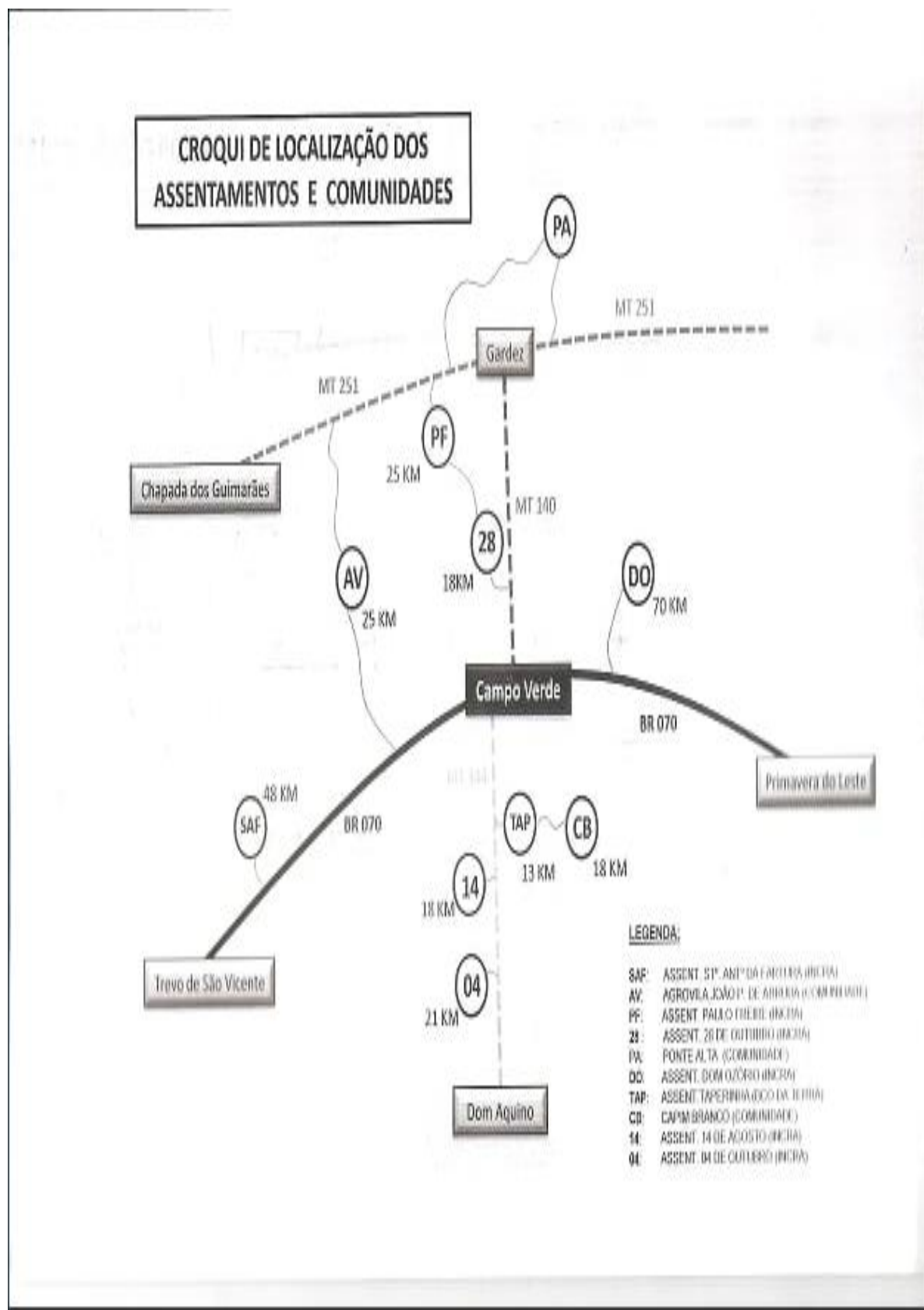
Tabela 05: Assentamentos rurais existentes no Município de Campo Verde

Projeto de Assentamento	Números de Famílias	Área/hectares	Organização	Criação
28 de Outubro	70	2.262	MST	30/12/1996
*Terra Forte	71	2.099.8	MST	09/01/1997
Paulo Freire	28	899.8458	MST	10/12/1999
Santo Antônio da Fartura	266	7.513.4777	Associações	04/06/2001
04 de Outubro	44	959.0767	MST	04/06/2001
Dom Osório Stofell	541	9.947	**MTA	02/04/2007
***Taperinha	60	330	ASPRIM	
Total	1.080	23.821.2002	03	
*Terra Forte é o nome oficial do assentamento 14 de Agosto. ** MTA é o movimento dos acampados e assentadas, uma dissidência do MST. ***Credito fundiário				

Fonte: INCRA/ 2017. Org. Scarabeli, 2018.

Os dados acima fornecem um conjunto de informações que nos permite analisar a contribuição do MST para a existência de assentamentos de reforma agrária nesse município, sendo a primeira organização a conquistar terras nessa modalidade. Além de ser pioneiro nessa forma de desconcentração da terra no município, o MST foi à organização que criou a feira dos agricultores familiares a partir das edições das feiras da reforma agrária, uma tática de luta nacional, que tem contribuído de maneira significativa para a diversidade e segurança alimentar, bem como nas diversas formas de cooperação agrícola dos agricultores familiares na região.

Figura 12: Croqui de localização dos assentamentos e comunidades rurais no Município de Campo verde – MT



Fonte: Plano Socioeconômico e Ambiental da Agricultura Familiar de Campo Verde, 2017.

A outra dimensão que os dados apresentam é a relação do uso da terra, enquanto os sete assentamentos de reforma agrária possuem 23.821 hectares, onde vivem aproximadamente 1.080 famílias, o agronegócio usa 356 mil hectares para o monocultivo da soja, do milho e do algodão. A Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente informa ainda que existem no município 13 comunidades de agricultores familiares tradicionais, somando aproximadamente 419 trabalhadores. Mesmo frente à hegemonia do agronegócio, a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente em seu Plano Socioeconômico e Ambiental da Agricultura Familiar de Campo Verde (2017, p. 20), ao indicar as potencialidades do município, destaca a importância dos assentamentos da reforma agrária, afirmando que “os assentamentos existentes em Campo Verde, dada a grande produtividade de hortifrutigranjeiros e à organização social, são considerados exemplos de Reforma Agrária”.

O quadro abaixo organizado com base nos resultados do Censo Agropecuário 2017 confirma o reconhecimento da Secretaria Municipal de Agricultura ao colocar o Município de Campo Verde entre os dez municípios dentre os 141 do estado, como principal produtor de diversas variedades da produção familiar.

Tabela 06: Variedades da produção familiar no Município de Campo Verde

Nº	Produção	Toneladas	Classificação	Estabelecimentos	Classificação
01	Mamão	1.225.392	1º	10	2º
02	Melão	37.550	2º		
03	Abacate	8.100	2º		
04	Tangerina, bergamota e mexerica.	83.700	3º	17	1º
05	Feijão grão preto	7.215	3º	03	4º
06	Maracujá	85.030	4º	15	4º
07	Amendoim em casca	4.200	5º		
08	Limão	53.940	5º	15	4º
09	Feijão grão verde	6.810	6º	13	4º
10	Feijão grão cor	4.532,562	7º	14	9º
11	Mandioca	3.277,100	8º		
12	Tomate rasteiro industrial	3.600	8º		
13	Coco-da-baía	*14.600	8º	05	1º
14	Pimenta do reino			02	2º
*Frutos					

Fonte: Censo agropecuário 2017 - resultados preliminares. Org. Scarabeli, 2018.

A criação de bovinos no município, segundo censo é de 95.845 cabeças, já a produção de leite não é significativa e gira em torno de 20 mil litros diários, conforme dados da Secretaria Municipal de Agricultura. Porém, a produção da agricultura familiar nesse município não está restrita aos dados das instituições públicas, ao ir à feira municipal que acontece de quarta a domingo, é possível perceber a importância da agricultura familiar na oferta de uma grande variedade de alimentos de aos trabalhadores urbanos.

Figura 13: Hortaliças produzidas no Assentamento 14 de Agosto e comercializadas na feira municipal



Fonte: Scarabeli, 2018.

A feira Municipal de Campo Verde acontece em quatro bairros da cidade com a participação de 120 a 140 feirantes e em torno de duas mil clientes. A prefeitura de Campo Verde via a Secretaria Municipal de Agricultura é parceira dos assentados, garantido o transporte para o deslocamento dos trabalhadores e levando a produção até os locais de realização das feiras.

Entendemos que a conquista desse assentamento se situa no contexto de disputas territoriais por modelos de desenvolvimentos, permeados por interesses de classes sociais antagônicas e com grandes dificuldades socioeconômicas, que imprime uma dinâmica de avanços e recuos tensionados pelas contradições num movimento permanente que territorializa e desterritorializa concepções e práticas de produção, de relação com o meio ambiente e com as relações humanas. Nessa perspectiva, pesquisar práticas agroecológicas implica “mergulhar” na realidade social construída em permanente conflito por sujeitos sociais, mesmo que os envolvidos nesse processo não tenham tanta clareza da disputa que fazem em contraposição ao modelo dominante de agricultura, ao desenvolver outra perspectiva de modelo agrícola.

A questão agrária brasileira teve início com a colonização portuguesa no contexto da expansão do capitalismo mercantil que teve como base a expropriação dos recursos naturais, da escravização dos povos indígenas e negros e no controle coercitivo e cultural dessas populações como condição para implementar essa nova forma de relações de trabalho e com a natureza. O estado do Mato Grosso, após duzentos anos de colonização da costa brasileira, foi à área de expansão colonial com as mesmas finalidades e com os mesmos métodos de controle social. Porém, a colonização da região que viria ser Mato Grosso se particulariza pela disputa pelos interesses intracapitalistas entre o império português e espanhol, sendo vitorioso o império lusitano.

O período colonial tem entre as suas características a implantação da propriedade privada dos recursos naturais, a superexploração do trabalho e a mercantilização da terra através Lei de Terras de 1850 e suas derivações para elaborações de leis de terras estaduais. Esse período é marcado ainda pela resistência dos povos indígenas e negros, seja para se manter nas terras ou para conquistar a liberdade. A colonização inaugura, ainda de forma incipiente, a disputa de modelos de desenvolvimento para o campo.

O Estado de Mato Grosso que tem sua origem no sistema colonial, vem ao longo de sua existência contribuindo para expansão da fronteira agrícola e fortalecimento do latifúndio, com destaque para as políticas do regime militar que cumpriram as seguintes funções: expansão da fronteira agrícola através dos altos subsídios e da expropriação das terras dos povos tradicionais como condição para implantação e consolidação do latifúndio, criação da logística necessária para circulação do capital e da força de trabalho e controle coercitivo das rebeliões dos camponeses, indígenas e quilombolas.

A resistência indígena, negra e camponesa no período (1970-1994), que antecede a criação do MST nesse estado pode ser classificada como lutas espontâneas, com ausência de uma estratégia de projeto de enfrentamento à expansão capitalista no campo, tendo na luta econômica a sua principal motivação. Outra característica dessas lutas é a participação decisiva e solidária da igreja católica através das pastorais sociais, especialmente a Comissão Pastoral da Terra - CPT que organizou a primeira marcha de sem-terra do Estado do Mato Grosso em 1986. Nesse período, a direção das lutas era feita a partir da igreja, limitando dessa forma o protagonismo e a autonomia desses povos.

As lutas da classe trabalhadora realizadas no período da ditadura militar e a consequente conquista da abertura democrática foram decisivas para o surgimento dos partidos do campo popular, do movimento sindical combativo e para a formação do MST. A criação do MST demarca um novo jeito de lutar pela terra e pela reforma agrária no Brasil. Os aprendizados e as lições extraídas das organizações predecessoras do MST, especialmente as Ligas Camponesas, contribuíram para que ele surgisse com objetivos para além da pauta econômica, com autonomia política e com clareza da necessidade de ser uma organização nacional articulada com os trabalhadores do Brasil e do mundo, através da Via Campesina, para avançar rumo ao alcance dos seus objetivos.

No Estado de Mato Grosso o MST teve início em agosto de 1995, com a realização da primeira ocupação de terra na Região Sudeste. Nesses 23 anos de existência, o movimento fez a disputa por modelos de desenvolvimento, enfrentou diversas dificuldades, mas obteve muitas conquistas materiais e organizativas. Territorializou-se em cinco regionais do estado, conquistou terras para milhares de famílias, conquistou espaços físicos como as secretarias regionais e a estadual,

além do importante Centro de pesquisa e Capacitação Olga Benário Prestes – CECAP, localizado no Assentamento Dorcelina Folador, Município de Várzea Grande com capacidade para atender 200 pessoas diariamente.

A ofensiva do agronegócio fez com que a luta de classes no campo tomasse novas dimensões. Na sociedade está sendo realizada uma ofensiva midiática para afirmar o agronegócio como modelo único de produção para o campo. No parlamento estadual e nacional a maioria das bancadas são vinculadas aos ruralistas. Os governos de Mato grosso são do agronegócio tendo no ex-governador e Ministro da Agricultura, Blairo Maggi, o seu maior representante. A monocultura do gado, da soja, do milho e do algodão ocupa 70% da área agricultável e a concentração fundiária coloca Mato grosso como o estado com maior desigualdade da estrutura fundiária do Brasil. De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, existem 868 propriedades acima de 10.000 hectares, somando 19. 606, 336 ha.

Esse novo cenário que se inaugura no início desse século, impôs ao MST vários desafios, como lidar com a ofensiva do estado na realização dos despejos, fazer a disputa na sociedade sobre os projetos para o campo, combater a diminuição de famílias assentadas, além da necessidade de avançar na formação e na elaboração do projeto de reforma agrária popular como estratégia necessária para superar esse conjunto de desafios.

Apesar da ofensiva midiática e estatal contra a reforma agrária, é com alegria que os Sem Terra olham para a história e percebem que ao longo dos 23 anos de lutas, o MST possibilitou terra, moradia, educação que vai desde a Educação Infantil ao Ensino Superior, soberania alimentar e muita produção para milhares de pessoas que moram na cidade, a exemplo da população de Campo Verde que tem alimentação diversificada nos mercados e nas feiras, graças ao trabalho de mais de 1.000 famílias assentadas nesse município. Na disputa de territórios e por modelos de desenvolvimento do campo, o MST vem demonstrando que está do lado da democracia na terra e da soberania alimentar.

3. DISPUTAS DE TERRITÓRIOS POR MODELOS DE DESENVOLVIMENTO

O que chamamos de disputas de territórios por modelos de desenvolvimento refere-se tanto à luta pela terra e pela reforma agrária no enfrentamento com o latifundiário e com o agronegócio quanto às políticas públicas, planos e projetos de desenvolvimento da agricultura camponesa, com destaque para a agroecologia e a soberania alimentar. Esta conflitualidade tem como conceito central o território, categoria de análise geográfica fundamental para compreender os espaços da luta de classes, onde se disputam os recursos naturais e valores humanos guiados por projetos societários antagônicos. Nesta perspectiva, Fernandes (2009), corroborando com Milton Santos (2002), afirma que “o Território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência”. (SANTOS 2002, p. 9 apud FERNANDES, 2009, p. 198).

Analisando a importância do conceito de território para as diversas áreas do conhecimento, destacamos o seu uso por governos e empresas na implantação de políticas públicas e privadas no campo, na floresta e na área urbana. As políticas públicas e privadas são produzidas pelas intencionalidades das classes e “formam diferentes modelos de desenvolvimento que causam impactos socioterritoriais e criam formas de resistências, produzindo constantes conflitualidades” (FERNANDES, 2009, p. 200). Nesse contexto são disputados os conceitos de territórios e os territórios em si mesmos, ou seja, os territórios material e imaterial.

Ao analisar a tipologia de territórios são destacadas pelo autor duas compreensões distintas de interpretações territoriais: o primeiro território compreendido como o espaço de governança de múltiplas dimensões e pluriescalar, que é o território da nação, do país, macrorregiões, estados, microrregiões, municípios e outras divisões geográficas oficiais (FERNANDES, 2009, p. 200). Este conceito de território quando usado como uno e indivisível “camufla” as relações de classes sociais na produção territorial, colaborando para a alienação e a dominação. Fernandes (2009, p. 201) por meio da multiescalaridade, da multidimensionalidade, fixos, fluxos, material e imaterial, demonstra outros tipos de territórios ou território diverso, formados pelas diferentes relações sociais e classes sociais.

A concepção de território em seu sentido diverso liberta o conceito da tradição monolítica e reconhece os territórios do Território (FERNANDES, 2008 p. 273-302). Nesta concepção o primeiro território não é espaço absoluto, porque é divisível, de modo que no interior do espaço de governança há o segundo território, que são todos os tipos de propriedades. O segundo território assim como o primeiro são fixos. Fernandes, 2009 tem afirmado que as territorialidades compreendidas como as diferentes relações e formas de uso dos territórios produzem e são produzidas pelo terceiro território. Este território é fluxo e para Fernandes, 2008; 2009, os territórios fixos e fluxos devem ser compreendidos pelo princípio da indissociabilidade (SANTOS, 1996), nas modalidades materiais e imateriais. O terceiro território é formado pelo movimento dos sujeitos e do movimento das relações e formas de uso do primeiro e do segundo territórios. Por exemplo: quando comparamos determinados períodos em que acontecem as mudanças nos usos dos territórios, a territorialização do MST ou a territorialização da soja nos últimos trinta anos revelam as mudanças dos usos dos segundos territórios sobre o primeiro território. Estes movimentos dos terceiros territórios acontecem pelas mudanças das territorialidades como também pelo movimento dos sujeitos (classes sociais), dos diversos tipos de veículos na terra, na água e no ar. O terceiro território está sempre em movimento.

A tipologia de territórios permite aprofundar a análise da disputa territorial por modelos de desenvolvimento utilizando os conceitos de a intencionalidade e a conflitualidade (FERNANDES, 2008; 2009). A intencionalidade se refere à opção política, cultural do indivíduo ou do sujeito coletivo por uma determinada forma de organização societária, por análise a partir de uma perspectiva histórica e de classes por projeto de mudança ou de conformação. A intencionalidade está vinculada ao comportamento ativo ou passivo dos sujeitos em relação ao território ou ao meio social onde está inserido. Ela não é neutra do ponto de vista da luta de classes, pois ao discutir e analisar a disputa por modelos de desenvolvimento, por exemplo, o pesquisador tem na sua intencionalidade uma perspectiva de projeto, de combater um dos projetos e potencializar outro.

A dimensão da conflitualidade na disputa territorial é outro aspecto de oposição à concepção de território de governança, do território neutro, do território sem disputa de classes e de projetos, pois para Fernandes (2009, p. 203), “a

conflitualidade é o processo de relações de enfrentamento permanente nas interpretações que objetivam as permanências e/ou as superações das classes sociais, grupos sociais, instituições, espaços e territórios”. Nessa perspectiva, os territórios são construídos pelas contradições como resultado das relações sociais e de produção, que ao mesmo tempo territorializa e desterritorializa determinados modelos de desenvolvimento. A centralidade da conflitualidade é a disputa de territórios por modelos de desenvolvimento, como afirma o autor

o âmago da conflitualidade é a disputa pelos modelos de desenvolvimento em que os territórios são marcados pela exclusão das políticas neoliberais, produtora de desigualdades, ameaçando a consolidação da democracia” (FERNANDES, 2009, p. 203).

Para analisar as disputas de territórios por modelos de desenvolvimento em seu sentido diverso, é necessário considerar a indissociabilidade, a pluriescalaridade e a multiescalaridade. A profundidade da análise e das ações reside na compreensão de que a disputa por modelos de desenvolvimento acontece nas escalas local, municipal, regional, estadual, nacional e internacional. É a partir dessa análise que a Via Campesina, em contraposição a globalização capitalista, criou o lema “Globalizamos a luta, globalizemos a esperança”. Ao desenvolver a reflexão sobre o modelo de desenvolvimento capitalista no campo, se faz necessário levar em conta a divisão internacional da produção e do trabalho, a função dos países em desenvolvimento, a relação centro periferia e, mesmo dentro das fronteiras nacionais é necessário considerar as particularidades regionais, os biomas, o acesso à logística, entre outros, que são fundamentais para pluriescalaridade.

3.1 Desenvolvimento: definição de conceitos

Para entendermos as disputas territoriais por modelos de desenvolvimento, se faz necessário buscar nas análises econômicas e políticas sobre a formação social de cada período histórico social, os modos de produção que correspondem aos modelos de desenvolvimento centrados na propriedade privada dos grandes meios de produção, em particular, na sociedade contemporânea, bem como nas tentativas da construção de modos de produção que se fundamentam na socialização desses meios, como é o caso da Revolução Russa. Nesse sentido, é preciso entender a

totalidade e as particularidades de cada modo de produção e analisar os modelos de desenvolvimento que disputam o território. Para analisar os modelos de desenvolvimento teremos como referência a economia política e para os conceitos de territórios nos embasaremos na geografia.

A construção das relações sociais de produção capitalistas é resultado de um longo processo da luta de classes e do avanço das forças produtivas. Antes do modo de produção capitalista ser dominante ocorreu outras formas de organizações societárias como o comunismo primitivo, o modo de produção escravista, o feudalismo, até chegar à sociedade contemporânea, o capitalismo. As iniciativas para superar o modo de produção capitalista também são históricas, como os acontecimentos revolucionários no final da primeira metade do século XIX, sendo os mais expressivos a Primavera dos Povos e a Comuna de Paris ocorridos em 1848 e em 1870, respectivamente.

O modo de produção capitalista metamorfoseia-se através das suas próprias contradições e das lutas de classes, como afirmam Marx e Engels em “O Manifesto do Partido Comunista” (1999, p. 07), “a história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes”, tendo em vista que o capitalismo não se desenvolve linearmente, pois, ao longo do seu período como modo de produção dominante, tem atravessado fases próprias de desenvolvimento como o período liberal, a fase dos monopólios e imperialista, a fase desenvolvimentista ou Keineysiana, que no período pós-segunda guerra possibilitou conquistas significativas para a classe trabalhadora de vários países europeus através do Estado de Bem Estar Social, além da fase neoliberal e neodesenvolvimentista, ambas contemporâneas.

Para analisarmos o capitalismo através das suas fases neoliberal e neodesenvolvimentista, bem como a primeira experiência socialista do século XX, o socialismo russo, buscaremos em Katz (2016), as contribuições necessárias para a compreensão dessas fases históricas e decisivas na disputa de projetos societários para o rumo da humanidade.

Para Katz, o debate internacional em torno da possibilidade do neoliberalismo, tem sua origem na corrente do pensamento econômico neoclássico, enquanto as condições políticas e econômicas para a sua aplicação só foram possíveis com o esgotamento do crescimento keynesiano do pós-segunda guerra. O

esgotamento keynesiano se expressa na forma de crise do capital na primeira metade da década de 1970 na Europa, provocando a destruição do Estado de Bem Estar Social. Katz citando Hirsch (1999), diz que “*o neoliberalismo foi definido nos anos 1980, como uma ofensiva do capital sobre o trabalho para recompor a taxa de lucro*” (HIRSCH, 1999 apud KATZ, 2016, p. 79).

O autor afirma que é na década de 1990 que o neoliberalismo conquista hegemonia mundial e cita que um dos motivos que contribuíram para a ofensiva mundial do neoliberalismo foram o enfraquecimento dos sindicatos e a inquietação provocada pela desigualdade social. Katz afirma que entre as consequências do neoliberalismo está o aprofundamento da desigualdade social, a expansão da pobreza nas economias centrais do capitalismo, e a ampliação da precarização das relações de trabalho em escala mundial.

Para ele, o neoliberalismo é uma fase de desenvolvimento do capitalismo em escala internacional, sendo que nesta fase, as empresas transnacionais têm primazia nas relações com as empresas nacionais onde o discurso do livre comércio ganha espaço frente às fronteiras nacionais.

O neoliberalismo converge com a internacionalização da economia. A fragmentação mundial dos processos de fabricação e a transferência da indústria para o Oriente Médio consolidam a primazia das empresas transnacionais. As grandes empresas utilizam normas do livre-comércio e as baixas taxas para desenvolver intercâmbios entre suas filiais. Estes movimentos sustentam, além disso, a globalização financeira e o fluxo vertiginoso de capitais entre os vários países. (KATZ, 2016, p. 80).

Em relação ao neoliberalismo na América Latina, o autor analisa que essa fase de desenvolvimento do capitalismo se inaugura na metade da década de 1970, antecipando as tendências dos países centrais. A experiência neoliberal no continente aconteceu através de um golpe militar no governo da unidade popular do então Presidente Salvador Allende do Chile. Esse golpe e outros que se seguiram pelo continente aconteceram no contexto da guerra fria e foram orientados pela CIA e comandados pelas forças armadas nacionais e pela burguesia interna. O golpe militar no Chile sob o comando do general Augusto Pinochet foi o método utilizado para impedir a territorialização das experiências de desenvolvimento socialista na região que tinha na vitória da Revolução Cubana a principal referência.

Katz, afirma que a implantação de neoliberalismo na América Latina, seja através dos golpes militares ou por via eleitoral, foi decisiva para a reconversão da economia latino-americana na condição de agroexportadora. Segundo o autor, a consolidação da região como exportadora de produtos primários tem impactado o perfil das classes dominantes que abandonaram a perspectiva nacional e assumiram a condição de burguesia local.

A outra forma de desenvolvimento do capitalismo é a versão contemporânea do desenvolvimentismo em neodesenvolvimentismo. Para o autor, o neodesenvolvimentismo tem uma variedade de enfoques, tornando difícil saber sua centralidade na economia, mesmo frente a essa heterogeneidade de concepções. Ele destaca cinco concepções neodesenvolvimentistas: Intervenção estatal para emergir do subdesenvolvimento, política econômica como instrumento central de crescimento, retomar a industrialização para multiplicar o emprego, reduzir a defasagem tecnológica e imitar o avanço exportador do Sudeste Asiático. (KATZ, 2016).

O neodesenvolvimentismo retoma certos balizadores econômicos do seu precedente, o desenvolvimentismo, que teve origem no contexto da guerra fria, particularmente frente à ofensiva da revolução cubana. Nesse período, o governo dos EUA criou a aliança para o progresso como forma de implantar medidas paliativas em países que tinham possibilidade de serem envolvidos pela perspectiva socialista no continente. Katz analisa a “repactuação” entre o modelo agroexportador com os capitalistas industriais na perspectiva de que o dinheiro das exportações seria um forte potencial para a reindustrialização do Brasil.

No novo cenário, os neodesenvolvimentista preveem processos de crescimento em coalização com o agronegócio. O velho conflito com a oligarquia exportadora foi diluído e os antigos adversários são convocados a forjar um bloco comum. A conversão dos produtores agrícolas em novos empresários recriou a solidariedade capitalista entre os endinheirados do campo e da cidade. A tradicional contraposição entre liberalismo agrário e o protecionismo urbano diminuiu, e o neodesenvolvimentismo visualiza a agroexportação como potencial fornecedora de divisas para a reindustrialização. (KATZ, 2016, p. 162).

De acordo com o autor, essa aliança entre os setores da burguesia implicou na remodelação neoliberal da agricultura e consequentemente provocou a

concentração da terra, especialização em exportações básicas, perda da variedade de cultivos e acentuada deterioração do meio ambiente.

A partir das análises de Katz, é possível concluir que em todas as fases de desenvolvimento do capitalismo, o modelo de produção agroexportador foi mantido, e em muitas situações aprofundado em detrimento das demandas das camadas populares principalmente, a realização da reforma agrária. A tentativa de superar o modo de produção capitalista por outra forma de relação social, onde os meios de produção, inclusive a terra, fossem socializados, vem primeiramente da Revolução Russa que está completando. Para ele, a luta pelo socialismo tornou-se um grande movimento popular no final do século XIX, impulsionado pela perspectiva da emancipação social e da construção de uma nova sociedade fundamentada na igualdade e na justiça.

Para Katz, o socialismo se define por oposição ao capitalismo, e é uma antítese de um regime que funciona aumentando o sofrimento da maioria da população, as tensões bélicas e a destruição do meio ambiente. Com base na revolução russa, o socialismo propôs um novo desenvolvimento para o campo onde a propriedade privada da terra foi abolida sem qualquer indenização.

Gomes (2006) em sua obra *Lenin e a Revolução Russa*, afirma que Lenin defendia que era necessário desenvolver o campo através da ampla participação camponesa no processo de cooperação agrícola como condição necessária para desenvolver o socialismo. Nesse sentido, ele destaca o poder proletário, que tinha três tarefas fundamentais:

1ª. criação de uma poderosa indústria socialista; 2ª. Passagem gradual das economias camponesas para uma grande economia socializada baseada na técnica mecanizada moderna; 3ª. a realização da revolução cultural no país. (GOMES, 2006, p. 189).

Os modelos de desenvolvimento que estão em disputa no campo estão vinculados ao modo de produção capitalista, neste caso o agronegócio, ou em uma relação social de produção não capitalista, nesse caso o campesinato. A disputa por modelos de desenvolvimento está subordinada a uma dessas duas perspectivas de organização social e econômica. Baseado nessas duas formas antagônicas de

desenvolvimento que analisaremos a disputa de territórios no estado de Mato Grosso.

3.2 Os modelos de desenvolvimento em disputa: Agronegócio e Agricultura Camponesa

Os modelos de desenvolvimento em disputa no campo acontecem entre a agricultura empresarial capitalista ou agronegócio, e a produção com base em pequenas propriedades com trabalho familiar denominada de agricultura camponesa. A disputa por modelos de desenvolvimento tem duas dimensões: a dimensão subjetiva que se expressa na concepção de que campo se quer, na cultura, nos saberes, nos hábitos alimentares, nas festas, na relação familiar, nas poesias, nas músicas, entre outras. A outra dimensão é a objetiva que se expressa na relação com os bens da natureza, na produção e na reprodução socioeconômica, na geração de postos de trabalho, no uso ou não de agrotóxicos, na logística, na habitação e na luta pelo poder. A centralidade dessas duas dimensões na disputa por modelos de desenvolvimento está no antagonismo entre a grande propriedade privada dos meios de produção e na mercantilização dos bens da natureza em contraposição a produção destinada ao valor de uso e no intercâmbio de mercadorias sem fins lucrativos.

As leituras sobre o desenvolvimento do campo são diversas. Existem análises em que as formas de desenvolvimento do campo são homogêneas e outras que concebem o campo a partir da disputa por modelo de desenvolvimento na perspectiva da luta de classes ou fração de classes. Essas diferentes concepções de análises estão filiadas a determinado paradigma. Para Fernandes (2014), paradigma é o conceito que tem como função analisar melhor “os pensamentos, as políticas e os territórios que são produzidos pelas ações de diferentes instituições no desenvolvimento da agricultura” (FERNANDES, 2014, p. 42). O autor acrescenta ainda que paradigmas são visões de mundo, são construções no campo das disputas e nas disputas das ideias, configurando-se territórios imateriais, são batalhas ideológicas por meio das relações que visam o poder para afirmar ou impor diferentes perspectivas de modelos de interpretação da realidade.

Para analisar os modelos de desenvolvimento em disputa são apresentados por Fernandes dois paradigmas: o Paradigma da Questão Agrária - PQA e o Paradigma do Capitalismo Agrário - PCA. O PQA analisa criticamente o desenvolvimento do capitalismo no campo, na medida em que aponta que as causas dos conflitos de classe são provocadas pela concentração da propriedade da terra.

O Paradigma da Questão Agrária tem como ponto de partida as lutas de classes para explicar as disputas territoriais e suas conflitualidades na defesa de modelos de desenvolvimento que viabilizem a autonomia dos camponeses (FERNANDES, 2014, p. 43).

De acordo com o autor, o PQA desnaturaliza os problemas vivenciados pelos camponeses e pelos movimentos que lutam pela terra, ao indicar que a existência do grande número de famílias sem terras ou com pouca terra e a produção da monocultura são resultado do modelo de desenvolvimento capitalista no campo, e ao mesmo tempo, coloca como necessidade a realização da reforma agrária e consequente à ruptura com o agronegócio como condição necessária para desenvolver outro modelo de agricultura e de outra sociabilidade.

Por outro lado, o Paradigma do Capitalismo Agrário analisa os problemas agrários como conjunturais. De acordo com Fernandes (2014, p. 43), para o PCA “as desigualdades geradas pelas relações capitalistas são um problema conjuntural e pode ser superado por meio de políticas que possibilitem a “integração” do campesinato ou “agricultor de base familiar” ao mercado capitalista”. Nessa perspectiva, o campesinato e o agronegócio são complementares e convivem em harmonia.

Ao materializar a aplicação dos paradigmas é possível perceber a contribuição dessas leituras sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo, na medida em que governos, universidades, empresas e as próprias organizações de classe, tanto do agronegócio como as organizações dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, conquistam políticas públicas que fortalecem ou enfraquecem as disputas por modelos de desenvolvimento. As disputas vão além do debate conceitual, na medida em que os sujeitos desse processo, camponeses e capitalistas acrescidos pelos seus simpatizantes, se organizam como sujeitos coletivos para acumular forças na defesa de um dos projetos em disputa.

Fernandes analisa que na atualidade existem organizações mais influentes que fazem a disputa por modelos de desenvolvimento para o campo. De um lado representando o agronegócio está a Associação Brasileira do Agronegócio - ABAG e a Confederação Nacional da Agricultura - CNA, de outro lado representando os interesses dos camponeses está a Via Campesina – VC, que é constituída por diversas organizações, entre elas o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST e o Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA.

Na relação com o estado as organizações do agronegócio se relacionam com o Ministério da Agricultura - MAPA, historicamente construído para atender os interesses da classe dominante do campo, enquanto que as organizações camponesas se relacionavam com o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, conquistado através das lutas realizadas no contexto do massacre de sem terras que aconteceu em Eldorado dos Carajás – PA, dia 17 de abril de 2006. O MDA foi extinto pelo governo Temer a partir do golpe realizado em 2016, atualmente as organizações camponesas se relacionam com o Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

A leitura da realidade tanto do agronegócio como do MAPA é guiada pelo PCA que defende que

o agronegócio é uma totalidade composta pelos sistemas agrícola, pecuária, industrial, mercantil, financeiro e tecnológico que contém todos os agricultores capitalistas e não capitalistas, grandes e pequenos, o agronegócio e o “agronegocinho, etc. (FERNANDES, 2014, p. 44).

Mas não são somente as instituições do agronegócio que concebem a agricultura como uma totalidade, segundo Fernandes, algumas organizações vinculadas aos camponeses tem a mesma perspectiva de análise e defendem a convivência pacífica entre a agricultura empresarial capitalista e camponeses, produzindo assim a possibilidade do “agronegocinho”. De acordo com o autor, entre essas organizações estão a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG e a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar - FETRAF.

As organizações camponesas que se posicionam com base na concepção do PQA estão vinculadas a Via Campesina e afirmam que o agronegócio representa e é

composto pelas empresas capitalistas nacionais e transacionais, e cumprem a função de desenvolver o campo produzindo monocultura e commodities para exportação, enquanto a produção camponesa se organiza em sistemas baseados na variedade alimentar e em pequena escala destinada a população local. Nesse sentido o autor faz uma crítica à concepção do Paradigma do Capitalismo Agrário, afirmando que “definir todos tão somente como agricultores esconde as diferenças constituídas pelas relações de poder que produzem as desigualdades. Escondem fundamentalmente as classes sociais” (FERNANDES, 2014, p. 44), portanto, os paradigmas contribuem e ao mesmo tempo disputam modelos de desenvolvimento para o campo.

Tratando-se dos conceitos de agronegócio e agricultura camponesa, partiremos da visão de diversos autores para aprofundarmos a análise sobre os projetos em desenvolvimento. Primeiramente é necessário destacar que os termos agronegócio e agricultura familiar, que para alguns estudiosos significa também agricultura camponesa, são conceitos relativamente recentes nos estudos da questão agrária brasileira.

O conceito de agronegócio se coloca como expressão de modelo de agricultura a partir da primeira década do século XXI. Para Fernandes e Welch (2008); Leite e Medeiros (2012), a formulação original do conceito de agronegócio (agribusiness) é de Davis e Goldberg (1957), e significa um complexo de sistema que compreende agricultura, mercado, indústria e finanças. Para os autores,

o movimento desse complexo e suas políticas formam um modelo de desenvolvimento econômico controlado por corporações transnacionais que trabalham com uma ou mais commodities e atuam em diversos setores da economia. (FERNANDES; WELCH, 2008, p. 48).

O capital no campo expresso no agronegócio controla e submete parcialmente os camponeses aos seus interesses, seja integrando-os na agroindústria através da exploração da força de trabalho em especial da juventude ou como produtor de matérias primas.

Para Leite e Medeiros (2012), os criadores do termo agribusiness tiveram como objetivo criar uma proposta de análise sistêmica que superasse o limite da abordagem setorial até então predominante. De acordo com os autores, o

agronegócio aponta duas tendências: “controlar áreas cada vez mais extensas do país e, por outro a concentração de empresas com controle internacional” (LEITE; MEDEIROS 2012, p. 82).

Delgado (2012), também analisando o agronegócio na perspectiva do desenvolvimento capitalista no campo, faz uma crítica aos formuladores do termo agribusiness, afirmando que esse termo é meramente uma descrição das

operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas e processamento industrial, realizadas antes, durante e depois da produção agropecuária, cuja soma econômica constituiria uma espécie do novo setor de atividade econômica. (DELGADO, 2012, p. 01).

O autor reconhece que o termo agribusiness dá origem ao conceito de agronegócio no Brasil e assim o defini:

[...] agronegócio na acepção brasileira do termo é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio de políticas de Estado. (DELGADO, 2012, p. 03).

Para analisar historicamente o surgimento do conceito de agronegócio no Brasil, o autor busca na história econômica brasileira desde o período da ditadura militar aos governos de Fernando Henrique Cardoso, a forma e o conteúdo do desenvolvimento na agricultura nesse período. Para ele, a política econômica da ditadura militar foi à responsável pela modernização conservadora do capitalismo na agricultura através da articulação entre o grande capital agroindustrial, do sistema de crédito público agrícola e agroindustrial e da propriedade agrária, para estruturar uma estratégia econômica e política que aprofundou as relações capitalistas no campo sem democratizar a propriedade da terra. Uma década após a derrota política da ditadura militar, os governos neoliberais, em especial de FHC, para enfrentar a crise do capital, retomam as exportações em grande escala de produtos primários e nesse sentido, cria as bases fundamentais do agronegócio.

Os pilares fundamentais para alavancar o agronegócio nos governos FHC e ampliados pelos governos do PT, segundo Delgado foram:

[...] I) um programa prioritário de investimento em infraestrutura territorial, com “eixos de desenvolvimento”, visando à criação de economias externas que incorporassem novos territórios, meios de transportes e corredores comerciais ao agronegócio; (II) um explícito direcionamento do sistema público de pesquisa agropecuária (Embrapa), a operar em perfeita sincronia com empresas multinacionais do agronegócio; (III) uma regulação frouxa do mercado e terras, de sorte a deixar fora do controle público as “terras devolutas”, mais aquelas que declaradamente não cumprem a função social, além de boa parte das autodeclaradas produtivas; [...] (IV) a mudança na política cambial, que ao eliminar naquela conjuntura a sobrevalorização do real, tornaria a economia do agronegócio competitiva junto ao comércio internacional e funcional para a estratégia do ajustamento macroeconômico perseguida; (V) reativa-se a provisão do crédito rural nos Planos Safra, iniciado com o programa MODERFROTA, e retomado com vigor no período 2003/2010 (DELGADO, 2012, p. 06).

A política econômica de exportação do agronegócio teve boa receptividade no comércio exterior a partir de 2000, tendo como commodities principais a soja, o milho, açúcar, álcool, carne bovina e de aves, celulose de madeira juntamente com produtos minerais que cresceram e dominaram a pauta de exportação.

A outra contribuição para analisarmos a disputa de território a partir do desenvolvimento do capitalismo no campo em sua fase contemporânea vem do Programa Agrário do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST que foi construído de forma participativa entre os anos de 2011 e 2013 e aprovado no VI Congresso Nacional do MST, realizado em Brasília, em fevereiro de 2014. Esse Programa Agrário, além de conceituar o agronegócio na perspectiva de projeto de classe para o meio rural brasileiro, desenvolve uma análise sobre os seus impactos na estrutura fundiária, sobre as alianças de classes envolvidas e suas consequências sobre o modelo de produção camponesa e os novos desafios na luta pela reforma agrária.

O Programa Agrário do MST analisa que a partir da década de 1980 o capitalismo entra em uma nova fase de desenvolvimento, agora hegemônico pelo capital financeiro e oligopolizado pelas empresas privadas transnacionais que controlam o mercado internacional das principais mercadorias. O programa afirma que a produção da riqueza continua sendo produzida pelo trabalho, porém, as taxas de acumulação e da divisão do lucro se encontram na esfera do capital financeiro e das grandes empresas transnacionais.

O MST atribui a essa nova fase de desenvolvimento do capitalismo, as mudanças no modelo de desenvolvimento para o campo brasileiro. Essa fase de desenvolvimento se materializa numa aliança entre os setores da classe dominante que tem como objetivo dominar a produção, a circulação e os preços das mercadorias agropecuárias. A composição dessa aliança de classe é feita pela burguesia das empresas transnacionais, banqueiros, burguesia proprietária das empresas dos grandes meios de comunicações e os grandes proprietários de terras. Para garantir a unidade de projeto, essa aliança controla os governos e seus respectivos parlamentos. Para exemplificar, cerca de 40% da bancada federal compõe a bancada ruralista no Congresso Nacional.

A nova fase de desenvolvimento do capitalismo no campo tem entre suas características a intensiva substituição da força de trabalho por tecnologia, superexploração da força de trabalho, uso crescente de agrotóxicos, controle das sementes e de insumos. A hegemonia desse modelo de desenvolvimento é decisiva para territorialização do capital e o controle sobre os recursos naturais, especialmente a terra, minérios, águas, florestas e fontes de energia.

Em relação à concentração da terra, o Programa Agrário do MST com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE do censo agropecuário de 2006, afirma que no Brasil existem cerca de 22 mil grandes propriedades acima de 2.000 hectares, consideradas como grandes latifúndios, 400 mil propriedades entre 100 e 2.000 hectares considerados propriedades modernas onde se constitui a maior parte de desenvolvimento do agronegócio. De outro lado, as propriedades de até 100 hectares são consideradas propriedades camponesas e somavam 4,8 milhões de estabelecimentos agropecuários, sendo que 1 milhão seriam de camponeses com renda agrícola que produzem e reproduzem o modo de vida camponês e eventualmente contratam força de trabalho e os outros 3,8 milhões de famílias produzem para subsistência e sobrevivem de políticas públicas a exemplo do Programa Bolsa Família.

Essa nova fase de territorialização do capital tendo como base a disputa de projetos feita pelo agronegócio e os seus impactos na produção, na concentração fundiária que em seus primeiros anos do século XXI reconfigurou o campo na direção da agropecuária exportadora e depredadora do meio ambiente e das

relações de trabalho, muitas vezes degradantes sendo classificadas e enquadradas no código civil brasileiro como trabalho análogo a escravidão.

A existência e consolidação do agronegócio significam o aprofundamento da questão agrária brasileira que se manifesta na expropriação intensiva dos bens da natureza, na mercantilização das relações no meio rural, no aumento da submissão dos camponeses aos interesses do capital, no aumento do êxodo rural e da violência cometida contra os movimentos sociais que lutam pela democratização da terra e por uma nova perspectiva na relação com o meio ambiente e na produção de alimentos saudáveis referenciados na agroecologia.

Prosseguindo na análise sobre a disputa por modelos de desenvolvimento com base nas diversas interpretações feitas por vários estudiosos, discorreremos agora sobre o campesinato na perspectiva de entender esse sujeito histórico, não como algo do passado, mas como resistência e como projeto de desenvolvimento baseado na produção de alimentos para a segurança e soberania alimentar, geração de empregos e relações de trabalho não capitalistas.

Ao analisar o processo da produção camponesa com o objetivo de identificar as particularidades da economia camponesa e a sua relação com a exploração capitalista, Bartra (2011), com base em Karl Marx, traça um paralelo entre a exploração do proletariado e a exploração camponesa. Segundo o autor, ambos são explorados, porém, são questões qualitativamente diferentes, pois, enquanto o processo de produção capitalista tem como finalidade a exploração do trabalho do proletariado tendo como objetivo e extração da mais valia o processo de trabalho camponês somente se constitui em processo de valorização do valor através de várias mediações, em que a exploração do trabalho camponês se realiza na circulação capitalista.

[...] o processo camponês de produção em um sentido estrito ou imediato, não contém em seu interior a chave da exploração do trabalho camponês. Esta somente pode ser descoberta quando a produção camponesa é localizada no contexto da reprodução social do capital (BARTRA, 2011, p.13).

No processo imediato de produção, o camponês produz excedente que é apropriado na esfera da circulação mercantil pelo capital. Nessas circunstâncias, o resultado é a valorização do capital pelo trabalho do camponês que permite a sua

reprodução para ser novamente explorada. Nesse sentido, Bartra analisa que a relação do campesinato com o capital não está limitada apenas a transferência de valor, mas também consiste numa relação de exploração que não se restringe a circulação, mas tem correspondência com a produção em sentido estrito.

A produção camponesa está baseada na unidade do trabalhador e dos meios de produção e, portanto, conserva a união entre o produtor direto e seu produto, de tal modo que quando o camponês se vê submetido como comprador e vendedor a um intercâmbio desigual, o mesmo sujeito, enquanto produtor, está sendo submetido a uma relação de exploração em que parte do seu trabalho lhe escapa na forma de produtos (BARTRA, 2011, p. 22).

Para Bartra, a exploração do camponês se materializa na relação com o mercado, na medida em que o excedente muda de proprietário e a base dessa exploração se encontra nas condições do próprio processo produtivo.

Sobre o conceito de camponês, o autor analisa que existe dificuldade em capturá-lo devido às diversas dimensões e por ser esquivo por natureza “o camponês pode ter terra e até um módico capital, vende ou come o que planta e pode contratar temporariamente peões, outras vezes é ele mesmo que vende sua força de trabalho por um salário” (BARTRA, 2011, p. 67). Nesse sentido, o autor analisa que o camponês se metamorfoseia sendo um pouco fazendeiro e burguês e um pouco proletário.

Frente à complexidade da identidade camponesa, Bartra afirma que o camponês ao contrário do fazendeiro e do proletário, se apresenta primeiro como evidência social, como sujeito dos movimentos reivindicatórios, como projeto e utopia, como socialização no campo, como hábitos e tradições, como imaginário social, e como sensação de saudade idealizada. “[...] o camponês surge como vontade de ser, como projeto, como carência e aspiração” (BARTRA 2011, p. 68). De acordo com o autor, a verdadeira face do camponês se define pela sua diversidade étnica, produtiva, histórica e econômica, “grosso modo, o camponês seria o trabalhador rural autônomo e, portanto, com algum acesso à terra” (p. 72). Ele prossegue sua análise sobre a complexidade da identidade camponesa:

o camponês não é, portanto, o indivíduo ou família, mas esse emaranhado de relações sociais cujos nós são a comunidade, a vila rural, o povoado, o governo local, a associação agrícola, e região...E mais recentemente a também a comunidade transterritorial formada

pelos migrantes e suas famílias, que partiram, mas não foram esquecidos (BARTRA, 2011, p. 77).

De acordo com o autor, tanto a identidade camponesa como os costumes e tradições estão em constantes mudanças. Nesse sentido, enquanto em alguns lugares as tradições camponesas são reanimadas, em outros estão em deterioração e vem sendo substituídas por novas estruturas organizativas em escala local, nacional e até internacional. Para Bartra, as mudanças que vem ocorrendo na prática camponesa a exemplo de camponeses que são gestores coletivos de empresas e serviços agroindustriais, de usarem a tecnologia tradicional e ao mesmo tempo se relacionar com a mais inovadora biotecnologia, de produzirem para o autoconsumo e exportarem café orgânico gourmet para Nova York, não alteram a condição camponesa, pois

O núcleo duro da socialização camponesa está ainda na comunidade agrária, mas seu mundo já não termina as margens da aldeia; as relações econômicas, as agremiações políticas e culturais que o animam se estendem pela região, percorrem o país, cruzam as fronteiras nacionais (BARTRA, 2011, p. 79).

Do ponto de vista da relação dos diversos modos de produção com os camponeses, o autor analisa que na perspectiva das revoluções burguesas, os camponeses deveriam ter sido enterrados junto com o feudalismo, pois o capitalismo tendencialmente lhes fragmentaria em empresários agropecuários e proletários e o socialismo lhes combateria por considerá-los propagadores desprezíveis da burguesia rural. As teorias sociais também tendem a remetê-los ao passado junto às antiguidades do velho sistema social, como restos pré-capitalistas referindo-se as diversas formas de trabalho que ocupam e a decadente renda agropecuária com a finalidade de colocar em questão a sua própria identidade.

Na contra tendência das teorias e dos modos de produção, e em tempo de darwinismo social e de exclusão crescente, os camponeses se colocam como símbolo de resistência e opção de sociabilidade solidária. Contextualizando a ação dos camponeses na passagem de milênios, Bartra analisa a possibilidade de uma reforma agrária de novo tipo na África e na América Latina, apesar das reversões das contrarreformas neoliberais. Tanto em países de natureza socialista como nos países centrais do capitalismo, os camponeses têm se libertado do cooperativismo

autoritário do Estado, demonstrando a força da agricultura familiar e no mesmo período reconstruindo formas de cooperação voluntária e reivindicando políticas agrícolas que geram empregos, segurança alimentar e conservação do meio ambiente.

Nessa perspectiva, Bartra cita a título de exemplo, os agricultores da União Europeia que estão priorizando uma reforma agrária pós-moderna e antiprodutivista, que tem como um dos seus objetivos substituir o modelo intensivo e degradante por uma agricultura de base familiar compatível com a saúde humana, ambiental e alimentar, contribuindo para a preservação da agricultura camponesa e a paisagem do campo. A nova reforma agrária tem entre sua natureza, de acordo com Bartra, a autonomia camponesa, ao contrário das reformas agrárias do passado que os camponeses recebiam terra num pacto de submissão. O novo projeto de reforma agrária tem como princípio a democracia social e cidadã, e antipatriarcal, apontando que a refundação agrária do novo milênio deve ter equilíbrio de gênero e rosto feminino.

Além de alterar a concepção de reforma agrária, os camponeses criaram um movimento internacional, fato inédito, pois, as organizações internacionais criadas no final do século XIX e até meados do século XX foram iniciativas da classe trabalhadora urbana a exemplo das internacionais socialistas. O movimento internacional dos camponeses foi fundado, segundo Bartra, comprometido com a segurança alimentar, com novas relações com o meio ambiente e de gênero, no respeito aos direitos com a autonomia. Um movimento que tinha em sua composição social os pequenos e médios produtores camponeses e suas comunidades. Analisando as mudanças ocorridas com os camponeses nessa virada de milênio, Bartra (2011, p. 69), afirma que “no fim do milênio, os agricultores familiares saíram da tumba e decidiram apostar no futuro”.

Nessa perspectiva, Bartra com base em Barrington Moore (1973), analisa a relação dos camponeses entre democracia e ditadura e afirma que

os camponeses construíram a grande base social do radicalismo [...] os mananciais da liberdade humana não estão somente onde Marx os viu, nas aspirações das classes ascendentes, mas talvez mais em [...] uma classe que a onda do progresso está prestes a destruir. (BARRINGTON MOORE 1973 apud BARTRA 2011, p. 69).

Ainda sobre a condição de sujeito da transformação social, Bartra (2011, p. 85) analisa que “O camponês é movimento, conflito, luta sindical, que a contragosto é anunciado pelos meios de comunicação, de preferência em uma manchete que denota violência”. Para ele, a condição camponesa está em movimento e por isso não deve ser considerada uma relíquia ou uma repetição.

Além das mudanças na perspectiva de projetos de reforma agrária e da participação em diversos eventos com objetivos de alterar a correlação de forças por mudanças na direção de uma nova sociabilidade, os camponeses também são disputados e disputam diferentes concepções de tecnologias para o campo. Pode-se afirmar que são disputadas duas concepções fundamentais de tecnologias para o desenvolvimento do meio rural: de um lado a mecanização e a aplicação intensiva de agroquímicos que contribui para a construção de uma cultura consumista e ao mesmo de tempo de submissão dos camponeses as empresas capitalistas nacionais e transnacionais produtoras e comercializadoras de agrotóxicos, por outro, os camponeses e setores progressistas das universidades tem demonstrado mudanças reais e virtuosas em relação às tecnologias de inspiração na produção artesanal, a exemplo dos policultivos agroflorestais e das pequenas produções agrícolas orgânicas que substitui os agroquímicos e a maquinaria inadequada por recursos naturais adequados à produção saudável.

Bartra chama atenção para os cuidados que os camponeses devem ter na relação com o projeto de agricultura empresarial afirmando que “o modelo empresarial não serve; conduz a ruína aqueles que têm mais e também à condenação aqueles que têm menos e que, para vencer a corrida maluca, sacrificam a autonomia e liberdade” (BARTRA, 2011, p. 87). Nessa perspectiva, o autor analisa a incompatibilidade daqueles que produzem para vestimenta e para a alimentação, (valor de uso ou circulação simples), destacando ser muito difícil para se manter frente à concorrência mercantilista onde o que é considerado, é a taxa monetária de retorno. De acordo com o autor, a produção camponesa não tem natureza mercantil, ou seja, obtenção de lucro, pois tem como finalidade atender as necessidades humanas de alimentação por isso está em conflito com as relações de mercado.

Em sua ingenuidade, o camponês deseja produzir alimentos para comer e fibras para vestir e não mercadorias para lucrar. Se em alguns saudosistas isto se transforma em nostalgia diante da

mudança, a economia natural é, em outros, disputa e utopia. O camponês com projeto e vocação para o futuro reivindica uma economia com alma e uma modernidade com rosto humano. A alma e rosto que a produção doméstica não extraviou por completo (BARTRA, 2011, p. 88).

Para Bartra, os camponeses e indígenas não são contra a modernidade desde que essa modernidade não seja opressora, desigual e excludente. Parafraseando o manifesto comunista, onde Karl Marx afirma que a história da humanidade é a história da luta de classes, o autor analisa que a história é também de exclusão e de rebelião, de confronto entre bárbaros e civilizados.

Os camponeses e os indígenas não se rebelam contra o atraso pré-moderno, mas contra a modernidade selvagem que os aflige a todos. Não são irmãos marginalizados, esquecidos às pressas pelo novo milênio, mas o espelho da nação. Não representam o passado, mas o futuro (BARTRA, 2011, p. 91).

As contribuições de Bartra são importantíssimas para compreendermos as relações econômicas, de trabalho e com a natureza desenvolvida pelo camponês, bem como a sua complexidade conceitual e as mudanças ocorridas no meio rural que vem alterando as características do camponês na virada do século XX, sem que o mesmo deixe de ser um sujeito social de relações não capitalistas.

Costa e Carvalho (2012) analisando o significado de camponês e campesinato nos situa sobre as multiplicidades de forma e de existência camponesa. Os autores fazem primeiramente uma distinção entre campesinato e camponês. Para Costa e Carvalho (2012, p. 113) campesinato é “um conjunto de famílias existentes em um território”. As famílias camponesas têm sua existência num determinado território, que produzem e reproduzem, tendo como base as relações sociais que estabelecem normas de convivência e de uso dos bens da natureza de práticas e intercâmbios culturais. As famílias camponesas estão situadas num espaço geográfico e politicamente delimitado pela luta por modelos de desenvolvimento no campo.

Para os autores, as famílias camponesas se definem pelo acesso aos meios necessários para a produção e reprodução do seu modo de vida, ou seja, o atendimento às suas necessidades biológicas e culturais sem exploração permanente da força de trabalho.

Camponesas são aquelas famílias que, tendo acesso à terra e aos recursos naturais que ela suporta, resolvem seus problemas reprodutivos- suas necessidades imediatas de consumo e encaminhamento de projetos que permitam cumprir adequadamente um ciclo de vida da família- mediante a produção rural, desenvolvida de tal maneira que não se diferencia o universo dos que não decidem sobre a alocação do trabalho dos que se apropriam do resultado dessa locação (COSTA; CARVALHO, 2012, p. 113).

A partir dessas diversidades de relações e de concepção, as unidades de produção camponesa têm como finalidade comum, produzirem para garantir a reprodução dos seus respectivos núcleos familiares, na perspectiva de incorporar diversas gerações num contexto endógeno onde a geração operante se vê como parte constituinte das realizações de seus antepassados e de seus descendentes. Porém, a produção e a reprodução do modo camponês de vida se dão através de combinações individualizadas e condicionadas por possibilidades e limitações da realidade em todas as escalas que encerram sua forma de existência. “Nessa condição concreta, constituem um campesinato” (COSTA; CARVALHO, 2012, p. 113).

Analizando a relação dos camponeses para além da sua unidade de produção e reprodução, os autores desenvolvem uma análise sobre o comportamento dos camponeses nos países ricos, a exemplo dos Estados Unidos da América e dos camponeses nos países pobres. Nos países ricos os camponeses estão envolvidos em cooperativas e tem acesso a tecnologias garantidas pelo sistema de créditos. Geralmente são tecnologias que degradam o meio ambiente, e a partir desse modelo de agricultura eles lutam com expressiva vantagem por um espaço na sociedade de mercado. Ao contrário do que acontece nos países ricos, os camponeses dos países pobres são economicamente pauperizados e em muitas vezes tem dificuldade em garantir a própria reprodução.

Entre as causas que levam os camponeses a essa situação, estão à falta de acesso a tecnologias apropriadas ao contexto desses camponeses ou a precariedade em relação ao acesso aos meios fundamentais como a terra. A escassez desses meios se deve a influência exercida pelos proprietários de terras ou comerciantes que em muitas vezes, se fundem em uma só pessoa. Esses proprietários são os que fazem a mediação entre o campesinato e a sociedade, tanto nas relações políticas como nas relações econômicas. Essas relações se

transformam em uma espécie de rede e essas redes assumem uma espécie de economia moral que se articulam em torno de instituições comunitárias que garantem segurança as famílias com relações cliente-patrão, levando os camponeses a profunda submissão.

Para Costa e Carvalho, as instituições comunitárias perpassam a condição de economia moral, que viabiliza segurança as famílias com relações de submissão, pois, a comunidade rural camponesa ocupa um espaço central no modo de vida camponês, porque além de dar apoio econômico, garante suporte político e ideológico para a resistência social que media o seu cotidiano, numa afirmação e ao mesmo tempo numa disputa conflituosa para afirmar suas especificidades. Nesse sentido, a comunidade rural cumpre entre outras funções, a de ser um espaço para

[...] festa, do jogo, da religiosidade, do esporte, da organização, da solução de conflitos, das expressões culturais, das datas significativas, do aprendizado comum, da troca de experiências, da expressão da diversidade, da política e da gestão do poder, da celebração da vida (aniversários), e da convivência com a morte (ritualidade dos funerais). Tudo adquire significado e todos têm importância na comunidade camponesa... (GORGEN, 2009, p.5 apud COSTA; CARVALHO, 2012, p. 115).

Em relação à autonomia relativa camponesa, o campesinato como uma classe em construção enfrenta os desafios fundamentais para garantir sua produção e reprodução social nos marcos do modo de produção capitalista. De acordo com Costa e Carvalho os desafios se manifestam quando

o camponês, para afirmação da sua autonomia relativa perante as diversas frações do capital; o campesinato, para a construção de uma identidade social que lhe permita constituir-se como classe social e, portanto, como sujeito social na afirmação de seus interesses de classe. Ambas, a afirmação da autonomia relativa camponesa como a construção do campesinato como classe social se inter-relacionam numa dinâmica social marcada por relações de poder em disputa (COSTA; CARVALHO, 2012, p.116).

A construção da autonomia relativa do camponês não é algo linear ou mecânico, mas um processo político e econômico fundamental para que o campesinato se afirme como classe social, como sujeito histórico para realização dos seus interesses de classe social que são diferentes daqueles que estimulam as práticas de classe seja da burguesia, seja do proletariado.

A existência e a resistência camponesa ao longo da história estão vinculadas aos níveis de autonomia relativa que lhe permite maior ou menor grau de escolha. A submissão camponesa ou a sua autonomia estão diretamente aliadas ao acesso à tecnologia que pode aumentar a produtividade do trabalho e aparentemente pode contribuir para aumentar a sua autonomia, porém, o que se percebe é que as tecnologias hegemônicas estão ampliando a subordinação dos camponeses aos interesses capitalistas. Nessas circunstâncias, os camponeses vivem uma tensão política e econômica entre a adoção das tecnologias de perspectiva capitalista e as práticas, inclusive tecnológica, do modo de vida camponesa.

Costa e Carvalho analisam que a autonomia relativa camponesa está vinculada diretamente a necessidade da construção de uma identidade que supere a identidade de resistência. Os autores afirmam que é fundamental superar a identidade de resistência para alcançar uma identidade de projeto, ou seja, de camponeses em si, em camponeses para si. A resistência camponesa “descolada” de projeto societário não lhes permite posicionamento na sociedade na perspectiva de transformar toda a estrutura socioeconômica. Aqui os autores chamam atenção dos camponeses e de suas organizações alertando-os que “jogar somente na defesa não ganha o jogo” é preciso ir para a ofensiva.

A redefinição ou a transição para essas identidades se expressam de forma coletiva. Elas revelam o campesinato entrando na disputa de projetos como sujeito coletivo e social cuja direção é de romper com a dominação e a subordinação na qual historicamente estão inseridos. Os movimentos sociais e camponeses estão participando da mediação desse processo. A construção de uma identidade social e de projeto do campesinato deve considerar não apenas a sua autonomia relativa perante o capital, como a participação com maior ou menor nível de explicitação, de uma maneira diferente de fazer agricultura daquela que tem como concepção o paradigma capitalista.

Fernandes e Welch (2008), grandes estudiosos da questão agrária e do campesinato, afirmam que o campo é concebido como território em permanente disputa e conflitualidade por modelos de desenvolvimento. Essa disputa tem como sujeitos coletivos principais o agronegócio de um lado e agricultura camponesa de outro. Sinteticamente, os autores fazem a distinção entre a agricultura capitalista e a agricultura camponesa: a primeira como modelo de desenvolvimento que tem como

referência o cultivo da monocultura, relações de trabalho assalariada e produção em grande escala; a segunda tem como referência a preservação da biodiversidade, a predominância de relações de trabalho familiar e a produção em pequena escala. A partir dessa interpretação dos modelos de desenvolvimento no campo, os pesquisadores afirmam que o sistema agrícola camponês não compõe o agronegócio. Mesmo que o camponês produza sobre a direção dos interesses do agronegócio em suas propriedades de forma subalterna, não deixam a condição de produtor camponês.

Para os autores, os camponeses são produtores agrícolas de base familiar. Nessa análise a unidade de produção familiar tem duas funções fundamentais: o da produção da existência camponesa e a produção de alimentos. Para compreender a produção camponesa em sua totalidade, se faz necessário interpretá-la a partir de um sistema de produção agropecuário, onde estão articulados elementos culturais, de resistência e de valores

Compreender o campesinato como um sistema, não significa ter uma visão mecânica, mas sim considerar a estrutura e as dimensões que compreende seu modo de vida, a partir do seu território, sua cultura, seus valores, suas formas de luta e resistência no enfrentamento com o capital, condições essenciais para continuar sendo camponês (FERNANDES; WELCH, 2008, p. 49).

De acordo com os autores, todo camponês é um agricultor familiar, mas admitem que essa interpretação encontra divergências em alguns autores, e criticam aqueles que defendem a distinção entre um ou outro modo de produzir, afirmando essa distinção é mais uma tentativa de divisão e cooptação dos camponeses e de suas organizações.

Fernandes e Welch insistem na defesa da predominância do trabalho familiar nas relações camponesas, afirmando que usar esse termo é valorizar a relação social não capitalista em que as formas de exercer o poder são totalmente diferentes das formas de poder das relações capitalistas. Essas relações são decisivas para limitar o uso do espaço onde acontecem a produção e reprodução dessas formas de vida. Para eles, essa “limitação determina a área de produção e, por conseguinte, todas as relações que lhe são resultantes, como, por exemplo: tempo de trabalho, renda, quantidade produzida etc.” (FERNANDES; WELCH, 2008, p. 50). De acordo

com os autores, há uma distinção não só teórica, mas prática em relação à distinção da agricultura familiar e da agricultura capitalista.

[...] a predominância do trabalho familiar é uma característica do campesinato (e não do capital). O campesinato não promove diferentes tipos de concentração: terra, capital, pode etc. Ao contrário, o capital, ao realizar sua reprodução ampliada por meio da mais valia, supera os limites de tempo e espaço, o que lhe possibilita o crescimento e a necessidade da concentração para continuar crescendo (FERNANDES; WELCH, 2008, p. 50).

Os autores demonstram a partir de suas análises que não há distinção entre agricultura familiar e agricultura camponesa, a escolha por um ou outro termo de forma dogmática não contribuirá para compreensão do significado da complexidade da identidade camponesa e, por conseguinte limitará a ação dos defensores do modelo de desenvolvimento com base nessa forma de produção.

Oliveira (2001), analisando a mesma questão, afirma que o desenvolvimento capitalista moderno no Brasil, e particularmente no campo, se desenvolve de forma desigual e contraditória, pois “o desenvolvimento do capitalismo – e a sua consequente expansão no campo – se faz de forma heterogênea, complexa e, portanto, plural” (OLIVEIRA, 2001, p. 185). Para exemplificar, o autor analisa que por um lado, o capitalismo estimula o trabalho assalariado em diferentes culturas e em diversas regiões do Brasil como na produção de cana de açúcar, no cultivo da soja e da laranja. Por outro lado, o capitalismo desenvolve de forma articulada e contraditória a produção camponesa. Nessa condição, o camponês é um sujeito social dentro do capitalismo e não fora dele.

Outro pressuposto para analisar o desenvolvimento do capitalismo no campo é o caráter rentista do capitalismo no Brasil, “isto quer dizer que, no Brasil, o desenvolvimento do modo capitalista de produção se faz principalmente pela fusão, em uma mesma pessoa, do capitalista e do proprietário de terra” (OLIVEIRA, 2001, p. 186). De acordo com Oliveira, esse processo teve origem na escravidão e se consolidou após a deposição do Presidente João Goulart pela ditadura militar, quando os militares procuraram ressoldar essa aliança/fusão que tinha sido abalada pela aprovação da reforma agrária no governo anterior.

Esse processo de desenvolvimento capitalista produziu uma modernização conservadora da agricultura onde não foi necessário fazer a reforma agrária para

desenvolver o capitalismo. A não realização da reforma agrária nos marcos do capitalismo produziu dois tipos de camponeses que atuam em duas frentes de luta: “uma para entrar na terra, para se tornarem camponeses proprietários; e, em outra frente, lutam para permanecer na terra como produtora de alimentos fundamentais à sociedade brasileira” (OLIVEIRA, 2001, p.189). De acordo com o autor, nessas circunstâncias os camponeses são uma classe em luta permanente, pois, os diversos governos não os consideram nas políticas públicas.

Frente a esses motivos a reação dos camponeses tem sido diversas, entre elas, a luta pela terra que é uma luta específica moderna, característica própria do século XX. “Entendo que o século passado foi, por excelência, uma época de formação e consolidação do campesinato brasileiro enquanto classe social” (OLIVEIRA, 2001, p. 189). De acordo com Oliveira, os camponeses não são entraves para o desenvolvimento das forças produtivas que trava o desenvolvimento do capitalismo, ao contrário, pois, os camponeses Brasileiros não tiveram acesso à terra, foram desterrados. São no interior dessas contradições que se originam os movimentos sociais que organizam a luta pela terra, e com ela os conflitos e as várias formas de violência.

A disputa por modelos de desenvolvimento no campo tem entre suas “faces” a violência como forma de contenção, de imposição e de dominação de um projeto sobre outro. Analisando a dimensão da violência contra os camponeses e suas organizações, Oliveira (2001, p. 185) afirma que “a história que marca a longa marcha do campesinato brasileiro está escrita nas lutas muitas vezes (ou quase sempre) sangrentas desta classe social”. A violência contra os povos do campo é anterior à existência dos camponeses no Brasil. Os primeiros a sofrerem atos de violência por não se adaptar ao projeto capitalista foram os povos indígenas como nos mostra o autor: “o território capitalista, no Brasil, tem sido produto da conquista e destruição dos territórios indígenas” (OLIVEIRA, 2001, p.190).

Simultaneamente a violência cometida contra os povos indígenas também aconteceu contra os escravos negros que se revoltaram contra os senhores rentista. A rebelião negra teve como formas de luta desde as fugas, até a organização de quilombos como espaço e território da liberdade e da resistência. Os posseiros camponeses sem terra vêm historicamente lutando, de um lado contra as causas da

sua expropriação e de outro lado contra os jagunços dos latifundiários grileiros e especuladores.

Oliveira destaca algumas das organizações e lutas camponesas que fizeram parte da luta pela liberdade da terra e dos camponeses como Canudos, Contestado, Trombas e Formoso. Em meados do século XX, as organizações camponesas de maior expressão foram as Ligas Camponesas que sacudiu a estrutura agrária, principalmente no Nordeste, porém, suas lideranças foram em sua maioria assassinadas pelos agentes da ditadura militar. Outra organização camponesa de natureza sindical criada no período do Governo João Goulart e que existe até hoje é a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, que teve papel importante no Programa de Reforma Agrária de Goulart e na criação da Superintendência da Política Agrária - SUPRA.

A violência cometida pelos latifúndios e seu estado geram morte, mas geram também as organizações que resistem e lutam pela vida. “O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é produto dessa contradição” (OLIVEIRA, 2001, p. 193). A negação e a luta contra a expropriação passam a ser pensadas e articuladas, a partir da zona urbana, com a participação dos retirantes a quem a sociedade insiste em negar o direito de ser cidadão. Além da negação e da expropriação capitalista, agora surgem outras formas e espaços de luta como condição para recuperar o tempo roubado pelo capital.

Acampamentos e assentamentos são novas formas de luta de quem já lutou ou de quem resolveu lutar pelo direito à terra livre e ao trabalho liberto. A terra que vai permitir aos trabalhadores – donos do tempo que o capital roubou e construtores do território comunitário e/ou coletivo que o espaço do capital não conseguiu reter à bala ou por pressão – reporem-se/reproduzirem-se no seio do território da reprodução geral capitalista. Nos acampamentos, camponeses, peões e boias-frias encontram na necessidade e na luta, a soldagem política de uma aliança histórica (OLIVEIRA, 2001, p.194).

O capital na busca de sua reprodução ampliada atua como rolo compressor, esmagando tudo para alcançar o seu objetivo principal. É na lógica das contradições do capital que deve ser compreendida os conflitos sociais e a luta pela terra no Brasil. Oliveira analisa que o capitalismo desenvolve de forma desigual e contraditória e nesse sentido a pressão que o capital exerce em determinado território não é a mesma em outro espaço, liberando ainda que principalmente

parcelas de territórios destas ações. “Desta pressão e contrapressão, nasceu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, um movimento camponês que faz a travessia do terceiro milênio” (OLIVEIRA, 2001, p. 194).

O autor analisando as diversas formas de resistência camponesa identifica movimentos e organizações de povos indígenas, quilombolas, sem-terra entre outros, mas reconhece a dimensão de grandeza do MST e a sua função na organização dos camponeses com e sem terra para avançar na luta pela reforma agrária.

O MST é parte desta luta do campesinato brasileiro, mas, sem dúvida alguma, o principal desses movimentos, por ter uma organização mais sólida, de caráter nacional. É aquele que está soldando a possibilidade de vitória da luta destes diferentes setores que formam o heterogêneo campesinato brasileiro. O MST, por isso mesmo, é um movimento social jovem, que nasceu no início dos anos 80 e tem como binômio de ação a lógica acampamento-assentamento. Quem quiser conhecer e entender o MST terá de entender este processo de luta calcado nos acampamentos, portanto, nas ocupações e na luta nos assentamentos. Assim, o MST é um movimento que articula simultaneamente a espacialização da luta, combinando-a contraditoriamente com a territorialização deste próprio movimento nos assentamentos (OLIVEIRA, 2001, p. 196).

O autor destaca também a estrutura organizativa do MST e a defini como sendo democrática, de base, e efetivamente de massa. Uma estrutura organizativa que respeita as diferenças regionais tem um coletivo nacional representativo de todas as regiões do país onde o movimento atua e unidade a partir das decisões coletivas. As divergências existem, porém, são debatidas, e a proposta vencedora é cumprida por todos.

A disputa por modelos de desenvolvimento no campo brasileiro é permeada pela luta das classes sociais que se manifesta na disputa de territórios, numa intensa conflitualidade onde a territorialização de um modelo de desenvolvimento significa necessariamente a desterritorialização de outro modelo, daí sua natureza antagônica. Cada classe social utiliza seus meios para construir e ao mesmo tempo impor um dos modelos de desenvolvimento, nesse sentido, o agronegócio tem como defensor do seu projeto o Estado brasileiro, os meios de comunicação e as empresas nacionais e transnacionais, além das suas organizações como a Confederação Nacional da Agricultura - CNA, entre outras. Por outro lado, os

camponeses disputam, numa correlação de forças desfavorável, modelos de desenvolvimentos que se expressam na luta para se manter e/ou ampliar a ação sobre o território em seu sentido diverso. Disputam o Estado por meio das lutas reivindicatórias por políticas públicas e ao mesmo tempo, disputam projetos na sociedade através das suas organizações, entidades e movimentos.

3.3 A função do estado frente à disputa por modelos de desenvolvimento

Para entender o Estado na perspectiva crítica é imprescindível analisar o espaço que os seres humanos ocupam na sociedade e nas relações de trabalho. De acordo com Mendonça (2012, p. 349), “os homens contam com uma sociabilidade própria que lhes é dada, em cada contexto histórico, pelo lugar por eles ocupado no processo de produção e de trabalho. Alguns, nesse caso, são proprietários dos meios de produzir e de fazer trabalhar e outros não”. Para o autor, a origem do Estado como instrumento de dominação de classe está vinculada a emergência da propriedade privada, ou seja, em determinado momento da história um grupo social expropriou e apropriou-se daquilo que era de todos e submeteu os demais aos seus interesses transformando-os em força de trabalho.

O Estado, nessa perspectiva, deriva da necessidade dos grupos de proprietários privados de assegurar e ocultar-por meio de leis e demais medidas coercitivas capazes de manter os despossuídos nessa condição, sem se rebelarem contra ela- tal apropriação (MENDONÇA, 2012, p. 349/50).

Para Mendonça, a matriz marxista analisa a construção do Estado do ponto de vista histórico e das classes sociais, negando assim, ter existido em qualquer período da história individualidades autônomas em estado de natureza ou mesmo algum contrato que tenha dado origem ao Estado. A emergência do Estado é produto das relações sociais objetivando garantir a continuidade da produção e da reprodução da sua existência social. Nessa concepção de Estado, o seu poder não se explica por ele mesmo, pela natureza ou externo a sociedade.

Com base em Antônio Gramsci (2001), o autor analisa o Estado de uma perspectiva mais “elástica”, permeável até certo limite às demandas sociais. Para ele, Gramsci analisa o Estado afirmando que ele não é sujeito e nem objeto, mas há uma relação histórica e social, ou seja, o soldamento das relações sociais numa

dada sociedade. Nessa perspectiva, Gramsci segue a tradição marxista, porém, redefini o conceito de Estado e passa a denominá-lo de Estado ampliado, porque nele está incluída tanto a sociedade civil quanto a sociedade política inter-relacionadas.

Para Mendonça, a sociedade civil é “o conjunto dos agentes sociais, associados nos chamados aparelhos privados de hegemonia, cernes da ação política consciente, e organizados pelos intelectuais orgânicos de uma classe ou fração, visando obter determinados objetivos” (MENDONÇA, 2012, p. 351). Enquanto a sociedade política “engloba o conjunto de aparelhos e agências do poder público propriamente dito. Qualquer alteração na correlação de forças vigente em um dessas esferas repercute, forçosamente na outra” (p. 351).

Após essa abordagem sobre o conceito de Estado na matriz marxista, vamos analisar como o Estado brasileiro e os seus governos historicamente têm se posicionado frente à disputa por modelos de desenvolvimento para o campo Brasileiro. De acordo com a análise do MST, através do seu Programa Agrário, o Estado brasileiro historicamente atende os interesses imediatos e estratégicos de seus criadores. O Estado como instrumento de dominação de classes e como organizador dos interesses coletivos da classe dominante, atua na defesa da grande propriedade empregando o uso das forças policiais, garantindo a impunidade aos que cometem crimes contra os trabalhadores rurais, elaborando leis que facilitam a ação das empresas do agronegócio, entre outros.

O Estado brasileiro além do seu arcabouço jurídico de proteger os interesses da classe dominante tem cumprido um papel fundamental de garantir a hegemonia do modelo do agronegócio na produção agrícola. Ele atua na garantia de transferência de recursos públicos, via investimentos e através do financiamento compulsório destinado a ele, recolhendo da poupança nacional depositada nos bancos (MST, 2013, p. 12).

O Estado também comete atos diretos de violência contra os camponeses, a exemplo dos massacres de sem terras em Corumbiara - RO com nove mortos e Massacre de Eldorado dos Carajás - PA com dezenove mortos.

Girardi (2016), afirma que a disputa por modelos de desenvolvimento entre os territórios da questão agrária produz um processo de conflitualidade. Essa conflitualidade, de acordo com o autor, não é sinônimo de violência, e pode ser

solucionada de duas maneiras: “através do desenvolvimento, com a solução ou minimização dos problemas da questão agrária; ou então através da violência, que é uma forma de inibir os processos de luta pela terra” (GIRARDI, 2016, p. 84). Para ele, a maioria das ações de violência no campo brasileiro é realizada pelos fazendeiros e latifundiários contra os setores de camponeses oprimidos como os sem-terra, pequenos posseiros, indígenas, ribeirinhos quilombolas e extrativistas.

A relação do Estado com a violência se dá de duas maneiras: pela impunidade e passividade, que estimula a continuidade das práticas violentas contra os camponeses e pela participação direta através dos seus agentes na realização de massacres e despejos, na tentativa de desestimular a luta pela terra. A passividade do Estado frente aos atos de violência se manifesta na omissão em relação às práticas violentas cometidas por fazendeiros e empresários contra os povos das águas, do campo e da floresta.

A criminalização da luta pela terra e a impunidade dos criminosos que praticam violência direta contra esses grupos oprimidos do campo são importantes formas de atuação passiva do Estado na violência direta. [...] a violência indireta contra esses grupos é uma prática simultânea do Estado e de fazendeiros e empresários através de ações política a favor do território do agronegócio e do latifúndio. (GIRARDI, 2012, p.84).

Com o advento do agronegócio estimulado pela política e economicamente pelo Estado, a disputa por modelos de desenvolvimento e por território se intensificou e uma das suas expressões é a crescente tentativa de desalojamento dos camponeses.

Hoje com a grande demanda por commodities do agronegócio, o consequente aumento do preço da terra e os grandes projetos minerais e energéticos, o avanço sobre as terras dos pequenos posseiros, assentamentos, terras indígenas e quilombos é cada vez maior e gera uma intensa disputa territorial que caracteriza a questão agrária brasileira na atualidade (GIRARDI, 2012, p.84/85).

A tendência é o aumento da violência contra os camponeses, seja pela impunidade que estimula esta prática, seja pela ação direta do Estado que atua em defesa da propriedade privada dos meios de produção. O atual estágio do desenvolvimento do capitalismo no campo aprofunda a expropriação dos bens da natureza e avança na destruição das relações não capitalistas de produção, como

nunca havia acontecido na história da luta de classes no Brasil. Ao persistir esta ofensiva do capital, os índices de violência contra os camponeses se intensificarão na mesma proporção do avanço do agronegócio, pois, não restará outra opção aos oprimidos do campo a não ser a resistência.

A disputa de território e por modelos de desenvolvimento é resultado da luta das classes sociais no campo, que tem como sujeitos o campesinato e os grandes proprietários de terras que fazem o enfrentamento teórico e físico. De um lado está o projeto de reforma agrária e do outro à manutenção do latifúndio que na virada do século XX passa ser denominado agronegócio. O fio condutor da análise sobre disputa de projetos para o campo é o Paradigma da Questão Agrária que concebe o campo como espaço de conflitos provocados por interesses contraditórios, tendo como sujeitos o agricultor familiar e o proprietário capitalista que convivem de forma conflituosa numa luta incessante e sem tréguas, pois a territorialização de uma dessas formas de produção desterritorializa a outra.

A disputa de projetos para o campo é a expressão das lutas de projetos societários entre o modo de produção capitalista através das suas vertentes neoliberais e neodesenvolvimentistas, versos as perspectivas democratizantes com viés socialista. A hegemonia de um dos projetos e o recuo de outro é derivado da correlação de forças estabelecida entre as classes sociais em luta. Para o momento analisado a disputa principal na sociedade se dá em torno de como gerenciar o sistema capitalista, se é através do neoliberalismo ou se é através do neodesenvolvimentismo, ou seja, o projeto de mudanças estruturais para romper com a dominação capitalista não está em debate na sociedade.

A luta de classes no campo vem afirmando o camponês como sujeito da transformação social, ao contrário de algumas análises que apostam no seu desaparecimento. Além de ser portador das relações de trabalho e ambiental não capitalista, os camponeses passam a cumprir um papel fundamental na sua auto-organização em diversas escalas inclusive a nível internacional através da Via Campesina. No caso do Brasil a criação do MST que é uma resposta dos camponeses ao processo de expropriação capitalista das suas terras, da sua cultura e da sua perspectiva de mundo.

A disputa por modelos de desenvolvimento tem diversas dimensões, como a dimensão da cultura que se expressa nas músicas de viola que retratam a realidade

camponesa ou nas músicas do sertanejo universitário que propagam os valores do agronegócio, bem como nas feiras da reforma agrária ou nas grandes festas agropecuárias. A cultura do agro é também difundida pelos grandes meios de comunicações a exemplo do slogan “Agro é pop, agro é tec agro é tudo”, que apresenta uma perspectiva de agricultura homogênea e sem classes sociais.

A outra dimensão da disputa de modelos de desenvolvimento para o campo é a luta pela reforma agrária realizada pelos movimentos camponeses, especialmente pelo MST, que ao longo dos seus 34 anos de existência no Brasil soube articular a luta pela terra com a luta por outros direitos, a exemplo da moradia, do crédito, da infraestrutura, da formação, da educação, entre outros.

Os aprendizados da luta por modelos de desenvolvimento vêm contribuindo para que os camponeses elaborem um projeto de reforma agrária de natureza econômica e social, onde o machismo e todas as formas de preconceito são combatidos na perspectiva da construção de uma nova forma de sociabilidade.

Para a execução de um projeto de reforma agrária dessa natureza, os camponeses têm a necessidade de governos populares que possam redirecionar as funções das políticas públicas para atender as demandas da população em geral, especialmente as reivindicações no âmbito da agricultura familiar, pois, o estado e os seus governos historicamente priorizam a agricultura de exportação, a monocultura e os grandes proprietários de terras que estão representados em todas as instituições do estado. Enquanto houver desigualdade na estrutura fundiária, na distribuição dos créditos e nas relações sociais de produção, a luta por territórios e na perspectiva de novo modelo de desenvolvimento continuará.

4. POLÍTICAS DE SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR NO MATO GROSSO

Antes de analisarmos as políticas de segurança e de soberania alimentar no Estado de Mato Grosso, é necessário reforçar que é nesse estado onde se expressa à magnitude nacional do agronegócio, especialmente na produção de gado, soja, milho e algodão, que coloca o estado em primeiro lugar no ranking nacional. Por outro lado, a desigualdade é correspondente, gerando entre outras consequências a insegurança alimentar. Vieira (2009), ao pesquisar a pobreza e a desigualdade em Mato Grosso, constatou que as políticas de distribuição de renda através da Previdência, Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada, entre outros, contribuíram no sentido de amenizar a pobreza e a desigualdade nesse estado. O autor afirma que a redução ou extinção desses programas aprofundaria a desigualdade, pois “sem essas transferências, os níveis de pobreza e desigualdade seriam 35,7% e 7,7% superiores, respectivamente. Deve-se ressaltar que as transferências governamentais fornecem maior proteção social contrachocos adversos provenientes da instabilidade econômica” (VIEIRA, 2009, p. 07).

No Estado de Mato Grosso a desigualdade socioeconômica provoca em uma parcela expressiva da população, uma situação de vulnerabilidade social e consequentemente de insegurança alimentar. Para combater essa insegurança, há dois caminhos a serem percorridos. O primeiro está relacionado às políticas de segurança alimentar que estão voltadas para a garantia de alimentos sem se preocupar como foi produzido, nem com as condições socioambientais e territoriais e o segundo ligado a soberania alimentar que está vinculada com a produção e o consumo local, com respeito à biodiversidade, a cultura dos povos e com as relações sociais de produção.

4.1 Desconstruções dos conceitos de Soberania Alimentar, Segurança Alimentar e Agroecologia

O debate em torno da problemática alimentar teve início na terceira década do século XX. Segundo Chonchol (2005), havia duas concepções em relação a essa questão. Primeiro os especialistas em nutrição humana defendiam e chamavam a atenção sobre a necessidade de aumentar a oferta de alimentos, já os economistas

orientavam a redução da produção agrícola tendo em vista a superprodução. O paradoxo é que enquanto o número de pessoas que passavam fome aumentava, o mercado não era capaz de absorver a superprodução de alimentos.

Em 1945, no contexto do fim da Segunda Guerra, o Presidente dos Estados Unidos Franklin Delano Roosevelt, convocou uma reunião com a ONU para debater a agricultura e a alimentação, onde participaram 44 governos. Dessa reunião surgiu a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO, que tem entre seus compromissos fazer o combate à fome e à pobreza, promover o desenvolvimento agrícola, a melhoria da nutrição, a busca da segurança alimentar e o acesso de todas as pessoas aos alimentos necessários para uma vida ativa e saudável. (FAO, 2014).

De acordo com o relatório da FAO, *O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil: um retrato multidimensional* (2014), a construção do conceito de segurança alimentar e nutricional

significa a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais tendo como base, práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitam a diversidade cultural, e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis. (FAO, 2014. p. 16).

Para a FAO, a segurança alimentar tem quatro dimensões: 1) a disponibilidade de alimentos suficiente para toda população, 2) o acesso físico e econômico aos alimentos, 3) a utilização dos alimentos e dos nutrientes, que geralmente é pensada em termos da sua utilização biológica e 4) a estabilidade que se refere ao elemento temporal das três condições já citadas. Reafirmando seu compromisso com o combate à fome, a FAO afirma na *Cimeira Mundial de Alimentação* que aconteceu de 13 a 17 de novembro de 1996, em Roma, que todos têm o direito ao acesso aos alimentos seguros e nutritivos e que a principal causa da insegurança alimentar é a pobreza acrescida de outras causas como as guerras, o terrorismo, a insustentabilidade do planeta e a corrupção. Nesse sentido, sugere a adoção de um modelo de desenvolvimento sustentável e o aumento da produção. Essa análise sobre as causas da insegurança alimentar da FAO confirma que a sua concepção de combate à fome está vinculada às soluções de perspectivas capitalistas.

Tratando sobre o mesmo conceito, Stedile e Carvalho (2012), afirmam que a segurança alimentar é uma política pública implementada por vários governos de vários países, a partir do entendimento de que todos os seres humanos têm o direito a alimentar-se, cabendo ao Estado à garantia de viabilizar os recursos necessários para essa finalidade. Para os autores os meios para que isso seja garantido são vários, entre eles a “distribuição de alimentos, cestas básicas, tíquetes de refeições, instalações de refeitórios populares subsidiados, além de programas de renda mínima a exemplo da bolsa família” (STEDILE; CARVALHO, 2012, p. 714).

Os autores Chonchol (2005), Stedile e Carvalho (2012), são críticos em relação ao conceito de segurança alimentar, ao analisarem os seus efeitos práticos. Uma das críticas em relação aos mecanismos do livre mercado e a refuncionalização do estado na perspectiva neoliberal, que não garante os recursos para as áreas sociais, particularmente os recursos destinados ao combate à fome. Uma segunda crítica é dirigida ao Programa Mundial Alimentar – PAM da FAO, que além de ser paliativo, não atinge todas as pessoas que passam fome no mundo, além disso, os fundos arrecadados para manter o programa têm como fontes doadoras os governos e as grandes empresas transnacionais do mercado de alimentos.

Reforçando essa mesma crítica, a Via Campesina afirma que o combate à fome passa necessariamente por outro modelo de desenvolvimento no campo para a garantia de alimentação em quantidade, em diversidade e livre de agrotóxicos. Os movimentos da Via, desde a sua fundação, vêm construindo o conceito de soberania alimentar, pois parte do entendimento que para garantir soberania alimentar na perspectiva do direito humano à alimentação, é necessário respeitar a livre determinação dos povos, o direito ao uso do território pelos povos indígenas, o direito dos povos de produzirem seus próprios alimentos para o autoconsumo e para os mercados locais e nacionais. (VIA CAMPESSINA, 2010).

Altieri (2010) afirma que a Via Campesina defende que para garantir a geração de trabalho, a conservação da biodiversidade e a saúde da população, é necessário que a produção de alimentos permaneça nas mãos dos agricultores que produzem em pequena escala e não pode ser controlada pela agroindústria e pelas cadeias de supermercados. Para o autor, “a soberania alimentar se enfoca na autonomia local, nos mercados locais, nos ciclos locais de produção-consumo, na

soberania energética e tecnológica, e nas redes agricultor a agricultor”. (ALTIERI, 2010, p.30). Nesse sentido, os movimentos camponeses têm assumido a soberania alimentar como alternativa ao método neoliberal que impõe o comércio internacional injusto para solucionar a problemática alimentar no mundo.

Tratando-se do MST, o debate em torno da soberania alimentar vem ocupando diversos espaços. No caderno de educação do movimento é apresentado o conceito de soberania alimentar como sendo

o direito que cada povo, que cada comunidade possui de planejar e produzir seus próprios alimentos. Ou seja, é a independência total das regiões e dos países para produzir o que as populações locais necessitam e desejam consumir. Sem depender, por exemplo, de sementes produzidas pelas empresas transnacionais, e dos pacotes tecnológicos para agricultura. (MST, 2010, p. 65).

A soberania alimentar é uma das propostas do Programa Agrário do MST (2014). Nesse sentido o MST defende a soberania alimentar com base na agroecologia, deixando clara a necessidade de se “priorizar a produção de alimentos saudáveis para todo povo brasileiro, garantindo o princípio da soberania alimentar, livres de agrotóxicos e de sementes transgênicas”. (MST, 2014, p. 42).

Para Stedile e Carvalho (2012), a soberania alimentar se diferencia da segurança alimentar, pois tem como fundamento a autonomia no direcionamento dos recursos necessários para o povo produzir os seus próprios alimentos, condição necessária para que os trabalhadores possam ser soberanos e protagonistas do seu destino. Em relação à definição teórica de soberania alimentar, os autores afirmam que ela pode ser entendida como “o conjunto de políticas públicas e sociais que deve ser adotado por todas as nações, em seus povoados, municípios, regiões e países, a fim de garantir que sejam produzidos os alimentos necessários para a sobrevivência da população de cada local” (STEDILE; CARVALHO, 2012, p. 715).

Fernandes (2008), também tratando sobre o conceito de soberania alimentar, afirma que ele é resultado da luta de classes no campo, na perspectiva da construção de um novo modelo de desenvolvimento que tenha como fundamento o atendimento as necessidades alimentares e socioambientais da população, a partir da produção de alimentos saudáveis, em quantidade e em variedade suficiente para erradicar a fome no mundo.

De acordo com o autor, para alcançar esse objetivo é necessário à autonomia camponesa, desde o controle do território até a decisão sobre o que e para quem produzir. Fernandes se particulariza em relação às demais formulações, ao conceber a soberania alimentar como território. Após desenvolver a análise sobre os diversos tipos de territórios e seus respectivos significados, o autor expõe os motivos que o leva a essa defesa. Para ele, a soberania alimentar pode ser compreendida como território, pois

contém um dos princípios do conceito, a soberania. Recuperar o poder de produzir o próprio alimento faz a diferença do que é o território da soberania alimentar. Garantir aos povos e suas nações os direitos sobre seus campos, florestas e cidades é o que significa ser soberano. Por isso soberania alimentar é um conceito multidimensional (FERNANDES, 2008, p. 14).

Para o autor, a soberania alimentar está integrada a uma significativa problemática territorial que é a reforma agrária, pois não há a possibilidade da soberania alimentar sem a desconcentração da terra. Para ele, a concentração da propriedade da terra teve aumento progressivo no último século e o modelo agroexportador de matérias primas e da monocultura, influiu na divisão internacional da produção de commodities onde algumas regiões do planeta se especializaram na produção de soja, outras regiões na produção de cana e assim sucessivamente.

Ao desconcentrar a terra, o latifúndio e seu modelo agroexportador são desterritorializados, territorializando os camponeses que aumentam sua resistência ao modelo de produção capitalista no campo, através da luta pela preservação e recuperação da biodiversidade, das práticas agroecológicas que também se transforma em legislação e se territorializa pelo mundo.

A soberania alimentar recoloca e atualiza o debate sobre o Paradigma da Questão Agrária - PQA e Paradigma do Capitalismo Agrário - PCA. Fernandes, 2008, destaca o pioneirismo da Via Campesina ao colocar o campesinato com a responsabilidade de desenvolver políticas para garantir a autonomia camponesa. Isso se traduz na ocupação dos territórios imateriais, ao ampliar as ideias e ocupação dos territórios materiais configurados em terras para a produção de alimentos saudáveis.

Soberania alimentar é um território do campesinato. Ela gera um conjunto de conflitualidades que possibilita ao campesinato a disputa

territorial tanto no campo das políticas públicas quanto no campo da produção agrícola. Ela exige outra escala geográfica da produção e da comercialização para que tenhamos alimentos saudáveis em nossas casas. A soberania alimentar se transforma a cada dia num movimento mundial em defesa de nossos territórios. A nossa mesa, onde comemos, também é nosso território. (FERNANDES, 2008, p. 15).

A partir da concepção de soberania alimentar como território, pode-se afirmar que a disputa por modelo de desenvolvimento no campo ganha mais amplitude, pois situa os camponeses em seu devido espaço de autonomia para a produção e reprodução social e ao mesmo tempo potencializa as lutas pela desterritorialização do latifúndio e do agronegócio. O autor chama atenção para a impossibilidade de a soberania alimentar se não houver soberania territorial e nesse sentido, a dimensão da reforma agrária se coloca no centro do debate para o alcance da soberania alimentar e da convivência harmoniosa com a biodiversidade.

Coca (2018), faz uma análise crítica sobre as diversas opiniões em relação aos limites e as condições necessárias para implementar a soberania alimentar, principalmente sobre a sua capacidade de garantir alimentos para toda a humanidade, superando assim o seu caráter de autossuficiência alimentar localizado.

De acordo com o autor, existe diversas críticas em relação à soberania alimentar: uns negam por completo a sua viabilidade, outros apesar de serem simpáticos a algumas das suas proposições, não conseguem vislumbrar a possibilidade da sua aplicabilidade. Somando a esses agrupamentos existe o debate em torno da livre iniciativa dos produtores que concebem a soberania alimentar como uma imposição no que se refere ao que e como produzir. Ambos os agrupamentos críticos a soberania alimenta, não concebem um modelo de produção que ultrapasse os limites do capitalismo. (COCA, 2018).

Coca defende a soberania alimentar e afirma a necessidade de pelos menos duas ações fundamentais para que ela seja hegemônica mundialmente. Uma delas é a subordinação dos interesses individualistas aos interesses coletivos.

o fato de que para a superação dos principais problemas dos sistemas alimentares, se faz necessário que os direitos coletivos se sobreponham aos direitos individuais e que assim, o alimento não

seja tratado apenas como uma mercadoria, pois valoriza-se sua importância como bem social” (COCA, 2018, p.4).

A outra ação é a necessidade de um estado forte:

Por isso, é impossível separar a soberania alimentar da necessidade do estabelecimento de um Estado forte, capaz de colocar os interesses coletivos na frente dos de caráter individual (COCA, 2018, p.5).

A disputa por modelos de desenvolvimento no campo coloca em debate não somente a questão da reforma agrária, da segurança alimentar, da soberania alimentar, das relações de trabalho, mas também sobre como produzir e para quem produzir a alimentação, os insumos e as sementes, portanto se faz necessário também o debate sobre a agroecologia, pois para que o modelo de produção camponesa tenha possibilidade de se tornar hegemônico, é necessário que as relações de produção, com a natureza e com os demais seres humanos sejam alteradas.

Do ponto de vista da relação com a natureza, o modelo camponês de produção é historicamente oposto ao modelo de desenvolvimento capitalista, pois os camponeses se relacionam com a natureza na perspectiva de produzir e reproduzir o seu modo de vida e o excedente é trocado no mercado para suprir aquilo que não produzem. A relação com o mercado baseia-se na troca de um determinado produto do trabalho por dinheiro e do dinheiro por outra mercadoria.

Para analisar com maior profundidade o modelo de desenvolvimento camponês tendo como centralidade a agroecologia, entendida como necessária para contrapor-se as relações econômicas, sociais e ambientais do agronegócio, buscaremos nas análises de Altieri (2012), Rosset (2007), Guzmán (2001) e MST (2014), as contribuições sobre a necessidade da adoção e ampliação da agroecologia na perspectiva da afirmação de outro modelo de desenvolvimento para campo.

Altieri (2012), para definir o conceito de agroecologia, faz uma análise sobre a evolução do debate em torno da produção agrícola, fazendo uma crítica à concepção do modelo dominante de produção que atribui a baixa produtividade às pragas, as deficiências de nutrientes ou a outros acontecimentos e não consideram

que a causa da baixa produtividade está ligada diretamente ao desequilíbrio dos agrossistemas. A interpretação dominante sobre esses fenômenos tem como consequências, segundo o autor, a visão estreita sobre a causa da baixa produtividade, fazendo crer que ela é causada por um único fator, impedindo assim a percepção de que a causa é sistêmica e inerente a desequilíbrios dentro dos agrossistemas.

Em contraposição a esse entendimento, o autor apresenta outra opção de análise tendo como fundamento a ciência da agroecologia, que para ele oferece uma base maior para avaliar a complexidade dos agrossistemas. Ela vai além do uso de práticas alternativas e das ações em torno dos agrossistemas com pouca dependência de agroquímicos e de fontes externas de energia. De acordo com o autor, a agroecologia

[...] é definida como a aplicação dos conceitos e princípios ecológicos para desenhar agroecossistemas sustentáveis. [...] A proposta agroecológica enfatiza agrossistemas complexos nos quais as interações ecológicas e os sinergismos entre seus componentes biológicos promovem os mecanismos para que os próprios sistemas subsidiem a fertilidade do solo, sua produtividade e a sanidade dos cultivos (ALTIERI, 2012, p. 105-106).

Para Altieri, os agrossistemas são comunidades de plantas e animais que interagem no seu ambiente físico e químico onde houve a intervenção para produzir alimentos, fibras, combustíveis e outros, com a finalidade de atender os interesses humanos. Nesse sentido, a agroecologia dá ênfase às inter-relações entre os componentes dos agrossistemas e a dinâmica dos processos ecológicos, além de ser o estudo abrangente de todos os elementos ambientais e humanos.

De acordo com Altieri, o objetivo principal da abordagem agroecológica é “integrar os diferentes componentes do agrossistema de forma a aumentar sua eficiência biológica geral, capacidade produtiva e autossuficiência”. Nessa direção, o autor afirma que a agroecologia fornece à sociedade o conhecimento e a metodologia necessária para o desenvolvimento de uma “agricultura que seja ambientalmente adequada, por um lado, e altamente produtiva, socialmente equitativa e economicamente viável, por outro” (2012, p.106).

Para Machado (2014), o conceito de agroecologia, como qualquer conceito aplicado à produção agrícola, torna-se imperativo ao contemplar as demandas

sociais, econômicas, ambientais, técnicas, energéticas administrativas, éticas e de soberania alimentar. O autor chama atenção para a necessidade de explicitar o conceito de escala da produção agroecológica tendo em vista a necessidade de alimentar a população mundial.

Para enfrentar o agronegócio, a escala tem que ser planetária, que é a escala do agronegócio, que hoje fornece “alimentos” ao mundo. É ilusório, e até ridículo, pretender promover o enfrentamento com tecnologia de enxada e de bois; sem menosprezar estas condutas, indispensáveis do advento da mecanização. (MACHADO, 2014, p. 191).

Machado cita dois exemplos de produtividade da produção agroecológica: uma das experiências é a produção de gado a partir do método de produção de pastagens Pastoreio Racional Voisin-PRV, que tem expandindo entre os pequenos produtores, pelo fato do aumento da produtividade e da redução de custos de produção. A outra experiência, com o PRV, agora em grande propriedade, vem de um projeto executado numa área de 30 mil hectares em General Dehasa, província de Córdoba, Argentina. Segundo o autor, o motivo do menor custo e maior ganho é a não utilização de fertilizantes de síntese química, nem de agrotóxicos e a base energética, sempre necessária, que é a energia solar, via fotossíntese.

Além da necessidade do uso de meios de produção na perspectiva do aumento da produtividade e das experiências bem sucedidas com o PRV, Machado defende outras medidas tão necessárias como as demais, no sentido de produzir em escala para garantir alimentos saudáveis para a população mundial: “a) o caminho, pois, é a grande organização coletiva, que implica a ocupação de expressivo contingente de mão de obra, com o que se distribui a renda e se dá sustentabilidade ao sistema” (Machado, 2014, p. 154). b) a segunda medida na perspectiva da produção agroecológica é a ruptura com a monocultura “[...] há que se manter a produção em escala, mas transformando radicalmente a forma de fazê-la, com eliminação das monoculturas” (158). C) a terceira medida para tornar a agroecologia como projeto de desenvolvimento para o campo e responder o desafio da produção em escala se refere a necessidade de alterar de forma radical o uso e a posse da terra.

Para viabilizar uma proposta nesse sentido, porém, há que reestruturar a posse e uso da terra, oportunizando a participação de mais agricultores, através de um modelo de produção coletiva-

cooperativas associações e outros. É uma solução radical? Sim. À humanidade cabe escolher: ou faz a conversão do paradigma do agronegócio, ou seu futuro será problemático. Em outras palavras, no atual paradigma os custos aumentam em ritmo mais intenso do que as receitas dos produtores além das externalidades que comprometem a situação ambiental. Portanto, não é sustentável e deve mudar. (MACHADO, 2014, p.159).

Rosset (2006) corroborando com Altieri (2012), desenvolve uma análise histórico-crítica sobre os diversos jeitos de fazer agricultura que vai desde a agricultura industrial, passando pela agricultura sustentável e orgânica, para apresentar a agroecologia como forma de produção que perpassa a produção agropecuária e agrega outras dimensões, como a dimensão socioeconômica, ambiental e das relações humanas imbricadas no jeito de produzir no campo.

Percebe-se que Rosset faz uma análise com maior criticidade e totalidade sobre as diversas formas de se produzir no campo, não admitindo conciliação com outras formas de produzir que não seja a agroecologia. No máximo, admite que a contribuição da agricultura sustentável possa ser uma fase de transição para a agricultura agroecológica. A análise do autor é desenvolvida a partir da crise da agricultura e do questionamento se a agricultura sustentável contribuirá para a superação de tal crise. De acordo com ele, a crise da agricultura tem duas dimensões: uma de natureza ecológica e outra de natureza socioeconômica que estão integradas e são procedentes das condições históricas da agricultura americana.

Ao analisar a dimensão econômica e social da crise nos Estados Unidos, Rosset apresenta os impactos da agricultura moderna estadunidense que reduziu de maneira significativa o número de agricultores durante o período do pós-guerra, sendo este o primeiro indício da crise. Ao todo são três milhões de agricultores que ficaram as margens do modelo econômico de desenvolvimento agrícola. Essa é a primeira demonstração do limite da agricultura sustentável, pois, essa perspectiva de agricultura se limita ao aspecto ecológico da produção.

Nessas circunstâncias, os agricultores estadunidenses caminham para uma situação de insolvência, tendo entre as causas os custos crescentes da tecnologia moderna, tornando incompatível com as receitas dos agricultores. Rosset analisa que a superprodução, bem como a elevação dos custos para produzir são

resultados do modelo produtivista agrícola que adiciona de forma permanente e incessante, tecnologias para aumentar a produtividade do trabalho na agricultura.

Ao analisar a crise ecológica da agricultura, o autor atribui à diminuição do rendimento médio dos agricultores estadunidenses como expressão dessa crise. O descenso dos rendimentos é uma realidade mundial e as causas que provocam esse declínio são interpretadas de duas maneiras. Uns acreditam que a causa dessa redução está vinculada a grande produtividade das variedades atuais e nesse sentido torna-se necessário recorrer à engenharia genética e, outros analisam que a causa dos decréscimos do rendimento se deve a degeneração da base produtiva da agricultura.

A causa desses problemas, de acordo com o autor, está ligada a origem da indústria moderna. “Desde o princípio, a ciência agrícola americana, esteve orientada para aumentar, ao máximo, a produtividade daquele fator que mais limitava o desenvolvimento da sua economia – a mão de obra”. (ROSSET, 2006, p.14). Para o alcance desse objetivo, a ciência agrônômica teve como direção a seleção de variedades e cultivo da monocultura que exige grandes quantidades de agroquímicos.

O uso intensivo dos agroquímicos aplicados à monocultura reduziu o uso da força de trabalho e ao mesmo tempo provocou o surgimento de pragas que seriam controladas com mais aplicações de defensivos e aquisições de maquinários, exigindo maiores gastos financeiros para manter esse modelo de produção. Nesse modelo agrícola, somente as grandes propriedades conseguem se manter e muitos produtores faliram, pois, a renda não era suficiente para manter os altos custos da produção. Rosset ao analisar as possibilidades de saída da crise da agricultura, apresenta como dimensões fundamentais a ser incorporada em outro modelo de desenvolvimento, a dimensão ecológica, social e econômica.

Em busca de resposta para superar a crise da agricultura, Rosset analisa o modelo de desenvolvimento de agricultura sustentável e aponta os seus principais limites. Com base em Altieri (1995), o autor afirma que o conceito de agricultura sustentável é recente e tem por finalidade dar uma resposta à degradação ambiental provocada pela agricultura moderna, e a centralidade desse modelo de agricultura é a substituição de produtos como os agrotóxicos por insumos menos nocivos ao meio ambiente. Ao analisar os limites da agricultura sustentável, primeiramente se

constata que esse jeito de fazer agricultura foi capturado pelas empresas capitalistas. Além do domínio da agricultura sustentável pelas corporações capitalistas, Rosset analisa dois problemas provocados por esse modelo de agricultura.

De um lado se concentra nos níveis mais superficiais de integração do agroecossistema, levando em conta uma só espécie, ou seja, o cultivo, e somente um fator limitante, seja biótico ou abiótico. Por outro lado, nega as abundantes bases científicas proporcionadas pela ciência agroecológica enquanto sua importância dos níveis mais altos de interação, incluindo a sinergia, o antagonismo e as interações diretas das diversas espécies (ROSSET, 2006, p.16).

Na ação cotidiana do fazer agricultura, o modelo sustentável apresenta o limite através do resultado do fator limitante que conduz o agricultor para o caminho irreversível, à medida que resolve um problema aparece outro. Rosset exemplifica esse caminho sem saída para o agricultor, ao apresentar o uso de ureia para combater a falta de nitrogênio como fator limitante, logo poderá surgir outro fator limitante, a infestação de pragas, que cresce de maneira significativa devido à disponibilidade de nitrogênio. Nessa direção, Rosset afirma que a mera substituição de insumos agroquímicos por outros menos nocivos, não altera o sistema de agricultura convencional, com grande suporte de capital, especialmente nos países capitalistas, e a sua dependência dos monocultivos.

Outro limite da agricultura sustentável se expressa no controle da comercialização da produção orgânica pelas empresas capitalistas. A difusão das ideias dirigidas aos agricultores orgânicos se dá através de publicações das grandes empresas capitalistas que incentivam o uso de inseticidas biológicos e insumos de alto custo financeiro. A relação das empresas com os agricultores visa à subordinação desses aos interesses capitalistas na agricultura.

Após analisar as diversas possibilidades de fazer agricultura, Rosset encontra na agroecologia um projeto de produção com dimensão social, ambiental, econômica e cultural, e corrobora com Altieri (2012) que afirma que a

agroecologia emerge como uma disciplina que disponibiliza os princípios ecológicos básicos sobre como estudar, projetar e manejar agrossistemas que sejam produtivos e ao mesmo tempo conservem os recursos naturais, assim como sejam culturalmente adaptados e social e economicamente viáveis (ALTIERI, 2012, p. 105).

Para Rosset, a agroecologia vai além do panorama unidimensional da genética, da agronomia e da edafologia das comunidades de plantas e animais, para compreender os estágios ecológicos e sociais da sua evolução da estrutura e da sua função. A agroecologia é uma proposta que tem em sua concepção a totalidade da agricultura, em vez de focar-se em um componente isolado do agrossistema, ela destaca a inter-relação de todos eles, assim como as complexas dinâmicas dos processos ecológicos.

A agroecologia tem em seu método de funcionamento a relação horizontal entre os profissionais pesquisadores e produtores, no sentido de envolver-se no conhecimento e nas habilidades produzidas, bem como na sua construção, na perspectiva de identificar o potencial para alcançar a biodiversidade que dê condição a uma cooperação e possibilite a manutenção ou a recuperação de uma situação relativamente estável.

Rosset faz um paralelo da agroecologia com o modelo produtivista da Revolução Verde e afirma que as tecnologias agroecológicas não se concentram no estímulo a produtividade diante de ótimas condições, como são as tecnologias da agricultura industrial, mas garantem a continuidade da produção sob uma ampla possibilidade das condições climáticas e de solos, particularmente nas circunstâncias marginais que geralmente predomina nas pequenas propriedades. Nessa perspectiva, a agroecologia não está preocupada com tecnologias específicas, mas em uma pluralidade de tecnologias que “incorpore diversos cultivos a rotação à base de legumes, a integração de animais, a reciclagem e o manejo de biomassa e resíduos”. (ROSSET, 2006, p. 20).

Rosset e Altieri (1995), afirmam que o sistema de produção agroecológico deve:

1. Reintroduzir níveis funcionais de biodiversidade ao sistema;
2. Reduzir o uso de energia e de recursos, e regular a sua quantidade que entra no sistema, de maneira que se tenha uma relação de alta produtividade;
3. Diminuir a perda de nutrientes do solo mediante o controle eficaz da lixiviação e da erosão, e melhorar a reciclagem de nutrientes através do uso de plantas leguminosas, adubo orgânico e compostos, bem como outros mecanismos adequados similares;
4. Fomentar a produção local de alimentos adaptados ao contexto natural e socioeconômico;

5. Manter a produção desejada, preservando os recursos naturais (por meio da redução da degradação do solo);
6. Reduzir os custos e aumentar a eficácia, melhorando a viabilidade econômica das pequenas e médias propriedades rurais, de maneira que se alcance um sistema agrícola diversificado e resistente (ALTIERI; ROSSET 1995 apud ROSSET, 2006, p. 20).

Para superar a crise econômica, ecológica e social da agricultura, Rosset (2006), defende a introdução da produção agroecologia como condição necessária para romper com o monocultivo, a dependência aos insumos externos, a degradação da base produtiva da agricultura, bem como a devastação ecológica provocada pelo modelo de agricultura moderna. A capacidade de ruptura da agroecologia com o modelo de produção agropecuário convencional reside no seu objetivo estratégico de produzir com sustentabilidade econômica, social e ambiental com condição de reverter os danos causados pela produção empresarial capitalista.

O autor conclui a análise afirmando a superioridade da agroecologia frente a outras formas de produção no campo, especialmente sobre a agricultura sustentável, baseada simplesmente na substituição de insumos que abre as portas para os agronegócios, assegurando o controle sobre os produtores, enquanto que a agroecologia oferece a esperança de uma agricultura mais independente e viável, capaz de garantir a soberania alimentar com alimentos saudáveis e de recuperar e conservar o meio ambiente para as futuras gerações.

Guzman (2006), em defesa da agroecologia como estratégia de transformação social, discute do ponto de vista conceitual, a função e a contribuição da agroecologia em seus vínculos com a transformação da realidade. O autor defini a agroecologia como “el manejo ecológico de los recursos naturales a través de formas de acción social colectiva que presentan alternativas a la actual crisis civilizatória” (GUZMAN, 2006, p. 05).

Para desenvolver a agroecologia é necessária a participação dos envolvidos na construção das propostas em relação à produção e a comercialização dos seus produtos, na perspectiva de construir um novo padrão de produção e consumo que combata a degradação ambiental e social provocadas pelo neoliberalismo atual.

O desenvolvimento da agroecologia pressupõe também, segundo o autor, a introdução ao conhecimento científico articulados com outras formas de

conhecimentos, a exemplo do saber dos povos tradicionais. Ao fazer a crítica ao conhecimento científico, sugere-se a centralidade na aceitação do conhecimento pluriepistemológico que permita a biodiversidade cultural. Nesse sentido, de acordo com Guzman, a evidência empírica conseguida nas últimas quatro décadas por diversos autores sobre a agroecologia, demonstra que o conhecimento acumulado sobre os agrossistemas pode oferecer soluções para o meio ambiente e os problemas sociais.

A agroecologia se coloca como projeto político, socioeconômico e ambiental de desenvolvimento na medida em que a centralidade das suas ações é uma resposta à lógica destrutiva da fase neoliberal do capital e da economia globalizada. A crise do capital não é somente econômica, ela é também uma crise da ciência convencional e nessa circunstância dá lugar a uma nova epistemologia participativa e de natureza política.

A nova epistemologia participativa além de ser o conhecimento científico, é uma das dimensões da agroecologia, e nesse sentido, a agroecologia faz uma disputa de poder ao “reinterpretar la cuestión del poder, insertándola en un modelo ecológico, de lo que se desprende que el ámbito real del poder es lo social como organismo vivo, como ecosistema (GUZMAN, 2006, p. 06).

O autor, ao desenvolver a análise sobre o significado da agroecologia, apresenta quatro perspectivas que estão articuladas no fazer agroecológico: a perspectiva da investigação em agroecologia, a perspectiva ecológico-produtiva da agroecologia, a perspectiva socioeconômica e a perspectiva da transformação social da agroecologia. Para cada perspectiva, Guzman dá centralidade analítica crítica e propositiva no sentido de potencializar a ação agroecológica.

A perspectiva da investigação da agroecologia tem como eixo a valorização e o reconhecimento dos saberes dos camponeses e indígenas, tanto sobre a produção como em relação às múltiplas formas de resistência cultural, seja de movimentos através de protestos públicos até as formas de rebeldia passiva e cotidianas contra sistemas de dominação política. Nessa perspectiva a agroecologia cumpre a função de resgatar o conhecimento local camponês e indígena.

A metodologia e a dinâmica da construção da agroecologia têm como primeiro passo o intercâmbio produtivo com o solo com base na agricultura

ecológica. O segundo passo é a relação socioeconômica mediante a agricultura participativa e o controle do processo de circulação da economia agrária local. Por fim, as transformações socioculturais e a mudança de poder.

A perspectiva ecológico-produtiva da agroecologia tem como fundamento o uso de técnicas que não degradam significativamente os recursos naturais, como é o caso das tecnologias que não usam agroquímicos. Outro aspecto fundante da agroecologia analisada pelas ciências sociais, trata da relação social estabelecida para produzir que de acordo com Guzman (2006, p. 09), “selecciona los productos científicos que no generan formas de explotación de unos grupos sobre otros, que degradan la sociedad”.

A perspectiva socioeconômica da agroecologia desenvolve simultaneamente as técnicas dirigidas para a produção agropecuária e o método da participação dos sujeitos envolvidos. A metodologia participativa na ação agroecológica busca criar dinâmica a partir dos interesses dos trabalhadores e trabalhadoras, com a função de analisar e explicar as relações existentes entre os fenômenos a partir da intervenção dos sujeitos envolvidos. A produção das técnicas agroecológicas é realizada tendo como base a obtenção do conhecimento dos produtores na interação entre técnicos e agricultores. O jeito da produção da técnica constitui um enfoque central na agroecologia, a partir da crítica a agricultura convencional.

Para Guzman (2006, p. 10), a perspectiva da transformação social em agroecologia aliada a perspectiva da investigação, constitui a fase mais avançada do processo agroecológico, pois “supone dotar a las dimensiones productiva y, socioeconómica y cultural” de un contenido sociopolítico”. Nesse sentido, a relação entre pesquisador-agricultor, ao realizar as atividades de forma participativa, é de sujeito para sujeito, e não de sujeito para objeto, pois o método de investigação participativa rompe com essa metodologia tradicional.

Além de romper com o distanciamento do investigador da realidade, possibilita o mútuo aprendizado tanto para escolha para elaboração de projetos produtivos como de mudanças sociais. A transformação social tendo como base a agroecologia tem a necessidade de romper com a epistemologia dominante para liberar as ciências agrárias das relações de poder que atribuem àqueles que são o objeto do poder os investigados.

Guzman defende que para construir a agroecologia é necessário romper com a legalidade. Em suas palavras, “los cursos de acción agroecológica necesitan romper los marcos de legalidad para desarrollar sus objetivos” Guzman (2006, p. 06). Nessa direção, as redes produtivas devem desenvolver ações sociais coletivas e adquirir a natureza de movimentos com o objetivo de organizar ações coletivas como estratégia de resistência ao paradigma da modernização.

4.2 O debate da agroecologia no MST: origem e desafios

Para analisar o debate sobre a agroecologia no MST, na perspectiva de entender os aspectos históricos e os desafios atuais, se faz necessário compreender que o Movimento foi gestado no contexto da crise da ditadura militar e na transição democrática da inversão da população do campo para cidade, motivada pela industrialização subordinada e pelos impactos da Revolução Verde. Como resultado das contradições produzidas pelo desenvolvimento capitalista no campo que, na época ficou denominado como “Revolução Verde”, foram criados diversos movimentos de lutas e resistência a concentração da propriedade da terra, bem como organizações que desenvolveram lutas por uma agricultura alternativa. Precedendo e ao mesmo tempo gestando a criação desses movimentos, em particular, a gestação do MST, estavam as Comunidades Eclesiais de Base - CEBs.

As CEBs desenvolveram uma importante atividade no interior da Igreja Católica, apoiadas pelos teólogos filiados a teologia da libertação. Tendo como base o trabalho religioso a partir do método “*ver, julgar e agir*”, desenvolveu uma forma crítica de interpretar o evangelho e dessa forma contribuiu para fazer amplo processo de conscientização nas comunidades rurais, tendo como resultado a criação de diversos movimentos e pastorais a exemplo da Comissão Pastoral da Terra - CPT, criada em 1975 e na gestação do MST criado em 1984. Outra contribuição das CEBs para enfrentar a Revolução Verde e seus impactos socioambientais, foi o de incentivar a realização da cooperação através dos mutirões de ajuda mútua, casas de farinhas e da produção e conservação das sementes.

Para Correa (2007), é na década de 1970 que surgem experiências embrionárias de agricultura alternativa como oposição ao modelo industrial de agricultura implantado pela Revolução Verde, com a valorização das sementes a

partir das variedades locais, incentivo à produção de orgânicos e o uso de métodos naturais no controle de pragas. Mas é na década seguinte, de acordo com o autor, que esses embriões se transformaram em propostas sistemáticas de agricultura alternativa. Assim analisa Correia:

El proceso se dio a partir de la union entre las experiencias locales desarrolladas por la comunidades y los pequeños agricultores con grupos de técnicos vinculados a ONGs (organizaciones no Gubernamentales) que en este mismo período realizaban una lectura crítica de los procesos de modernización conservador en el campo Brasileiro. Estas ONGs, en su mayoría fueron formadas por estudiantes y profesionales del área de agronomía y por personas que regresaban del exilio político impuesto por la dictadura militar, sumándose a las iniciativas comunitarias que estaban siendo desarrollada (CORREIA, 2007, p. 28).

É nesse contexto de derrota política da ditadura militar que são conquistados espaços para criação de diversos movimentos sociais e para realização de ações e eventos que propagaram o que mais tarde viria ser a agroecologia, inclusive no MST. De acordo com o autor, alguns eventos nacionais e estaduais se destacaram em fins da década de 1970 e no início da década de 1980, ao fazer a crítica ao modelo da agricultura industrial.

Entre os eventos se destacam o *I Congresso de Agronomia Paulista* realizado em 1977 e em 1979 o *XI Congresso Brasileiro de Agronomia*, organizado pela Federação das Associações dos Engenheiros Agrônomos do Brasil – CONFAEAB. Destaca-se também o Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa – EBAA, organizado pela Federação de Agronomia do Brasil - FEAB. Nesses encontros participaram os sujeitos que praticavam a agricultura alternativa como os agricultores, organizações de agricultura ecológica e profissionais autônomos comprometidos com o modelo alternativo de produção agropecuária. É nesse período da criação do movimento agroecológico brasileiro que está sendo gestado o MST.

Para entender o debate da agroecologia no MST, o autor desenvolve uma análise evidenciando os períodos históricos de construção do movimento e a relação com a produção em cada período, tanto para o autoconsumo quanto para a comercialização, até o momento em que a agroecologia passa a ter centralidade política no debate dos Sem Terra. O primeiro período da relação do MST com a

agroecologia compreende a primeira década de criação do movimento de 1984 a 1994. Nesse período o debate sobre a agroecologia não é relevante para a organização, à prioridade nos assentamentos é a produção e a educação. Nesse período o debate gira em torno do incentivo a cooperação agrícola das famílias assentadas, fomentado a criação de associações e cooperativas. “El Objetivo fué la ampliar la capacidad de las familias assentadas de resistencia y su consecuente permanência en la tierra a través do desarrollo de sus fuerzas productivas” (CORREIA, 2007, p.30).

Ainda sob influência da Comissão Pastoral da Terra - CPT, o MST organiza os assentamentos através de pequenos grupos associativos, com alguma atividade cooperada, em especial para adquirir máquinas e pequenas agroindústrias com a finalidade de produzir alimentos para o autoconsumo e para o mercado local. Essas iniciativas de cooperação pontuais e de aquisições de máquinas e outros meios de produção fizeram com que a organização da produção evoluísse para a coletivização dos meios de produção, desde a terra até outros instrumentos de trabalho através das Cooperativas de Produção Agropecuária - CPAs. Na perspectiva do movimento, a produção organizada a partir das CPAs contribuiria para produzir e comercializar em grandes escalas potencializaria as forças produtivas e ampliaria a capacidade econômica e política das famílias assentadas.

A evolução nas formas de cooperação agrícola e aumento da renda das famílias assentadas foi resultado da estratégia do movimento para enfrentar o contexto neoliberal da época, conduzido pela bancada ruralista e pelo governo Collor, que queriam destruir o MST e para isso, além de prender e assassinar muitos militantes usava a tática de manipular a sociedade ao informar que os assentamentos eram favelas rurais. Para manter a pauta da reforma agrária na sociedade e ao mesmo tempo resistir às investidas do governo, o MST construiu a estratégia aprovada em seu III Congresso Nacional “*ocupar, resistir e produzir*”.

Porém, a estratégia de produção do movimento para os assentamentos a partir das cooperativas, baseada na produção em escala com uso de agroquímicos, logo mostrou seus limites, pois reproduzia a mesma base tecnológica e de monocultivo promovido pela Revolução verde e que expulsara milhões de trabalhadores do campo. Além disso, esse modelo levou as famílias assentadas a dependerem do mercado para aquisição de todos os insumos necessários à

produção agrícola, além da subordinação em relação aos preços dos produtos comercializados.

Nesse período, o debate em torno da agroecologia estava reduzido à crítica ao modelo agroexportador e a defesa da reforma agrária como meio para combater as injustiças sociais, geração de empregos no campo e nas cidades do interior, produção de alimentos saudáveis para abastecer o país através da produção diversificada e barata. Ainda nesse período, de acordo com o autor, a contribuição para o debate agroecológico no MST veio de quatro fontes: da criação do Centro de Tecnologias Alternativas e Populares - CETAP, da conquista do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária - PROCERA, da reorganização da matriz tecnológica em Cuba e da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE.

O CETAP criado pelo MST em 1986 em parceria com outras organizações camponesas, com sede no Rio Grande do Sul, de acordo com Correa, se tornou a principal referência do movimento para debater, formular e fazer formação sobre a agroecologia. Em relação à prática da agroecologia, o CETAP através dos seus dirigentes e técnicos, participou da construção da rede de sementes crioulas organizada pelo Projeto Tecnologias Alternativas – PTA. De acordo com o autor, foi através dessa rede de sementes e da inserção orgânica de técnicos do CETAP no movimento, que se iniciou a discussão sobre a agroecologia no MST.

O PROCERA foi uma das grandes conquistas do MST, pois pelo fato de ser um significativo subsídio, com taxas quase negativas comparadas à inflação, contribuiu para financiar as famílias e consequentemente desenvolver os assentamentos. Por meio do PROCERA, as cooperativas tinham financiamentos denominados quotas partes, que era o capital de giro para fomentar a produção e fortalecer a cooperação agrícola.

Do ponto de vista internacional, a contribuição para a introdução do debate da agroecologia no MST veio das relações de intercâmbio e solidariedade com Cuba. “El MST tiene una fuerte indentificacion con el socialismo cubano e tiene militantes estudiando y formandose naquel país” (CORREIA, 2007, p. 33). Foi o contexto do regime especial provocado pela queda da União Soviética e no enfrentamento ao bloqueio econômico imposto pelos Estados Unidos, que levou a mudança na matriz tecnológica de produção agrícola. Frente à falta de subsídios soviéticos para a

produção convencional, abriu-se a possibilidade de aprofundar a discussão sobre qual caminho deveria ser percorrido no tocante a tecnologia produtiva a ser levada a diante pelos cubanos.

De acordo com Correia, a contribuição de Cuba para o MST veio através do exemplo que o fez perceber a necessidade de que a luta pela terra está vinculada a luta pela permanência e desenvolvimento sustentável dos assentamentos, e que isso não seria possível usando a mesma estratégia de integração e dependência da agricultura industrial e do mercado globalizado.

A quarta contribuição para inserir o debate da agroecologia no MST veio da FASE. Segundo Correa, a FASE foi pioneira em desenvolver articulação nacional na perspectiva das tecnologias apropriadas. A partir das experiências bem-sucedidas de assessoramento técnico, a FASE apoiou diversas organizações locais de agricultores em vários estados, criando os PTAs.

Ainda entre as contribuições da FASE para o debate da agroecologia no MST, se destaca a participação de lideranças do movimento nos encontros estaduais e nacionais da Rede de Intercâmbios de Tecnologias Alternativas - REDPTA, sendo que a partir desses encontros, algumas iniciativas foram implementadas nos assentamentos, principalmente as experiências referentes à multiplicação das variedades das sementes de milho para o autoconsumo familiar.

O segundo período analisado por Correia compreende os anos de 1995 a 2000, onde se percebe avanços significativos em relação ao debate e a prática da agroecologia no MST. Nesse período, houve debates e encaminhamentos a respeito da agroecologia a partir do contexto de aprofundamento das políticas neoliberais implementadas por Fernando Henrique Cardoso e do acúmulo do período anterior. As políticas neoliberais para campo se expressaram na contrarreforma agrária de mercado, com a introdução do Banco da Terra e as inscrições via Correios, na extinção do crédito agrícola subsidiado com a extinção do PROCERA e da execução de dois massacres de camponeses Sem Terras, em Corumbiara - RO (1995) e Eldorado dos Carajás-PA (1996). O MST respondeu a ofensiva neoliberal com ações massivas a nível nacional e com uma forte ofensiva na política de relações internacionais.

Apesar das dificuldades impostas pela ofensiva neoliberal, esse contexto forçou o MST a fazer uma autocrítica, desde a base, a respeito do modelo de produção desenvolvido nos assentamentos, desde a sua fundação até esse período, na perspectiva de construir outro modelo de produção alternativo para os assentados da reforma agrária. As reflexões feitas no período sobre o modelo de produção desenvolvido nos assentamentos proporcionaram dois avanços principais: a tomada de decisão nas instâncias e setores do movimento sobre a agroecologia e o desenvolvimento de experiências agroecológicas em vários estados onde o MST estava organizado. As principais atividades organizativas do período em torno da questão da agroecologia foram às reuniões de planejamento da Direção Nacional do MST (1996), onde se debateu os assentamentos na perspectiva da agroecologia. Como resultado desse debate surgiu à iniciativa central para trabalhar a agroecologia como a *Campanha Plantando Seremos Milhões*, que estimulava as famílias a plantarem árvores nos assentamentos como símbolo da identidade com a terra, com os bens da natureza e com a transformação da paisagem que havia sido destruída pelo latifúndio e agora precisa ser recuperado.

Em 1999, o setor nacional de produção do MST realiza uma reunião nacional para debater a agroecologia com a participação de alguns técnicos e dirigentes que acompanhavam as experiências agroecológicas e eram responsáveis pelo tema nos estados. Como encaminhamento desse encontro, ficou decidido à realização de um levantamento e sistematização das experiências agroecológicas, produção de materiais informativos sobre a agroecologia e a busca por maiores espaços para difundi-la, entre eles a criação da Equipe de Meio Ambiente - EMA.

Ainda em 1999, dois acontecimentos externos ao MST influenciaram de maneira significativa a adoção da agroecologia. Um deles foi a publicação do manifesto da Via Campesina sobre a importância e a função da biodiversidade para os camponeses e para toda sociedade, contrapondo-se a mercantilização dos bens da natureza “Esto cotribuyó fuertemente para el MST comprende la importancia del el tema la agroecologia ya quel el manejoye la biodiversidad y de los recursos genéticos es central para los campesinos y la agroecologia” (CORREIA, 2007, p. 42).

Outro acontecimento importante foi à introdução das sementes da soja transgênica contrabandeada da Argentina para o Brasil e cultivada no Estado do Rio

Grande do Sul. “Esos dos hechos trajeron mayor claridad el MST con respecto al tema agroecologia e hizo que el Movimiento buscasse los mecanismos para llevar el debate a su interior y politizar esas cuestiones desde sus base hasta el conjuntote sectores y instancias del Movimiento” (CORREIA, 2007, p. 42).

O IV Congresso Nacional do MST, realizado no início do século XXI com a palavra de ordem *Reforma Agrária: por um Brasil sem Latifúndio*, foi um dos momentos marcantes na perspectiva de internalizar a agroecologia no movimento. Nesse congresso, o MST lança a carta *Nossos Compromissos com a Terra e com a Vida*, afirmando o comprometimento da organização com todas as formas de vida do planeta e a defesa dos meios necessários para fazer acontecer esse compromisso, como a defesa da terra, da água e do combate ao uso de agrotóxicos. A carta significou um salto de qualidade do MST referente à relação com a questão ambiental e por expor a necessidade de um projeto de reforma agrária que pudesse integrar a ecologia no modelo de produção dos assentamentos e ao mesmo tempo retratar uma nova forma de relação dos seres humanos com a natureza, no sentido de conviver e de preservar outras formas de vida. “Foi em Brasília, no ano 2000, que os 11 mil delegados e delegadas participantes do 4º Congresso Nacional do MST decidiram pela inclusão da Agroecologia no seu programa político”. (MST, 2010, p. 51).

Em relação às práticas pioneiras em agroecologia no MST se destacam a criação da Rede de Sementes Agroecológicas - BIONATUR, que está completando vinte anos. A criação dessa rede se deu a partir da necessidade de os camponeses terem autonomia frente ao estado e as empresas capitalistas para produzirem suas próprias sementes, como afirma Correia. “Después de mucho debate con las familias, dirigentes de la cooperativa y líderes el MST se decidió por constituir un proceso autónomo de produccion, industrializacion y comercialización de semillas con enfoque agroecológico (CORREIA, 2007, p. 42). A BIONATUR atua na produção de sementes de hortaliças contribuindo para a soberania alimentar dos camponeses e na substituição de insumos provenientes da agricultura orgânica e de insumos externos.

Ainda nesse período foram construídas outras experiências de produção agroecológica e se destacam entre elas a Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória - COOPAVI, localizada no Município de Paranacity – PR, com 20 membros

cooperados e totalmente coletiva. São cultivados agroecologicamente a produção de cana de açúcar, mel e leite. A COOPAVI é a primeira cooperativa do MST que desenvolve o sistema de produção com base na agroecologia. Uma segunda experiência vem do estado de São Paulo, precisamente da Região do Pontal do Paranapanema. O MST em parceria com diversas Organizações Não Governamentais - ONGs da região desenvolveram projetos de corredores ecológicos, sistemas agroflorestais, recomposição de paisagens, entre outros. Essa é a primeira experiência com o elemento florestal no centro do processo agroecológico.

O debate e a construção de experiências agroecológicas tiveram avanços significativos nesse período e criou as condições necessárias para que o MST implementasse com mais consistência, tanto nos assentamentos como na articulação com as organizações parceiras, estratégias para ampliação da agroecologia como eventos, seminários e feiras agroecológicas.

Para Correia, o período recente de ações e debates sobre a relação do MST com a agroecologia situa-se entre os anos 2001 a 2006, quando é realizada a ocupação do viveiro da Empresa Aracruz Celulose demarcando um importante momento sobre o debate ambiental tanto no MST quanto na sociedade. Esse período é marcado pelo salto de qualidade referente ao debate e as práticas agroecológicas no movimento, culminando com o acúmulo do período anterior, especialmente a partir do IV Congresso Nacional do MST. A direção nacional assumiu o debate em torno do tema da agroecologia e o colocou como necessidade no conjunto do movimento, na perspectiva de elaborar estratégias sobre o tema e ao mesmo tempo construir uma concepção de agroecologia a partir da realidade agrária enfrentada pelo MST, particularmente sobre o modelo de produção a ser desenvolvido nos assentamentos.

A agroecologia passa a ser um tema obrigatório nas instâncias da organização, desde os espaços organizativos nacionais, aos espaços de tomada de decisões nos estados. A partir desse período, o movimento passa a ser uma das referências para discutir o tema em diversos setores da sociedade, como por exemplo, na participação de diversas conferências, seminários, encontros, entre outros, bem como nas primeiras edições do Fórum Social Mundial.

Internamente o movimento amplia os debates nas instâncias, cria setores e coletivos com a finalidade de elaborar e de manter o debate sobre o tema de forma permanente, desenvolve alianças entre as organizações camponesas, universidades e governos para a criação de cursos no âmbito da agroecologia e amplia as ações da Rede de Sementes BIONATUR. Para além das atividades de natureza formativa e de capacitação, o MST em conjunto com a Via Campesina fez ações diretas de combate ao modelo de produção do agronegócio, seja combatendo a implantação do cultivo de lavouras de soja transgênicas, seja enfrentando o monocultivo do eucalipto.

Endogenamente o MST desenvolveu várias ações organizativas com o objetivo de construir subsídios, metodologias e concepção de agroecologia. Entre essas ações foram priorizadas a construção do Setor Nacional de Produção, Cooperação e Meio Ambiente - SPCMA, com a finalidade principal de reformular o modelo de desenvolvimento dos assentamentos com base na organização da vivência e da cooperação a partir dos núcleos de moradia, evitando o fracionamento das áreas e incentivando a formação de comunidades. Essa nova proposta de reorganização dos assentamentos tem em sua perspectiva a administração comunitária, o planejamento do uso dos bens da natureza e o uso do território para que as famílias tenham oportunidade de participação sociopolítica nas diversas dimensões do assentamento.

A nova concepção de assentamento inaugurou o debate sobre as formas de título da terra no sentido do seu uso coletivo, na perspectiva de combater a privatização e a mercantilização da terra. Integrada a essa concepção de assentamento e uso da terra, a orientação geral do MST é de garantir a soberania alimentar começando pelas famílias assentadas, através da produção saudável e variada de alimentos. De acordo com Correia, nesse período é a fase em que o MST se apropriou do debate e da concepção da agroecologia.

Um dos acontecimentos que expressa e confirma a entrada definitiva da agroecologia no movimento, foi o lançamento no III Fórum Social Mundial, pela Via Campesina Internacional, da *Campanha Semillas del el Pueblos, al Servicio de la Humanidad*. A campanha teve como efeito a mobilização internacional em defesa da biodiversidade e do planeta, em especial, pelas sementes, no sentido de defender o direito dos camponeses de recuperar, proteger e conservar as suas sementes,

contrapondo-se a privatização e a mercantilização delas. A defesa da autonomia dos camponeses na produção das suas próprias sementes está vinculada diretamente a preservação da identidade cultural camponesa e da perspectiva da segurança e da soberania alimentar (CORREIA, 2007).

A campanha das sementes se deu por meio da BIONATUR que se tornou a Rede Nacional das Sementes e cumpriu a função de se expandir para trinta municípios dos estados da Região Sul do Brasil. A BIONATUR evoluiu de produtora de sementes orgânicas para promover e incentivar a agroecologia, ampliando a produção agroecológica para 300 famílias, com produção estimada em mais de 20 toneladas anuais de hortaliças com 120 variedades. Outra conquista foi à construção da planta agroindustrial onde se processa e controla todas as fases da produção, industrialização e comercialização das sementes.

Como resultado do acúmulo teórico prático da introdução da agroecologia no MST e das contribuições de estudiosos do tema, foi elaborado pela primeira vez um programa ambiental, onde é apresentado o entendimento do movimento acerca da relação da reforma agrária com a questão ambiental.

El programa ambiental del MST apuntó la necesidad de promover un estímulo al manejo ecológico de la agro biodiversidad, la diversificación, de la producción, la planificación territorial de los asentamientos, educación, y salud ambiental como tácticas adoptadas por medio de instrumentos diferenciados que construyan una nueva practicas en las áreas de reforma agraria (CORREIA, 2007, p. 48).

A partir dos pilares fundantes do programa ambiental foram construídas e executadas a nível nacional, o Centro Irradiador do Manejo da Agrobiodiversidade - CIMA, a Rede de Investigação em Agroecologia e o Programa de Formação do MST. Na perspectiva da formação e capacitação em agroecologia, se destaca o curso de especialização sobre o tema, realizado na Escola Latino Americana de Agroecologia – ELAA, construída no Município da Lapa - PR e organizado pelo MST em parceria com a Via Campesina, Governo da Venezuela, Governo do Paraná e Universidade Federal do Paraná – UFP.

Para fazer a disputa de projetos de agricultura e ao mesmo tempo difundir a agroecologia, o MST vem realizando em parceria com diversas organizações camponesas, a Jornada Anual de Agroecologia que é um espaço de participação

massiva dos sujeitos envolvidos na produção agroecológica e onde são feitos intercâmbios dos saberes camponeses a partir da troca de sementes, da alimentação, da música e da poesia, entre outros.

Além da interiorização do debate agroecológico, das ações no âmbito da formação e das experiências das práticas agroecológicas no período recente, o MST e a Via Campesina fizeram ações diretas contra o modelo de desenvolvimento capitalista no campo, através das ocupações de áreas de pesquisa com sementes transgênicas, a exemplo da ocupação da área da transnacional Monsanto, no Município de Cascavel, durante a I Jornada de Agroecologia e da ocupação feita pelas mulheres camponesas no viveiro da Empresa Aracruz Celulose, em 2006. Essas ações contribuíram de maneira contundente para o debate acerca da questão socioambiental e para o enfrentamento ao capital.

Corroborando com Correia e com o debate do MST sobre a necessidade de mudar o modelo de desenvolvimento dos assentamentos, do sistema de produção convencional para a agroecologia, Martins (2012), afirma que essa mudança é eminentemente política, pois se trata de uma ruptura que é de característica política e não metodológica. A natureza política da tomada de decisão em direção a implementação da agroecologia, se refere à contribuição desse novo modelo de desenvolvimento dos assentamentos para o socialismo. Ao analisar as experiências agroecológicas, ainda em sua fase germinal, Martins é enfático ao afirmar que elas indicam uma ruptura com o modelo dominante de produção. Nesse sentido, o autor destaca a participação efetiva das famílias, tanto no processo de tomada de decisões quanto na organização da produção e da propriedade, nos diversos níveis de cooperação agrícola e das práticas de solidariedade, entre outras.

Afirmando a necessidade da adoção da agroecologia na luta pela reforma agrária, na perspectiva de acumular forças em direção ao socialismo, o autor analisa a concepção de agroecologia para o MST da seguinte maneira:

A agroecologia se afirma e se soma com o projeto socialista, porque para o MST, a agroecologia é mais do que conhecimentos úteis aplicados à agricultura, mas ela se configura como práticas sociais, que implicam em ações que estão inseridas em múltiplas relações naturais e sociais. Ações que geram conhecimentos e nos tornam mais plenamente humanos na medida em que compreendemos melhor o funcionamento dos ciclos minerais, os processos de transformações de energia no sistema; os processos biológicos e as

relações socioeconômicas. Enfim, processos que contribuem para romper-se com a alienação humana (MARTINS, 2012, p.09).

A partir da concepção da agroecologia para além dos conhecimentos específicos para a agricultura, o autor afirma que o MST deve debater com a sociedade brasileira, que o agronegócio não será à base da agricultura numa sociedade socializada. Nesse sentido, Martins faz a crítica às forças produtivas envolvidas no modelo hegemônico de produção no campo, “as forças produtivas são expressões das capacidades humanas. Ocorre que elas hoje são expressões da propriedade privada e de seu processo de acumulação, tornando-se cada vez mais forças destrutivas” (MARTINS, 2012, p.09).

Em 2014, no VI Congresso Nacional do MST que tinha como lema *Lutar, Construir Reforma Agrária Popular*, o MST sintetiza a estratégia construída após dois anos de estudos e debates, desde a base até as demais instâncias organizativas. Se a crítica ao modelo produtivista implementada no desenvolvimento dos assentamentos nas duas primeiras décadas de existência do MST o fez mudar para a perspectiva agroecológica, a crítica aos limites da luta pela reforma agrária clássica forçou o movimento a construir estratégias que implicam na luta por reforma agrária de novo tipo.

O neoliberalismo foi aprofundado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e se materializou no campo em novo modelo de desenvolvimento capitalista que se consolidou na primeira década do século XXI. Esse modelo de desenvolvimento é o agronegócio que é resultante da hegemonia do capital internacional e financeiro sobre o mundo da produção. De acordo com o MST, o agronegócio é o modelo de produção capitalista que “sepulta” a possibilidade da reforma agrária clássica no Brasil, pois “com esse modelo, a burguesia, o Estado e os governos assumem plenamente a posição política de que não é mais necessária uma reforma agrária burguesa para o desenvolvimento das forças produtivas na agricultura brasileira” (MST, 2014, p. 29).

Nesse contexto a luta de classes no campo mantém a disputa pela terra e pelo território, mas adquire a natureza de enfrentamento ao capital na medida em que as disputas passam a ser também pelo “controle das sementes, da agroindústria, da tecnologia, dos bens da natureza, da biodiversidade, das águas e

das florestas”. (MST, 2014, p. 32). O MST através do seu Programa Agrário demonstra a capacidade de análise coletiva, ao se dar conta da amplitude que adquire a luta de classes no campo e ao mesmo tempo, indica que a luta pela reforma agrária deve incorporar a autonomia na produção articuladas com a ecologia.

A partir da análise do desenvolvimento capitalista no campo e a impossibilidade da reforma agrária nos marcos do capitalismo, o MST construiu o Programa de Reforma Agrária Popular como uma estratégia para superar os desafios atuais da hegemonia do agronegócio. De acordo com o MST “o programa de reforma agrária popular não é um programa socialista-embora os objetivos estratégicos da nossa luta sejam os de construir uma sociedade com formas superiores de socialização da produção e dos bens da natureza” (MST, 2014, p. 32).

A análise da questão agrária brasileira no contexto de ofensiva do agronegócio, além de indicar que as disputas se ampliaram, aponta para a necessidade de incorporar com mais contundência ações no sentido da complementariedade na relação entre seres humanos e natureza. Nessa direção, o programa da reforma agrária popular estabelece entre os seus fundamentos que a água e as florestas nativas, são bens da natureza e devem ser tratados como direito da classe trabalhadora e por isso não devem ser privatizados e mercantilizados.

A produção agroecológica é outro fundamento do programa de reforma agrária popular. Em seu Programa Agrário o MST orienta a utilização de “técnicas agroecológicas, abolindo o uso de agrotóxicos e sementes transgênicas” (MST 2014, p.36). O programa orienta que o uso de máquinas agrícolas deve ser apropriado e adaptado a cada contexto socioambiental, em vista do aumento da produtividade das áreas agrícolas, do trabalho e da renda, em equilíbrio com a natureza. Ainda no âmbito da produção, a reforma agrária popular deve priorizar a produção de alimentos saudáveis em harmonia com a natureza, em vista a soberania alimentar.

4.3 Legislações sobre Soberania Alimentar e Segurança Alimentar

A problemática alimentar provocou lutas, debates e elaborações na perspectiva de descobrir as causas do fenômeno da fome no mundo. No Brasil, em

meados do século XX um estudo afirma que a causa da fome não é natural, não é uma questão de sorte ou destino, ou causada por pessoas de pouca fé. A explicação para a causa da fome vem do médico e geógrafo pernambucano Josué de Castro, através das suas obras *A Geografia da Fome* (1946) e *Geopolítica da Fome* (1951). De acordo com Stedile e Carvalho (2012), Josué de Castro sugere que a fome e a desnutrição não são resultado de fenômenos naturais, mas consequência das relações sociais e de produção estabelecidas entre as classes sociais.

O cenário nacional e internacional atual, confirmam essa teoria, tendo em vista que a produção de alimentos em escala mundial vem crescendo, e paralelamente a fome também. Nesse mesmo entendimento, o consultor da ONU, Jean Ziegler, afirma que uma das causas principais que levam milhões de seres humanos a passar fome é a especulação com os produtos agrícolas, especialmente a partir da bolsa de valores de Chicago, onde se estabelecem os preços da maioria dos produtos alimentícios. Em relação às medidas de combate à fome, se destacam as ações da segurança alimentar liderada pela FAO e seguida por vários governos e as ações na perspectiva da soberania alimentar liderada pela Via Campesina, que desenvolve lutas no sentido de atacar as causas que provocam a fome como a mercantilização dos alimentos e dos bens da natureza.

A FAO através do seu Relatório de 2014 sobre a insegurança alimentar no mundo, reconhece os esforços dos governos brasileiros em relação às medidas de segurança alimentar que proporcionaram a redução de forma expressiva da fome, da desnutrição e subalimentação nos últimos anos. Para mensurar a situação da fome, a FAO usa há cinquenta anos o indicador internacional de prevalência de subalimentação, e no caso do Brasil esse indicador atingiu nível abaixo de 5%, o limite estatístico da medida abaixo do qual se considera que um país superou o problema da fome.

A análise da FAO demonstra que esses resultados vão de encontro aos diversos estudos sobre a temática, especialmente, no Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, organizado pelo Instituto de Pesquisa de Economia Aplicada - IPEA. A escala brasileira de insegurança alimentar na pesquisa nacional por amostra de domicílio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em 2004 e 2009, mostraram que houve uma redução em 25% da insegurança alimentar crítica do período.

A FAO reconhece que os avanços no combate à fome e a desnutrição são resultados dos avanços obtidos devido à prioridade da agenda da Segurança Alimentar e Nutricional - SAN, a partir de 2003, em particular através do Programa Fome Zero, da recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA, da institucionalização da política da SAN, da implementação de forma articulada de programas sociais e de estímulo à produção agrícola. Também é resultado das lutas populares e das políticas governamentais desse período a promulgação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN, em 2006. A lei define a segurança alimentar nutricional como sendo

a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente de alimentos de qualidade, em quantidade suficiente sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como bases práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (FAO, 2014, p. 06-07).

A partir de 2003, com a eleição do governo Lula, os debates e as lutas em torno da segurança alimentar e nutricional ganharam impulso político e avançaram na formulação e aprovação do marco legal brasileiro, no sentido normatizar as políticas de erradicação da fome a partir de programas sociais e de incentivo à produção de alimentos básicos provenientes da agricultura familiar. Nesse sentido, foi criado o CONSEA, pela Lei 10.686 de 28 de maio de 2003, sendo regulamentada pela Lei 11.346 de 15 de novembro de 2006, conhecida como LOSAN. Nesse contexto também foi criado o Sistema Nacional de Segurança Alimentar- SISAN.

A Losan tendo como referência o conceito de segurança alimentar da FAO define em seu Art. 3º que a segurança alimentar e nutricional tem como base a realização do direito de todos

ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2017, p. 07).

Em seu Art. 4º, a Losan define a abrangência da política de segurança alimentar e nutricional como sendo:

a ampliação das condições de acesso a alimentos, por meio da produção, em especial, da agricultura tradicional e familiar, do processamento, da industrialização, da comercialização, incluindo-se os acordos internacionais, do abastecimento e da distribuição de alimentos, incluindo a água, geração de empregos e redistribuição de renda [...] a garantia da qualidade biológica, sanitária nutricional e tecnológicas dos alimentos, bem como seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis que respeitem a diversidade étnica e racial e cultural da população (BRASIL, 2017, p.07-08).

Em relação à soberania alimentar, a Losan entende que ela é necessária para favorecer a soberania política, econômica e cultural dos povos. É o direito dos povos de decidirem sobre seus próprios sistemas alimentares, pautados por alimentos saudáveis produzidos de forma sustentável e com respeito à agrobiodiversidade e ao ser humano. Nesse contexto, o conceito de soberania alimentar é definido como sendo a autonomia de cada país de produzir seu próprio alimento.

Cada país tem o direito de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda população, respeitando as múltiplas características culturais dos povos, a diversidade dos modos de produção de alimentos da agricultura familiar e camponesa, pesqueiros, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, nos quais a mulher desempenha um papel protagonista (BRASIL, 2017, p. 10).

Uma conquista importante no sentido de viabilizar a segurança e a soberania alimentar, foi a inclusão constitucional do direito à alimentação como direito social, através da Emenda Constitucional Nº 64, de 4 de fevereiro de 2010, que em seu Art. 6º afirma “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 2017, p. 18).

Uma das formas de enfrentar o problema da fome ou da subalimentação é atacando as causas que levam milhões de pessoas a não ter o suficiente para se alimentar. Nesse sentido, é preciso ir avançando na construção de uma estratégia que seja capaz de superar o modelo de desenvolvimento capitalista agroalimentar baseado nas grandes propriedades, na produção da monocultura, na padronização do consumo de alimentos e na mercantilização das relações sociais e dos bens da

natureza. Nessa perspectiva, a Via Campesina desenvolve diversas formas de lutas que vai desde a organização de eventos paralelos até as conferências de organismos internacionais que discutem e formulam políticas de combate à fome, além da realização de ocupações de cultivos de transgênicos e monocultivos.

A Via também vem construindo o conceito de soberania alimentar por entender que o conceito de segurança alimentar é limitado, devido às soluções de natureza paliativa, mercantil e de subordinação dos camponeses. Soberania alimentar é um conceito desenvolvido pela Via Campesina, sendo apresentado publicamente pela primeira vez na *Cumbre Mundial Sobre La Alimentación* realizado em Roma, em novembro de 1996. Essa construção se deu no contexto de conflitos por outra perspectiva de combate à fome.

A partir desse conceito, a Via Campesina defende que a reforma agrária é uma condição necessária para garantir a terra para todos os camponeses, pois a recuperação e a conservação dos bens da natureza são colocadas como questão fundamental na perspectiva da soberania alimentar. Desde a sua construção, o conceito de soberania alimentar vem sendo assumido por várias organizações da sociedade civil em todo mundo, e pelos governos do Nepal, Mali, Venezuela, Equador e da Nicarágua. No Brasil, não há uma legislação específica sobre a soberania alimentar a exemplo da Legislação Básica sobre a Segurança alimentar, o que existe são medidas legais e programas de governos que apontam na direção da soberania alimentar.

De acordo com Facco e Gomez (2016), um dos programas que indica a possibilidade da soberania alimentar é o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA³. Os autores analisam os limites e as possibilidades desse programa a partir do conceito de soberania alimentar e com base na pesquisa realizada no Assentamento Contestado, Curitiba-PR, do MST. As famílias assentadas criaram a Cooperativa Terra Livre, com a função de fazer a mediação entre produtores e consumidores. São operados 191 projetos, sendo 69 agroecológicos e os demais estão em processo de transição para a agroecologia. A orientação da cooperativa é que sejam

³ O PAA foi instituído pelo Art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, no âmbito do Programa Fome Zero. Esta Lei foi alterada pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. O PAA foi ainda regulamentado por diversos decretos, o que está em vigência é o Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012.

produzidas seis variedades alimentares por projeto. A entrega de alimentos é realizada uma vez por semana em seis municípios paranaenses, inclusive na região metropolitana de Curitiba e são atendidas 7.000 pessoas, de acordo com a pesquisa.

Do ponto de vista da relação externa do assentamento com a sociedade, o diagnóstico indicou uma demanda crescente por alimentos saudáveis por parte da população vulnerável da região metropolitana de Curitiba, mas a doação de alimentos demonstrou outra dimensão “gerou e ainda gera uma repercussão e ressignificação na forma de se relacionar com a natureza, organizar a propriedade e produzir os alimentos” (FACCO; GOMEZ, 2016, p. 2-11).

De acordo com os autores, o estímulo à produção foi dado pela garantia de comercialização, tornando a produção para o autoconsumo complementar. Ressalvando que este estímulo está sendo possível por se tratar de mercado institucional. A relação com os mercados institucionais e as feiras cumpre a função de consolidar a produção camponesa ao contrário das relações mercantis que expropriam o trabalho dos agricultores.

Os autores destacam que uma das funções da soberania alimentar é a de fazer a conexão produtor consumidor e de aproximar os camponeses dos trabalhadores da cidade, colocando em prática a democracia alimentar ao estimular os sujeitos locais a reorganizarem seus sistemas agroalimentar. Nessa perspectiva, pode-se afirmar, que ressalvado a escala, o PAA é um programa que atua na direção da soberania alimentar. Outra dimensão da soberania alimentar no PAA é a diversidade produtiva provocada pela exigência do programa e dos consumidores e o atendimento, ainda que parcial, do mercado local.

Apesar dos limites do programa como o teto máximo de R\$ 8.000,00 por família e do preço pago pelo estado abaixo do preço de mercado, como é o caso da cenoura e da beterraba orgânica, o programa tem potencial para combater a insegurança alimentar, de encorajar as famílias camponesas a produzirem para o autoconsumo e atuar na garantia de mercado para os agricultores. Nesse sentido, é necessário que os movimentos sociais lutem para manter o programa, ampliar o número de famílias atendidas, bem como aumentar o teto financeiro e desburocratizar o atendimento, tendo em vista sua capacidade embrionária de viabilizar a soberania alimentar.

Outra conquista dos movimentos sociais e ONGs, que contribui para a soberania alimentar é o Plano Nacional de Agroecologia e da Produção Orgânica - PLANAPO, estabelecido no Decreto Nº 7.794, lançado pela presidenta Dilma Rousseff no dia 20 de agosto de 2012, que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO. Para o governo desse período, a conquista do PLANAPO é uma reposta à sociedade, aos movimentos sociais e as universidades que têm se preocupado com a alimentação saudável e os impactos ambientais provocados pelo uso intensivo de agroquímicos. Nesse sentido, o PLANAPO representa a possibilidade de alterar as relações socioambientais e alimentares tanto no campo como na cidade a partir da agroecologia.

A agroecologia desponta, neste cenário, como uma alternativa viável para a construção de um novo paradigma para a agricultura, que promova a ampliação das condições de acesso a alimentos saudáveis, a partir de sistemas de produção agrícola ecologicamente equilibrados, e que contribua para o fortalecimento de bases estruturais socialmente justas e inclusivas para o campo Brasil (PLANAPO, 2016, p. 09).

A partir do balanço da implementação do PLANAPO, o Governo Federal constatou avanços significativos na execução das metas, como o apoio as redes de agroecologia através do Programa de Ampliação e Fortalecimento das Redes de Agroecologia e Produção Orgânica - Ecoforte, implantação de tecnologias sociais de captação de água para a produção de alimentos em bases agroecológicas, implantação do plano de vigilância em saúde para as populações expostas aos agrotóxicos, comercialização e distribuição de mudas, entre outras.

Outro avanço do PLANAPO é o de reconhecer a participação histórica das mulheres na construção e manutenção das práticas agroecológicas que integram os cuidados com o meio ambiente e a alimentação. Em diferentes contextos históricos as mulheres têm demonstrado a participação decisiva na seleção e no armazenamento das sementes, na preservação e cultivo das ervas medicinais. A partir desse entendimento, busca-se no debate agroecológico a partir do PLANAPO a busca pela autonomia das mulheres.

Ainda em relação aos avanços do PLANAPO, na perspectiva da autonomia camponesa, destaca-se o lançamento do Programa Nacional de Sementes e Mudas para a Agricultura Familiar - PNSMAF. Entre os objetivos do Programa está à

ampliação do acesso dos agricultores e agricultoras as sementes e mudas agroecológicas adaptadas ao Bioma local e fortalecer os sistemas agroalimentares na perspectiva do melhoramento, resgate, conservação, multiplicação desses materiais de propagação.

De acordo com o PLANAPO, o marco conceitual da agroecologia e da produção orgânica tem uma relação direta com a terra com o território, na medida em que se relacionam com a reforma agrária em duplo sentido. A primeira trata-se da influência sobre a estratégia implementada nas experiências de reforma agrária, a segunda é que o seu enraizamento depende do acesso dos produtores a terra e do apoio necessário para tornar os assentamentos efetivamente produtivos. A agroecologia pode influenciar a reforma agrária na medida em que defende um novo modelo de desenvolvimento da produção, integrado a outras demandas como a garantia dos territórios para a agricultura familiar camponesa, para os povos e as comunidades que praticam a agricultura tradicional.

Em relação aos territórios, o PLANAPO tem uma estratégia que consiste em trabalhar com as políticas públicas a partir de uma concepção territorial, no sentido de integrar as ações em sintonia com as potencialidades dos referidos territórios. Nessa perspectiva o primeiro passo é de buscar a autonomia territorial para as famílias através de políticas públicas com centralidade na agroecologia (Terra Sol, Terra Forte, Pronera e Fomento), e da emissão de documentos comprobatórios que limitam a mercantilização da terra como o Contrato de Concessão de Uso - CCU, e do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso - CDRU. (PLANAPO, 2016).

Outras medidas que afirmam que o PLANAPO é uma política que corrobora para a soberania alimentar, encontram-se em suas diretrizes no Art. 3º do Decreto Nº 7.794/2012, especialmente nas diretrizes a seguir:

I-promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada e saudável, por meio da oferta de produtos orgânicos e de base agroecológica isentos de contaminantes que ponham em risco a saúde.

III – conservação dos ecossistemas naturais e recomposição dos ecossistemas modificados, por meio de sistemas de produção agrícola e de extrativismo florestal baseados em recursos renováveis, com a adoção de métodos e práticas culturais, biológicas e mecânicas, que reduzam resíduos poluentes e a dependência de insumos externos para a produção.

VII – contribuição na redução das desigualdades de gênero, por meio de ações e programas que promovam a autonomia econômica das mulheres. (PLANAPO, 2016, p.35).

A luta dos movimentos do campo e a eleição dos governos democráticos, a exemplo de Lula e Dilma, foram decisivas para obter conquistas no âmbito da legislação e do aumento dos recursos do orçamento para os povos do campo, das águas e da floresta, demarcando assim um novo contexto para o desenvolvimento do meio rural brasileiro na perspectiva do fortalecimento da autonomia desses trabalhadores. Porém, cabe ressaltar que a partir do golpe que depôs a Presidenta Dilma Rousseff em 2016, as políticas neoliberais estão na ofensiva contra a classe trabalhadora e se expressam no congelamento e na redução do orçamento para a garantia dos direitos sociais, para a agricultura camponesa e a reforma agrária, nas contrarreformas trabalhista e previdenciária, na extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e no sucateamento do Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Outra dimensão do golpe foi à criação de uma conjuntura favorável ao aumento dos assassinatos dos trabalhadores no campo e na crescente onda de despejos dos acampamentos, além da tentativa de extinguir a legislação que combate o trabalho análogo à escravidão.

4.4 Função do Conselho Estadual de Agricultura na perspectiva da Segurança Alimentar e Soberania Alimentar

Para analisar a função do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural sustentável do Estado do Mato Grosso – CEDRS-MT, na perspectiva da segurança e da soberania alimentar, se faz necessário considerar que ele compõe o contexto socioeconômico mato-grossense e que está relacionado à primazia do agronegócio sobre as demais formas de produção no campo. Para ter uma ideia sobre a dimensão e a projeção do agronegócio usaremos os dados do Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária – IMEA (2016), através do documento *Projeções do Agronegócio em Mato Grosso para 2025*, que indica a tendência de expansão das principais monoculturas do agronegócio em Mato Grosso.

De acordo com a projeção do IMEA, a soja que em 2014 tinha uma área plantada de em torno de 8,8 milhões de hectares, ocupará em 2025

aproximadamente 14,2 milhões de hectares com uma produção estimada em 48 milhões de toneladas. A produção de milho que ocupava 3,7 milhões de hectares em 2014, ocupará em torno de 7 milhões de hectares com produção estimada em 42 milhões de toneladas para 2025. O algodão que ocupava em torno de 680 mil hectares em 2014, tem projeção de ocupar 1,2 milhões de hectares com produção estimada em 41 milhões de toneladas para o mesmo ano. Além de ocupar o ranking da produção de grãos, Mato Grosso lidera a produção de bovinos e de consumo de agrotóxico. (IMEA, 2016).

É a partir desse contexto de hegemonia do agronegócio que analisamos a função do CEDRS-MT na perspectiva da segurança e da soberania alimentar. O CEDRS-MT foi instituído pelo Decreto Nº 2.061 de 27 de dezembro de 2013. Sua função principal é assessorar, avaliar e propor ao Governo do Estado de Mato Grosso, diretrizes das políticas públicas estaduais diretamente ligadas ao sistema fundiário, bem como deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o desenvolvimento rural sustentável (CEDRS-MT, 2017).

O CEDRS - MT é um órgão colegiado, consultivo e deliberativo do governo do Estado do Mato Grosso e a sua composição é feita por representantes da sociedade civil e do governo estadual, onde participam 23 membros. Entre as organizações dos trabalhadores que participam do conselho está o MST e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Mato Grosso - FETAGRI. Aos conselheiros do CEDRS/MT competem:

- a) formular, propor, aprovar, supervisionar e avaliar políticas e normas visando o apoio ao desenvolvimento organizacional dos Conselhos Municipais e Regionais de Desenvolvimento Rural Sustentável; b) aprovar os projetos relativos ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar ligados ao Programa Nacional de Crédito Fundiário; c) aprovar os projetos de obtenção de terras para a reforma agrária; d) criar câmaras técnicas específicas para subsidiar as decisões do CEDRS/MT, quando necessário; entre outras (CEDRS-MT, 2017, p. 01).

A função do CEDRS-MT no tocante a segurança e a soberania alimentar é o de exercer a sua competência de “formular, propor, supervisionar e avaliar políticas” com base na *Política Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar* - Lei Nº 10.516 de 02 de fevereiro de 2017, priorizando os aspectos formais que potencializam a segurança e a soberania alimentar.

Em seus princípios da Lei Nº 10.516/2017 estão estabelecidos:

- I- a produção de alimentos básicos e a sua distribuição, preservados os interesses dos produtores e consumidores, mediante a adoção de tecnologias viáveis e estratégias;
- II- o abastecimento adequado e a segurança alimentar como condições básicas para a tranquilidade social, a ordem pública, o processo de desenvolvimento socioeconômico e os direitos da cidadania;
- III - a adoção da sustentabilidade socioeconômica e ambiental como paradigma na redução das desigualdades sociais e regionais e na promoção de agroecossistemas viáveis;
- IV - o reconhecimento, pelo Poder Público, da diversidade de características da agricultura familiar quanto à estrutura fundiária, às condições do solo e do clima, à capacidade gerencial, às condições socioeconômicas e culturais, na definição de suas ações;
- V - a participação social na formulação, na execução e no monitoramento das políticas agrícolas e dos planos de desenvolvimento rural sustentável e solidário como condição necessária para assegurar a sua legitimidade;
- [...] XIV - o apoio à organização associativa de produtores e trabalhadores rurais como condição necessária para a estabilidade e para o pleno desenvolvimento do setor agrícola e dos espaços rurais;
- XV - a valorização da responsabilidade coletiva e compartilhada, tendo por base os princípios da autogestão e da cooperação;
- XVI - o reconhecimento da importância do patrimônio ambiental, sociocultural e econômico relacionado com as atividades agropecuárias e com os espaços rurais;
- [...] XVIII - a dinamização econômica com base nas inovações tecnológicas para o estabelecimento de modelo sustentável de produção agropecuária, extrativista, florestal e pesqueira;
- XIX - o fortalecimento dos mecanismos de controle e gestão social, tendo como base o fortalecimento das organizações da sociedade civil. (MATO GROSSO, 2017).

Em relação aos objetivos da Lei Nº 10.516 o CDRS-MT destacamos:

- [...] II - garantir a regularidade do abastecimento alimentar mediante oferta crescente e sustentada dos produtos básicos para a alimentação da população;
- III - estimular e apoiar as iniciativas de organização cooperativa e associativa de produtores e trabalhadores rurais;
- VII - prestar apoio institucional ao produtor rural, garantindo atendimento prioritário e diferenciado ao agricultor familiar, aos povos e comunidades tradicionais, bem como aos beneficiários dos programas de reforma agrária;
- VIII - prestar assistência técnica e extensão rural pública, gratuita e de qualidade para a agricultura familiar e para os povos e comunidades tradicionais;
- IX - promover a integração das políticas públicas destinadas ao setor agrícola com as demais, de modo a proporcionar acesso da família rural à infraestrutura e aos serviços de saúde, assistência social,

saneamento, segurança, transporte, eletrificação, habitação rural, cultura, lazer, esporte e comunicação, incluídos a telefonia e o acesso à internet e a sinal de televisão e rádio;

X - estimular o processo de agroindustrialização, incluídas a fabricação de insumos e as demais fases da cadeia produtiva, com preferência para: a) as regiões produtoras na implantação de projetos e empreendimentos; b) a diversificação com foco nos empreendimentos agroindustriais rurais de pequeno;

[...] XII - garantir a integração e a ampliação do acesso, entre outros itens, a: a) infraestrutura de produção e logística de qualidade no campo; b) transferência da tecnologia gerada pela pesquisa agropecuária, prioritariamente com enfoque agroecológico; c) equipamentos e sistemas de comercialização e abastecimento alimentar; d) educação contextualizada de qualidade, capacitação e profissionalização;

[...] XVII - formular e implementar programas e ações que assegurem a preservação da biodiversidade, a reprodução do patrimônio cultural e a permanência das populações rurais com dignidade nas áreas rurais, observando a diversidade social e étnico-racial e a equidade de gênero e geração;

[...] XXI - consolidar mecanismos e instrumentos de gestão social no planejamento, elaboração, integração, controle e monitoramento das políticas públicas. (MATO GROSSO, 2017).

A lei da agricultura familiar mato-grossense revela por um lado, os rebatimentos da hegemonia do agronegócio e de algumas organizações da agricultura familiar subalternas, através de políticas de segurança alimentar e do chamado capitalismo verde, por intermédio da defesa da agricultura sustentável. Por outro lado, é considerável alguns princípios e objetivos da lei que vão de encontro com a soberania alimentar, como o controle social no estudo, na elaboração e no planejamento das políticas públicas, a educação contextualizada, a transferência de tecnologia com prioridade para a agroecologia, medidas para evitar o êxodo rural, entre outras.

4.5 Limites e possibilidades para construção de políticas públicas de soberania alimentar: a função da Via Campesina

Compreendemos que a soberania alimentar significa o direito de cada país de garantir e desenvolver a sua capacidade de produzir os alimentos fundamentais, respeitando a pluralidade cultural e produtiva. É a autonomia dos povos em produzirem o seu próprio alimento, e nesse sentido, a soberania alimentar é a condição necessária para a segurança alimentar. A partir dessa compreensão pode-

se afirmar que a soberania alimentar está situada no contexto da disputa por modelos de desenvolvimento no campo e nessa condição, a luta por políticas públicas de soberania alimentar está em permanente conflito com o modelo de desenvolvimento capitalista na agricultura, o agronegócio.

A soberania alimentar ao fazer a disputa de projetos para o campo, se depara com limites que a impedem de se desenvolver tanto para a produção de alimentos em bases agroecológicas, quanto na falta de autonomia sobre os territórios, além disso, se depara também com a ausência de políticas públicas específicas. Entre as causas principais que impedem a soberania alimentar de se desenvolver enquanto política pública voltada para a erradicação da fome e desigualdade pode-se destacar a concentração da propriedade da terra, o controle que as transnacionais exercem sobre o estado e seus respectivos governos. O agronegócio aumenta a exclusão social, aprofunda a desigualdade e degrada o meio ambiente como constata a análise da Via Campesina: “La concentración de la tierra, bosques y agua de los pueblos en manos de las transnacionales, conduce a una guerra por los alimentos y abre la posibilidad del control político sobre las naciones” (VIA CAMPESINA, 2008, p. 04).

Analizando os motivos que levam a adoção da segurança alimentar pelo agronegócio e pelos governos e os motivos que limitam a soberania alimentar de ser uma política em diversos países, inclusive no Brasil, Fernandes (2008), afirma que tanto para o agronegócio quanto para o governo, a segurança alimentar é mais adequada, pois para implementá-la não é necessário fazer mudanças no modelo hegemônico de produção por não ultrapassar os limites de uma política compensatória.

Fazendo a contraposição entre a soberania alimentar com a segurança alimentar, o autor constatou um dos motivos que levam os governos a não implementar a soberania alimentar como política pública, pois “a ideia de soberania alimentar exige divisão de poder para tomada de decisão sobre o que produzir e onde produzir”. (FERNANDES, 2008, p.14). Além da participação no processo de tomada de decisões, a soberania alimentar se manifesta na defesa da produção local causando conflito com o modelo de produção agrícola para exportação.

Analizando a soberania alimentar e as políticas públicas para a agricultura familiar na América Latina, Araújo (2016), considera que o tema da soberania e da

segurança alimentar é de fundamental importância no contexto de ofensiva da agricultura de base industrial em todo mundo que “tem sido responsável por causar a destruição dos ecossistemas, aumento da pobreza e desigualdade social” (ARAÚJO, 2016, p. 74). No contexto de ofensiva do capitalismo neoliberal o tema da soberania alimentar se coloca como projeto social que se contrapõe a barbárie que se expressa no capitalismo e em seu sistema agroalimentar.

Em relação às possibilidades de políticas públicas de soberania alimentar, a autora analisa que essa medida só é possível num ambiente político e com governos democráticos não vendidos às corporações nacionais e transnacionais, tendo em vista que estas empresas colocam seus interesses acima dos interesses da maioria da população, privatizam e mercantilizam os alimentos.

Nesse sentido, a Via Campesina através dos movimentos a ela vinculados vem cumprindo um papel imprescindível na perspectiva da soberania alimentar. Zanotto (2017) com base na Declaração da Via Campesina afirma que

a alimentação um direito humano básico. Este direito unicamente se pode assegurar em um sistema onde a soberania alimentar esteja organizada. Soberania Alimentar é o direito de cada nação para manter e desenvolver sua própria capacidade para produzir alimentos básicos dos povos, respeitando a diversidade produtiva e cultural. Temos o direito a produzir nossos próprios alimentos em nossos próprios territórios de maneira autônoma. A soberania alimentar é uma pré-condição para a segurança alimentar genuína. (ZANOTTO, 2017, p. 57).

Entre as funções e as ações da Via Campesina se destacam a própria criação do conceito de soberania alimentar, que vem influenciando políticas de combate a fome em diversos países. Ela é uma organização pioneira na articulação, mobilização e organização dos camponeses a nível internacional e tem entre seus temas principais a reforma agrária, a biodiversidade, os recursos genéticos, soberania alimentar, direitos humanos, agricultura camponesa, entre outros.

Além da inovação do ponto de vista conceitual na perspectiva de combater a fome a partir das suas causas, através da soberania alimentar e da forma organizativa com abrangência internacional, a Via Campesina se destaca ainda no âmbito da formação com a iniciativa das escolas agroecológicas a exemplo da Escola Latino Americana em Agroecologia – ELAA, tem como objetivo a preparação

de profissionais para o domínio e a implementação da agroecologia nos assentamentos de reforma agrária e nas pequenas propriedades.

As políticas de segurança alimentar com alguns aspectos da soberania alimentar no Brasil e no mundo são motivadas pelo fenômeno social da fome e a busca para a sua erradicação. Ao longo do tempo e do debate em torno desse tema constatamos a análise conceitual em torno da segurança e da soberania alimentar, da agricultura convencional, sustentável e da agroecologia, bem como a necessidade da reforma agrária. O papel da Via Campesina tanto na formulação como na organização das lutas a nível internacional vem na perspectiva de combater a mercantilização dos alimentos, fortalecendo a construção do conceito de soberania alimentar como paradigma que melhor responde a necessidade de acabar com a fome no mundo.

Analizamos também o papel importante dos governos do PT no sentido da adoção de medidas legais, no âmbito da produção agrícola e de programas sociais, no combate a insegurança alimentar contribuindo assim para nesse período tirar o Brasil do mapa da fome.

A Via Campesina desde a sua criação em 1996 vem contribuindo para a organização internacional dos camponeses, se tornando a primeira organização dessa natureza a nível mundial. Durante a sua existência ela desenvolveu lutas contra a monocultura e cultivos transgênicos, além de diversas medidas da Organização Mundial do Comércio – OMC. Exerceu pressão junto aos governos, apresentou propostas no intuito de subsidiar políticas públicas para os camponeses e de soberania alimentar. No âmbito da formação, a Via Campesina fomentou a criação de escolas de agroecologia e fez ações para potencializar a produção e o intercâmbio de sementes crioulas. Já no âmbito organizativo está sendo decisiva para a construção da unidade da luta camponesa em todos os continentes.

A análise em torno dos modelos de agricultura discutiu a agricultura capitalista, especialmente a matriz estadunidense, que tem base na monocultura e no uso intensivo de agrotóxicos, demonstrando sua inviabilidade na perspectiva do combate à fome e uso sustentável dos recursos naturais. A agricultura sustentável foi analisada criticamente tendo em vista que essa concepção de agricultura não considera as dimensões sociais e culturais dos camponeses e nem sua autonomia, devido à subordinação dessa forma de produzir aos interesses mercantis, além do

alto preço desse tipo de produção. Outro limite apontado é o chamado fator limitante que ao ser superado aparece outro levando o agricultor a uma situação irreversível.

Outra forma de produzir analisada foi a Agroecologia, onde diversos autores afirmam que esse projeto de produção é o método técnico-político necessário para superar a crise ecológica, romper com o monocultivo e com a dependência de insumos externos. O rompimento da agroecologia com a agricultura convencional reside no seu objetivo estratégico de produzir considerando a agricultura como uma totalidade, onde as dimensões socioambientais e culturais são consideradas como condição para recuperar os danos socioambientais e econômicos provocados pela agricultura capitalista, o agronegócio. Na virada do século XX a agroecologia ganha um importante aliado, o MST, que incorpora em seu programa agrário a produção com técnicas agroecológicas, abolição da produção com agrotóxicos e sementes transgênicas.

O debate em torno da segurança alimentar e da soberania alimentar tem uma construção histórica. O primeiro conceito surge no contexto do final da segunda grande guerra, onde os alimentos foram utilizados como arma contra os países que tinham escassez alimentar, daí surge o conceito e as políticas de segurança alimentar, patrocinadas pela FAO para garantir o direito à alimentação em quantidade e regularidade necessária. A Via Campesina e os seus apoiadores não concordam com o conceito de segurança alimentar e com os seus rebatimentos nas políticas de combate à fome e apontam entre seus limites a natureza mercantil das políticas de segurança alimentar calcadas no critério da renda, na participação das transnacionais da agricultura como membros dos estimuladores da segurança alimentar e nas políticas econômicas de natureza neoliberal que provocam o desemprego e a queda na renda da classe trabalhadora.

A partir dessa análise a Via Campesina construiu o conceito de soberania alimentar não somente como teoria, mas como um projeto de desenvolvimento com base na produção autônoma, local e diversificada realizada nas pequenas e médias propriedades camponesas, com a finalidade de atender a população local e combatendo a natureza mercantil da produção e venda dos alimentos. Nesse sentido a Via Campesina defende a realização da reforma agrária como condição fundamental para a garantia da soberania alimentar. No debate em torno da soberania alimentar o conceito ganha novos significados ampliando o seu conteúdo

e forma, quando passa a ser entendido também como território no sentido de que não há soberania alimentar sem autonomia dos camponeses sobre o espaço de produção e reprodução do modo do seu modo de vida, ou seja, a soberania alimentar é o território camponês.

No Brasil as políticas de segurança alimentar com viés de soberania alimentar, bem como a elaboração de políticas na perspectiva da produção de alimentos saudáveis só foi possível com os governos do Partido dos Trabalhadores, Lula e Dilma, que através do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, acrescidos pelo Programa Bolsa Família - PBF, apesar dos seus limites, contribuíram para tirar o Brasil do mapa da fome nesse período e ao mesmo garantiu comercialização e renda para a agricultura familiar. Também nesse período foram aprovados programas como o Plano Nacional de Agroecologia e da Produção Orgânica - PLANAPO, estabelecido no Decreto Nº 7.794, lançado pela Presidenta Dilma Rousseff no dia 20 de agosto de 2012, que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO e assistência técnica e extensão rural com centralidade na agroecologia.

A conquista dessas políticas só foi possível devido à ampliação da democracia e participação dos diversos movimentos que fizeram lutas e proposições aos governos desse período. Após dois de golpe para a restauração neoliberal, todos esses programas foram precarizados e agonizam diante da redução orçamentária próprias do neoliberalismo que recolocou o Brasil no mapa mundial da fome. Esse cenário coloca como desafio para todos os movimentos sociais a luta popular e eleitoral pela restauração da democracia e a retomada dos investimentos nesses programas.

5. A CONTRIBUIÇÃO DO ASSENTAMENTO 14 DE AGOSTO PARA A SOBERANIA ALIMENTAR

A elaboração desse capítulo tem entre seus objetivos apresentar a análise do estudo de caso das práticas agroecológicas do Assentamento 14 de Agosto, situado no município de Campo Verde, Região Sudeste do Estado de Mato Grosso. A pesquisa de campo sobre essas práticas agroecológicas está correlacionada com as relações de trabalho na unidade de produção familiar, com as relações de mercado, com os programas estatais e destinação da produção na perspectiva da soberania alimentar, tanto para o autoconsumo como para a comercialização no município e região.

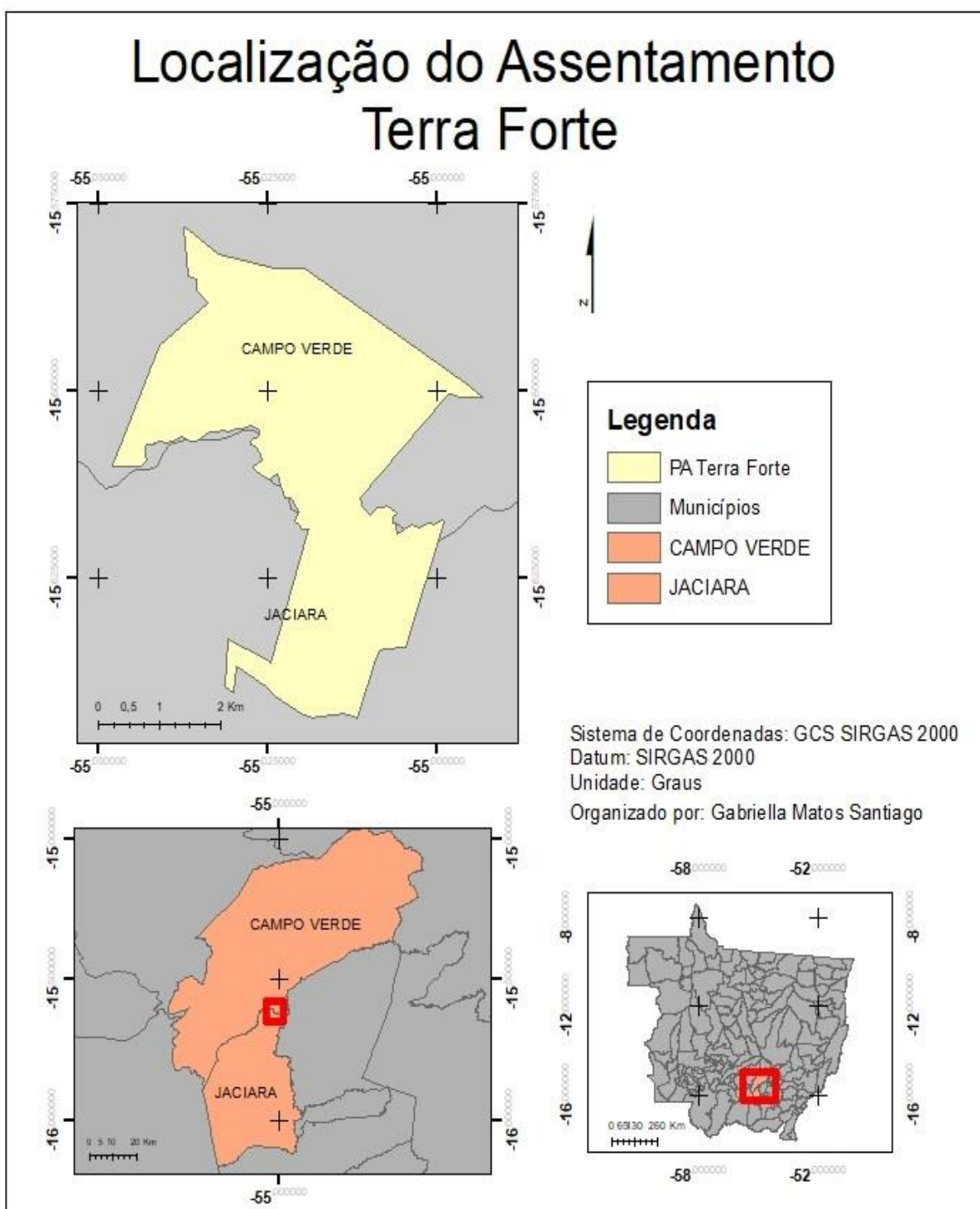
Figura 14: Placa na entrada do Assentamento 14 de Agosto



Fonte: Scarabeli, 2018.

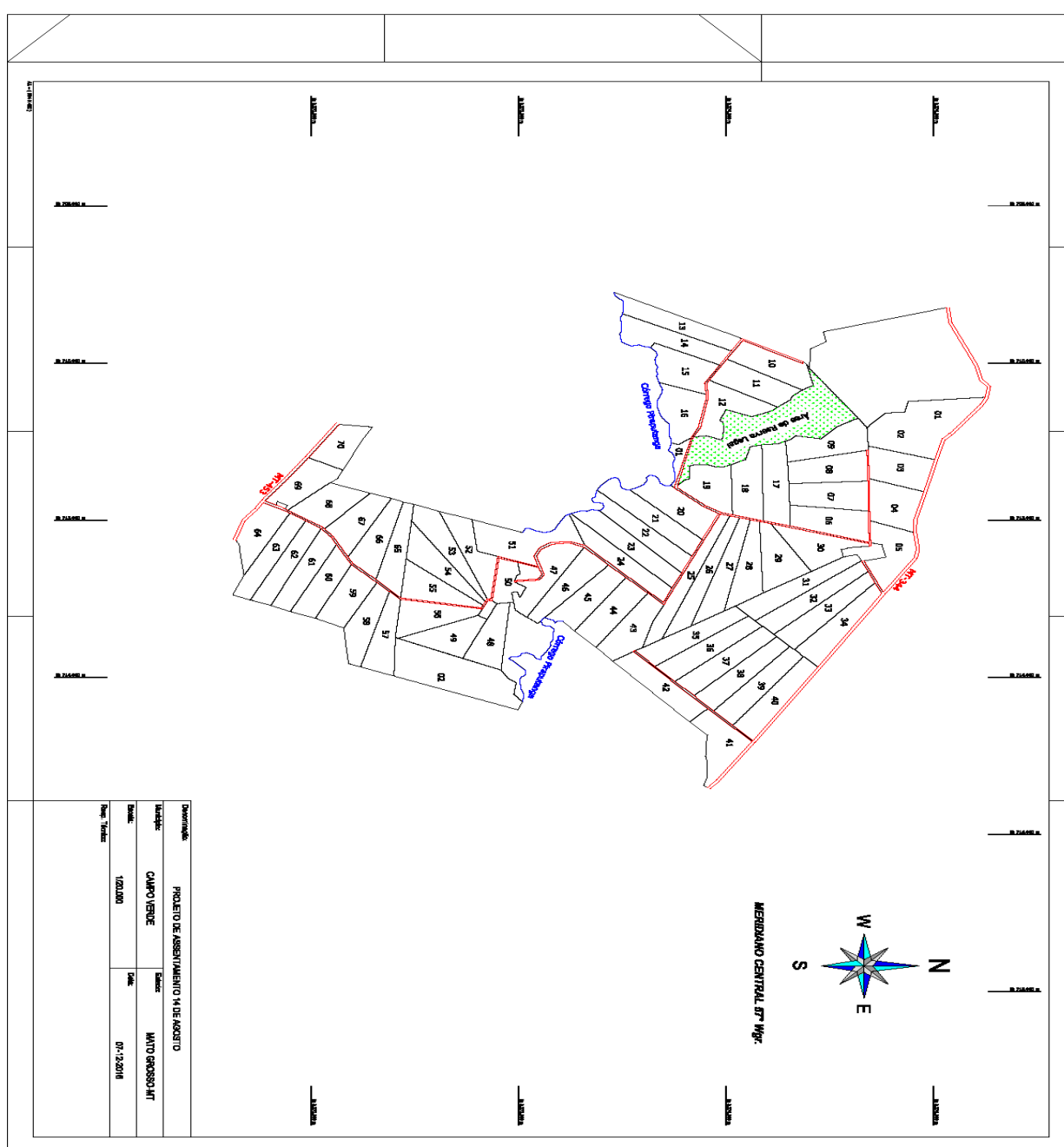
O Assentamento 14 de Agosto está localizado a 17 km do perímetro urbano do Município de Campo Verde e a 140 km da capital Cuiabá, Mato Grosso. Tem como nome oficial *Assentamento Terra Forte* e foi criado pelo INCRA em 09 de julho de 1997.

Mapa 07: Localização do Assentamento 14 de Agosto



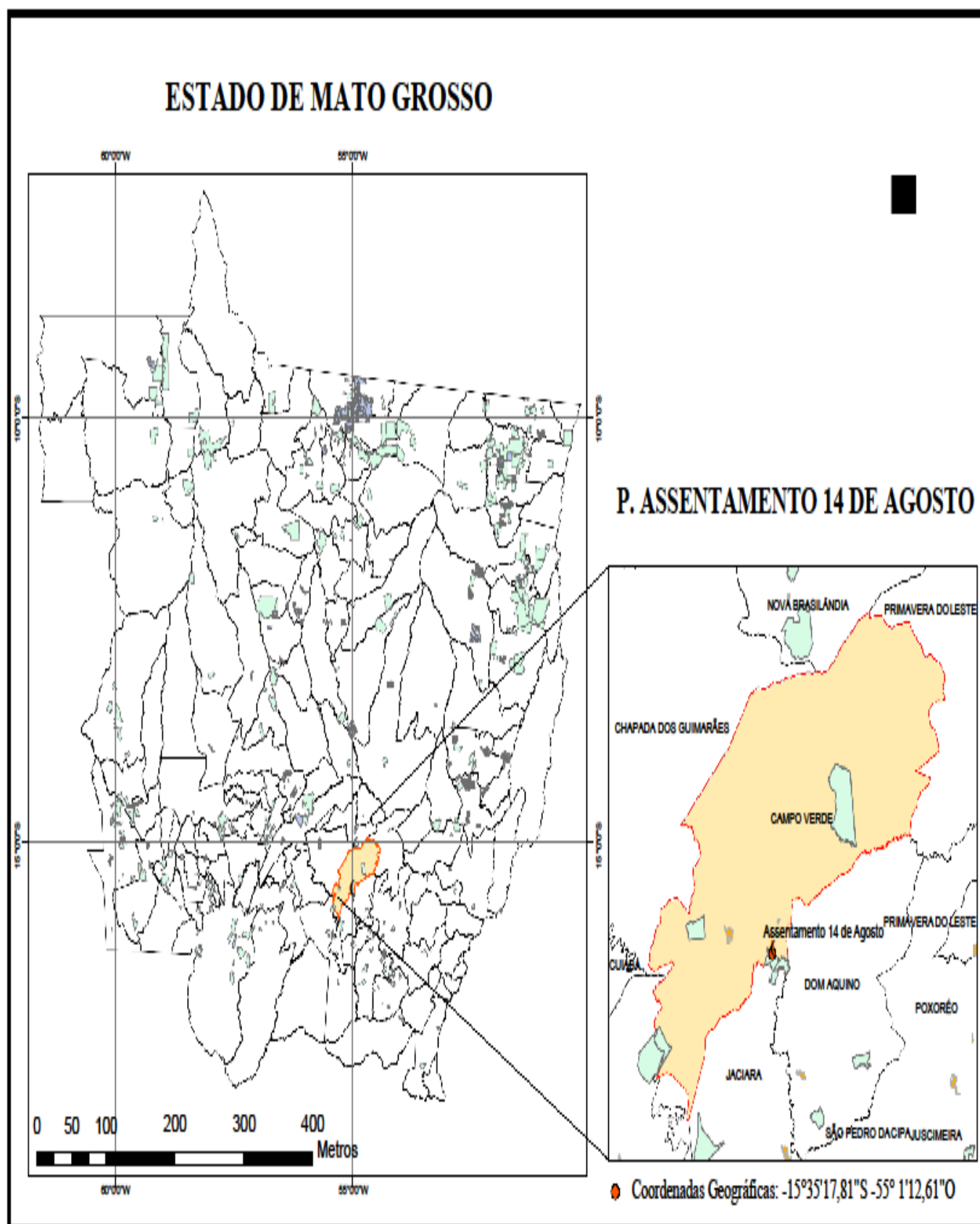
Esse assentamento está entre os primeiros conquistados no contexto de expansão nacional do MST e sua criação no Estado de Mato Grosso que tem como origem a primeira ocupação realizada na madrugada do dia 14 de agosto de 1995 com 1.100 famílias no latifúndio denominado Fazenda Aliança no Município de Pedra Preta. O nome 14 de Agosto se popularizou na região e o assentamento composto por 71 famílias se tornou uma importante referência, tanto para a população urbana como para a agricultura familiar e comércio regional.

Mapa 08: Estrutura dos lotes do Assentamento 14 de Agosto



Responsável técnico: Lindomar Oliveira, 2019.

Mapa 09: Coordenadas Geográficas do Assentamento 14 de Agosto



Responsável técnico: Lindomar Oliveira, 2019.

Os assentamentos de reforma agrária são resultados da pressão popular, especialmente das ocupações dos latifúndios pelas famílias camponesas sem terras de Norte a Sul do Brasil. A ocupação de terra é a tática de luta dos camponeses que ao lutarem pela terra, confrontam o desenvolvimento do capitalismo no campo obstaculizando-o, ainda que de forma parcial, a imposição das suas relações capitalistas de trabalho e expropriação dos recursos naturais. Se para o desenvolvimento do capitalismo no campo as ocupações significam obstáculo, para os sem-terra, a ocupação significa uma marco fundamental em suas vidas, pois, ao participar desse tipo de ação, esses trabalhadores rompem com a sua trajetória de total submissão ao latifúndio e com a crença no destino e na sorte.

A ocupação e consequentemente a organização do acampamento passa a ser espaço de destruição da maioria das práticas humanas anteriores e a construção de outra perspectiva de mundo, já que a ocupação e as lutas subsequentes tornam-se uma grande escola de formação.

Os assentamentos além de ser resultado das ocupações do latifúndio, são o território da produção e reprodução do modo de vida camponês. Nesse sentido, os assentamentos têm múltiplos significados. De acordo com Coca, Santos e Rocha (2014), os assentamentos são a expressão da reforma agrária, não como uma ação estrutural, mas como medida de contenção da questão agrária. Com base em Luxemburgo (1986), os autores afirmam que os assentamentos se situam na luta dentro do capitalismo, pois “a reforma pode ser entendida como parte do processo revolucionário, porém, ela não é o objetivo final” (COCA, et al, 2014, p.147).

Os autores corroborando com Feliciano (2006), analisam que os assentamentos são conquistas das lutas dos camponeses e sustentam-se em três pilares fundamentais: a ocupação, o acampamento e o assentamento. Com base em Fernandes (1999), eles afirmam que os assentamentos são triunfos dos camponeses através da luta pela terra. São triunfos por expressarem duas dimensões: o espaço para criação e recriação e a vitória sobre o latifúndio, tendo em vista que sem elevar a sua condição de classe ou fração de classe, os camponeses lutam na terra e não por terra. Nesse sentido, a conquista dos assentamentos tem rebatimentos estimuladores para aqueles que ainda não conquistaram a terra, ou seja, tem efeitos na autoestima, no aspecto imaterial, que indica que a luta é o meio pela qual se realizará seus sonhos.

Os assentamentos também significam a resistência camponesa ao êxodo rural, a migração e a expropriação do trabalho pelo assalariamento

os assentamentos rurais representam a resistência do campesinato perante tal processo, demonstram que o campesinato não se realiza enquanto classe social no território capitalista, mas busca alternativas para garantir sua reprodução material” (Coca et al, 2014, p. 160).

Apesar da importante resistência do campesinato a ofensiva do capital, milhares de camponeses, na perspectiva de se recriarem, foram estimulados a migrarem para regiões de colonização da fronteira agrícola, especialmente durante a ditadura militar e a implantação da Revolução Verde, com a função de cultivar/amansar a terra e servir de força de trabalho para o latifúndio.

Ao analisar o assentamento como território de recriação do campesinato, Coca, Santos e Rocha, destacam a relação do camponês com a terra e com o trabalho. Para os autores, os camponeses não querem a terra somente para fins econômicos, ocupam a terra, pois precisam dela para viver. Nessa relação a terra cumpre a função predominante de valor de uso. Os camponeses são entendidos como classe e se diferenciam dos trabalhadores da fábrica, pois vivem processos e relações diferentes com o capital. Assim analisam:

Os horizontes de um diferem dos do outro e possuir um projeto político que espere que o campesinato passe a pensar como operário é uma postura reacionária. Sendo assim, os camponeses são apresentados no seu caráter político, em que ao invés de aceitarem passivamente a expansão das relações capitalistas no campo reivindicam seus territórios e a manutenção do seu modo de vida e produção. (COCA, et al, 2014, p. 155).

Os camponeses são em certa medida obstáculo para o desenvolvimento do capitalismo, pois, mesmo sendo sujeitos inseridos nesse sistema não reproduzem suas relações, ou seja, na relação de trabalho camponês não predomina o assalariamento. Os camponeses se diferem também do capitalismo na sua relação com o seu território e os recursos naturais, tendo em vista que essa relação é pautada predominantemente pelos interesses de uso e não da mercantilização.

5.1 Assentamento 14 de Agosto: lugar de vida e produção

Desde o período de criação do MST até o início desse século, a prioridade era o desenvolvimento dos assentamentos a partir da perspectiva da reforma agrária

clássica, redistributivista e economicista, onde se articulava o debate em torno da cooperação agrícola e financiamento da produção, tendo no Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária - PROCERA a principal linha de financiamento. A política de habitação, saúde e de educação para os assentamentos fizeram parte dos debates internos do movimento no período, porém, com menor intensidade, abrangência e conquistas. A prioridade nesse período era o de ocupar terra, conquistar assentamentos, produzir a qualquer custo para atender as necessidades das famílias e conquistar apoio na opinião pública para legitimar a luta pela reforma agrária.

Nesse sentido, o MST articulava o debate em torno do desenvolvimento da criação de associações, das cooperativas de produção agropecuária e cooperativas de prestação de serviços incentivadas pela política de créditos, onde o foi criado o PROCERA TETO 2 para as cooperativas. Nesse período também foi organizado o Sistema Cooperativista dos Assentados – SCA dando início, ainda que de forma marginal, ao debate em torno da agricultura alternativa. A política agrícola era extremamente precária e o governo federal não tinha um programa nacional de assistência técnica e extensão rural, fazendo com que esse serviço fosse executado pelas empresas estaduais com base na concepção de assistência técnica vinculada ao pacote tecnológico da revolução verde.

A conquista de assentamentos e seu desenvolvimento estavam vinculados a concepção de produção e reprodução da Revolução Verde que se expressava na aplicação da matriz tecnológica convencional, no modelo produtivista e no complexo agroindustrial capitalista. É nesse contexto que o Assentamento 14 de Agosto foi conquistado.

Outro aspecto a ser considerado em relação à pesquisa sobre as práticas agroecológicas nesse assentamento é a hegemonia que o agronegócio exerce no Estado de Mato Grosso, tanto na opinião pública, quanto no poder político e econômico, bem como no Município de Campo Verde. O Agronegócio nesse estado se destaca como maior produtor de bovinos, soja, milho e algodão. Está em primeiro lugar na produção e no uso de agrotóxicos, ultrapassando a média de 50 litros por habitantes ao ano.

O Município de Campo Verde encontra-se em 7º lugar no ranking do agronegócio no estado e se destaca com a maior produção de soja, algodão e milho,

e de acordo com a prefeitura, os rendimentos por cultivo em 2017 foram de R\$ 671,61, R\$ 666,55 e R\$ 255,59 milhões respectivamente. Dados da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente afirmam que em 2012/2013 o cultivo do algodão ocupou 66 mil hectares, colocando Campo Verde como a capital nacional do algodão e que a produção de soja ocupou 180 mil há, além do milho safrinha com 110 mil há.

Nesse sentido, a pesquisa nos mostra que o Assentamento 14 de Agosto está inserido no contexto das disputas territoriais por modelos de desenvolvimento, permeada por interesses de classes sociais antagônicas e com grandes dificuldades socioeconômicas que imprimem uma dinâmica de avanços e recuos, tensionados pelas contradições num movimento permanente que territorializa e desterritorializa concepções e práticas de produção, de relação com o meio ambiente e com as relações humanas.

Nessa perspectiva, pesquisar práticas agroecológicas implica “mergulhar” na realidade social construída em permanente conflito por sujeitos sociais, mesmo que os envolvidos nesse processo não tenham tanta clareza da disputa que fazem em contraposição ao modelo dominante de agricultura ao desenvolver outra perspectiva de modelo agrícola.

Pesquisar práticas agroecológicas remete a necessidade de ir além das questões técnicas e contribuir para desvelar as disputas políticas e ideológicas imbricadas na forma de produzir, de organizar o trabalho e na relação com a natureza. Nesse sentido, essa é uma pesquisa que apreende a multidimensionalidade que envolve a agricultura familiar na condição de sistema de produção que se expressa na dimensão do trabalho, na complementação humano-natureza e na autonomia relativa camponesa que se dá pela condição de donos parciais dos meios de produção, da produção da soberania e da segurança alimentar.

O ponto de partida de nossa reflexão sobre os resultados da pesquisa de campo é a constatação de que a agricultura familiar camponesa é um sistema de produção que vai além das técnicas. Nessa perspectiva, busca-se entender o modo de vida familiar a partir da sua inserção no território, seus valores, sua cultura e sua resistência a ofensiva do capitalismo como condição para continuar se reproduzindo.

A primeira dimensão analisada trata-se das relações não capitalistas de trabalho nas unidades de produção familiar, onde foi constatado o uso de trabalho da própria família em todas as unidades. De acordo com Fernandes (2008, p. 50) “utilizar a predominância do trabalho da família é valorizar a relação social não capitalista em que as formas de poder são distintas das formas de poder das relações capitalistas.” O uso do trabalho familiar na produção é uma particularidade dos camponeses e não dos capitalistas.

A dinâmica das relações socioeconômicas da organização da unidade familiar de produção não concentra os bens da natureza e a relação de trabalho por meio do trabalho familiar não gera mais valia, e conseqüentemente não gera lucro, fazendo com que essa forma de relação de trabalho e produção seja um obstáculo para o desenvolvimento capitalista no campo. Por essa razão a agricultura familiar, mesmo que subordinada relativamente pelo capital, obstaculiza a expansão do capitalismo no campo tornando-se agricultura de resistência.

A resistência da agricultura familiar se insere nas novas conflitualidades e no contexto de disputa de projetos por modelos de desenvolvimento com o agronegócio. Isso se dá em dois níveis: o primeiro é a resistência espontânea sem consciência da existência da luta de classes no campo, que se expressa tanto na disputa de territórios como na disputa da opinião pública, para continuar tendo hegemonia. A resistência espontânea acontece através da produção dos camponeses que estão isolados organizativamente ou vinculados às organizações de perfil não classista no meio rural brasileiro, a exemplo das organizações da agricultura familiar que defendem uma agricultura homogênea e associada ao agronegócio, na tentativa de transformar a agricultura familiar em um agronegócio.

O segundo nível da resistência se dá de forma consciente. Nesse nível os trabalhadores têm em suas práticas a intencionalidade de fazer a disputa de projetos, sabem que os problemas cotidianos enfrentados nas unidades de produção são advindos do estado hegemônico pelo agronegócio. A consciência crítica e classista se deve a trajetória de lutas e ao vínculo a organizações que tem clareza da necessidade de disputar projetos no campo, na perspectiva da realização das mudanças estruturais tanto referente à propriedade da terra como as relações de trabalho e socioambientais. Esses dois níveis de resistência foram constatados

durante a pesquisa de campo. Muitos trabalhadores fazem ações importantes de natureza não capitalista sem intencionalidade de classe, enquanto outra parte tem maior clareza do que está em disputa no campo.

Chayanov (2014), ao analisar as relações econômicas não capitalistas, além de criticar as teorias que analisam a sociedade a partir das relações de trabalho baseada no assalariamento, afirma que tanto o camponês como um artesão tem como produto da sua própria exploração uma quantidade de produtos que não podem ser mensurados como lucro. É o que acontece com os agricultores que produzem bens com valores de uso e de troca, tendo como finalidade a sua reprodução. Essa é uma relação de produção não mediada pelo salário e nem estimulada pelo lucro. (CHAYANOV, 2014).

Para o autor, o produto do trabalho familiar não aumenta de maneira tão decisiva quanto à exploração capitalista influenciada pelos mesmos fatores e pondera a importância do aumento da produtividade do trabalhador camponês.

com efeito, o trabalhador camponês, ao tomar consciência do aumento da produtividade do trabalho, não deixa de equilibrar mais cedo os fatores econômicos internos da sua exploração, isto é, diminui a auto exploração da sua capacidade de trabalho. (CHAYANOV, 2014, p.110).

O aumento da produtividade do trabalho tem entre as consequências a satisfação das demandas da família de forma mais completa, diminuindo assim a intensidade das técnicas aplicadas à produção e a sua atividade econômica. Corroborando com a análise sobre a natureza não capitalista da agricultura camponesa, Bartra (2011) afirma que ela se manifesta de maneira imediata como um conjunto de processos de produção particular e distintos dos processos capitalistas de produção. O autor destaca a importância da descoberta de Marx em *O Capital*, sobre a chave da exploração do operário, porém chama atenção sobre a natureza distinta da exploração camponesa. Enquanto a exploração do operário acontece pela extração da mais valia, o processo de trabalho do camponês somente se constitui em processo de valorização, mediado por outros meios onde a exploração é realizada no momento em que a produção camponesa se relaciona com a circulação capitalista, como nos mostra o autor.

Em outras palavras, o processo camponês de produção, em um sentido estrito ou imediato, não contém em seu interior a chave da exploração do trabalho camponês. Esta somente pode ser descoberta quando a produção

camponesa é localizada no contexto de reprodução do capital (BARTRA, 2011, p. 13).

Nesse sentido, a pesquisa de campo constatou relações não capitalistas de produção, como as relações de trabalho não assalariado, bem como relações humanas guiadas pelas ações de solidariedade. Essa relação se expressa nas finalidades principais da produção como produzir para o autoconsumo, para vendas e para doações. A outra dimensão não capitalista de produção se materializa nas relações ambientais com base na produção em agrossistemas, na policultura, na produção de insumos de base ecológica, na produção consorciada e nos meios de produção adequados a produção em pequena escala como é o caso de pequenos tratores.

No processo produtivo estão envolvidas as dimensões sócio ambientais com o manejo ecológico a partir do conhecimento local, a segurança e a soberania alimentar, além da autonomia relativa frente ao acesso ao mercado de insumos e outros meios de produção. Entre os ingredientes constatados para produção de insumos estão o uso Cipó-imbé (*Philodendron imbe* Schott), o Neem (erva indiana), vinagre, fumo, casca de laranja e mucuna. Tais produtos cumprem a função de adubação da terra (mucuna), combate à mosca branca (Cipó-imbé com fumo), controle de pulgões (vinagre e fumo) e combate a cigarrinhas e vaquinhas (casca de laranja com água).

Como exemplo, podemos citar a prática da família de ⁴Marcos que reside no assentamento há 13 anos, cultivando uma área de três hectares e meia. Todo o trabalho na propriedade é realizado pela família que tem entre os meios de produção dois micros tratores e uma picap-up strada para realizar a comercialização nos mercados do município.

⁴Optamos por dar nomes fictícios a todos os entrevistados, a fim de garantir a não identificação deles.

Figura 15: Marcos e um dos filhos junto a um pé de Cipó-imbé utilizado na produção de insumos



Fonte: Scarabeli, 2018.

Toda a produção da família de Marcos é realizada através da irrigação comunitária e os insumos são produzidos de forma ecológica pela própria família. De acordo com o entrevistado a iniciativa para produzir sem insumos químicos vem da experiência de seus antepassados e dos cursos realizados no assentamento.

Figura 16: Insumos ecológicos produzidos pela família de Marcos



Fonte: Scarabeli, 2018.

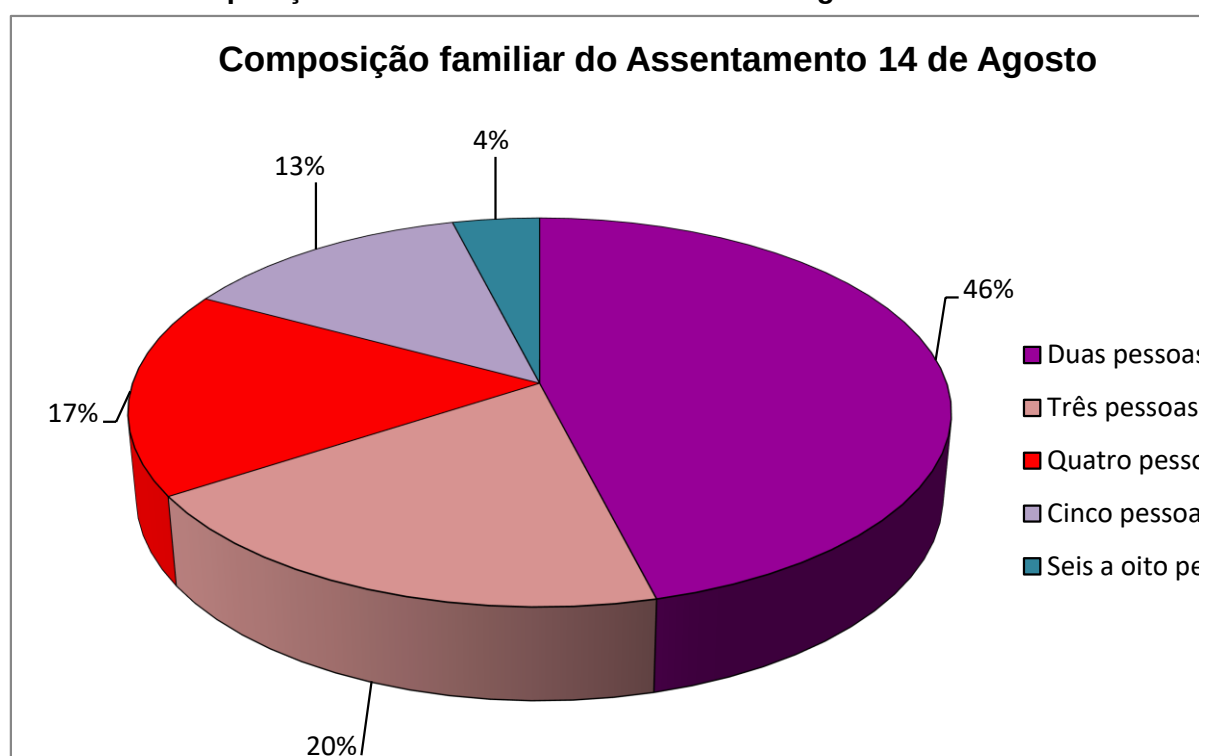
Toda a produção do Assentamento 14 de Agosto é baseada na policultura em contraposição a monocultura do agronegócio, o que permite melhor alimentação tanto para os produtores como para os consumidores, melhor equilíbrio com a natureza devido às variedades que formam pequenas florestas nos quintais das

casas e proporciona a cobertura vegetal, aumento dos nutrientes bem como “quebra ventos” que protegem as habitações dos vendavais. Além disso, produzem alimentos saudáveis, em quantidade e em variedade, com relativa autonomia nas relações de trabalho, tendo em vista que são donos da terra e da maioria dos outros meios de produção.

5.2 Composição familiar do Assentamento 14 de Agosto

A pesquisa de campo constatou o número de pessoas por família residente nos lotes do Assentamento 14 de Agosto. O primeiro grupo familiar é composto por duas pessoas e soma 46% das famílias, geralmente o casal que mora e trabalha no lote. 20% das famílias são compostas por três pessoas, 17% por quatro pessoas, 13% por cinco pessoas e 3% por seis a oito pessoas.

Gráfico 01: Composição familiar do Assentamento 14 de Agosto



Org. Scarabeli, 2019.

As famílias residentes nesse assentamento são compostas em sua maioria, ou seja, 53% por crianças, adolescentes e jovens. Por outro lado, identifica-se a evasão da juventude por necessidade de acesso ao Ensino Superior ou pela busca de trabalho para complementação da renda familiar. Os filhos e filhas dos

assentados, a partir da maioria, em sua maioria, passam a morar, estudar e trabalhar na cidade de Campo Verde que fica a 17 km do assentamento. Nos finais de semanas ou em feriados reencontram os familiares e muitos ajudam no trabalho do lote ou usam parte do que recebe para investir na propriedade. Nesse sentido, parte significativa dos alimentos consumidos por eles na cidade é levada do lote.

Para a juventude filhos e filhas de assentados, a terra possibilitou as condições necessárias para chegar à fase adulta e se manter na cidade estudando até conseguirem trabalho. A terra passa a ser retaguarda para esses jovens, seja como espaço de reencontro com a sua cultura, seja como soberania alimentar e de trabalho nos períodos de desemprego.

A preocupação em torno dessa realidade em médio e longo prazo está relacionado com o fenômeno nacional que é à evasão da juventude do campo, tendo em vista que a continuidade da reprodução do modo de vida camponês será diretamente afetada, inclusive algumas famílias informaram que não ampliam a produção no lote por não dispor de mão de obra.

Nessa cidade um dos atrativos para a juventude é a possibilidade de acesso ao Ensino Superior através da rede pública e privada. Parte significativa desses jovens consegue ingressar no Instituto Federal de Mato Grosso - IFMT, onde cursam majoritariamente cursos na área das ciências agrárias que vem de encontro aos interesses, tanto em relação à propriedade familiar quanto em relação ao agronegócio.

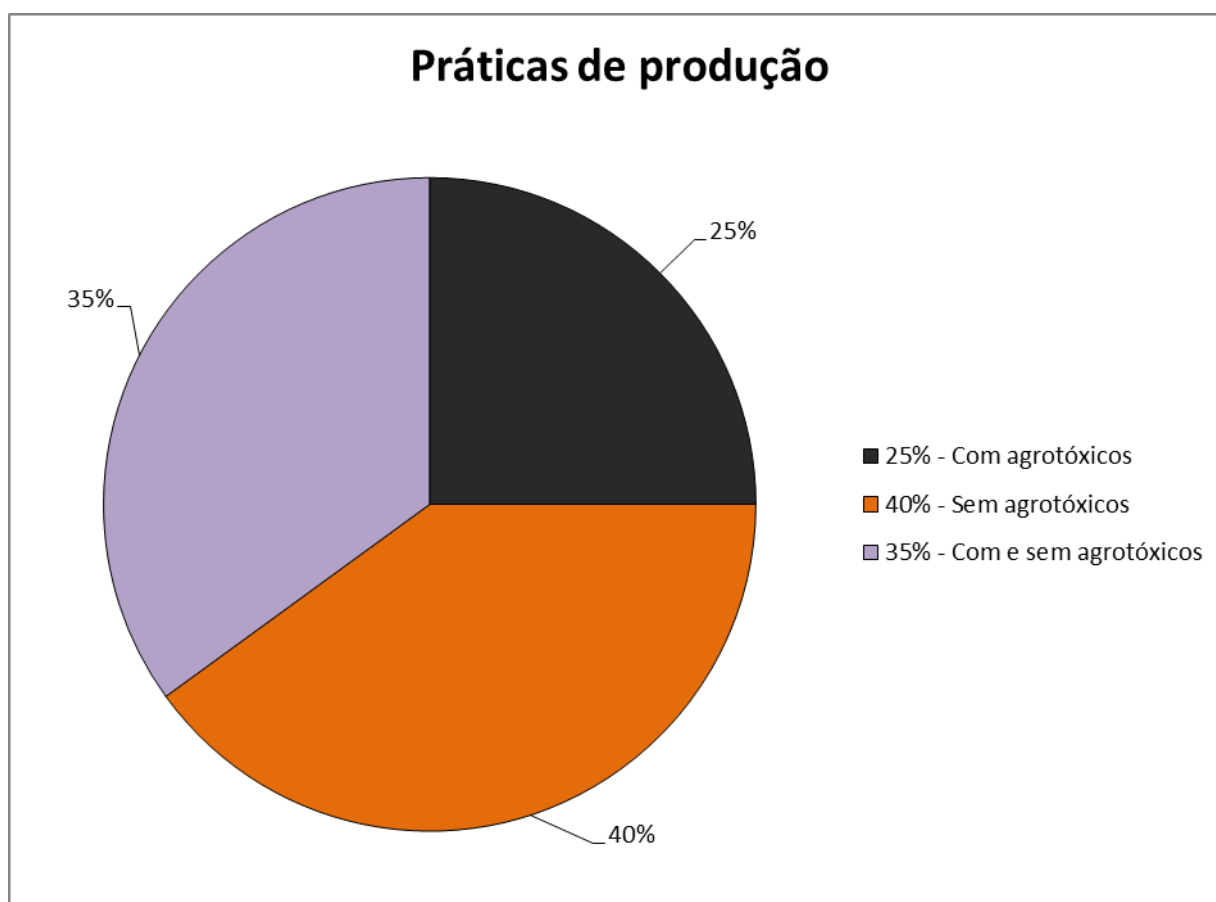
Diante desse quadro é importante ressaltar que mesmo com a evasão, a pertença da juventude em relação ao assentamento se mantém, tendo em vista que a grande maioria continua a participar da vida do assentamento, seja na visita aos familiares aos finais de semanas e feriados, no trabalho pontual com a terra ou via contribuição financeira para produção no lote. O fato de a juventude ter ido para a cidade estudar não significa que perderam a identidade com a terra e com a cultura da produção familiar.

5.3 Práticas de produção do Assentamento 14 de Agosto

A partir das práticas de produção do Assentamento 14 de Agosto analisadas na pesquisa de campo, é possível observar as disputas em torno das matrizes

tecnológicas para produzir. 25% das famílias entrevistadas afirmaram produzir somente com o uso de agrotóxicos, enquanto 35% afirmaram produzir com e sem o uso de agrotóxicos e a maioria, ou seja, 40% declararam que não utilizam nenhum tipo de agrotóxicos para produzir em suas terras. Nesse sentido, é possível afirmar que 75% das famílias assentadas têm práticas agroecológicas em suas propriedades.

Gráfico 02: Práticas de produção



Org. Scarabeli, 2019.

Observa-se que essa disputa de matrizes tecnológicas para viabilizar a produção, seja animal ou vegetal, acontece numa mesma área onde residem, trabalham e constroem a vida e o assentamento. Os motivos pelos quais levam a essa disputa, gira em torno dos rebatimentos da hegemonia do agronegócio no Estado de Mato Grosso que só em 2015 utilizou 150 milhões de litros de herbicidas, perfazendo uma média de 46 litros por habitante ao ano. 97% desses agrotóxicos são usados no cultivo do algodão, da soja, do milho e da cana de açúcar,

especialmente no Município de Campo Verde que é considerado a capital da produção algodoeira do estado.

Mesmo em circunstâncias econômicas e ideológicas desfavoráveis à produção de alimentos saudáveis, o Assentamento 14 de Agosto revela uma disputa favorável à produção de alimentos na perspectiva agroecológica, pois, 75% das famílias têm de alguma maneira práticas de produzir alimentos saudáveis, especialmente, nas lavouras de quintais a exemplo da produção de frutas para o consumo doméstico e para a comercialização na feira municipal, como se pode observar no Sítio Água Boa de propriedade de Denis Almeida.

Figura 17: Mangueira no Sítio Água Boa de Denis Almeida



Fonte: Scarabeli, 2019.

As tecnologias usadas para produzir agroecologicamente vão desde os tratores adaptados à agricultura familiar a insumos de base ecológica, tanto para a fertilização do solo como para o controle biológico de insetos, a exemplo da cama de galinha e insumos produzidos a partir do cipó Imbé e repelentes produzidos a partir das folhas de ninho. Portanto, apesar da ofensiva do agronegócio nesse estado, e particularmente no Município de Campo Verde, e do contexto que deu origem ao assentamento, pode-se afirmar que as práticas ecológicas estão presentes na maioria dos lotes. Para Guzman (2006) “el manejo ecológico de los recursos naturales através de formas de acción social colectiva que presentan alternativas a la actual crisis civilizatória.” (GUZMAN, 2006, p. 05). Nesse sentido, as práticas de produção significam à resistência a ofensiva destrutiva neoliberal, demonstrando que outro projeto para o campo em bases sociais e ambientais justas é possível.

Na mesma linha de pensamento, Rosset (2006) afirma que a produção agroecológica tem entre as suas finalidades “fomentar a produção local de alimentos adaptados ao contexto natural e socioeconômico” (ALTIERI, 1995 apud ROSSET, 2006, p 20). Nesse mesmo sentido, encontramos no Assentamento 14 de Agosto não só a produção de alimentos adaptados ao contexto natural como a produção em meio a um espaço com mais preservação ambiental do que na época do latifúndio. Do ponto de vista da dimensão socioeconômica, foi constatado o retorno social da produção e da renda para centenas de pessoas, que direta ou indiretamente, produzem, se reproduzem e viabilizam as suas vidas a partir da produção desse assentamento.

A pesquisa de campo sobre as práticas de produção no Assentamento 14 de Agosto fez constatações na perspectiva da agroecologia no MST, a partir da análise de Martins (2012) que afirma a necessidade da adoção da agroecologia na luta pela reforma agrária, na perspectiva de acumular forças em direção ao socialismo. Nesse sentido, o autor analisa a concepção de agroecologia para o MST da seguinte maneira:

A agroecologia se afirma e se soma com o projeto socialista, porque para o MST, a agroecologia é mais do que conhecimentos úteis aplicados à agricultura, mas ela se configura como práticas sociais, que implicam em ações que estão inseridas em múltiplas relações naturais e sociais. Ações que geram conhecimentos e nos tornam mais plenamente humanos na medida em que compreendemos melhor o funcionamento dos ciclos minerais, os processos de transformações de energia no sistema; os processos biológicos e as relações socioeconômicas. Enfim, processos que

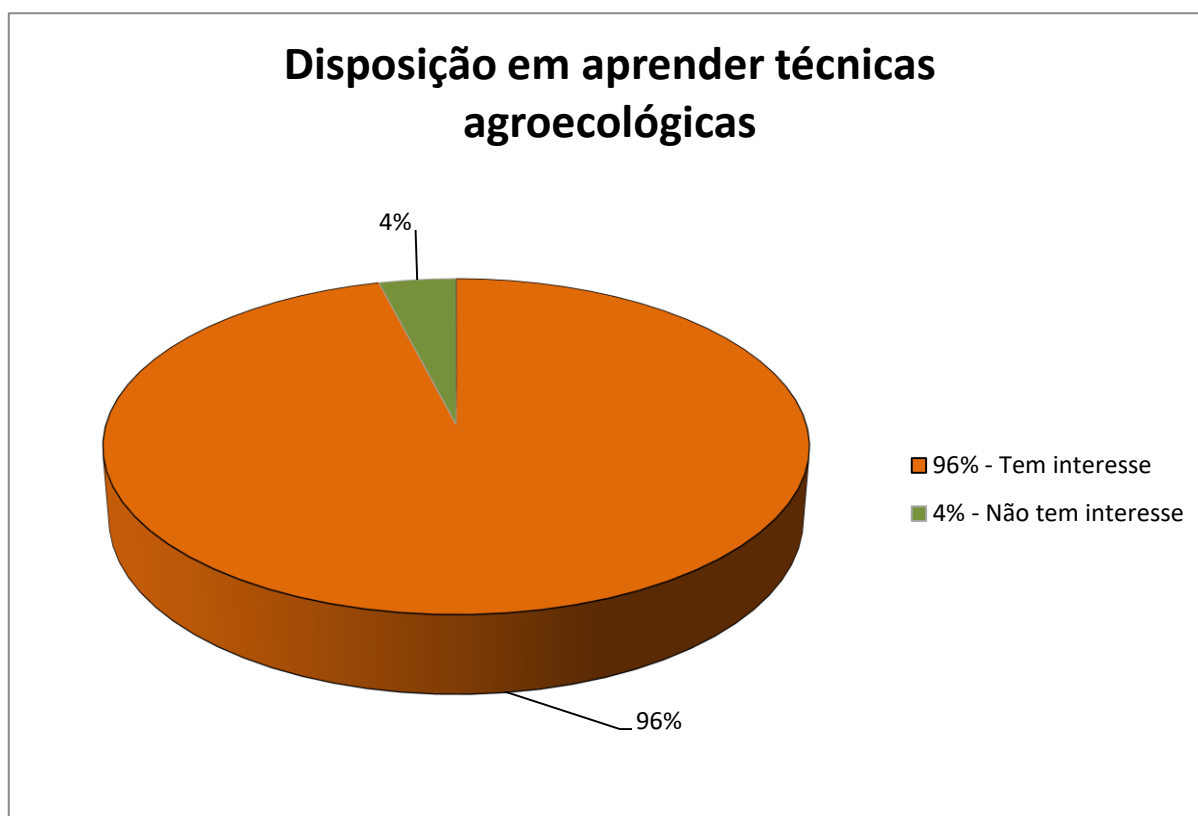
contribuem para romper-se com a alienação humana (MARTINS, 2012, p. 09).

Encontramos nesse assentamento embriões na perspectiva da agroecologia como desenvolvimento para o campo, na medida em que as famílias camponesas produzem e se reproduzem com autonomia frente à ofensiva mercantilista e predadora da natureza, onde os meios de produção são dos próprios assentados, de forma particular ou associativa, e se necessário tem condições de contratarem horas máquinas para a preparação do solo. Além disso, tem autonomia na produção de insumos de base ecológica e autonomia alimentar, pois conseguem garantir soberania alimentar para seus familiares.

A pesquisa de campo também identificou vários limites de ordem externa e interna ao assentamento, que de uma forma ou outra atinge diretamente as famílias assentadas. Do ponto de vista externo destaca-se o limite estrutural tendo em vista o modelo de agricultura do agronegócio que disputa o assentamento para seguir a sua lógica do uso de agrotóxicos e da mercantilização das relações socioambientais, somada a falta de mecanismos que permita a comercialização da produção via programas do Governo Federal, além da ausência de assistência técnica que já dura cerca de 15 anos.

Do ponto de vista interno percebe-se a falta de organização, planejamento e intencionalidade para ampliar a produção agroecológica, já que 96% das famílias entrevistadas demonstraram interesse em se apropriar dos conhecimentos sobre essa forma de produção, como mostra o gráfico abaixo.

Além disso, falta organização no sentido de lutar pelo direito a assistência técnica e a comercialização por vias estatais, tendo em vista que parte significativa da produção é comercializada via atravessadores que ficam com a maior parte da renda obtida nos produtos. Também foi percebido que falta uma melhor comunicação do assentamento com a sociedade, na perspectiva de divulgar a produção e os aspectos sociais no sentido de fazer uma melhor disputa de projeto junto à sociedade e consequentemente garantir renda.

Gráfico 03: Disposição em aprender técnicas de produção agroecológicas

Org. Scarabeli, 2019.

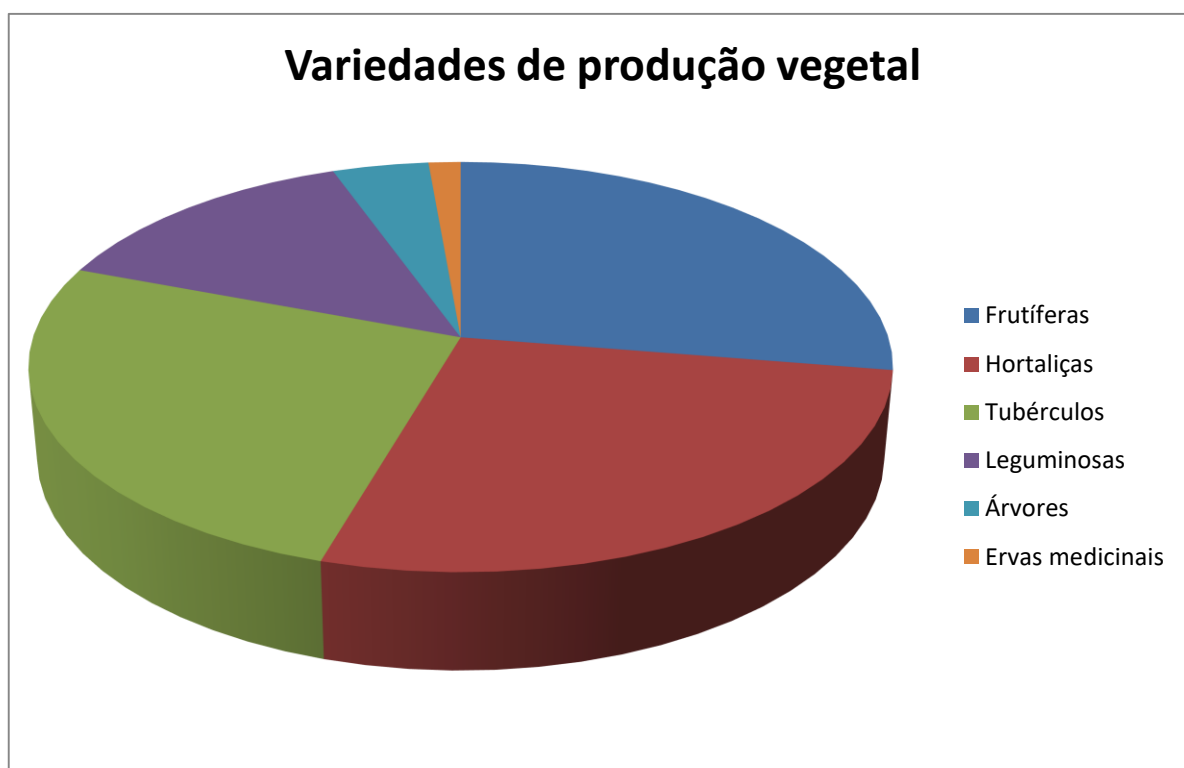
O gráfico 03 constata que mesmo as famílias que produzem somente com o uso de agrotóxicos, têm consciência de que o uso de venenos faz mal a saúde e em alguns casos, o próprio entrevistado já foi hospitalizado por consequência do uso desses produtos. Quando questionados de onde vem o conhecimento para produzirem sem agrotóxicos, as famílias responderam que vem a partir de várias fontes como, da própria família, ou seja, por meio dos familiares mais velhos, dos cursos no assentamento no período que houve assistência técnica, dos meios de comunicações, casos de doenças na família, nos vizinhos e na região, especialmente a incidência de cânceres, além de campanhas contra o uso de agrotóxicos como a *Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida* realizada nacionalmente com a participação de escolas, universidades, instituições de pesquisa, movimentos sociais rurais e urbanos, movimentos sindicais e de classe, entidades, ONGs, assessorias, associações, cooperativas, entre outros.

A campanha tem por objetivo sensibilizar a população brasileira para os riscos que os agrotóxicos representam, e a partir disso tomar medidas para frear seu uso

no Brasil. Entre estas medidas está à promoção da agroecologia como modelo de produção de alimentos, em detrimento do modelo baseado no uso de agrotóxicos e transgênicos.

O conhecimento sobre os malefícios do uso de agrotóxicos sobre a saúde e a disposição das famílias de aprenderem ou aprimorarem os conhecimentos sobre técnicas de produção de alimentos saudáveis, apresenta a potencialidade de a agroecologia ser hegemônica nesse assentamento e demonstra também um enorme espaço a ser trabalhado com cursos e intercâmbios. Além disso, fica claro a necessidade de a Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Estadual de Agricultura e INCRA garantirem o direito a assistência técnica para as famílias, na perspectiva de atender a demanda de produção livre de veneno e consequentemente, proporcionar alimentação saudável e em variedade, para a população do município e de toda região, contribuindo dessa maneira para a redução de danos à saúde e ao ambiente.

Gráfico 04: Variedades de produção vegetal do Assentamento 14 de Agosto



Org. Scarabeli, 2019.

O gráfico 04 expressa uma das características fundamentais da agricultura camponesa que é a policultura. Em 100% das propriedades pesquisadas foram encontradas espécie frutíferas, e em 95% foram constatadas produção de hortaliças, com destaque para o crescimento das hortas estufas. Já 40% produzem tubérculos a exemplo da mandioca, 20% leguminosas como diversos tipos de feijões, 10% plantam árvores como eucalipto e seringa e 5% ervas medicinais.

Figura 18: Horta estufa da família de Rodrigo Santos, Lote Bom Futuro



Fonte: Scarabeli, 2019.

Figura 19: Lavoura de milho da família de Roberto Farias, Lote Santo Antônio.



Foto: Scarabeli, 2019.

Figura 20: Cultivo de seringa da família de Fernandes



Fonte: Scarabeli, 2018.

Figura 21: Cultivo de banana irrigada da família de Anízio Silva



Fonte: Scarabeli, 2018.

Figura 22: Produção de urucum na propriedade da Sra. Marta Alves



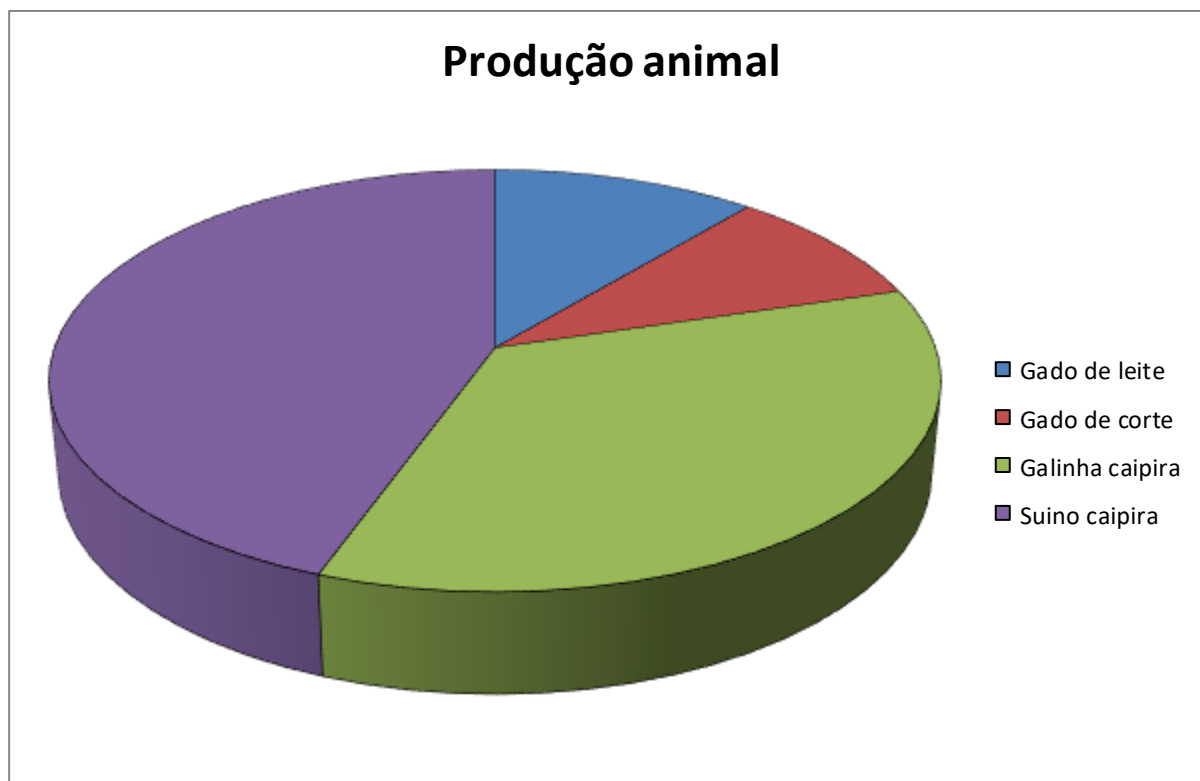
Fonte: Scarabeli, 2018

Figura 23: Cultivo de Pokan da família de Maria Silva, Lote Santa Maria



Foto: Scarabeli, 2018.

Gráfico 05: Produção animal



Org. Scarabeli, 2019.

O gráfico 05 demonstra a variedade de produção animal do assentamento, com destaque para a criação de galinhas e de suínos. Há uma disputa entre a produção de gado leiteiro e gado de corte com ligeira vantagem para o primeiro. A produção animal além, de revelar a variedade de produção, revela também várias possibilidades alimentares e de melhoramento da renda.

Figura 24: Produção de suínos da família de Amanda Ramos, Lote Santo Antônio



Foto: Scarabeli, 2019.

Figura 25: Produção de galinha caipira da família França



Foto: Scarabeli, 2019.

Figura 26: Gado leiteiro produzido pela família de Júnior Rocha



Fonte: Scarabeli, 2018.

Figura27: Criação de gado de corte da família de Francisco Alves



Foto: Scarabeli, 2019.

A prática da policultura é uma das características históricas e fundamentais da agricultura familiar que garante a diversidade de alimentos para a população e para o autoconsumo. A policultura além de somar, quando praticada com base ecológica, para uma relação de complementaridade entre humano e natureza, é decisiva para uma vida saudável. De acordo com o *Guia Alimentar para a População Brasileira* do Ministério da Saúde a “alimentação adequada e saudável

deriva de sistema alimentar socialmente e ambientalmente sustentável” (BRASIL, 2014, p. 20). Nesse sentido, pode-se afirmar que a maioria das famílias assentadas vive esse princípio, tanto em relação ao meio ambiente como em relação à saúde e trabalho.

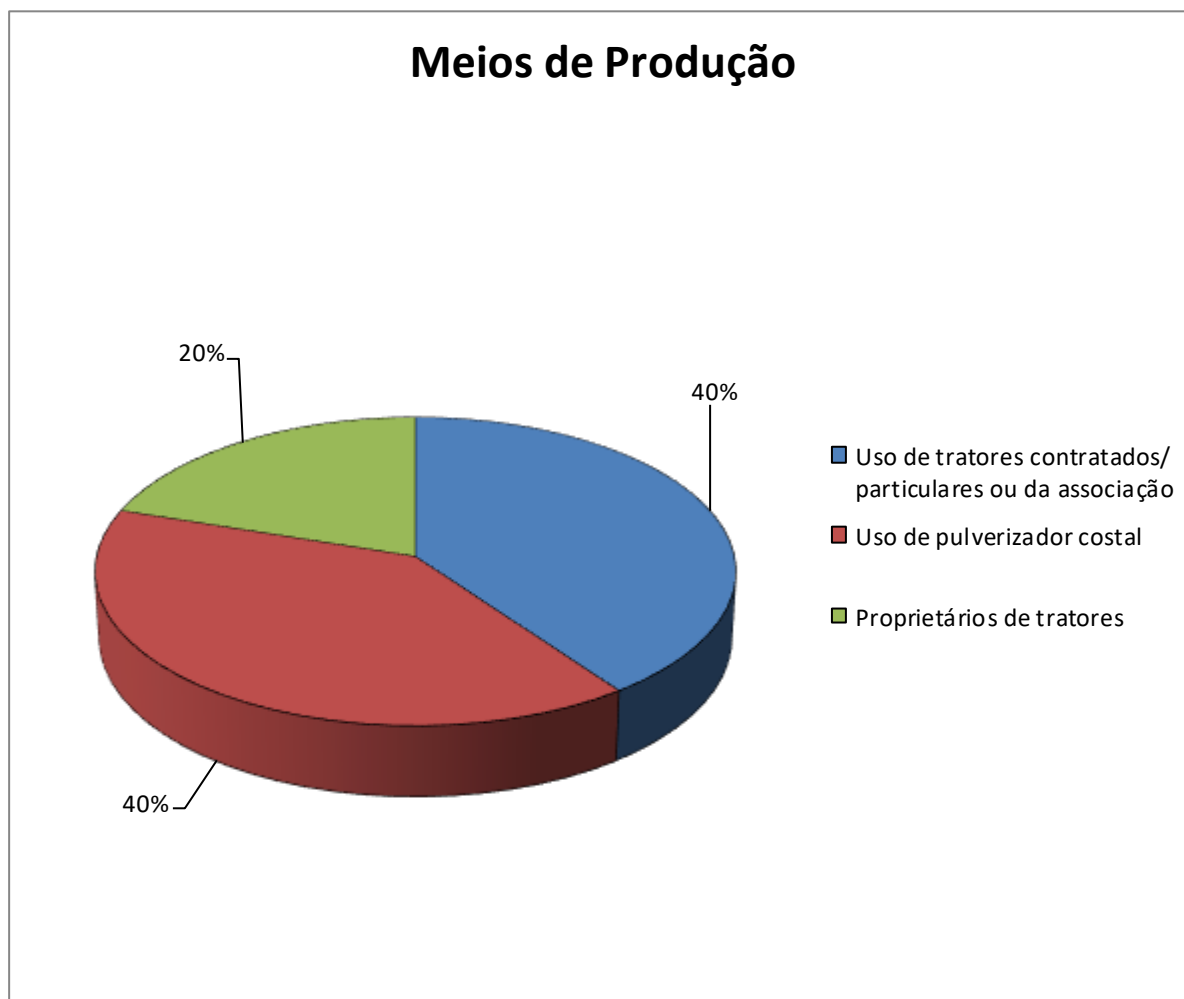
A variedade de produção encontrada no Assentamento 14 de Agosto está na perspectiva abordada no Guia Alimentar para a População Brasileira que destaca as razões biológicas e culturais dos hábitos alimentares, bem as razões sociais e ambientais. Do ponto de vista das razões biológicas e culturais as variedades de produção são decisivas para base de uma excelente alimentação

Com a complementação de pequenas quantidades de alimentos de origem animal, combinações de alimentos de origem vegetal – vários tipos de grãos, raízes, tubérculos, farinhas, legumes, verduras, frutas e castanhas – constituem base excelente para uma alimentação nutricionalmente balanceada, saborosa e culturalmente apropriada (BRASIL, 2014, p. 32).

Em relação às razões ambientais e sociais pode-se afirmar que encontramos no Assentamento 14 de Agosto práticas que tem vinculação direta com a preservação e em muitos casos recuperação ambiental. A justiça social acontece com a democratização do latifúndio e conseqüentemente do trabalho, da renda, da moradia e da alimentação. Nesse sentido, o Guia Alimentar para a População Brasileira vem de encontro com a realidade desse assentamento ao analisar que

o consumo de arroz, feijão, milho, mandioca, batata e vários tipos de legumes, verduras e frutas tem como consequência natural o estímulo da agricultura familiar e da economia local, favorecendo assim formas solidárias de viver e produzir e contribuindo para promover a biodiversidade e para reduzir o impacto ambiental da produção e distribuição dos alimentos (BRASIL, 2014, p. 31).

Outro aspecto que chama atenção é a contribuição desse assentamento para a soberania alimentar na região, seja através da venda direta nas feiras e programas estatais ou através da comercialização por vias tradicionais.

Gráfico 06: Meios de produção

Org. Scarabeli, 2019.

O gráfico 06 demonstra o uso de meios de produção na perspectiva de aumentar a produtividade do trabalho e ao mesmo tempo minimizar sua penosidade, algo que só é possível através das lutas, trabalho e do planejamento das famílias. Um dado interessante é que 20% das famílias assentadas possuem tratores em sua maioria adaptados a produção familiar. A posse da terra e dos outros meios de produção aumenta a autonomia desses trabalhadores tanto em relação ao planejamento produtivo quanto em relação à dependência de órgãos públicos. Além dos tratores particulares as famílias assentadas contratam horas máquinas para preparar o solo tendo em vista o plantio de lavouras.

Figura 28: Trator da Associação



Fonte: Scarabeli, 2018

As famílias se organizaram através de uma associação e conseguiram um trator via emenda parlamentar, que apesar das dificuldades para adquirir os implementos adequados como a de grade arar terra, tem contribuído de maneira decisiva para aumentar a área de produção e reduzido custos.

Figura 29: Trator particular da família de Marcos



Fonte: Scarabeli, 2019.

A família de João Reis utiliza o trator para o preparo do solo e “limpeza” da lavoura. Cultivam 4.500 pés de banana da terra e 3.000 pés de Gueroba. Além dessas lavouras, criam pequenos animais como galinha caipira e cultivam hortaliças e variedades de frutas no quintal, adubados com insumos produzidos a partir da cama de frango (fezes de galinha na palha de arroz) e o esterco de galinha poedeira (fezes da galinha).

Algumas famílias do Assentamento 14 de Agosto, trabalham ainda com derivados do leite como queijos, requeijões e doces, além de derivados da cana-de-açúcar como rapadura, cachaça e melado, e da mandioca como farinha, polvilho,

tapioca, entre outros. A maioria dessa produção é processada em duas agroindústrias familiares que trabalham somente com produtos sem agrotóxicos.

Figura 30: Derivados do leite produzidos pela família de Rosa da Cruz, Lote Paloma



Fonte: Scarabeli, 2019.

A agroindústria de derivados da cana da família Silva e Nunes, produziu em 2018, 200 litros de melado, 500 litros de cachaça e 2000 mil quilos de rapadurinhas. A cachaça é comercializada em diversos espaços e o melado e as rapadurinhas são entregues diretamente a merenda escolar nos municípios de Campo Verde e Cuiabá. O trabalho é realizado por quatro pessoas da família acrescidas da mão de obra de uma pessoa contratada.

Figura 31: Agroindústria de derivados da cana da família Silva e Nunes



Fonte: Arquivo pessoal de Idalice Nunes, 2019.

Figura32: Rapadurinhas produzidas na agroindústria de derivados da cana da família Silva e Nunes, entregues diretamente a merenda escolar



Fonte: Scarabeli, 2018.

Figura 33: Agroindústria de derivados da mandioca da família de Dona Ijailda



Fonte: Scarabeli, 2018

Na Agroindústria de derivados da mandioca da família de Dona Ijailda são agroindustrializados a farinha tradicional, branca e a farinha amarela, farinha de biju fina e grossa, farinha d'água, polvilho doce, massa de tapioca e massa de tapioca granulada. A comercialização dessa produção é realizada em oito municípios da Região Sudeste, sendo: Campo Verde, Dom Aquino, Jaciara, São Pedro da Cipa, Juscimeira, Rondonópolis e Cuiabá. A agroindústria processa 32 toneladas de farinha por mês, tem dez trabalhadores fixos e vinte e sete fornecedores dos assentamentos de reforma agrária.

Figura 34: Produtos da Agroindústria de derivados da mandioca da família de Dona Ijailda



Fonte: Scarabeli, 2018

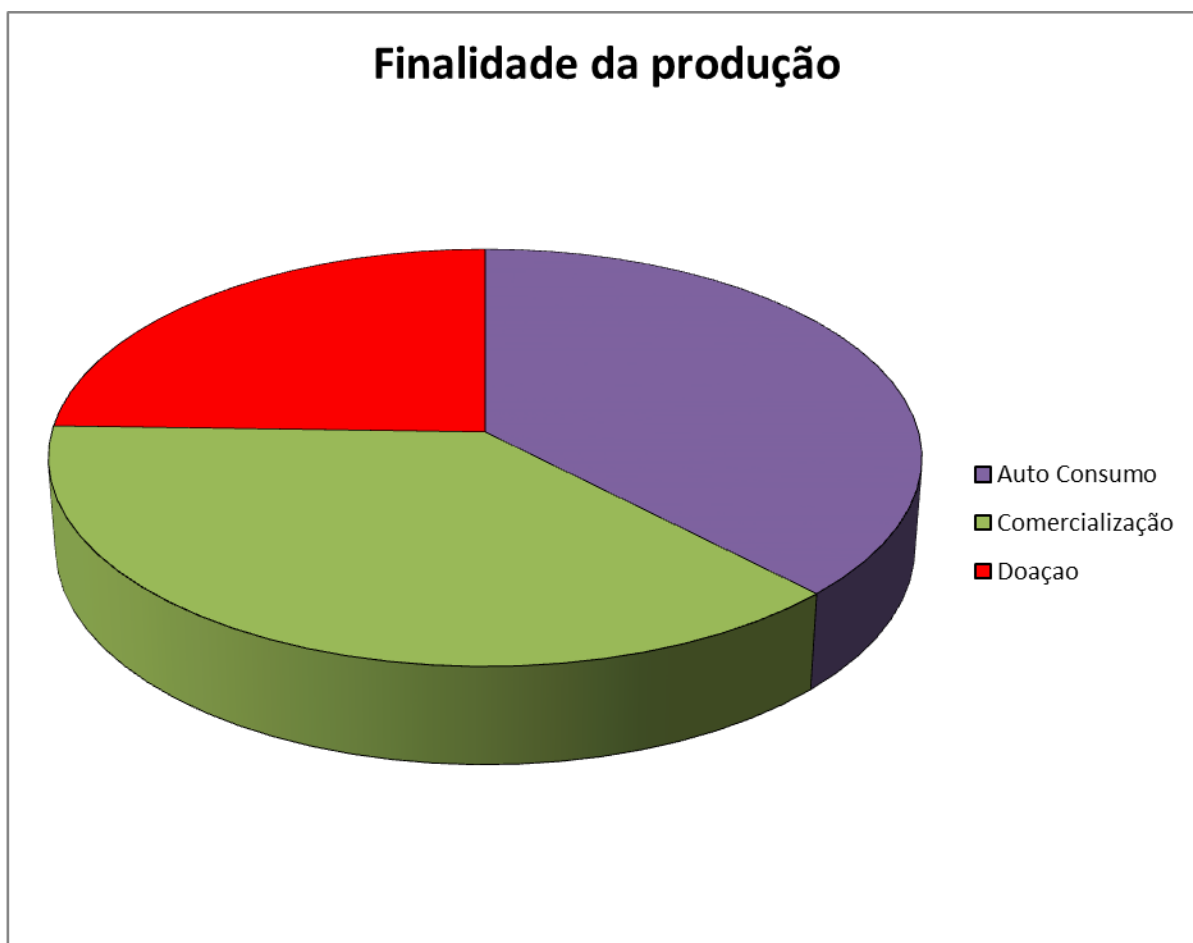
O funcionamento da agroindústria conta com a parceria da Prefeitura Municipal de Campo Verde e com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE que é uma entidade privada brasileira de serviço social, sem fins lucrativos. O Financiamento dos equipamentos e do barracão foi realizado via Banco do Brasil através da linha de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, nas modalidades *Pronaf Investimento* e *Pronaf Mais Alimentos* e já foram investidos R\$ 600,000,00 (seiscentos mil) nessa linha de produção.

5.4 Finalidades da produção do Assentamento 14 de Agosto

A pesquisa de campo constatou três finalidades fundamentais dadas a produção no Assentamento 14 de Agosto. 100% das famílias entrevistadas produzem para o autoconsumo e para a comercialização, enquanto 70% faz algum tipo de doação. O percentual maior da produção é destinado à comercialização nas feiras, para atravessadores, para rede de supermercados e uma pequena parte é destinada a merenda escolar.

A segunda finalidade é a produção para o autoconsumo familiar e a terceira e menor parte é a produção destinada a doações para hospitais como o Hospital do Câncer de Barretos e de Cuiabá, Lar Espírita de Campo Verde, doações para as igrejas, para atividades do MST e de solidariedade quando são organizadas festas beneficentes no assentamento.

A produção para o autoconsumo e para as doações significa que a produção familiar não é totalmente mercantilizada e mesmo numa sociedade hegemônica pelas relações capitalistas, esses trabalhadores produzem valores de uso, fortalecendo as relações não capitalistas e dificultando que as relações capitalistas avancem sobre todas as dimensões no meio rural.

Gráfico 07: Finalidade da produção

Org. Scarabeli, 2019.

A produção destinada ao autoconsumo e para a rede de comercialização local e regional contribui para a soberania e para a segurança alimentar, na medida em que os assentados produzem e se alimentam da própria produção, ou adquirindo os produtos que não produzem no mercado local. A contribuição para a segurança alimentar acontece na medida em que aumenta a oferta de alimentos no município e na região, que na maioria das vezes são comercializados através das feiras e mercados local e regional. A produção e a destinação dos produtos das famílias assentadas demonstram as relações não capitalistas na medida em que parte significativa da produção é destinada para o autoconsumo e para as doações.

As constatações feitas na pesquisa de campo no Assentamento 14 de Agosto revelam as diversas dimensões socioambientais, econômicas e alimentares que expressam a disputa de projetos por modelos de desenvolvimento nesse território, e ao mesmo tempo no Município de Campo Verde, na medida em que se verificaram

práticas de produção, de relações com a natureza e entre os próprios seres humanos que não se encontra na produção do agronegócio. Porém, é preciso considerar que a expressão do agronegócio também se encontra nesse assentamento, a exemplo do uso de agrotóxicos por parte significativa das famílias demonstrando assim que a disputa de projetos não é um fenômeno exclusivamente externo ao assentamento.

A disputa de projetos acontece na medida em que se encontra nesse assentamento práticas de produção saudáveis em contraposição as práticas realizadas pelo agronegócio, como vemos no quadro abaixo.

Tabela 07: Disputas de projetos de desenvolvimento

Agricultura familiar	Agronegócio
Práticas agroecológicas	Utilização de agrotóxicos
Produção com base na policultura	Produção com base na monocultura
Terra democratizada	Latifúndio
Famílias vivendo na e da terra	Famílias expulsas da terra
Autonomia nas relações de trabalho	Precarização das relações de trabalho
Soberania alimentar	Insegurança alimentar

Org. Scarabeli, 2019

A alimentação produzida pelas famílias assentadas tem como finalidade o autoconsumo, a comercialização e doações, sendo assim um projeto de agricultura solidário e decisivo para a soberania alimentar, enquanto a única finalidade da produção do agronegócio é o lucro. A pesquisa de campo nos revela que 96% das famílias têm, por vários fatores, a disponibilidade de aprender técnicas agroecológicas ou aprimorar o conhecimento sobre essa matriz tecnológica, por outro lado, a bancada ruralista e o atual Presidente da República autorizar a liberação de mais venenos.

Podemos afirmar ainda que o Assentamento 14 de Agosto é a expressão do melhor projeto de agricultura, pois, consegue produzir alimentos saudáveis, gerar trabalho tanto nos lotes como nas agroindústrias e no comércio local, contribui diretamente para a soberania alimentar de pelo menos oito municípios das Regiões Sudeste e Centro-Sul do Mato Grosso, tanto em quantidade como em qualidade.

5.5 Moradias e infraestruturas sociais do Assentamento 14 de Agosto

Tratando-se da infraestrutura, a maioria delas encontra-se na área social, tendo em vista que todos os assentamentos conquistados pelo MST, após debate com as famílias e com o INCRA, reservam espaços para uso coletivo onde são construídas as igrejas, escola, posto de saúde, campos de futebol, quadra poliesportiva, entre outros.

Figura 35: Salão comunitário Baiano



Foto: Scarabeli, 2019.

O salão de uso comunitário denominado “Baiano” é uma das conquistas do Assentamento 14 Agosto e tem espaço para receber 500 pessoas. Seu nome é uma homenagem à memória de Lorival Ribeiro dos Santos, que além de participar com sua família da primeira ocupação do MST no Estado de Mato Grosso, recebeu

simbolicamente a chave da ex-fazenda Terra Forte no ato de comemoração da conquista e de entrega da área as famílias.

Figura 36: Campo de futebol Society



Foto: Scarabeli, 2018

O campo de futebol society foi construído pela Prefeitura Municipal de Campo Verde a partir da demanda apresentada pelas famílias do assentamento, especialmente a juventude. Além das atividades esportivas diárias, são realizados campeonatos municipais. Nesse município, foram construídos outros campos no

meio rural para essas modalidades esportivas, porém, só esse está funcionando devido ao trabalho de pessoas do próprio assentamento que se dedicam a preservar e zelar pelo espaço.

Figura 37: Igreja Católica São João



Foto: Scarabeli, 2019.

A igreja católica São João é o espaço onde as famílias se encontram para realizar celebrações religiosas, confraternizações, reuniões, assembleias, entre outros. Foi construída pelas próprias famílias com doações de materiais e trabalho voluntário. Vale ressaltar que no Assentamento 14 de Agosto existe diversas

religiões a exemplo da Congregação Cristã no Brasil, Igreja Assembleia de Deus, entre outros, porém, apenas a Igreja São João foi construída nesse espaço coletivo.

Figura 38: Posto de Saúde 14 de Agosto



Foto: Scarabeli, 2019.

O Posto de Saúde 14 de Agosto funciona de segunda a sexta-feira com atendimento dos agentes de saúde e a cada quinze dias um médico de Campo Verde faz o atendimento as famílias do assentamento.

Outro aspecto que chama atenção na perspectiva de um novo projeto para o campo são as moradias, tendo em vista que todas as famílias entrevistadas têm habitação em boas condições e 90% acessaram o crédito para reforma e ampliação das casas.

Figura 39: Habitação da Sra. Marta, moradora do assentamento há 22 anos



Fonte: Scarabeli, 2019

Figura 40: Habitação da família de Lucas Souza, morador do assentamento há 22 anos



Fonte: Scarabeli, 2019

Moradias de qualidade melhoram o social, o político e o econômico dos assentamentos, pois para as famílias a casa possui uma simbologia importante, pelo fato de que se percebe concretamente um espaço onde podem criar e educar seus

filhos com dignidade. As moradias apresentam um novo visual ao assentamento. O local onde antigamente era uma fazenda geralmente com uma casa sede, alguns empregados e a terra ocupada por gado, constitui-se hoje como um espaço onde centenas de famílias produzem seu próprio sustento e garantem vida digna.

Além disso, na maioria das vezes as famílias se envolvem diretamente na construção de suas moradias, individualmente ou em forma de mutirões, o que possibilita o aprendizado coletivo da comunidade. Muitas pessoas aprenderam a técnica da construção, o que ajudou a construir sua própria casa e posteriormente a de seu vizinho. É perceptível a alegria, dignidade e esperança das famílias que acreditaram na transformação social protagonizada pelos próprios trabalhadores e trabalhadoras, através da luta e da resistência.

Portanto, o Assentamento 14 de Agosto é portador de outro projeto para o campo na medida em que está garantindo trabalho, renda, moradia, alimentos saudáveis, transporte, cultura, lazer, sociabilidade, entre outros, além da autoestima da maioria das famílias que são os sujeitos fundamentais desse processo, desde o rompimento da cerca do latifúndio ao rompimento da miséria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado de Mato Grosso vem cumprindo ao longo da sua existência, desde a colonização portuguesa aos dias atuais, a função de fornecedor de recursos naturais, sejam eles minerais ou agropecuários, na condição de matéria prima para os países centrais do capitalismo, na perspectiva de atender os interesses das classes dominantes dos países colonizadores. É no contexto da economia agroexportadora colonial ou neoliberal que aconteceu e acontece à luta para se manter na terra ou para conquistá-la.

A imposição das relações capitalistas mercantis e agroindustriais com objetivo de produção de mercadorias provocou a luta pela terra e pela permanência nela, tendo em vista a ofensiva capitalista para privatização e mercantilização dos bens da natureza e das relações de trabalho. É nesse contexto que surge, primeiramente de forma espontânea, as lutas dos povos indígenas, dos povos negros e dos posseiros no Brasil e conseqüentemente no Estado de Mato Grosso.

O conflito provocado pela imposição de novas relações fez com que as lutas desses povos fossem adquirindo formas organizativas. Em determinados períodos, as organizações desses povos estavam sobre orientações de Organizações não governamentais - ONGs ou de pastorais sociais até adquirirem autonomia organizativa, a exemplo da luta pela terra que na década de 1970 até meados de 1980 estava subordinada a igreja católica e somente com a criação do MST, passa a ser organizada e realizada pelos próprios sujeitos sem terras.

O golpe militar de 1964 criou instituições estatais creditícias, políticas e de incentivos fiscais, além de infraestrutura necessária para expandir a fronteira agrícola capitalista nas regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil, tendo no latifúndio, na imigração e no aprofundamento da expropriação dos povos originários a sua forma cabal de desenvolvimento. Nessa direção, a luta pela terra e pela reforma agrária situa-se no contexto de resistência à imposição e ao desenvolvimento do capitalismo no campo.

Na medida em que os trabalhadores do campo criam as suas organizações, seja para resistir à ofensiva capitalista sobre sua identidade, suas terras e seus costumes ou para lutar pela terra, pela reforma agrária e demais demandas do meio rural, elevam a sua condição de consciência de classe para si e passam a fazer a

disputa de projetos para o campo. Essa disputa de projetos é resultado, para além do processo organizativo dos camponeses, pela análise crítica em relação ao desenvolvimento capitalista que só é possível com base no paradigma da questão agrária.

A disputa de territórios e por modelos de desenvolvimento para o campo acontece em todas as dimensões, seja nas lutas camponesas em escala local, nacional e internacional; na construção de conceitos a exemplo da Agroecologia que propõe um novo projeto para a agropecuária com base nas relações harmônicas entre seres humanos e a natureza; na Soberania Alimentar, conceito criada pela Via Campesina, entendida como a produção em qualidade e quantidade necessária para o sustento de um povo, garantido hábitos alimentares e contrapondo-se a natureza mercantilista do conceito de Segurança Alimentar criado pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação – FAO, entre outros.

Os debates e as lutas realizadas pelas organizações camponesas, especialmente aquelas vinculadas a Via Campesina, nos primeiros quinze anos do século XXI, associado à eleição de governos progressistas de 2003 - 2015 foram decisivos para obtenção de avanços no tocante a agricultura familiar, a exemplo da aprovação da lei que estabelece os parâmetros definidores desse modelo de agricultura, além de programas de estímulo à produção para a segurança alimentar e garantia de comercialização como Programa Luz Para Todos, *Programa de Aquisição de Alimentos – PAA*, Programa Terra Forte, PRONAF Mais Alimentos, e o aperfeiçoamento do *Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE*, entre outros.

Além dos programas que se configuram como conquistas importantes nesse período, na perspectiva da produção de alimentos saudáveis e da soberania alimentar, foram criadas outras medidas como o Plano Nacional de Agroecologia e da Produção Orgânica - PLANAPO, estabelecido no Decreto Nº 7.794, lançado pela presidenta Dilma Rousseff no dia 20 de agosto de 2012, que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO. As políticas nacionais de estímulo à produção de alimentos saudáveis e de segurança alimentar tiveram impactos positivos nas políticas estaduais da mesma natureza. Obviamente que todas as políticas de âmbito estatal construídas nesse período estão sendo destruídas com a restauração neoliberal a partir do governo de Michel Temer e da

eleição do atual presidente da república, que além de sucatear as instituições operadoras desses programas, tem autorizado o uso indiscriminado de agrotóxicos em solo brasileiro e consequentemente fortalecido o agronegócio no país.

O agronegócio no Brasil emerge no contexto da ofensiva neoliberal, sendo a expressão do desenvolvimento do capitalismo no campo na manutenção do modelo agroexportador, com produção de monocultura, superexploração da força de trabalho, baixíssima geração de postos de trabalho, uso intensivo de agrotóxicos e expropriação intensa dos recursos naturais. Contrapõe-se diretamente a agricultura familiar que expressa outro projeto de desenvolvimento para o campo, com produção de alimentos para a segurança e soberania alimentar, especialmente para o autoconsumo e o consumo local, gera mais postos de trabalho e tem como base o trabalho familiar.

A disputa de territórios na perspectiva de um novo projeto de agricultura que tenha por base a democratização da terra, a produção de alimentos saudáveis na perspectiva da soberania alimentar, condições dignas de trabalho e de moradia e acesso à educação, tem suas referências nos assentamentos de reforma agrária, especialmente os assentamentos conquistados pelo MST, pois, essa organização concebe a reforma agrária como um conjunto de medidas que vão além da posse da terra.

Nesse sentido, essa pesquisa que teve entre seus objetivos estudar a relação dos assentamentos da reforma agrária no contexto da disputa de territórios por modelos de desenvolvimento no Estado de Mato Grosso, demonstrou que o Assentamento 14 de Agosto, localizado no Município de Campo Verde – MT, região cercada pelo monocultivo e campeã na produção com uso de agrotóxicos, é uma referência na produção de alimentos saudáveis, em quantidade e variedade, contribuindo para o fortalecimento da soberania alimentar e fazendo a disputa direta de projetos para o campo.

Esse assentamento está entre os primeiros conquistados no contexto de expansão nacional do MST e na sua criação no Estado de Mato Grosso. Tem como origem a primeira ocupação realizada no dia 14 de agosto de 1995. As famílias desse assentamento têm autonomia, tanto para se alimentar como para produzir e planejar seu trabalho, tendo em vista que todas são donas da terra, muitas possuem maquinários facilitando o preparo do solo e a produção e a grande maioria produz

insumos agroecológicos para adubação e controle biológico. Além dos aspectos da produção, do trabalho e da renda, as famílias moram dignamente, o que aumenta a autoestima das famílias, tendo em vista que moradias de qualidade melhoram o social, o político e o econômico dos assentamentos.

As constatações feitas na pesquisa de campo revelam as diversas dimensões socioambientais, econômicas e alimentares que expressam a disputa de projetos por modelos de desenvolvimento nesse território, na medida em que se verificaram práticas de produção, de relações com a natureza e entre os próprios seres humanos que não se encontra na produção do agronegócio que concentra a terra, produz com base na monocultura e com utilização intensiva de agrotóxicos, precariza as relações de trabalho e gera a insegurança alimentar.

O Assentamento 14 de Agosto, inserido no contexto de disputas de projetos, com terra democratizada, produção com base na policultura e práticas agroecológicas, garante alimentação de qualidade, relações de trabalho, de vida e de moradia digna para as famílias, constrói e fortalece a soberania alimentar demonstrando que a construção e garantia de outro projeto de desenvolvimento para o campo é possível.

REFERÊNCIAS

- ALTIERE, M. A. **Agroecologia, Agricultura Camponesa e Soberania Alimentar**. Presidente Prudente: Revista NERA, nº. 16, Jan-jun./2010, p. 22-32. – ISSN: 1806-6755.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3ª ed. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2012.
- ARAÚJO, S. G. **Soberania Alimentar e Políticas Públicas para a Agricultura Familiar na América Latina: o caso do Brasil e da Argentina**. Presidente Prudente: Revista NERA, nº. 32 - Edição Especial p. 72-90, 2016.
- BARROS, E. P. **Quilombos: resistência negra em Mato Grosso**. Texto escrito por solicitação de militantes do Grupo de União e Consciência Negra de Mato Grosso, GRUCON/ MT, novembro de 1989. Disponível em: <http://static.recantodasletras.com.br/arquivos/1272153.pdf>. Acesso em 22/11/2018.
- BARTRA, A. **Os novos camponeses: leituras a partir do México profundo**. Tradução: Maria Angélica Pandolfi. São Paulo: Cultura Acadêmica; Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011.
- BRASIL DE FATO. **Novo Censo Agropecuário traz menos dados por falta de recursos**. São Paulo – SP, 26 de julho de 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/07/26/novo-censo-agropecuário-traz-menos-dados-por-falta-de-recursos/>. Acesso em 10/08/2018.
- BRASIL. **Brasil agroecológico: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Planapo**. Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica. – Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2016.
- BRASIL. **Legislação básica do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional/Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília: Presidência da República, 2017.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Censo Agropecuário 2017, resultados preliminares**. ISSN 0103-6157 (meio impresso). Rio de Janeiro, v. 7, p. 1-108, 2017.
- CASALDÁLIGA, P. **Uma igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social**. Carta Pastoral: São Félix do Araguaia, 10 de outubro de 1971.
- CAVALCANTE, M. B. **Mudanças da estrutura fundiária de Mato Grosso (1992-2007)**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em

Geografia – PPGG, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP, Presidente Prudente, 2008.

CHAYANOV A. V. Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. Trad. Manuel Villaverde Cabral. In: CARVALHO H. M. (Org) **Chayanov e o campesinato**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

CHONCHOL. J. **A Soberania Alimentar**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, vol.19, nº 55, São Paulo, Set./dez. 2005.

COCA, E. L. F.; SANTOS, R. O. C.; ROCHA, H. F. A atualidade da reforma agrária brasileira: diversidade das políticas de obtenção de terras, dos camponeses e tipos de assentamentos rurais, in: CAMPOS, J. F. S.; COCA, E. L. F.; FERNANDES, B. M. (Orgs.) **Dataluta: questão agrária e coletivo de pensamento**. 1ªed. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

CORREIA, C. E. M. **MST en marcha hacia la agroecología: una aproximación a la construcción histórica de la agroecología en el mst**. Trabajo final del curso de master em agroecologia. Universidad Internacional de Andalucía; Universidad de Córdoba, 2007.

COSTA. F.A.; CARVALHO. H. M. Campesinato. In: CALDART, R. S. et al (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2012.

DATALUTA. **Mato Grosso Índice de Gini da Estrutura Fundiária – 2013 – Imóveis Rurais – INCRA**. Disponível em www.fct.unesp.br/nera. Acesso em 01/08/2018.

DELGADO, G. C. **Do ‘Capital Financeiro na Agricultura’ à Economia do Agronegócio – Mudanças Cíclicas em Meio Século (1965-2012)**. Porto Alegre – Ed. UFRGS – 2012 (Cap. 5).

FACCO, V. A. B.; GÓMEZ, J. R. M. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e seus limites e potencialidades na promoção da Soberania Alimentar**. Revista Mundi Meio Ambiente e Agrárias. Curitiba, PR, v.1, n.1, 2, jan./jun., 2016

FAO. **Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Ação da Cimeira Mundial da Alimentação**. Roma, 13 a 17 nov. 1996. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/003/w3613p/w3613p00.htm>. Acesso em 02/11/2017.

FAO. **O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil: um retrato multidimensional - Relatório 2014**. Brasília, 2014.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do Território. In: Paulino, Eliane Tomiasi. Fabrini, João Edmilson (org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 273-302.

FERNANDES, B. M. **Questão Agrária e Capitalismo Agrário: o debate paradigmático de modelos de desenvolvimento para o campo**. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA. Questão Agrária e Desigualdades

no Brasil. Ano 35, v. 01, n. 02, 2014.

FERNANDES, B. M. **Soberania alimentar como um território**. Trabalho apresentado no Workshop Food Sovereignty: Theory, Praxis and Power, realizado nos dias 17 e 18 de novembro no St. Andrews College, University of Saskatchewan, Saskatoon, Saskatchewan – Canada, 2008.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. A. Campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: FERNANDES, B. M.; (Org). **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. - 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, M. B. Tipologias de Territórios. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1.^a ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

FERNANDES, M.B. **A Formação do MST no Brasil**. 2º Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

GENNARI, E. **Em busca da liberdade – traços das lutas escravas no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

GIRARDI, E.P. Conflitualidade da questão agrária. In: FERNANDES, B.M. MENDES, J. M.P. (Org) **Desenvolvimento Territorial e questão agrária: Brasil, América Latina e Caribe**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.

GOMES, Oziel. **Lenin e a Revolução Russa**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

GUZMAN, S. E. Agroecologia como estratégia metodológica de transformação social. In: CONCRAB (Org). **Reforma Agrária & Meio Ambiente**. Brasília, 2006. p. 05-11.

IANNI, O. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

IMEA. **Projeções do Agronegócio em Mato Grosso para 2025**. Cuiabá – MT, 2016.

Indígenas Xavante voltam ao cenário de lutas pelos seus direitos. Conselho Indigenista Missionário – CIMI: Brasília - DF, publicado em 08/02/2018. Disponível em: <https://cimi.org.br/2018/02/xavante-voltam-ao-cenario-de-luta-pelos-seus-direitos/>. Acesso em 20/11/2018.

KATZ, C. **Neoliberalismo, Neodesenvolvimentismo, Socialismo**. Ed. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016.

LEITE, S. P.; MEDEIROS, L. S. Agronegócio. In: CALDART, R. S. et al (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MARTINS, A. **A agroecologia na estratégia do MST como parte da contraposição ao agronegócio**. Artigo apresentado no Seminário da Região Sul Agroecologia. Viamão – RS, realizado nos dias 12 a 14 de set/2012.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 9ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

MATO GROSSO, 2017. **Política Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar** - Lei Nº 10.516 de 02 de fevereiro de 2017. Cuiabá, MT, 2017.

MATO GROSSO. **Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural sustentável do Estado do Mato Grosso**. Cuiabá, 2017. Disponível em <http://www.seaf.mt.gov.br/cedrs>. Acesso em 30/11/2017.

MATO GROSSO. **Plano Estadual da Agricultura Familiar**. Cuiabá, 2017. Disponível em <http://www.seaf.mt.gov.br/cedrs>. Acesso em 30/11/2017.

MENDONÇA, R.S. Estado. In: CALDART, R. S. et al (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MORENO, G. **Terra e poder em Mato Grosso: políticas e mecanismos de Burla: 1892-1992**. Cuiabá: MT - Entrelinhas: UFMT, 2007.

MST. **Agroecologia, Soberania Alimentar e Cooperação**. Coleção sempre é tempo de aprender. Caderno nº 2, setembro de 2010.

MST. **Programa Agrário do MST - Texto em construção para o VI congresso Nacional**. Brasília: DF. 3º ed. Aprovado pela Coordenação Nacional do MST. Set/2014.

Museu multimídia dedicado à luta pela democracia no Brasil. Disponível em <http://memorialdademocracia.com.br/>. Acesso em 01/08/2018.

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/UNESP. **Relatório DATALUTA Brasil, 2017**. Coordenação: GIRARDI. E. P.; - Presidente Prudente, São Paulo. Dezembro de 2017.

OLIVEIRA, A. U. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária**. Estud. Av., vol.15, n. 43. São Paulo, set/dez de 2001.

PICOLI, F. **Amazônia: do mel ao sangue – os extremos da expansão capitalista**. 2 ed. Sinop: Editora Fiorela, 2005.

RIBEIRO, L. N. Via Campesina, soberania alimentar e agroecologia. In: **XIV Jornada do Trabalho - O trabalho e a crise estrutural do capital: resistência, limite e alternativas**. Ourinhos – SP, 13 a 16 de nov de 2013.

ROSSET, P. A crise da agricultura convencional, a substituição de insumos e o enfoque agroecológico. In: CONCRAB (Org). **Reforma Agrária & Meio Ambiente**. Brasília, 2006. p. 12-24.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCARABELI, V. **A formação social brasileira e o agronegócio em Mato Grosso**. 108 pgs. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 2014.

SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DE CAMPO VERDE – MT. **Plano Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico e Ambiental da Agricultura Familiar**. 1ª ed. 2017.

SIQUEIRA, E. M. **História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais**. Cuiabá: MT - Entrelinhas: UFMT, 2002.

STEDILE, J. P.; CARVALHO, H. M. Soberania alimentar. In: CALDART, R. S. et al (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2012. p.714/723.

VIA CAMPESINA INTERNACIONAL (Brasil). **Conferência Especial para la Soberanía Alimentaria, por los derechos y la vida**. Brasília, 10 a 13 de abril de 2008.

VIA CAMPESINA INTERNACIONAL (Brasil). **Movimentos dos Pequenos Agricultores: as políticas da Via Campesina. 2010**. Disponível em: <http://www.social.org.br/cartilhas/cartilha003/cartilha012.htm>. Acesso em 02/11/2017.

VIEIRA, E. A. **Desigualdade e pobreza em perspectiva: o caso de Mato Grosso**. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Economia da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, Cuiabá – MT, 2009.

ZANOTTO, R. **Soberania Alimentar como Construção Contra hegemônica da Via Campesina: Experiências no Brasil e na Bolívia**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP, São Paulo, 2017.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM MORADORES E MORADORAS DO ASSENTAMENTO 14 DE AGOSTO – PARTE I

Nome do pesquisador: Vanderly Scarabeli

Nome do entrevistado (a): _____

Nome e número do lote: _____

Telefone: () _____

1. Quais são as variedades de produção cultivadas no lote?

Gado Leiteiro	Gado de corte	Galinhas Caipiras	Suínos	Outros

Árvores frutíferas Quais?	_____ _____ _____ _____
Cereais Tubérculos Legumes	_____ _____ _____ _____

2. Como são produzidas essas variedades?

Com uso de agrotóxicos	Sem uso de agrotóxicos	Com e sem o uso de agrotóxicos

3. Tem Interesse em conhecer ou aprimorar conhecimentos sobre produção de alimentos saudáveis?

Sim ()	Não ()
---------	---------

4. Quais são as finalidades da produção?

Autoconsumo	Comercialização	Doações

5. Por quais meios são comercializados a produção?

Feiras	Rede de supermercados	Merenda escolar	Atravessadores

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM MORADORES E MORADORAS DO ASSENTAMENTO 14 DE AGOSTO - PARTE II

Nome do pesquisador: Vanderly Scarabeli

Nome do entrevistado (a): _____

Nome e número do lote: _____

Telefone: () _____

1. Há quanto tempo você mora no assentamento? _____

2. Quais os principais produtos produzidos por sua família?

3. Como é feito a produção em seu lote?

() Com agrotóxico () Sem agrotóxico () Com e sem agrotóxico

4. Número de pessoas da família envolvidas diretamente na produção: _____

5. Contrata força de trabalho? () Sim () Não

Se sim, quantas vezes ao ano? _____

6. Quais são os meios de produção?

() Trator () Tração animal () Pulverizador costal () enxada/foice

Outros: _____

7. Quem são os proprietários dos meios de produção utilizados pela família?

() Própria família () Prefeitura () Estado () Associação

Outros: _____

8. Quais variedades são cultivadas sem agrotóxicos?

Produtos	Quantidade anual
_____	_____

_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____

9. Quais variedades são cultivadas com agrotóxicos?

Produtos	Quantidade anual
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____

10. Quais variedades são cultivadas com e sem agrotóxicos?

Produtos	Quantidade anual
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____

11. De onde veio o conhecimento que possibilita produzir sem agrotóxicos?

() Família () Igreja () Associação/cooperativa () MST

Outros: _____

12. Qual a destinação da produção? (Porcentagem)

Auto consumo	Doação	Venda	Sementes/mudas

Outros: _____

13. Quais são as redes de comercialização dos alimentos?

() Feiras () PAA () PNAE () Supermercados () Atravessadores

Outros: _____

14. Existe uma organização coletiva para garantir essa comercialização?

() Sim () Não

Se sim, quais? _____

Outros: _____

15. Qual sua sugestão para ampliar a produção sem agrotóxicos?

Observações:
